



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**



**INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS**

**PROFESSOR MILTON SANTOS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES  
SOBRE A UNIVERSIDADE**

**CRISTIANO SANTANA PORTELA**

**A Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri: processo de  
institucionalização e panorama de funcionamento**

Salvador

2023

**CRISTIANO SANTANA PORTELA**

**A Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri: processo de institucionalização e panorama de funcionamento**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

Orientadoras: Profa. Dra. Sônia Maria Rocha Sampaio e Profa. Dra. Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Salvador  
2023

Dados internacionais de catalogação-na-publicação  
(SIBI/UFBA/Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)

Portela, Cristiano Santana.

A Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri: processo de institucionalização e panorama de funcionamento / Cristiano Santana Portela. - 2023.

184 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Rocha Sampaio.

Coorientadora: Profa. Dra. Flávia Goulart Mota Garcia Rosa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2023.

1. Educação e Estado. 2. Universidades e faculdades - Ceará. 3. Ensino superior - Ceará. 4. Política cultural - Ceará. 5. Universidade Federal do Cariri. Pró-Reitoria de Cultura. 6. Institucionalidade cultural. I. Sampaio, Sônia Maria Rocha. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.

CDD - 378.81

CDU - 378(813.1)

CRISTIANO SANTANA PORTELA

**PRÓ-REITORIA DE CULTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CARIRI: PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E PANORAMA DE  
FUNCIONAMENTO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada, em 31 de outubro de 2023.

**Banca examinadora**

Documento assinado digitalmente  
 GILLIAN LEANDRO DE QUEIROGA LIMA  
Data: 31/10/2023 14:46:39-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Gillian Leandro de Queiroga Lima (UFBA)

Documento assinado digitalmente  
 JOSE ROBERTO SEVERINO  
Data: 31/10/2023 16:43:49-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. José Roberto Severino (UFBA)

Documento assinado digitalmente  
 IVANIO LOPES DE AZEVEDO JUNIOR  
Data: 31/10/2023 15:20:50-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Ivânio Lopes de Azevedo Júnior (UFC)

Documento assinado digitalmente  
 DANILLO SILVA BARATA  
Data: 31/10/2023 16:53:21-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Danilo Silva Barata (UFRB)

À Clemilda, Rosana, Sophie e Milla; mãe, esposa e filhas. Mulheres sem as quais esse trabalho não seria possível.

Ao meu pai, Juracy (*in memoriam*); ao meu irmão, Giovane (*in memoriam*). Homens sem os quais esse trabalho, igualmente, não seria possível.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, potência criadora do universo, pelo dom da vida e pela força para cumprir os objetivos.

Esta é uma dissertação que toca nas bordas da existência!

No percurso de desenvolvimento deste trabalho, o meu pai se foi e a minha filha chegou. Talvez, em alguma dimensão, as tais bordas se toquem e se transmutem num círculo, sem fim nem começo. Talvez, nascimento e morte sejam faces de uma mesma moeda. Talvez...

Agradeço aos meus pais, Juracy (*in memoriam*) e Clemilda, por terem me criado com todo o amor e cuidado que se deve ofertar a um filho, e pela sólida formação de caráter que me concederam, sobretudo, por meio do exemplo.

Toda a gratidão ao meu pai (*in memoriam*), que pelo suor do seu rosto (literalmente), me permitiu estar aqui hoje. Sua retidão de caráter e bom humor seguirão em mim para sempre.

À minha mãe, pela resistência ante os infortúnios da vida, pela coragem de ser feliz, pela arte de sorrir a cada vez que o mundo disse “não”. Te amo até depois do fim!

Ao meu irmão, Giovane (*in memoriam*), ou Neno, como era mais conhecido. Irmão que acreditava em mim muito mais do que eu próprio conseguiria fazê-lo. Um cara “boa praça”, extrovertido e de alma leve, que, infelizmente, partiu cedo deste mundo.

A Rosana, esposa querida que me deu duas lindas filhas de presente, por estar ao meu lado na estrada da vida e suportar profundas tristezas e esfuziantes alegrias comigo.

Às minhas filhas, Sophie e Milla, que me ensinam, dia após dia, a arte de ser pai.

A todas as professoras e professores que passaram pela minha formação, em especial à professora Tânia, instrutora das primeiras letras na Escola São Brás.

Aos colegas do Colégio Bertholdo Cirilo dos Reis, pelos memoráveis momentos escolares.

A Rodrigo e Dudu, amigos-irmãos que a vida me deu de presente. Obrigado por todos os sustenidos e bemóis e pelas “resenhas” de sempre.

A Fagner, mais um amigo-irmão, pela amizade que está para além de nós.

Às minhas orientadoras, professoras Sônia Sampaio e Flávia Rosa, pela condução cuidadosa e generosa no percurso dessa dissertação.

Aos colegas da Escola de Dança da UFBA, pela leveza e descontração com que conseguem conduzir as atividades no ambiente de trabalho.

[...] Ele morrerá e eu morrerei.

Ele deixará a tabuleta, eu deixarei os versos.

A certa altura morrerá a tabuleta também, os versos também.

Depois de certa altura morrerá a rua onde estive a tabuleta,

E a língua em que foram escritos os versos [...]

Álvaro de Campos

PORTELA, Cristiano Santana. **Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri**: processo de institucionalização e panorama de funcionamento. Orientadoras: Sônia Maria Rocha Sampaio e Flávia Goulart Mota Garcia Rosa. 2023.184 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

## RESUMO

O presente trabalho propôs investigar o processo de institucionalização e o panorama de funcionamento da Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri (UFCA). A UFCA, criada em 2013, nasce com a proposta de estabelecer a cultura como dimensão estratégica da instituição, implantando uma Pró-Reitoria de Cultura na sua estrutura organizacional e reconhecendo, de forma ousada e inovadora, a cultura como a quarta dimensão universitária, junto ao ensino, à pesquisa e à extensão. Dessa forma, o objetivo do presente estudo é traçar um panorama da institucionalidade cultural da UFCA, evidenciando como se deu o processo de criação da Pró-Reitoria de Cultura e de que forma essa instância atua para implementar a política cultural da instituição. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa que adotou o estudo de caso para seu desenvolvimento. A produção de dados implicou em análise documental e realização de entrevistas com gestores e ex-gestores da Pró-Reitoria de Cultura, além de agentes que estiveram envolvidos no processo de sua criação e implantação na universidade. Os dados produzidos foram analisados utilizando a análise qualitativa de conteúdo, por meio do procedimento de emparelhamento, que consiste em associar os dados recolhidos aos elementos constitutivos da definição de institucionalidade cultural que contam com maior consenso entre os estudiosos da área. Além disso, foram avaliados os embates, tensões, dissensos e consensos que permearam a proposta de implantação da Pró-Reitoria de Cultura, tendo em vista o caráter disruptivo da proposta, em relação à configuração organizacional padrão adotada nas universidades federais brasileiras. O estudo da institucionalidade cultural da UFCA reafirmou a potência da universidade enquanto instituição cultural e a importância da validação da cultura como dimensão estruturante das universidades. Os resultados obtidos demonstraram que, ao tempo em que atravessa as ações de ensino, pesquisa e extensão, a cultura deve figurar como elemento autônomo, sendo assumida como prioridade estratégica das instituições, em simetria com as demais dimensões do tripé acadêmico.

Palavras-chave: institucionalidade cultural; cultura; universidades federais; ensino superior.

PORTELA, Cristiano Santana. **Pró-Reitoria de Cultura at the Universidade Federal do Cariri**: institutionalization process and operating overview. Thesis Advisor: Sônia Maria Rocha Sampaio e Flávia Goulart Mota Garcia Rosa. 2023.184 f. Dissertation (Master in Interdisciplinary Studies about the University) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

## ABSTRACT

The present work proposed to investigate the institutionalization process and the operating panorama of the Pró-Reitoria de Cultura of the Universidade Federal do Cariri (UFCA). UFCA, created in 2013, was born with the proposal to establish culture as a strategic dimension of the institution, implementing a Pro-Rectorate of Culture in its organizational structure and recognizing, in a bold and innovative way, culture as the fourth university dimension, along with to teaching, research and extension. Therefore, the objective of this study is to outline an overview of the cultural institutionality of UFCA, showing how the process of creating the Pró-Reitoria de Cultura took place and how this instance has acted for the implementation of the institution's cultural policy. This is a descriptive research, with a qualitative approach, which adopts the case study for its development. Data production involved document analysis and interviews with managers and former managers of the Pró-Reitoria de Cultura, as well as agents who were involved in the process of its creation and implementation at the university. The data produced were analyzed using qualitative content analysis, through the pairing procedure, which consists of associating the collected data with the constitutive elements of the definition of cultural institutionality that have greater consensus among scholars in the area. Furthermore, the clashes, tensions, dissensions and consensuses that permeated the proposal to implement the Pró-Reitoria de Cultura were evaluated, taking into account the disruptive nature of the proposal, in relation to the standard organizational configuration adopted in Brazilian federal universities. The study of UFCA's cultural institutionality reaffirmed the power of the university as a cultural institution and the importance of validating culture as a structuring dimension of universities. The results obtained demonstrated that, as it encompasses teaching, research and extension actions, culture must appear as an independent element, being assumed as a strategic priority for institutions, in symmetry with the other dimensions of the academic tripod.

Keywords: cultural institutionality; culture; federal university; higher education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Percurso político-institucional de criação da UFCA.....	51-52
Figura 1	Brasão e marca da UFCA.....	53
Mapa 1	Mesorregiões e Microrregiões Geográficas do estado do Ceará.....	55
Mapa 2	Área de atuação da UFCA.....	56
Figura 2	Eixos Temáticos e Eixos de Atuação da PROCULT.....	83
Figura 3	Organograma da PROCULT.....	86
Figura 4	Organograma da PROCULT – Ano 2015.....	88

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>POLÍTICA CULTURAL E UNIVERSIDADE NO BRASIL</b> .....	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>O desafio da cultura na universidade</b> .....	<b>27</b>
<b>3</b>	<b>DELINEAMENTO METODOLÓGICO</b> .....	<b>37</b>
<b>3.1</b>	<b>Entrevistas</b> .....	<b>38</b>
<b>3.2</b>	<b>Análise de dados</b> .....	<b>39</b>
<b>3.3</b>	<b>Aspectos éticos</b> .....	<b>40</b>
<b>4</b>	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI: HISTÓRIA</b> .....	<b>41</b>
<b>4.1</b>	<b>A vinculação com a região do Cariri cearense</b> .....	<b>53</b>
<b>5</b>	<b>INSTITUCIONALIDADE CULTURAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI: A “QUARTA DIMENSÃO”</b> .....	<b>68</b>
<b>5.1</b>	<b>O surgimento da Pró-Reitoria de Cultura: “uma pró-reitoria sob suspeita”</b> .....	<b>73</b>
<b>5.2</b>	<b>Elementos da institucionalidade cultural</b> .....	<b>80</b>
<b>5.2.1</b>	<b>Estrutura administrativa/organizacional</b> .....	<b>81</b>
<b>5.2.2</b>	<b>Arcabouço político/legal</b> .....	<b>89</b>
<b>5.2.3</b>	<b>Recursos financeiros, humanos e materiais</b> .....	<b>93</b>
<b>5.2.4</b>	<b>Participação da comunidade externa</b> .....	<b>98</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>101</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>105</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	<b>114</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS</b> .....	<b>116</b>
	<b>APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS</b> .....	<b>118</b>

<b>ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....</b>	<b>181</b>
---	------------

## 1 INTRODUÇÃO

O caráter frágil da institucionalidade cultural brasileira é tema recorrente na literatura sobre esse tema. Para Rubim (2007c), o percurso histórico das políticas culturais brasileiras é perpassado por ausências, autoritarismos e instabilidades. As ausências pressupõem as lacunas deixadas pelo Estado no que diz respeito à institucionalidade da cultura; os autoritarismos revelam o paradoxo existente nos períodos ditatoriais pelos quais o Brasil passou, em que o Estado, ao mesmo tempo em que articulava uma atuação negativa, com opressão, violência e censura, engendrava uma política afirmativa no que diz respeito ao fortalecimento da institucionalidade cultural; e, por fim, as instabilidades nos chamam a atenção para a descontinuidade das políticas culturais, de forma geral.

A corroborar a debilidade da institucionalidade da cultura no país está o fato de que, apenas nos anos 1930, com a gestão de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, se inaugura a noção de políticas culturais no Brasil e se conforma uma nova etapa da cultura no país (RUBIM, 2017; CALABRE, 2009). Além da atuação de Mário de Andrade, Calabre (2009) localiza no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com a criação do Ministério da Educação e Saúde e sob a gestão do ministro Gustavo Capanema (1934-1945), o processo de construção institucional do campo da cultura.

Para Rubim (2017), a noção de institucionalidade cultural deve reverberar para além do conjunto articulado de organizações institucionais, engendrando:

[...] uma estrutura bem mais ampla e densa, que envolve muitas outras dimensões e não é conformada sem acionar normas jurídicas, rotinas administrativas, recursos financeiros, pessoal especializado, estudos específicos, dentre outros aspectos a serem considerados. (RUBIM, 2017, p. 58).

O documento *Indicadores Unesco de Cultura para El Desarrollo – Manual Metodológico* (UNESCO, 2014) aponta duas dimensões para caracterizar a institucionalidade cultural: a econômica, que se refere aos recursos empenhados na área; e a de governança, que se refere ao arcabouço político-administrativo e legal que conforma a atuação institucional, por meio de marco normativo, descentralização coordenada de ações entre entes e participação da sociedade civil nas discussões e decisões.

No imbricamento entre institucionalidade cultural e políticas culturais, pode-se destacar alguns elementos que se revelam mais consensuais nas várias definições que emergem dos estudos mais proeminentes da área. A partir da correlação entre os conceitos supracitados de diversos estudiosos, elencam-se os seguintes elementos pacificados na doutrina: estrutura administrativa/organizacional, arcabouço legal (leis, decretos, portarias,

resoluções, relatórios de gestão etc.), recursos financeiros, humanos e materiais e participação da sociedade civil (ou da comunidade externa, no caso das universidades federais).

Nesse sentido, impossível falar de institucionalidade cultural sem uma aproximação com o tema das políticas culturais. Numa síntese do pensamento corrente, Calabre (2009) assenta a definição de políticas culturais como:

[...] um conjunto de ações elaboradas e implementadas de maneira articulada pelos poderes públicos, pelas instituições civis, pelas entidades privadas, pelos grupos comunitários dentro do campo do desenvolvimento do simbólico, visando a satisfazer as necessidades culturais do conjunto da população. (CALABRE, 2009, posição 98, e-book kindle).

Rubim (2007b) adiciona ao conceito de políticas públicas uma série de requisitos que servem para dar sustentáculo a tais políticas, balizando o seu enquadramento. Para o autor, além da definição operativa das políticas culturais, deve-se atrelar uma série de dimensões analíticas à questão, tais como: definição da concepção de cultura sob a qual tal política irá trabalhar, conjunto de ações desenvolvidas ou a serem implementadas, objetivos e metas, delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais, levando-se em conta, para além do Estado, os organismos supra e subnacionais e os agentes da sociedade civil.

Numa perspectiva que mescla um sentido abstrato a uma concepção mais concreta, Urfalino (2015) define política cultural como um momento em que as representações que o Estado atribui à arte e à cultura convergem com uma atuação prática, por meio da organização de uma ação pública. Por esse prisma, há, para além da atuação efetiva na área cultural, a formação de uma concepção acerca da cultura e da arte no seio da administração pública.

Já Coelho (1997), em obra fundamental para a compreensão da extensa trama de conceitos que permeiam a área, traz a concepção de política cultural como o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas e grupos comunitários, com o fito de satisfazer as necessidades culturais da população. Além da definição, o autor assenta o entendimento de que as referidas intervenções podem assumir a forma de normas jurídicas ou procedimentos tipificados; e intervenções de ação cultural, tais como construção de centros de cultura e apoio a manifestações culturais.

Fato é que, nas principais definições e tentativas de categorização do conceito de política cultural, há certa convergência em relação a determinados aspectos. Emergem, como dimensões pacificadas no conceito de política cultural, a atuação do Estado e demais instâncias da sociedade civil; a finalidade de satisfação das necessidades culturais do

conjunto da população e, por fim, a criação de ambiente que permita a promoção do desenvolvimento simbólico do corpo social.

No que concerne às universidades, a forma pela qual essas instituições têm arranjado institucionalmente a cultura nos seus respectivos âmbitos revela uma heterogeneidade que, apesar de se coadunar com o preceito da autonomia universitária, remete a uma miríade de configurações administrativas distintas que, por vezes, fragiliza as políticas culturais desenvolvidas no seu ambiente interno e nas suas interações culturais com a sociedade. Na maioria das vezes, a cultura está alocada como uma subfunção das pró-reitorias de extensão das universidades. Além disso, pouquíssimas universidades federais brasileiras contam com Plano de Cultura aprovado nas instâncias superiores. Ademais, são raríssimos os casos de universidades que contam com pró-reitoria ou outra instância administrativa exclusivamente dedicada à temática cultural.

Além de relegar a segundo plano a temática da cultura nas áreas de ensino e pesquisa, a estrita vinculação da cultura à extensão pressupõe a necessária interação com o público extrauniversitário para a consecução das atividades culturais. Evidentemente, o diálogo com a sociedade perfaz um momento indispensável da atuação universitária, mas há que se considerar que o público para as atividades culturais promovidas pela universidade pode estar, em muitos momentos, circunscrito à sua comunidade interna - estudantes, servidores docentes e servidores técnico-administrativos (RUBIM, 2019a).

Rubim (2019a) alerta ainda para o potencial das universidades de trabalhar em todo o ciclo dinâmico da cultura – criação, transmissão, difusão, veiculação, dentre outras etapas. Em contraponto, aponta para a incapacidade das universidades de promoverem uma atuação mais articulada e aprimorada por meio de políticas e planos culturais específicos. Essa desarticulação, que se manifesta também na institucionalidade cultural das universidades, coloca a atuação dessas entidades muito aquém do seu verdadeiro potencial.

As experiências de outras universidades federais brasileiras podem servir de base para romper com o que Rubim (2007), tendo como foco de análise o Estado brasileiro, cunhou como as três tristes tradições das políticas culturais no Brasil: ausências, autoritarismos e instabilidades. No contexto universitário, com vistas a romper a tradição das instabilidades, que pressupõe a descontinuidade de políticas culturais, pode-se citar a experiência da Universidade Federal do Cariri (UFCA), universidade que reconhece, desde a sua fundação, a cultura como elemento fundamental do fazer universitário.

Muito embora o campo cultural se faça presente nas áreas de ensino, pesquisa e extensão; seja nos cursos de graduação e pós-graduação voltados para a temática, nos centros

dedicados ao estudo da cultura ou no conjunto de atividades culturais oferecidas pelas universidades, quase sempre se associa a cultura na universidade à área de extensão. Segundo Rubim (2019, p. 8): “A atuação cultural em ensino e pesquisa fica esquecida”. Predomina, desse modo, uma multiplicidade de ações dispersas e inarticuladas que acabam por deprimir o verdadeiro potencial cultural das universidades.

A instabilidade dos arranjos institucionais no Estado brasileiro é reconhecidamente um dos fatores negativos a abalar toda a rede de agentes que atuam no setor, prejudicando toda a sociedade. A universidade, inserida na sociedade e em simbiose com esta, reverbera também tais problemas em sua política cultural. As diferentes gestões que se alternam na administração das universidades podem resultar em descontinuidades de projetos e ações, além de descoordenar a atuação cultural como um todo.

A subordinação da cultura à área de extensão das universidades está fortemente calcada na clássica composição do tripé ensino, pesquisa e extensão. De forma geral, os arranjos institucionais das universidades contemplam, na sua dimensão estratégica, as três consagradas áreas da atuação universitária. Contudo, em lugar do clássico tripé universitário, a UFCA, numa atitude ousada e inovadora, decidiu acrescentar mais uma dimensão a esta configuração: a cultura. Funda-se, então, sobre um “quadripé” universitário: ensino, pesquisa, extensão e cultura. Assim, a cultura emerge como dimensão estratégica e formadora da universidade (UFCA, 2019) e a Pró-Reitoria de Cultura (PROCULT) surge como instância responsável por promover a dimensão cultural da universidade.

Para além do reconhecimento informal da cultura como missão universitária, a UFCA estabelece, no seu estatuto e em outros documentos constitutivos, a importância das ações culturais e da relação entre ensino, pesquisa, extensão e cultura nos princípios regentes da universidade. O compromisso institucional com as questões culturais perpassa todo o arcabouço normativo da UFCA, figurando como dimensão fundamental dentre os princípios, valores institucionais e objetivos estratégicos a serem perseguidos.

Reafirmando a excepcionalidade da experiência da UFCA na questão cultural, ressalte-se que, em termos de experiências de institucionalidade da cultura nas universidades, torna-se emblemático o fato de que apenas três universidades federais brasileiras apresentam, em suas respectivas estruturas administrativas, pró-reitorias exclusivamente voltadas para a área da cultura. São elas: a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a UFCA e, mais recentemente, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Essa pesquisa pretende se debruçar sobre a experiência da UFCA, de modo a compreender a dinâmica institucional que foi estabelecida para a cultura com a instalação de uma Pró-Reitoria exclusiva para a área.

A UFCA e a UFJF eram, há até bem pouco tempo, as únicas universidades federais brasileiras, dentre as 69 existentes, a criarem uma pró-reitoria exclusiva para a cultura. Recentemente, somou-se a esse rol, a UFMG, que aprovou, por meio da Resolução Complementar n° 01/2022, de 02 de junho, a criação da Pró-Reitoria de Cultura e estabeleceu a estrutura e as competências do novo órgão institucional (UFMG, 2022).

No contexto das universidades que propõem um conjunto de ações com o objetivo de fortalecimento da institucionalidade cultural, pode-se citar também a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que, apesar de não contar com uma pró-reitoria exclusiva para a cultura, possui uma Diretoria de Cultura vinculada à sua Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Tem-se, nesses casos, a cultura pensada como dimensão estratégica para a comunidade universitária, objetivando uma formação que abarque, para além dos conhecimentos técnicos, a constituição de capital crítico, humanístico e sensível das futuras gerações e demais membros do corpo acadêmico. Molina (2019, p. 91), diretor de cultura da UFU, ao ressaltar a importância da atuação em gestão cultural no contexto das universidades, assevera que:

A busca pela centralidade da cultura no processo de formação nas universidades não só pode ampliar o horizonte de conhecimento das pessoas, indo além dos campos sociais, tecnológicos, científicos e econômicos, como também pode possibilitar a valorização de uma visão integradora. (MOLINA, 2019, p. 91).

O fortalecimento da institucionalidade da cultura nas universidades federais brasileiras, a partir do estudo e análise das experiências da UFCA poderá fundamentar uma proposta de remodelamento das estruturas dedicadas à cultura e à disseminação de experiências de institucionalização de planos de cultura que sirvam como esteio para a implantação de políticas culturais mais arrojadas e sólidas. Além disso, há que se considerar a possibilidade de interação e intervenção que as universidades poderão promover na sociedade por meio da cultura, convidando a comunidade a participar e discutir propostas e projetos implementados, e fomentando toda a cadeia cultural no seu entorno. Ademais, há a possibilidade de incentivo a uma maior interlocução e diálogo entre as unidades acadêmicas das universidades ligadas à cultura e às artes, o que se mostra ainda tímido com a atual conformação institucional da cultura.

Extrapolando os muros da universidade, ao tempo em que pensamos esta instituição como microcosmos capaz de reverberar suas ações para todo o conjunto da sociedade, podemos pensar na configuração da cultura na universidade como motor propulsor de uma nova realidade cultural no país. A instabilidade dos arranjos institucionais brasileiros no que se refere à cultura

é atestada pelo vaivém entre ministérios e secretarias – essas últimas alocadas nas mais diversas pastas governamentais -, que ocorre ao sabor da ideologia governante do momento político. Sobre essa instabilidade, vale recordar, numa perspectiva histórica, que o Ministério da Cultura (MinC), tendo sido criado em 1985, no processo de redemocratização do Brasil, teve como ministros, até o ano de 1993, dez titulares. Além da transitoriedade nas chefias da pasta da cultura, há ainda a constante instabilidade nos arranjos institucionais, que dá os primeiros sinais de vida ainda no governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), quando o ministério é extinto e substituído por uma secretaria diretamente vinculada à Presidência da República. A situação foi revertida dois anos depois, em 1992, já no governo Itamar Franco.

Em 2016, no governo interino de Michel Temer, o MinC foi novamente extinto, porém reestabelecido após intensa manifestação da sociedade civil e dos agentes da cultura. Por fim, em 2019, o Ministério é mais uma vez rebaixado à condição de secretaria, inicialmente subordinada à pasta da Cidadania e, posteriormente, transferida para o Ministério do Turismo.

A reclamar uma maior estabilidade e continuidade para as ações culturais no país, as universidades federais podem ocupar o lugar de experimento exitoso na conformação de uma política cultural sólida e eficiente, assumindo o papel de vanguarda que lhes é próprio e transbordando essa experiência para as estruturas do Estado brasileiro, tão carente de uma institucionalidade cultural mais sólida.

O interesse pela questão surge no contexto das atividades desempenhadas pelo autor, que ocupa o cargo de produtor cultural na Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e, nesse sentido, é confrontado com questões que perpassam o seu fazer profissional, como a descoordenação entre as unidades de arte e cultura da universidade e a ausência de acompanhamento mais pormenorizado da área cultural da UFBA. A lida com a cultura na universidade trouxe à tona a necessidade de aprimoramento das instâncias culturais e de discussão a respeito do estabelecimento de uma política cultural numa universidade que conta com escolas de Música, Dança, Teatro e Belas Artes, singularidade que salta aos olhos no panorama das universidades brasileiras.

Dois motivos, em especial, nos levaram à escolha da UFCA enquanto objeto de estudo para a presente dissertação: a sua singular vinculação com a região onde está inserida, o Cariri cearense, área com abundantes manifestações culturais; e a criação recente da universidade que trouxe consigo a sua Pró-Reitoria de Cultura, estrutura organizacional inovadora. Como o processo de criação é relativamente recente ao tempo da escrita deste trabalho, torna-se menos dispendioso o apelo à memória dos entrevistados e a obtenção de documentos sobre a criação do órgão.

Nessa perspectiva, um dos possíveis desdobramentos da presente pesquisa pode ser a apropriação crítica da experiência cultural da UFCA para fins de amadurecimento institucional da UFBA no campo da cultura. Levando-se em conta a ausência de órgão específico para a cultura e de plano de cultura aprovado pelas instâncias superiores da UFBA, até o presente momento, a análise da dinâmica de funcionamento da PROCULT da UFCA pode reverberar para além dos propósitos iniciais previstos neste projeto.

Diante do quadro constatado quanto à institucionalidade da cultura nas universidades federais brasileiras, e levando-se em conta a experiência peculiar da UFCA nesse quesito, o presente estudo se propõe a responder: como se deu o processo de institucionalização e como se dá a dinâmica de funcionamento da PROCULT da UFCA? O objetivo geral do estudo proposto foi o de traçar um panorama do processo de institucionalização e da dinâmica de funcionamento da PROCULT da UFCA.

A dissertação se apresenta como uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, que adotou como procedimento técnico o estudo de caso da UFCA, por se tratar de um caso emblemático no que concerne à configuração institucional da área da cultura. A estrutura do texto é composta por esta introdução, além de outras quatro seções, acrescidas das considerações finais. Na segunda seção, trazemos uma discussão sobre os diálogos que se estabeleceram, historicamente, entre o campo das políticas culturais e as universidades. Na terceira seção, expomos o delineamento metodológico, descrevendo as ferramentas teórico-metodológicas e os procedimentos adotados para a consecução dos objetivos da presente pesquisa. Na quarta seção é traçado o panorama histórico de surgimento da UFCA, destacando-se a importância da inserção regional no Cariri cearense para o desenvolvimento da universidade. A quinta seção é dedicada ao estudo da institucionalidade cultural da UFCA, ponto fulcral da pesquisa, analisando-se o processo de institucionalização e o panorama de funcionamento da Pró-Reitoria de Cultura da instituição. Por último, são trazidas as considerações finais, à guisa de conclusão do trabalho sem, no entanto, esgotar os desdobramentos que podem advir da pesquisa.

## 2 POLÍTICA CULTURAL E UNIVERSIDADE NO BRASIL

No âmbito de uma seção cujo objetivo é tratar das intersecções existentes entre política cultural e universidade, urge trazer, como afirmação preambular, que as universidades são instituições culturais por natureza. O resgate histórico evidencia que há um entrelaçamento atávico entre o ensino da arte e da cultura e a emergência do ensino superior desde os tempos mais antigos. A dimensão da cultura é, portanto, parte indissociável dos elementos geradores da universidade.

Para Ortega y Gasset (1930), a transmissão da cultura deveria se configurar como a principal função do ensino universitário. Numa proposta de profunda reformulação das missões da universidade, o pensador espanhol consagrava o primado do ensino da cultura e o deslocamento da ciência para a última das funções do ensino universitário, numa perspectiva que se pode chamar de “anti-humboldtiana”.

Fazendo coro à recomendação de Ortega y Gasset, o professor Naomar de Almeida Filho, ex-reitor da UFBA, afirma que a “[...]difusão da diversidade cultural e da multiplicidade de formas de ver o mundo como uma missão, uma obrigação [...] da universidade” (ALMEIDA FILHO, 2009, p. 162). Defensor de um paradigma renovado de universidade, Almeida Filho (2009) propõe uma universidade que reforce “[...] a rede de trocas acadêmicas em arte-cultura e ciência-tecnologia que já opera nos registros multicultural, interdisciplinar e transnacional” (ALMEIDA FILHO, 2009, p. 174).

Além de propiciar formações específicas nas áreas da arte e cultura, a universidade pode oferecer um amplo leque de atividades que contribuem para a ampliação da vida cultural dos estudantes e da sociedade, de forma geral. Seja por meio das ações de extensão, da abertura dos seus equipamentos culturais à sociedade, de apresentações artísticas, da formação de grupos de dança, música e outras linguagens artísticas, contando, inclusive, com participação da comunidade externa; enfim, são várias as possibilidades de atuação da universidade por meio da cultura.

Não se trata de uma mera função acessória da universidade. Muito além disso, “[...] a função cultural que cabe às universidades, considerada a sua singular inscrição nos territórios, a sua extensa capilaridade e o seu afã de universalidade, não pode ser desempenhada, sem perda, por nenhuma outra instituição.” (SIDONCHA, 2021, p. 2).

No que concerne à relação da universidade com o âmbito artístico-cultural, que, em geral, se consubstancia na missão extensionista, cabe mencionar os marcos significativos na

construção de uma robusta institucionalidade para a área da extensão. A primeira menção ao vocábulo “extensão” é feita em 1931, com o Decreto-Lei nº 19.851, mais conhecido como Reforma Francisco Campos, em referência ao ministro da época. O Decreto caracterizava a extensão como a atividade destinada “à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo: cursos intra e extra-universitários, conferências” (SÃO PAULO, 1934).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a extensão é estabelecida como uma das finalidades da educação superior, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Outro documento basilar para a interface universidade/cultura é o Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Nesse documento, propõe-se uma definição de extensão bastante ampla e abrangente, caracterizando-a como:

O processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento”. (FORPROEX, 2001, p. 15)

Fato é que o título que nomeia a presente seção enseja, dentre tantos outros desdobramentos, pelo menos duas concepções: pode-se pensar na política cultural estatal como fator que engendra o desenvolvimento da cultura nas universidades, de forma que a dimensão cultural no âmbito federal transborda para essas instituições, funcionando como elemento estimulante (ou desestimulante) para a formulação de políticas culturais universitárias; e, por outro lado, é possível pensar nas políticas culturais no âmbito das universidades, independentemente do que se desenha no plano federal, levando-se em conta a autonomia própria dessas instituições para lidarem com os seus assuntos internos.

Para dar conta do primeiro desdobramento, será necessário flagrar importantes marcos na relação entre as instâncias federativas dedicadas aos temas da cultura e educação, e os efeitos que tais medidas causaram nas universidades. As questões a serem respondidas são: de que modo a atuação dos organismos federais dedicados à cultura e à educação impulsionaram o desenvolvimento de ações artístico-pedagógico-culturais nas universidades? Ou, ainda,

estimularam o desenvolvimento de uma política cultural – ainda que embrionária – no ambiente universitário?

Para os fins deste estudo, será considerado o clássico conceito de política cultural estabelecido por Canclini (1987, p.26, tradução nossa):

[...] o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social<sup>1</sup>.

Movendo-se nos marcos do panorama teórico estabelecido na definição acima, percebe-se que, para a caracterização de uma política cultural, algumas condições devem ser preenchidas, quais sejam: atuação sistemática e coordenada do Estado, com participação efetiva da sociedade civil organizada; além do estabelecimento das premissas que guiarão o desenvolvimento da área cultural na sociedade.

Nessa perspectiva, só a partir da década de 1930 pode-se falar em política cultural no Brasil, com as experiências da implantação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, e do Departamento de Cultura de São Paulo, chefiado por Mário de Andrade de 1935 a 1938 (RUBIM, 2007a; CALABRE, 2009). No âmbito federal, desenvolveu-se um conjunto de ações, com destaque para o processo de construção institucional da área da cultura. Nesse ponto, vale fazer um adendo sobre a importância da institucionalização para um determinado campo temático, trazendo à baila o conceito de Dias (2021, posição 292), que a compreende como:

[...] o processo em que certas práticas, cargos, funções, relações e temas passam a ser abarcados por um mesmo aparato organizacional, com um escopo temático reconhecível e delimitado – sendo, ainda, uma instância socialmente reconhecida como legítima no tratamento de um domínio definido de reflexão e intervenção.

Da conceituação trazida acima, apreende-se que, para além da organização de uma burocracia especializada para determinada área de atuação governamental, a institucionalização funciona como um processo de endosso para o reconhecimento social de uma certa temática no conjunto de atribuições do governo. Assim, pode-se dizer que a criação de órgãos e estruturas na área cultural ajudou a promover a legitimação desse campo como merecedor de atenção do governo e da sociedade.

---

<sup>1</sup> [...] el conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social.

Registra-se a contradição consubstanciada no caráter autoritário do governo Getúlio Vargas, que, numa face, impunha opressão e censura e, na outra, articulava uma atuação afirmativa, por meio da consolidação de legislações e da criação de estruturas e órgãos, tais como: Instituto Nacional de Cinema Educativo, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Conselho Nacional de Cultura, dentre outros. Além disso, o ministro Gustavo Capanema, que chefiou o Ministério da Educação e Saúde, de 1934 até 1945, reuniu em torno de si uma série de intelectuais e artistas consagrados, como Carlos Drummond de Andrade, Cândido Portinari, Oscar Niemeyer, Mário de Andrade, Anísio Teixeira, Heitor Villalobos, dentre outros. Capanema, cuja gestão à frente do ministério se deu, também, no período da ditadura do Estado Novo, a partir de 1937, conseguiu a proeza de acolher intelectuais progressistas no âmbito do órgão, em pleno período ditatorial (RUBIM, 2007a; CALABRE, 2009).

Quanto à gestão de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo, a partir de 1935, a proposta de gestão pautava-se por muitas das premissas dos grupos modernistas (CALABRE, 2009). Para Rubim (2007a), Mário de Andrade, enquanto inaugurador das políticas culturais, inova em vários quesitos, dentre os quais: a definição de uma atuação sistemática do estado em ramos diversificados da cultura, a ampliação do conceito de cultura para além das belas artes e a inclusão do patrimônio imaterial e intangível no rol das preocupações do Departamento, dentre outros aspectos. Em relação ao patrimônio, o ministro Gustavo Capanema convidou Mário de Andrade para elaborar o projeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O documento foi entregue, em 1936, e propunha a delimitação das obras de arte patrimoniais a partir de oito categorias: arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira, aplicadas nacionais e aplicadas estrangeiras. A título de exemplo, o anteprojeto criado por Mário de Andrade previa, na categoria das obras patrimoniais populares, o tombamento de objetos, paisagens e folclore (música, lendas, culinária, etc.), demonstrando o caráter progressista do documento. Além disso, o projeto previa a criação de quatro museus, onde seriam expostas as coleções de arte de cada livro de tombo previsto no plano. Desse modo, cada museu teria, em seu saguão de entrada, a cópia do livro de tombo correspondente, disponível para consulta pelos visitantes. Tratava-se, portanto, de um projeto de larga abrangência, englobando o patrimônio numa ampla perspectiva (CALABRE, 2009).

Finda a ditadura do Estado Novo, o período democrático que se inicia em 1945, na contramão do esperado, revela um vazio no que diz respeito às políticas culturais. Apesar da renovação estética que se consubstanciou em movimentos como a bossa nova, o cinema novo,

a poesia concreta ou os grupos de teatro Arena e Oficina, a atuação do Estado na cultura mostrou-se, no lapso democrático que vai de 1945 a 1964, lacunar e insuficiente.

No período que vai de 1946 a 1961, é relevante registrar a experiência da UFBA que, sob o reitorado de Edgard Santos, configurou-se como polo difusor de uma nova realidade cultural na cidade de Salvador. Mostrando-se vanguardista na área cultural, a partir da década de 1950, inaugura as Escolas de Dança, Música e Teatro, que foram as primeiras do Brasil em nível universitário (TEIXEIRA, 2016). Apesar de se tratar de uma experiência local, as inovações da UFBA podem ser reivindicadas como momento irradiador de movimentos que modificaram o panorama estético-político das artes nacionais.

A inserção da UFBA na dinâmica modernizante vigente na Bahia e no Brasil, além do cosmopolitismo do processo cultural implementado por Edgard Santos e a decisão de conferir aos cursos livres de arte o status de cursos superiores, demonstram o legado histórico da instituição na constituição da cultura nacional.

Voltando ao panorama nacional, cabe registrar algumas iniciativas pontuais do período democrático. Como marco, tem-se a criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1953. Além disso, destacam-se o surgimento de instituições que visavam ampliar os estudos relacionados ao folclore, numa continuação do movimento iniciado por Mário de Andrade que, quando esteve à frente do Departamento de Cultura de São Paulo, criou a Sociedade de Etnografia e Folclore. Desse modo, na década de 1940 surgiram a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, o Instituto Brasileiro de Folclore e a Sociedade Brasileira de Folclore (CALABRE, 2009).

Merece registro, ainda, a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), em 1955, órgão vinculado ao MEC com o objetivo de desenvolver estudos na área das ciências sociais, buscando promover uma análise e compreensão crítica da realidade brasileira. O Iseb funcionava com dotações orçamentárias do MEC e visava a construção de um projeto ideológico para o país, com vistas ao progresso cultural. Com o golpe de 1964, o Iseb foi fechado (TOLEDO, 2005).

Como síntese do período de 1945 a 1960, Maria Cecília Londres Fonseca (2005) afirma que, à exceção do apoio dado por Juscelino Kubitschek à arquitetura modernista, o Estado não teve atuação decisiva na área cultural. No plano artístico, o modernismo se notabiliza enquanto movimento, consolidando o nome dos seus principais intelectuais.

O início da década de 1960 trazia importantes mudanças no cenário cultural. O rádio e a televisão penetravam nos lares brasileiros, enquanto no âmbito musical, o *rock and roll* e a bossa nova eram as novidades postas ao consumo cultural da população. Vale citar o surgimento

dos Centros Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1961, com a proposta de um projeto político e estético, na luta contra o subdesenvolvimento e o imperialismo norte-americano (CALABRE, 2009). Os CPC's deram vazão aos sonhos políticos e culturais da juventude brasileira da época, porém tiveram vida curta, tendo sido fechados em 1964, com a implantação da ditadura militar.

A ditadura implantada em 1964 atesta a assertividade do pensamento de Rubim (2007a), que assenta a problemática tradição que, numa confluência paradoxal, une autoritarismo e políticas culturais no Brasil. Em suma, nos dois períodos ditatoriais por que passou o país no século passado houve um fortalecimento da institucionalidade cultural, em contradição com uma política repressiva e censória do Estado em relação às criações artísticas. Nesse sentido, para caracterizar a trajetória das políticas culturais em solo brasileiro, Rubim (2007a) aciona expressões como: autoritarismo, descontinuidade, paradoxos, impasses e caráter tardio.

Para além da violência, a ditadura opera com a passagem do circuito cultural universitário para a predominância da cultura midiaticizada, que se encontrava em ascensão com a difusão de conteúdo em massa por meio do rádio e televisão. Ao analisar o período, Ortiz (1985) observa que o mercado cultural pós-1964 se caracteriza por atingir um grande público consumidor, o que “[...] confere ao mercado cultural uma dimensão nacional que ele não possuía anteriormente” (ORTIZ, 1985, p. 82). Tal deslocamento de eixo no panorama cultural foi captado pelos intelectuais instalados no Conselho Federal de Cultura (CFC), criado em 1966. Eles demonstraram preocupação com o impacto das tecnologias midiáticas nas culturas regionais e populares. O CFC teve atuação efetiva nas decisões culturais do Estado até quase meados da década de 1970, lidando com a formulação da política cultural nacional, a articulação com os órgãos estaduais e federais da área da cultura e da educação, o apoio à institucionalização da cultura nos estados subnacionais, por meio da criação de secretarias de cultura e conselhos estaduais de cultura, além da concessão de auxílio às instituições culturais oficiais (CALABRE, 2009; RUBIM, 2007a).

A gestão do ministro Ney Braga à frente do MEC, a partir de 1974, no contexto de “distensão lenta e gradual” do regime, proposto pelo presidente Ernesto Geisel, inaugura uma série de órgãos na área cultural. Para Miceli (1984), Braga conseguiu incluir o tema da cultura dentro dos objetivos da política de desenvolvimento social do governo do presidente Ernesto Geisel. Ortiz (1985), analisando as causas que podem ter levado à pujança das políticas governamentais culturais nos anos 1970, ventila duas chaves interpretativas: a primeira hipótese é a de que o incentivo do Estado à cultura se dá como forma de compensar o desgaste político do regime militar, angariando apoio das classes médias; a segunda hipótese considera que o

período do “milagre econômico” por que passou o Brasil, entre 1969 e 1973, com estrondoso crescimento econômico, possibilitou novas realizações de empreendimentos culturais.

O fato é que o ano de 1975 traz dois marcos indeléveis para a cultura brasileira: a criação da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e o lançamento da primeira Política Nacional de Cultura (PNC). Para Botelho (2001), o PNC representou um divisor de águas em relação ao período anterior, tendo em vista que balizava as ações do MEC, sedimentando o apoio federal à cultura. A FUNARTE, por sua vez, terá atuação fundamental na interface política cultural/universidade, servindo como elo entre o Governo Federal e as instituições de ensino superior, no que diz respeito à atuação cultural dessas universidades. O artigo 1º da lei de criação da FUNARTE estabelecia como finalidade da fundação a promoção, incentivo e amparo da prática, desenvolvimento e difusão das atividades artísticas, resguardando a liberdade de criação (BRASIL, 1975).

Rechaçando a hipótese de que a criação do MinC, com a conseqüente separação da área da educação, teria sido o fator responsável pela falta de diálogo entre as áreas, Botelho (2011, 2017) destaca que a área cultural, mesmo quando sob o abrigo do MEC, sempre foi alijada das decisões da pasta. É justamente como conseqüência dessa apartação da temática da cultura do restante do MEC que a FUNARTE emerge como impulsionadora de uma das experiências mais relevantes no relacionamento entre a área federal de cultura e as instituições públicas de ensino superior no país.

Desde a sua fundação, houve uma grande demanda vindo das universidades em busca de apoio às suas atividades culturais, consubstanciadas na missão extensionista. Ante a falta de apoio do MEC, as instituições de ensino superior buscaram socorro na fundação para concretizar as ações ligadas à área artístico-cultural.

Desse modo, compelida a atender às demandas das universidades, a Funarte organizou o projeto “Universidade”, cujo objetivo era incentivar as atividades culturais no meio universitário, trabalhando com a área de extensão cultural das universidades. Nesse intuito, a meta era auxiliar as universidades a se tornarem “[...] polos irradiadores de cultura para a comunidade, por meio da promoção de atividades artísticas não eventuais, estimulando a participação efetiva do corpo discente, de forma a constituir um calendário anual e permanente” (BOTELHO, 2011, p. 50). Em 1981, o projeto incorpora o programa Bolsa Trabalho/Arte e passa a se chamar Projeto Universitário (PU), assumindo um caráter formativo mais acentuado, ao ofertar bolsas de seis meses para discentes universitários desenvolverem atividades na área das artes (BOTELHO, 2011).

Com o passar do tempo e a realização de reuniões de avaliação, além de debates sobre a efetividade do PU, chegou-se à conclusão de que havia uma falta de coordenação entre as áreas das universidades, o que trazia dispersão de recursos, perda de qualidade e redundância na realização de atividades em termos de atividades de extensão. Com isso, a partir de 1982, a Funarte passa a exigir das universidades que receberiam os aportes de recursos, um Plano Diretor de Cultura, com o objetivo de fazê-las refletir sobre a estratégia de execução das propostas. O Plano deveria prever metas e etapas, integração entre ensino e extensão (incluindo a área de ciências humanas e saúde), numa perspectiva abrangente de cultura, e participação da comunidade externa (BOTELHO, 2011, 2017).

Pode-se dizer que o PU representa uma experiência seminal na relação entre política cultural e universidades no Brasil. Ao mesmo tempo, o projeto conduz a uma importante reflexão, tendo em vista que a sua execução é acionada não como concretização do planejamento das instâncias governamentais, mas pela pressão das universidades em busca de apoio e recursos financeiros para a execução das suas ações culturais. Buscando articular educação e cultura, a FUNARTE lidou, desde o seu início, com a formação de recursos humanos e, numa das frentes de atuação, financiava a formação de jovens e adolescentes, além de estudantes universitários. É nesse âmbito que se localiza o PU, na perspectiva de trabalhar com a educação global do indivíduo por meio da arte.

Passando pela criação do MinC, em 1985, no contexto da redemocratização, e pelos sucessivos governos e respectivas gestões do Ministério, a investigação sobre política cultural e universidade, pelo interregno lacunar que se instalou na área, permite um salto até o ano de 2013, com o Programa Mais Cultura nas Universidades.

No entanto, antes de adentrar no universo do programa, é necessário traçar um breve retrospecto do diálogo entre cultura e educação que leva à instituição dessa ferramenta. Assim, pode-se pontuar a realização de dois importantes eventos que se dedicaram à reflexão sobre a questão da arte e cultura nas universidades e serviram como pontos fundamentais para a abertura dos diálogos entre o MinC e as universidades. São eles o fórum “A Universidade pensa o Brasil: Universidade, Arte e Cultura”, realizado em 2003, na UFBA; e o “I Seminário Cultura e Universidade – Bases para uma política nacional de cultura para as instituições de ensino superior”, realizado em 2013, na mesma universidade.

Ambos os eventos surgem no contexto de reflexão sobre o papel das universidades na promoção e difusão da arte e cultura, e a necessária articulação entre as instituições e o Governo Federal, por meio do MinC e demais estruturas dedicadas às temáticas da cultura e educação.

Como marco da retomada na articulação entre política cultural e universidades, no ano de 2014 foi lançado o Edital Mais Cultura nas Universidades que, numa conjunção entre MEC e MinC, convocava as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a apresentarem Planos de Cultura, com a finalidade de desenvolver e fortalecer o campo das artes e da cultura no país. No âmbito do Edital, os Planos aprovados poderiam ser contemplados com recursos que variavam de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) (BRASIL, 2014).

O edital contou com a participação de todas as universidades federais brasileiras, além de 36 Institutos Federais, e contemplou 28 (vinte e oito) instituições com apoio financeiro que chegou a R\$ 1.125.000,00 (um milhão e cento e vinte e cinco mil reais) (MARQUES, 2018). Importante frisar que a maior parte das universidades não recebeu o aporte financeiro, apesar da aprovação do plano de cultura apresentado.

São muitos os benefícios reconhecidos no Edital Mais Cultura nas Universidades, dentre os quais: a reafirmação do papel cultural das universidades, o nível de detalhamento do programa, que discriminava áreas, temas, diretrizes e procedimentos; o significativo aporte de recursos, a prioridade conferida a propostas que articulassem os elementos do tripé acadêmico (ensino, pesquisa e extensão), além da articulação com o Plano Nacional de Educação e com o Plano Nacional de Cultura (RUBIM, 2019a; BOTELHO, 2017).

Contudo, vale registrar a pertinente crítica do professor Rubim (2019), quando afirma que a exigência da elaboração de um Plano de Cultura, ainda que involuntariamente, acabou retirando o caráter democrático-participativo que se faz indispensável à aprovação desse documento, transformando-o num mero componente burocrático para cumprimento da formalidade exigida.

Nos limites deste capítulo, é válido registrar a esperança de que o Governo Federal, por meio do MinC e demais instituições responsáveis pelas áreas de educação e cultura promovam, cada vez mais intensa e continuamente, ações de articulação entre esses dois campos que, nas universidades, convivem de forma transversal, por meio de atravessamentos que rendem frutos tanto no âmbito interno, quanto para a sociedade em geral.

## **2.1 O desafio da cultura na universidade**

A escassez de Planos de Cultura aprovados pelas instâncias de deliberação das universidades federais demonstra, pela negativa, a importância da temática cultural no arco de interesses que merecem tratamento relevante nessas instituições. A ausência de um documento

que sirva como guia para o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações culturais das universidades, denota a desarticulação institucional em que se encontra o campo da cultura nesses entes.

Se, por um lado, a universidade detém a capacidade de lidar com as questões artístico-culturais nas suas variadas etapas, desde a criação, passando pelos aspectos de produção até a difusão; por outro, esse potencial acaba sendo debilitado pela ausência de instrumentos capazes de promover uma maior coordenação e aproveitamento das ações culturais perpetradas por essas instituições, tais como órgãos e documentos específicos para a área de cultura. Perde-se em impacto e reverberação das atividades, tanto para a comunidade interna, quanto para a sociedade em geral.

Partindo dessa constatação, o Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (FORCULT), entidade de natureza propositiva e consultiva que congrega agentes culturais ligados a essas instituições, lançou, em 2020, um documento com o objetivo de auxiliar na implementação de políticas culturais pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Com a estrutura de um guia, o instrumento propõe um passo-a-passo para a feitura do Plano de Cultura das IPES, com toda a metodologia necessária à concretização da regulação institucional da cultura (FORCULT, 2020).

O documento reúne, ainda, exemplos de planos de cultura que poderiam servir como subsídio para a consecução dos objetivos proposto no guia. Nesse ponto, é sintomático que a pesquisa realizada por um dos coordenadores do livro em portais da internet de IPES tenha obtido êxito em localizar apenas seis planos de cultura (FORCULT, 2020). Ainda que se considere a possível ausência do documento apenas no meio digital, o fato é que, num universo que conta com 69 universidades federais (sem contar as demais instituições públicas de outras esferas de governo e os institutos federais), a quantidade encontrada mostra-se reveladora da pouca importância dada à institucionalização da cultura no âmbito desses centros de ensino.

Por oportuno, vale reiterar o conceito de institucionalização que delimita o horizonte teórico-metodológico, trabalhado deste estudo:

[...] o processo em que certas práticas, cargos, funções, relações e temas passam a ser abarcados por um mesmo aparato organizacional, com um escopo temático reconhecível e delimitado – sendo, ainda, uma instância socialmente reconhecida como legítima no tratamento de um domínio definido de reflexão e intervenção (DIAS, 2021, posição 292).

Depreende-se do conceito trazido acima que a institucionalização da cultura nas universidades, para além de promover a centralização do assunto num mesmo aparato organizacional, acaba por legitimar o tema e proporcionar o necessário reconhecimento daquela instância para o tratamento da cultura, tanto no âmbito da reflexão, quanto da intervenção. Daí a importância de dotar o campo cultural de um arcabouço legal (plano de cultura, resoluções, portarias etc.) e administrativo que dê conta da missão nas instituições.

Evidentemente, o desafio da cultura nas universidades está muito além da mera institucionalização. Trata-se, antes de mais nada, de reconhecer a universidade como instituição cultural (RUBIM, 2019a; SIDONCHA, 2021). Essa afirmação que, *a priori*, pode parecer meramente retórica e protocolar, ganha desdobramentos e contornos mais nítidos ao se examinar a questão com mais detalhamento.

As relações entre ensino superior, arte e cultura datam de milênios. Há, portanto, um entrelaçamento atávico entre as questões artístico-culturais e a emergência do ensino superior desde os períodos mais antigos. Na Grécia Antiga, já se preconizava a formação do homem numa perspectiva integral, o que significava tanto instrução intelectual, quanto física e artística. A *paideia*, termo grego que pode ser subsumido à ideia de civilização, pressupunha a educação como direito e dever de todos os cidadãos, que tomariam parte nos negócios políticos da sociedade e, portanto, deveriam estar intelectualmente preparados para compreender os problemas da *pólis*.

Apesar da importância singular dos gregos para a integração da arte ao currículo do ensino superior, é possível retroceder ainda mais no tempo e encontrar, já no Egito Antigo, as *per-ankh* (*House of Life*) que emergiram por volta de 2000 a.C. Com o desenvolvimento da agricultura, propiciado pela fertilidade da região do Vale do Rio Nilo, o Egito passou a fruir de intensos intercâmbios econômicos e culturais com a região vizinha. Tais influxos culturais permitiram ao Egito lançar as bases de inovações na civilização africana, dentre as quais, a invenção da escrita. Por 2000 anos, os africanos do Egito tiveram a oportunidade de devotar grande parte da sua energia em conquistas culturais e artísticas sem precedentes (LULAT, 2005). A partir desse panorama de pujança cultural e econômica foi possível conceber as *per-ankh* (*House of Life*). Esses institutos se localizavam dentro de templos egípcios, contavam com inúmeras construções, milhares de empregados e tinham múltiplos papéis. Para além da transmissão de conhecimentos teóricos, disponibilizavam aulas de escultura e outros ofícios artísticos manuais.

Seguindo a perspectiva cronológica encontramos, na Índia Antiga, mais exemplares de centros de ensino superior que congregavam a dimensão artístico-cultural como parte dos seus

ensinamentos. A *Takshasila*, fundada por volta do ano 1000 a.C., oferecia uma ampla variedade de cursos, divididos em literatura e assuntos técnico-científicos. *Vedas e Silpas* eram os termos usados para descrever esses dois ramos do conhecimento. Dentre os *Silpas* incluíam-se música, poesia, dança e pintura, numa mostra da importância do ensino das disciplinas artísticas nessa instituição milenar. Ainda na Índia Antiga, vale citar a *Vikramashila* (circa 775-800 a.C.), um monastério budista e famoso centro de aprendizado que contava com cursos que cobriam as chamadas "64 artes", abrangendo, dentre outros tópicos, música e dança (APTE, 1961).

Por meio de tais exemplos, compreende-se como os temas da arte e da cultura estão imbricados com a noção de ensino superior. Desde tempos primórdios, essas protouniversidades já incluíam matérias ligadas às artes como parte do itinerário formativo dos então alunos/discípulos.

Apesar de toda a riqueza cultural que vicejava nos centros de ensino superior da antiguidade, é na Era Medieval que se dá o nascimento da universidade, enquanto instituição, com as características que lhes são próprias, tais como: autonomia, liberdade de cátedra, outorga de títulos e diplomas, dentre outras. A Universidade de Bolonha, fundada em 1088, é tida como a primeira universidade do mundo, sendo seguida pelas de Paris e Oxford, em 1090 e 1096, respectivamente. A estrutura curricular dessas universidades era composta pelo estudo das artes liberais (*trivium e quadrivium*) formando a fase propedêutica e, em seguida, o estudo de teologia, direito e medicina numa fase de estudos superiores (ALMEIDA FILHO, 2009, 2012).

Almeida Filho (2009) credits o nascimento da universidade da arte-cultura aos movimentos desencadeados pelo capitalismo incipiente do século XVIII. Deixando de lado as necessidades trazidas pela industrialização que começava a despontar, a universidade aderiu ao projeto enciclopedista, desviando a atenção dos conhecimentos em tecnologia e ciência que se faziam indispensáveis à industrialização capitalista. O distanciamento da universidade dos temas ligados ao conhecimento prático que se requeria à época, acabou incentivando o surgimento de numerosas sociedades científicas, que tinham como objetivo a pesquisa e o desenvolvimento do conhecimento que estava de fora da universidade, que se mostrava conservadora.

No panorama nacional, é impossível pensar nas relações entre arte, cultura e universidade no Brasil sem voltar os olhos, num primeiro momento, para o Movimento Modernista, que tem como epítome a Semana de Arte de Moderna de 1922. Rompendo com a arte acadêmica fincada em raízes elitistas, o Modernismo propunha uma renovação político-cultural baseada nas vanguardas europeias, mas incorporando uma noção de apropriação dos valores culturais tipicamente brasileiros (ARAGÃO, 2016a).

Institucionalmente, a universidade brasileira nasce em 1920, com a fundação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Contudo, as instituições universitárias que foram surgindo na sequência funcionavam como centros destinados à formação das elites brasileiras, servindo, apenas e tão somente, como produtoras e reprodutoras da realidade europeia e reforçando a “cultura letrada” (ARAGÃO, 2016a). A universidade estava distante das questões que importavam para um pensamento fincado em raízes nacionais e voltada, num primeiro momento, a um pensamento de extração estrangeira.

Reivindicava-se, portanto, uma universidade que funcionasse, efetivamente, como centro de debate e crítica da sociedade. Uma instituição que se apropriasse da realidade brasileira e deixasse para trás o seu caráter conservador, que a mantinha afastada da situação em que se encontrava o país no início do século XX (PORTELA; SAMPAIO; ROSA, 2023).

O avanço e a multiplicação das universidades promovem a inevitável aproximação dessas instituições com as temáticas indispensáveis a uma compreensão mais aprofundada do Brasil. Uma universidade com as marcas de uma elaboração brasileira, fincada nas suas raízes originárias.

Visto que as ações do âmbito artístico-cultural acabam por tomar forma na missão extensionista - seja pela ausência de órgão exclusivamente dedicado à cultura, seja pelo intrínseco caráter transversal da cultura - cabe fazer um retrospecto do percurso institucional da área da extensão nas universidades.

O primeiro documento legal que faz referência à palavra “extensão” data de 1931: o Decreto-Lei nº 19.851, mais conhecido como Reforma Francisco Campos, em referência ao ministro da época. O Decreto caracterizava a extensão, em seu Art. 109, como a atividade destinada “à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo”. Além disso, estabelecia que as finalidades da extensão seriam consumadas por meio de cursos intra e extra-universitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas (SÃO PAULO, 1934).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) assenta a extensão como uma das finalidades da educação superior, de modo a ofertar à população a “difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

Outro marco que merece relevo na institucionalização da extensão nas universidades brasileiras, com contribuição fundamental para a interface universidade/cultura é o Plano

Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo FORPROEX. Propõe-se, nesse documento, uma definição ampla e abrangente de extensão, consonante com as novas perspectivas extensionistas que emergem das perspectivas mais contemporâneas de atuação da universidade no âmbito da sociedade. O Plano caracteriza extensão da seguinte forma:

O processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (FORPROEX, 2001, p. 15).

Vale destacar, no rol do arcabouço legal que deu forma institucional à extensão, a Constituição Federal de 1988, promulgada no contexto de redemocratização política do país. Com a nova Carta Magna há a consolidação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além da autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial das universidades. Além disso, a Constituição encampa uma nova concepção de cultura, elevando-a ao *status* de direito de todos, garantido, apoiado e incentivado pelo Estado. Fato é que na intersecção entre universidade e cultura, a Constituição serviu para potencializar a difusão artístico-cultural e extensionista nas instituições universitárias (BRASIL, 1988).

Em 2008, foi lançado o Programa de Extensão Universitária (PROEXT), por meio do Decreto N° 6.495, de 30 de junho de 2008. Instituído no âmbito do MEC, o programa objetivava apoiar o desenvolvimento de ações de extensão, ampliando a interação das IES com a sociedade. Para Pozzer e Leon (2019), a implantação do PROEXT está ligada ao histórico do movimento extensionista no Brasil e, além disso, marca uma inversão de prioridades na agenda política das universidades brasileiras, com as correntes progressistas tendo protagonismo nos espaços de tomada de decisão das universidades e dos órgãos do poder público federal.

Pozzer e Leon (2019) demonstram, ainda, a evolução na destinação de recursos financeiros para a extensão universitária entre os anos de 2003 e 2015, ressaltando o ciclo virtuoso que se criou com o PROEXT na produção científica ligada à extensão, na realização de eventos, no fortalecimento da institucionalização da cultura e extensão dentro das universidades, além da diminuição da assimetria entre os saberes universitários e os saberes populares (POZZER; LEON, 2019).

O breve retrospecto apresentado sobre os marcos legais da extensão conduz à reflexão de que um dos desafios para a cultura na universidade é ganhar um *locus* de discussão que lhe seja próprio, sem a imediata e automática ligação com a extensão. Dotar a cultura de aparato organizacional autônomo é, para além de prover para o tema uma independência institucional, conferir lugar discursivo à área da cultura na universidade. Ainda que em muitos momentos possa haver um imbricamento inexorável entre cultura e extensão, há inúmeras ocasiões em que essas temáticas podem aparecer de forma independente uma da outra.

Algumas universidades federais brasileiras avançaram com a criação de pró-reitorias específicas de cultura, como a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a UFCA, objeto de estudo do presente trabalho. Trata-se do reconhecimento institucional da relevância da cultura, que gera fortalecimento da coordenação e difusão das políticas culturais para as universidades. Alçar a pauta da cultura à dimensão estratégica é colocá-la em par de igualdade com as demais dimensões do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão).

De fato, a filiação da cultura à área de extensão pode ser vigorosamente atestada tendo-se como base o artigo de Nunes (2020), que condensa os resultados de um estudo conduzido pelo autor em 2017, com o objetivo de entender como estão estabelecidas as ações culturais dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas no Brasil. Com participação de 33,4% das IES públicas brasileiras, o estudo indica que 84,6% das instituições respondentes têm sua gestão cultural atrelada a uma Pró-Reitoria de Extensão ou órgão equivalente.

Para Molina (2019), esse tipo de vinculação pode fazer com que a cultura seja sobreposta pela extensão. Ele considera que há muito o que fazer na oferta de ações culturais para a comunidade universitária, de modo que a interação com o público externo não deve ser elemento obrigatório nesse tipo de atividade. Pondera, ainda, que, “[...] se pensada como eixo estruturante e articulador da formação profissional, a cultura cria aderência nos contextos internos da instituição [...]” e tem o potencial de atravessar os “muros” acadêmicos de forma orgânica (MOLINA, 2019, p. 91).

Por outro lado, no que concerne à localização institucional da cultura no âmbito das universidades e suas relações com a extensão, Gomes (2017) considera que, desde que haja fortes investimentos e valorização, não há problema no fato de a cultura estar acomodada nas pró-reitorias de extensão. Esse autor considera, ainda, que a área extensionista pode, inclusive, trazer muitas contribuições para o exercício da cultura nas universidades. Para além do desafio da localização institucional, Gomes (2017) estabelece outros três obstáculos

a serem superados pela cultura nas universidades. O primeiro deles se refere à necessária abertura da universidade para a diversidade cultural, tendo em vista a presença de outros corpos, até então excluídos do ambiente universitário. Torna-se indispensável a inclusão das produções culturais das populações negra, indígena, rural, quilombolas, LGBTQIAPN+, das pessoas com deficiência, dentre outras, que outrora estiveram alijadas do ambiente universitário. Outro desafio se refere à gestão dos equipamentos culturais universitários, a exemplo de museus, teatros, espaços culturais, bibliotecas, memoriais, salas de cinema, auditórios, arquivos, etc. Nesse ponto, é importante pensar na manutenção desses espaços e na centralidade da cultura, inclusive nos aspectos orçamentários, indispensáveis à efetiva gestão das estruturas. Por último, Gomes (2017) resalta o problema da gestão de pessoal no âmbito das ações culturais. Ele destaca a insuficiência de servidores para dar conta das atividades culturais, além da cisão que pode ocorrer nas equipes em virtude de disputas políticas no âmbito das universidades.

Em outra frente, a ausência de políticas culturais estruturantes tem se mostrado como fator enfraquecedor da atuação cultural das universidades. A consolidação de um Plano de Cultura requer um processo amplo e irrestrito de diálogo com a comunidade universitária e extrauniversitária, a fim de definir as prioridades, diretrizes e metas a serem atingidas. Preliminarmente, faz-se necessário proceder com um diagnóstico da situação cultural da instituição, com um levantamento detalhado de todos as instâncias onde a cultura se faz presente: equipamentos, cursos de graduação e pós-graduação, atividades de extensão, grupos de pesquisa, corpos estáveis, componentes curriculares, eventos etc.

A metodologia de elaboração do Plano de Cultura pode se valer de variados expedientes, desde que permita a participação da comunidade na apreciação e discussão das matérias postas ao debate. Desse modo, pode-se adotar a realização de seminários, mesas de debate, palestras, fóruns, reuniões e demais expedientes de interlocução com a sociedade. O Plano deve se desenrolar num horizonte temporal definido, contendo programas, projetos e ações, eixos de atuação, além de fundamentação teórica a respeito da concepção de cultura sobre a qual se desenvolverão os elementos do documento. Sem a intenção de esgotar as dimensões que podem constar num plano, é indispensável contar com instrumentos de avaliação das ações propostas, de modo que se possa aferir, ao fim do período estipulado, se os objetivos foram cumpridos a contento e o que deve ser aprimorado.

A institucionalização de um documento estratégico para a cultura, construído e executado de forma democrática e dialógica, pode ajudar a romper

[...] a estranha combinação que reúne uma dispersão significativa de atividades culturais realizadas e a ausência de articulação, conhecimento e reconhecimento, delas, por meio de políticas e planos de cultura (RUBIM, 2019a, p.14-15).

A consolidação de instrumentos de institucionalização da cultura no âmbito das universidades, requer, antes de mais nada, o reconhecimento da universidade enquanto instituição cultural. Esse reconhecimento, que para alguns pode soar como uma patente obviedade, deve estar amparado numa orientação política objetiva da gestão universitária. Para Readings (1996, p. 15), “falar da Universidade e do Estado é contar a história da emergência da noção de cultura”. Tal autor sustenta que o conceito de cultura surge para equacionar as tensões entre essas duas instituições da modernidade – Universidade e Estado -, mas, observa que a noção de cultura deixou de significar algo fundamental para a Universidade. Além disso, ressalta o declínio do poder da universidade – e dos seus intelectuais - na esfera pública (Readings, 1996). A excelência, enquanto métrica de valorização da universidade, acabou transformando-a numa corporação burocrática, cujo principal objetivo seria a profissionalização da classe gerencial-administrativa que supre o capitalismo: a Universidade de Excelência em lugar da Universidade de Cultura. Apesar disso, Readings (1996) pontua que a universidade ainda não tomou o caminho irrevogável de uma corporação burocrática, questionando o que pode ser feito para que essa instituição retome o seu papel de vanguarda da cultura nacional.

Apesar das observações que apontam para a perda de protagonismo das universidades enquanto polos que protagonizam os rumos da cultura nacional, alguns autores, como Sidoncha (2021), observam que a condição cultural da universidade, de tão elementar, tomou a forma de uma atitude natural, um fato familiar de cuja presença ninguém duvida. A contrapartida dessa “naturalização” é a incapacidade de questionar, de problematizar essa condição cultural, de modo que a universidade deixa de “[...] alicerçar, como é seu dever, a utilização profusa e desregrada do adjetivo ‘cultural’ numa investigação robusta, de base científica, do substantivo ‘cultura’” (SIDONCHA, 2021, p. 6). A consequência disso é a falta de normativos que confirmam realização objetiva às atividades culturais, articulando-as em programas, projetos e ações efetivas.

Outro desafio para a cultura na universidade provém de um fundo mais conceitual: o que é Cultura? Quais são as atividades culturais promovidas pela universidade? O alargamento conceitual pode levar à conclusão de que tudo que se faz na universidade deve ser considerado como cultura, afinal, tomando de empréstimo a clássica definição formulada por Tylor (1871, p. 1, tradução nossa):

Cultura ou civilização, tomada em seu amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.<sup>2</sup>

Nessa perspectiva, o fenômeno da cultura estaria desvanecido de tal forma no tecido universitário, que seria desnecessário estabelecer uma política própria para a área. A gestão do ensino, da pesquisa e da extensão já daria conta de cuidar, de modo transversal, do fenômeno da cultura que se encontra imiscuído nas demais atividades. A cultura seria destituída de qualquer traço de singularidade, tendo em vista sua diluição nos outros ramos acadêmicos. Conforme ensinamento de Coelho (2008, p. 19-20),

[...] o entendimento universalista da cultura praticado pela antropologia não se revela operacional [...] do ponto de vista dos que pretendem atuar com a cultura e por meio da cultura – como na política cultural. Quanto tudo é cultura – a moda, o comportamento, o futebol, o modo de falar, o cinema, a publicidade -, nada é cultura.

No extremo oposto, estaria a definição de cultura enquanto linguagens artísticas e patrimônio (material e imaterial). Tal concepção, restritiva e conservadora, suprimiria o aspecto cultural de diversas outras atividades que não se encaixam perfeitamente nos limites adotados. Tampouco serviria ao estabelecimento de uma política cultural universitária.

Depreende-se que o conceito de cultura a ser adotado deve se situar entre esses dois parâmetros: nem tão amplo que gere uma diluição impossibilitadora da distinção da singularidade do fenômeno cultural e do estabelecimento de ações efetivas; nem tão restrito que exclua numerosas manifestações que se encontram no âmbito cultural sem, no entanto, se inscrever em limites rígidos de pertencimento à área.

Conclui-se, então, que a noção de cultura deve ser estabelecida no respectivo Plano de Cultura da universidade onde será implementado. Mais uma vez, ressalte-se o caráter democrático que deve nortear o estabelecimento do horizonte conceitual que servirá de baliza ao estabelecimento dos objetivos do documento. A polissemia do fenômeno cultural não pode servir como justificativa para a paralisia na implementação de ações para a área nas universidades.

---

<sup>2</sup> Culture or civilization, taken in its wide ethnographic sense, is that complex Whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society.

### 3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Quanto aos objetivos, a pesquisa proposta se caracteriza como descritiva, tendo em vista o propósito primordial de descrever o fenômeno da institucionalidade cultural na universidade federal escolhida como unidade de análise. A abordagem será qualitativa e visa o aprofundamento da compreensão do fenômeno estudado, para além de qualquer representatividade numérica (GOLDENBERG, 2004).

A revisão bibliográfica deu conta de situar o histórico da UFCA, fornecendo um panorama geral do surgimento dessa universidade e das imbricações com as questões artístico-culturais ao longo da trajetória dessa instituição.

Para um maior aprofundamento na compreensão da institucionalidade cultural da UFCA, adotamos o estudo de caso como procedimento técnico. Para Gil (2002), essa modalidade de pesquisa se caracteriza pelo “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”. Na concepção de Yin (2001), o uso do estudo de caso se justifica quando o fenômeno estudado é contemporâneo e não pode ser separado do seu contexto. Trata-se de um caso emblemático e raro no que concerne à configuração institucional da área da cultura, sendo uma das poucas universidades federais brasileiras a contar com uma Pró-Reitoria exclusivamente dedicada à área da cultura. Voss, Tsiriktsis e Frohlich (2002) preconizam a escolha de um caso típico ou representativo do que se pretende estudar, o que se coaduna com a fundamentação para a escolha do caso aqui proposto.

Apesar de haver outras universidades que contam com pró-reitoria exclusiva para a cultura em seus organogramas institucionais, a escolha da UFCA se deu em virtude da sua forte e singular vinculação regional com a região do Cariri, onde ela está situada, além da proximidade cultural com as raízes do autor do estudo. De fato, constatamos, no decorrer do estudo, seja por meio das entrevistas, seja por meio dos documentos institucionais, que a criação da Pró-Reitoria de Cultura teve como uma das principais justificativas a importância cultural da região do Cariri e a consequente inserção regional da UFCA.

Segundo Yin (2001), o estudo de caso deve se valer de evidências provenientes de duas ou mais fontes, de forma a conferir fidedignidade e validade aos resultados encontrados. Na mesma perspectiva, Gil (2002) adverte, como princípio básico na utilização do estudo de caso, para a necessidade de coleta de dados provenientes de mais de uma fonte. Partindo dessa premissa e levando-se em conta as fontes de evidências preconizadas por Yin (2001), a produção de dados se deu por meio de análise documental e entrevista semiestruturada.

Por intermédio do exame de documentos buscou-se o entendimento da dinâmica de funcionamento da institucionalidade cultural da universidade pesquisada, recorrendo-se a resoluções, portarias, relatórios de gestão, leis, atas de reuniões e quaisquer outros documentos que ajudem a elucidar o objeto de estudo.

### 3.1 Entrevistas

Foram entrevistados gestores(as) da Pró-Reitoria de Cultura da UFCA, tais como o Pró-Reitor e coordenadores, a fim de traçar um panorama da institucionalização e do funcionamento da pró-reitoria sob o ponto de vista de quem está atuando. Foram entrevistados, ainda, servidores docentes e servidores técnico-administrativos que estiveram envolvidos com a criação da Pró-Reitoria, com o objetivo de elucidar de que forma se deu tal inovação e quais foram os embates, tensões, consensos e dissensos que permearam o processo de concepção e instalação de tal órgão.

Foi utilizada a entrevista semiestruturada, que se caracteriza pela combinação de perguntas previamente formuladas com outras abertas, permitindo que o entrevistador tenha algum controle sobre o roteiro, ao tempo em que propicia uma maior liberdade e espontaneidade do entrevistado a respeito dos tópicos assinalados (MINAYO; COSTA, 2018).

As entrevistas foram realizadas, presencialmente, com gravação em áudio, no mês de novembro de 2022, majoritariamente nas dependências da UFCA, no município de Juazeiro do Norte, estado do Ceará. O convite para participação nas entrevistas se deu por contato telefônico e envio de correio eletrônico, por meio do qual foi enviada a carta de apresentação do projeto, com as principais informações sobre a pesquisa.

O roteiro das entrevistas (APÊNDICE B), foi dividido em 4 blocos de perguntas:

- 1 - Apresentação do entrevistado: perguntas relacionadas à identificação do entrevistado e sobre sua vinculação institucional com a UFCA;
- 2 - O processo de criação da Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri: questões envolvendo o processo de criação do órgão, tanto do ponto de vista formal, quanto de aspectos relacionados à recepção da Pró-Reitoria por parte da comunidade;
- 3 - Exame crítico do cumprimento da missão da Pró-Reitoria de Cultura: avaliação do entrevistado quanto à atuação da Pró-Reitoria, desde a sua criação;
- 4 - A dinâmica de funcionamento da Pró-Reitoria de Cultura da UFCA: perguntas que versam sobre o funcionamento objetivo da Pró-Reitoria, flagrando aspectos da sua estrutura institucional, aporte de recursos, vinculação a atos normativos, corpo funcional e participação das comunidades interna e externa.

As informações obtidas nas entrevistas mostraram-se de fundamental importância para a construção do objeto em questão, revelando aspectos fundamentais da dinâmica de funcionamento da Pró-Reitoria de Cultura, ao tempo em que permitiram a reconstrução do itinerário de formação desse órgão no contexto de gestação da UFCA. Conforme leciona Demartini (1999, p.3), a propósito do trabalho com diversos relatos ao mesmo tempo: “[...] ganha-se na comparação, na diversidade de opiniões, na percepção de processos em curso, na visualização de vínculos [...]].

### **3.2 Análise de dados**

Após a transcrição das entrevistas, com o intuito de exame e categorização, os dados produzidos no estudo de caso foram submetidos a análise qualitativa de conteúdo. Essa abordagem de interpretação conserva a forma literal dos dados e permite a apreensão das nuances de sentido entre as unidades e dos “[...] elos lógicos entre essas unidades ou entre as categorias que as reúnem[...]” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 227). Dentre as estratégias de análise e interpretação qualitativas preconizadas por Laville e Dionne (1999), no presente estudo foi utilizado o emparelhamento, que consiste em “[...] associar os dados recolhidos a um modelo teórico com a finalidade de compará-los” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 227).

Para fins de emparelhamento dos dados colhidos, foram utilizados, como modelo teórico a servir de base comparativa, os elementos constitutivos da definição de institucionalidade cultural que contam com maior consensualidade entre os mais proeminentes estudiosos do tema (RUBIM, 2007; CALABRE, 2009; UNESCO, 2014; COELHO, 1997). Tais elementos, que se configuraram como dimensões de análise para o presente estudo, são: a) estrutura administrativa/organizacional (distribuição de órgãos e funções responsáveis pela cultura); b) arcabouço político-legal que conforma a atuação dos respectivos órgãos (leis, decretos, portarias, resoluções, relatórios de gestão etc.); c) recursos financeiros, humanos e materiais e; d) participação da sociedade civil na política cultural (ou da comunidade externa, no caso das universidades federais). Além das categorias acima citadas, foi incluído o contexto de surgimento da Pró-Reitoria de Cultura da UFCA, avaliando-se, por meio dos dados recolhidos nas entrevistas e documentos, os embates, tensões, dissensos e consensos que permearam a proposta de implantação de tal estrutura disruptiva na universidade estudada.

### 3.3 Aspectos éticos

Em se tratando de pesquisa que envolveu a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes, foi observado o que estabelece a Resolução n° 510, de 7 de abril de 2016; e a Resolução n° 466, de 12 de dezembro de 2012, em relação aos preceitos éticos essenciais à realização do projeto e à garantia da proteção dos direitos que dizem respeito aos participantes da pesquisa.

Nessa perspectiva, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), com toda a documentação solicitada pelo Sistema CEP/CONEP, para avaliação ética e posterior anuência para a realização das etapas subsequentes. O pesquisador se comprometeu a esclarecer os participantes sobre a natureza da pesquisa, objetivos, métodos, direitos, riscos e potenciais benefícios. A todos os entrevistados foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A) para assinatura, após esclarecimento completo e pormenorizado da pesquisa, o que firmou a aquiescência do participante com os termos do projeto. Assegurou-se ao participante privacidade, confidencialidade e o direito de desistir, a qualquer momento, de participar da pesquisa.

O projeto foi apreciado pelo CEP da Escola de Enfermagem da UFBA e aprovado pelo Parecer Consubstanciado n° 5.757.371, assinado pelo Professor Anderson Reis de Sousa (ANEXO A). Todos os documentos do processo de submissão do projeto encontram-se disponíveis na Plataforma Brasil, reunidos no Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) n° 63614422.4.0000.5531.

#### 4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI: HISTÓRIA

Levando-se em conta o objetivo do presente projeto de traçar um panorama da institucionalidade cultural da UFCA, faz-se necessário tecer referência ao histórico artístico e cultural dessa instituição, de forma a se compreender de que maneira a cultura se entrelaça ao tecido acadêmico dessa universidade. Desse modo, é fundamental retomar o itinerário histórico da UFCA, voltando às suas raízes.

O gérmen de onde brota a UFCA é plantado em 2001, com a implantação do curso de medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC) em Barbalha, município que faz parte da região do Cariri cearense. Em 2006, a UFC implanta, numa sede provisória, o *campus* Cariri, contando com cinco cursos – administração, biblioteconomia, engenharia civil, filosofia e agronomia – e aulas nas cidades de Juazeiro do Norte e Crato. Já no ano de 2008, a UFC inaugura a estrutura física do *campus* Cariri em Juazeiro do Norte e, no ano seguinte, são criados os cursos de Jornalismo, Engenharia de Materiais, Educação Musical (licenciatura em Música) e de Design de Produto. Outro marco importante foi a criação, em 2010, do curso de bacharelado em Administração Pública com ênfase em Gestão Pública e Social e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável. Ainda numa perspectiva cronológica antecedente à criação da UFCA, o *campus* Cariri inaugurou, em 2011, uma terceira unidade na cidade do Crato (UFCA, 2022a).

Todo o histórico da UFC, e conseqüente surgimento da UFCA, situa-se como parte do processo de expansão e interiorização da educação superior pública engendrado a partir do Reuni, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007). Esse programa teve como principal objetivo a ampliação do acesso e permanência na educação superior e previa a “expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior” (BRASIL, 2010).

Com a adesão da UFC ao Reuni, no ano de 2008, consolida-se o processo de expansão pelo interior, com a inauguração das instalações físicas dos *campi* de Sobral e do Cariri, com sede em Juazeiro do Norte. O processo de estruturação dessas unidades se dá a partir dos repasses orçamentários provenientes do Reuni, realizados pelo MEC (NASCIMENTO, 2018). Vista num quadro mais amplo, a expansão da educação superior, a partir de 2003, foi engendrada em três etapas:

Fase I (2003 a 2007) – interiorização do ensino público federal, com o objeto de reduzir as assimetrias regionais e a intensa concentração das universidades em metrópoles;

Fase II (2008 a 2012) – reestruturação e expansão das universidades, que foi marcada pela implementação do Reuni;

Fase III (2012 a 2014) – desenvolvimento regional e programas especiais, caracterizada por iniciativas de desenvolvimento regional, em paralelo à implantação de novas unidades (BRASIL, 2014a).

É nessa última fase em que se insere a implantação da UFCA, como fruto do processo de inclusão das universidades nas dinâmicas regionais e foco numa perspectiva de participação efetiva de inclusão social e desenvolvimento das regiões onde estão inseridas. No mesmo ano de fundação da UFCA são criadas a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), o que ratifica o objetivo de desenvolvimento regional inscrito no âmbito do Reuni.

No ano de 2013, por meio da Lei nº 12.826 de 5 de junho, foi criada a UFCA, por desmembramento da Universidade Federal do Ceará. Tal lei, além de estabelecer a UFCA, criou ainda os *campi* de Brejo Santo e Icó para a recém-nascida universidade. Vale destacar que, em paralelo à tramitação do projeto de lei que buscava implantar a UFCA, foi instalado, pela Reitoria da UFC e em conjunto com a Direção do *campus* Cariri, o Projeto de Implantação da UFCA, cujo objetivo era discutir e alinhar princípios, estratégias e ações para o estabelecimento da futura universidade (NASCIMENTO, 2018). Tais discussões a respeito da vindoura universidade se deram a partir da constituição de grupos de trabalhos e, no bojo dos debates acerca dos aspectos constitutivos da nova instituição, tais grupos discutiram de que forma se daria a composição e o escopo das pró-reitorias.

Apesar de ter sido formalmente fundada em 2013, o processo de gestação da UFCA começou a ser engendrado muito tempo antes. Pode-se afirmar que, desde os anos 2000, havia uma demanda da comunidade local pela instalação de uma universidade, quando da chegada do curso de Medicina da UFC em Barbalha/CE (NASCIMENTO, 2018). No âmbito político-institucional, o Parecer Nº 1.861 exarado em 2003 pela Comissão de Educação do Senado Federal já se mostrava favorável à implantação de uma universidade na região do Cariri (SENADO FEDERAL, 2003b).

Contudo, foi no ano de 2002 que o então Senador Reginaldo Duarte<sup>3</sup> (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB/CE) sugeriu à Comissão de Educação do Senado Federal que analisasse a criação de universidade federal na região do Vale do Cariri. Por meio da Indicação

---

<sup>3</sup> O ex-Senador Reginaldo Duarte, empresário e agropecuarista, nasceu em Barbalha/CE, em 12/03/1935. Foi Senador pelo Estado do Ceará entre os anos de 1991 e 2007. Fonte: Senado Federal, disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/139>. Acesso em: 15 ago. 2023.

Nº 4, de 12 de junho de 2002, o referido parlamentar requereu a realização de estudos para a instalação de uma universidade na região sul do estado do Ceará (SENADO FEDERAL, 2002).

Alicerçando-se, sobretudo, em dados que davam conta da pujança econômica, em contraposição à situação de escassez de oportunidades na seara educacional, a Indicação Nº 4 trazia números que atestavam que, no ano de 2001, das cerca de 57.000 (cinquenta e sete mil) matrículas realizadas na educação superior do Ceará, em nível de graduação, apenas 13.600 (treze mil e seiscentas) estavam no interior do estado. Dada a significativa distância de 560 km que separam a região do Vale do Cariri da cidade de Fortaleza, para o Senador que protocolou a proposta: “estes dados evidenciam a urgente necessidade de ampliação das oportunidades de ensino superior no Ceará, recomendando a criação de instituição que atenda à demanda mais distanciada da capital” (SENADO FEDERAL, 2002, p. 11751). Além disso, pontuava-se também a necessidade de formação de quadros técnicos que impulsionassem o desenvolvimento da região que, à época, encontrava-se aquém do esperado. Tem-se, portanto, a demanda pela interiorização da educação que estava demasiadamente concentrada na capital, de modo a melhor distribuir as oportunidades de acesso à educação superior no território cearense (SENADO FEDERAL, 2002).

No ano de 2003, a Comissão de Educação emitiu o Parecer Nº 138, de autoria do Senador José Jorge (Partido Democratas – DEM/PE)<sup>4</sup>, que considerou “sensata e oportuna” a proposição de criação de universidade no Vale do Cariri feita pelo Senador Reginaldo Duarte. O Parecer destacava a defasagem da oferta de ensino superior no país e o descompasso em relação à taxa de matrícula verificada em países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ressaltava o ritmo lento de expansão das vagas de ensino superior no âmbito público e a consequente dificuldade de absorção dos egressos do ensino médio, cujo número de concluintes havia dobrado entre os anos de 1996 e 1999. Por fim, enfatizava a excelência das universidades públicas brasileiras, tanto na pesquisa quanto na formação de mão-de-obra especializada (SENADO FEDERAL, 2003a).

Seguindo o rito de tramitação de proposta de criação da universidade, a ex-Senadora Ideli Salvatti<sup>5</sup> cobrou, em novembro de 2003, providências ao Ministério da Educação no

---

<sup>4</sup> O ex-Senador José Jorge, engenheiro mecânico, economista e professor; nasceu em Recife/PE, em 18/11/1944. Foi Senador entre os anos de 1999 e 2007, tendo exercido vários mandatos de Deputado Federal de 1983 a 2007. Fonte: Senado Federal, disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/922> . Acesso em: 15 ago. 2023.

<sup>5</sup> A ex-Senadora Ideli Salvatti, professora, nasceu em 18/03/1952, em São Paulo/SP. Exerceu o mandato de Senadora entre 2003 e 2010, pelo estado de Santa Catarina. Além disso, ocupou os cargos de Ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais e Ministra da Pesca e

sentido de realizar estudos sobre a oferta de educação superior na região do Vale do Cariri, além de informações sobre a previsão de ampliação do número de instituições federais na região Nordeste e a respeito do procedimento formal para o pedido de criação de universidades. Ressaltando que a proposta já havia sido aprovada na Comissão de Educação e no Plenário do Senado Federal, a Senadora encaminhou ao Presidente da Casa o Estudo Preliminar que foi realizado pelo Senador Reginaldo Duarte para embasar a instalação da universidade.

O Estudo Preliminar para a criação da Universidade Federal do Cariri detalha, de forma pormenorizada, as justificativas para a implantação da instituição na região. Logo na sua introdução, o documento estabelece três objetivos principais para a instalação da universidade: atenção às especificidades históricas, políticas e culturais das cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha; estímulo ao desenvolvimento da região do Semiárido e tratamento simétrico das três cidades citadas com demais municípios que já contam com instituições federais. Assenta a presença de uma entidade federal como necessária ao desenvolvimento humano, institucional e social da região, além da importância para o desenvolvimento da economia do local (SENADO FEDERAL, 2003d).

O Estudo Preliminar toma a dianteira no estabelecimento de uma dimensão que será fundamental para a Universidade Federal do Cariri: a sua vinculação singular à região do Cariri (tema que será tratado na próxima seção). Traz um importante capítulo com a caracterização do Cariri, tratando do contexto regional onde estará inserida a futura universidade. São tratados os temas afeitos às questões demográficas, econômicas, culturais e históricas. A seção sobre a condição do ensino superior faz um compilado das instituições responsáveis pela matrícula do contingente de 10.116 alunos dos municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. À época do estudo – ano de 2003 –, a região contava com três entidades federais: Faculdade de Medicina de Barbalha (unidade descentralizada da UFC), Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e Escola Agrotécnica Federal (SENADO FEDERAL, 2003d).

Como missão institucional, o Estudo Preliminar propõe quatro grandes desafios:

- a) fortalecimento da economia do Nordeste semiárido, com inclusão social;
- b) atendimento à demanda social por pesquisa e extensão universitárias;
- c) formação da juventude do interior;
- d) consolidação como centro de referência em ciência e tecnologia para o semiárido nordestino (SENADO FEDERAL, 2003d, p. 40980).

No âmbito do desafio de atendimento à demanda social por pesquisa e extensão universitária, cabe destacar um desdobramento que dialoga fortemente com a proposta do

presente estudo, prenunciando a configuração institucional que irá nortear a universidade. O Estudo Preliminar estabelece o objetivo de disseminação do conhecimento sistematizado à comunidade externa e, por outro lado, a sistematização do conhecimento tradicional. “Trazer o universal para o regional é a síntese do desafio a ser enfrentado pela Universidade Federal do Cariri” (SENADO FEDERAL, 2003d, p. 40984). A valorização do saber local e o reconhecimento da região como polo irradiador de novos saberes e práticas são estabelecidos como objetivo fundamental da universidade (SENADO FEDERAL, 2003d).

A proposta de uma nova universidade que concatene, de forma fluida, os saberes e práticas produzidas na sua região com aquele que é produzido no seu ambiente interno, dialoga com a superação do que Santos (2009) cunhou como “pensamento abissal”:

[...] sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. [...] a divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente (SANTOS, 2009, p. 23).

O Estudo Preliminar propõe, de forma assertiva, a convivência harmoniosa entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais presentes na região do Cariri, tais como o folclore, a música e a forte religiosidade. Mais do que isso, tem-se aí uma tentativa de combate à invisibilização de formas de conhecimento que não se encaixam no cânone científico da universidade ocidental. Numa região de pujantes manifestações culturais, é fundamental lutar pela copresença dos conhecimentos e saberes locais na universidade. O Estudo Preliminar apontava, portanto, para uma concepção de universidade alinhada com importantes correntes teóricas contemporâneas.

Guardadas as devidas proporções, o que o Estudo Preliminar sobre a criação da Universidade Federal do Cariri propunha era a confrontação da “[...] monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes” (SANTOS, 2009, p. 44). Ou seja,

[...] o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento (SANTOS, 2009, p. 4-5).

Tal qual grande parte das matérias que tramitam no Congresso Nacional, a proposição da UFCA passou por um longo itinerário até a sua aprovação final. Retomando a cronologia, tem-se a seguinte trilha legislativa: em 2002, a Indicação nº 4 do ex-Senador Reginaldo Duarte, sugere que a Comissão de Educação estude a criação de universidade federal na região do vale do Cariri; em 11 de março de 2003, a Indicação foi aprovada, com base no parecer nº 138, do

ex-Senador José Jorge; no dia 27 de março de 2003, o Plenário do Senado Federal discutiu e aprovou o parecer mencionado e o assunto retornou à Comissão de Educação, para maior esclarecimento e formulação de proposição legislativa sobre o tema; em abril de 2003, a matéria foi distribuída para a relatoria da ex-Senadora Ideli Salvatti, que, em maio do mesmo ano, concluiu pela apresentação de Requerimento de Informação ao Ministro da Educação.

Nesse período, foi apresentado o Estudo Preliminar sobre a criação da UFCA pelo Gabinete do ex-Senador Reginaldo Duarte com um estudo pormenorizado sobre a necessidade de criação da universidade, fundamentado em sólidas bases de dados, além de justificativas econômicas, sociais, culturais e educacionais da região.

Em 26 de novembro de 2003, a ex-Senadora Ideli Salvatti devolve o processo à Comissão de Educação, ressaltando que a matéria já havia sido aprovada pelo Plenário e pela própria Comissão. O tema foi entregue à relatoria da ex-Senadora Patrícia Saboya<sup>6</sup> (Partido Democrático Trabalhista – PDT/CE), que elaborou o Parecer n° 1.861, de 9 de dezembro de 2003, votando pela apresentação de projeto de lei autorizativo da Comissão de Educação, com a proposta de criação da Universidade Federal do Cariri (SENADO FEDERAL, 2003b).

O Parecer propunha a unificação administrativa de estruturas federais já existentes nos municípios de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte. Desse modo, previa a fusão das três entidades federais para a criação da UFCariri (nome proposto à época), contando com a estrutura física, as instalações, os equipamentos e o pessoal docente e técnico-administrativo já disponíveis nessas instituições.

Dando seguimento à tramitação da matéria, o Parecer da Ex-Senadora Patrícia Saboya foi aprovado e a Comissão de Educação enviou ao Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei do Senado n° 516, de 2003, com o objetivo de criação da Fundação Universidade Federal do Cariri. Reafirmando os termos do Parecer, o Projeto de Lei previa a criação da UFCariri a partir da fusão de unidades já existentes, com a incorporação dos bens móveis e imóveis, servidores, unidades e cursos desses entes. No seu Art. 2º, circunscrevia para a pretensa universidade o objetivo de “ministrar ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, visando o desenvolvimento sustentável de sua área de influência na região semiárida do Nordeste (SENADO FEDERAL, 2003c).

---

<sup>6</sup> A ex-Senadora Patrícia Saboya, pedagoga, nasceu em Sobral/CE, em 10/10/1962. Exerceu o mandato de Senadora entre os anos de 2003 e 2011. Além disso, foi vereadora (1997 a 1999) e deputada estadual (1999 a 2003) pelo estado do Ceará. Fonte: Senado Federal. Disponível em: [www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/3397](http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/3397). Acesso em: 18 ago. 2023.

No ano seguinte, em 2004, o Projeto de Lei nº 516 foi enviado à Câmara dos Deputados, que o transformou no Projeto de Lei nº 3.521-A. No primeiro momento, o Projeto foi aprovado no âmbito da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com voto do ex-Deputado Jovair Arantes<sup>7</sup> (PTB/GO). Apesar do parecer favorável, o ex-Deputado alerta para a possibilidade de o Projeto ser obstado, em face de questões constitucionais, que preveem ser da iniciativa privativa do Presidente da República a submissão de criação de universidade federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004).

De fato, o parecer favorável de Jovair Arantes viria a ser rejeitado, sob a alegação de que caberia privativamente ao Presidente da República a criação de órgãos da administração pública, conforme preceito constitucional. Apesar de manifestar concordância com o mérito da proposta, o parecer priorizava o aspecto da constitucionalidade.

No ano de 2005, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados se colocou favorável à criação da UFCariri, porém, mais uma vez, o pleito viria a ser barrado, desta vez sob o argumento de que a proposição não estimava o impacto orçamentário-financeiro, tampouco demonstrava a origem dos recursos para o seu custeio. Dessa feita, o voto contrário se deu pela incompatibilidade com a legislação orçamentária e financeira (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2007). Essa decisão foi contestada no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, porém, a matéria tratada no Projeto de Lei nº 3.521-A de 2004 só viria a ser retomada no ano de 2011.

Nascimento (2018) ressalta duas questões que merecem destaque em relação à longa tramitação das proposições legislativas que visavam à criação da UFCA, tanto na Câmara quanto no Senado. A primeira diz respeito à multiplicidade de partidos políticos que estiveram envolvidos nas tratativas voltadas ao tema, o que demonstra, na visão do autor, que os interesses em jogo na arena política acabam se sobrepondo às filiações partidárias. O segundo ponto tem conexão com a convergência em torno do conceito de universidade enquanto “[...] centro de excelência para ações de ensino, pesquisa e extensão [...]” (NASCIMENTO, 2018, p. 168). Ademais, ele pontua a relação estabelecida nos documentos de tramitação do projeto entre universidade e desenvolvimento territorial, com ênfase para a dimensão econômica do desenvolvimento (NASCIMENTO, 2018).

No hiato compreendido entre o ano de 2007 e o ano de 2011, quando a matéria retornaria à agenda político-institucional brasileira, emerge, no ano de 2006, o Reuni. O

---

<sup>7</sup> Jovair Arantes é cirurgião dentista, nascido em Buriti Alegre/GO. Fonte: Senado Federal, disponível em: . Acesso em: 24 jan. 2018.

programa viabilizou a expansão e a interiorização da UFC pelo estado. Com a adesão ao Programa Reuni, em 2008, a UFC se expande pelo interior, inaugurando os *campi* de Sobral e do Cariri, em Juazeiro do Norte. Esse último *campus* foi implantado em setembro de 2006 e funcionou em uma sede provisória cedida pela Universidade Regional do Cariri (URCA) até o ano de 2008, quando foi criada a sede própria do *campus* da UFC no Cariri. A inauguração das instalações próprias, além da expansão da política de assistência estudantil, do fomento à pesquisa e extensão e o planejamento de novas graduações só se tornou possível com a adesão da UFC ao Reuni e os consequentes repasses orçamentários do MEC (NASCIMENTO, 2018; UFCA, 2022).

No ano de 2011, os Ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão, chefiados por Fernando Haddad e Miriam Belchior, respectivamente, submeteram à apreciação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, o Projeto de Lei que dispunha sobre a criação da UFCA. Juntamente com o Projeto, foi encaminhada a Exposição de Motivos (EM) Interministerial nº 00186/2011/MP/MEC, de 26 de agosto de 2011, detalhando a motivação para a instalação da universidade na região. O documento evidenciava os aspectos demográficos da Microrregião do Cariri, destacando a importância da instalação da universidade para a expansão da rede de ensino superior e a promoção da inclusão social. Realçava o acesso dos mais pobres ao ensino superior *pari passu* com as políticas afirmativas de inclusão (BELCHIOR; HADDAD, 2011).

Segundo a EM Interministerial em comento, os princípios orientadores da UFCA seriam os seguintes:

O desenvolvimento regional integrado, condição essencial para a permanência dos cidadãos na região; o acesso ao ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região; a qualificação profissional e o compromisso de inclusão social que devem pautar todo projeto político pedagógico e que dão sentido ao conhecimento; o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador; e a interação entre as cidades e os estados que compõem a região (BELCHIOR; HADDAD, 2011).

O texto da EM trazia, ainda, a previsão de oferta de 27 (vinte e sete) cursos de graduação, com 6.490 (seis mil quatrocentos e noventa) alunos matriculados (incluindo os cursos de pós-graduação). Prenunciava a instalação de 5 (cinco) *campi* e delineava a estrutura organizacional da futura universidade, estabelecendo a quantidade de cargos e funções a serem criados e o seu respectivo impacto orçamentário (BELCHIOR; HADDAD, 2011).

Conforme leciona Nascimento (2018), estava dada a janela de oportunidade para a criação da UFCA. O contexto favorável contava com um conjunto de convergências na arena pública, quais sejam: a ampliação da educação superior como uma das principais políticas do governo da Presidente Dilma Rousseff, a existência de uma instituição federal vinculada à UFC, que havia sido instalada com a pretensão de se tornar uma universidade autônoma; além da injeção de recursos orçamentários garantida pelo Reuni. Analisando os motivos que impediram a criação da UFCariri no contexto da tramitação legislativa que se deu entre os anos de 2002 a 2007, Nascimento (2018) credita o insucesso da proposta ao seu insulamento no Poder Legislativo. Na sua visão, faltou articulação com agentes do Poder Executivo, da sociedade civil organizada e da iniciativa privada, ainda que houvesse justificativas plausíveis para a instalação da instituição desejada.

Ao ser aceito na Câmara dos Deputados, tem-se o início da tramitação do Projeto de Lei nº 2.208/11 (PL 2.208/11), que viria a ser aprovado e transformado na Lei 12.826, de 05 de junho de 2013, que criou a UFCA. A proposição do PL 2.208/11 dá início a uma série de mobilizações a respeito da concepção da UFCA, com ampla participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil. A formação da nova instituição é discutida em meio à tramitação do projeto, de modo que as sugestões trabalhadas coletivamente sejam incorporadas nessa fase (CHACON; BARRETO; DO NASCIMENTO, 2012).

Entre os meses de maio de 2012 e novembro de 2013 se desenvolveram os debates e discussões para a estruturação da UFCA. Houve a instalação de 7 (sete) Grupos de Trabalhos Temáticos (GT's) compostos por discentes, docentes e técnicos-administrativos, além da realização de quatro Seminários de Implantação da UFCA, abertos à comunidade local. Os GT's eram geridos por servidores da UFC e coordenados pela Direção do *Campus Cariri* (UFCA, 2016).

Deve-se destacar o debate democrático que permeou o processo de discussão e planejamento da nova universidade. A constituição de GT's, a realização de Seminários de Implantação e a consolidação de um ambiente colaborativo “foram iniciativas próprias do Campus Cariri da UFC, que evidenciaram a participação proativa e protagonista da comunidade acadêmica local no processo de discussão e planejamento da nova universidade” (UFCA, 2016). Vale ressaltar que foram realizadas audiências públicas e fóruns, inclusive, nas cidades de Brejo Santo e Icó/CE, fortalecendo a concepção *multicampi* que conformaria a futura universidade (NASCIMENTO, 2018).

O espaço dialógico criado para as discussões sobre a implantação da UFCA fortaleceu sobremaneira a vinculação regional da universidade, estreitando laços da instituição com o

ambiente artístico-cultural em que se encontra. Esses aspectos se fazem presente nos principais documentos normativos que regulam o funcionamento da universidade.

A UFCA foi oficialmente criada pela Lei nº 12.826, de 05 de junho de 2013, por desmembramento da UFC. Pouco depois da fundação, foi assinado um Termo de Cooperação – Protocolo de Transição entre as universidades, com vistas a viabilizar o compromisso da UFC em cooperar com a UFCA até que essa tivesse condições de cumprir as suas missões institucionais. Nesse ponto, grande parte das atividades administrativas, tais como licitações, concursos públicos e gestão de atividades acadêmicas estavam sob a responsabilidade da UFC. O texto tinha validade de um ano, com possibilidade de prorrogação por até três períodos de um ano (UFC; UFCA, 2013).

A Lei de fundação da UFCA prevê a inserção regional, mediante atuação *multicampi*, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – que, mais tarde, será complementada com a dimensão da cultura, como veremos a seguir -, estabelece os *campi* de Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato, além de criar os *campi* de Icó e Brejo Santo (BRASIL, 2013).

Após a criação oficial, a Profa. Suely Salgueiro Chacon<sup>8</sup> foi nomeada Reitora *pro tempore* da UFCA, permanecendo até maio de 2016, quando foi sucedida pelo Prof. Ricardo Luiz Lange Ness<sup>9</sup>, até então Vice-reitor *pro tempore*. Os primeiros atos da gestão foram a instalação do Conselho Superior *Pro Tempore* (CONSUP) e do aparato administrativo para gestão da universidade (Pró-Reitorias, Diretorias e Órgãos de Assessoramento) (UFCA, 2016).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFCA 2025, o CONSUP aprovou, em 2014, a estrutura organizacional acadêmica composta por 7 (sete) unidades acadêmicas, responsáveis por 11 cursos até então existentes:

---

<sup>8</sup> Suely Salgueiro Chacon possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (1990), Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (1994) e Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2005). Estágio pós-Doutoral em Economia do Desenvolvimento na Universidad Autónoma de Madrid (2019-2020). É Professora Associada e Pesquisadora da Universidade Federal do Ceará (UFC), atuando nos cursos de Graduação de Gestão de Políticas Públicas e de Economia Ecológica, e no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP). Fonte: Currículo Lattes. Disponível em: [http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do;jsessionid=B58181F2BC3DC6B8709DD1A414E1F5C6.buscatextual\\_0](http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do;jsessionid=B58181F2BC3DC6B8709DD1A414E1F5C6.buscatextual_0). Acesso em: 26 ago. 2023.

<sup>9</sup> Ricardo Luiz Lange Ness possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará- UFC (1985), mestrado em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) pela UFC (1989) e doutorado em Ciências Agrárias/Agricultura Tropical e Subtropical pela Georg August *Universität/Göttingen/Alemanha* (1998). É professor Associado IV da UFCA. Foi o primeiro reitor eleito da UFCA, nomeado, como primeiro nome da lista tríplice, em 31 de maio de 2019 para um mandato de quatro anos. Fonte: Currículo Lattes. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>. Acesso em: 26 ago. 2023.

Em Juazeiro do Norte, o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), o Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), e o Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes (IISCA); no Crato, o Centro de Ciências Agrárias e da Biodiversidade (CCAB); e em Barbalha, a Faculdade de Medicina (Famed); também é aprovada a implantação – conforme previsto na lei de criação da UFCA – do Instituto de Formação de Educadores (IFE) no novo campus de Brejo Santo, ofertando o curso de Licenciatura em Ciências Naturais, e do Instituto de Estudos do Semiárido (IESA) no campus Icó, com o curso de Bacharelado em História (UFCA, 2022a).

O percurso de criação da UFCA, desde a sua primeira proposição no Senado Federal, até a sua efetiva implantação por meio da aprovação da Lei nº 12.826/2013, pode ser sintetizado no seguinte quadro:

**Quadro 1** – Percurso político-institucional de criação da UFCA

<b>Proposição Legislativa/ Providência</b>	<b>Autor</b>	<b>Data</b>	<b>Matéria</b>
Indicação nº 4	Senador Reginaldo Duarte	12 de junho de 2002	Sugere que seja objeto de estudo pela Comissão de Educação do Senado a criação de universidade federal na região do Vale do Cariri, no Estado do Ceará
Parecer nº 138	Senador José Jorge	11 de março de 2003	Aprovação da Indicação nº 4, de 2002
Aprovação do Parecer nº 138	Plenário do Senado Federal	27 de março de 2003	Discussão e aprovação do Parecer nº 138 e retorno do assunto à Comissão de Educação, para maior esclarecimento e formulação de proposta legislativa
Definição da relatoria do assunto	Senadora Ideli Salvatti	09 de abril de 2003	Designação da Senadora Ideli Salvatti como relatora da matéria
Parecer da relatora	Senadora Ideli Salvatti	19 de maio de 2003	Relatório concluindo pela apresentação de Requerimento de Informação dirigido ao Ministro de Educação
Estudo Preliminar para a Criação da Universidade Federal do Cariri	Senador Reginaldo Duarte	Setembro de 2003	Estudo pormenorizado apresentando as bases que fundamentaram a iniciativa de criar no vale do Cariri uma universidade federal
Devolução do assunto à Comissão de Educação	Senadora Ideli Salvatti	26 de novembro de 2003	A Senadora Ideli Salvatti ressalta que a matéria já foi objeto de deliberação pela Comissão de Educação e pelo Plenário e que, em ambos os colegiados, os Senadores posicionaram-se favoravelmente
Parecer nº 1.861	Senadora Patrícia Saboya	09 de dezembro de 2003	Voto pela apresentação de projeto de lei autorizativo da Comissão de Educação, com a proposta de criação da Universidade Federal do Cariri
Projeto de Lei nº 516/2003	Comissão de Educação do Senado Federal	09 de dezembro de 2003	Projeto de Lei a ser submetido ao Senado Federal com a autorização para o Poder Executivo criar a Fundação Universidade Federal do Cariri (UFCariri)

Projeto de Lei nº 3.521-A/2004	Câmara dos Deputados	12 de maio de 2004	Após ser enviado à Câmara de Deputados, o Projeto de Lei nº 516, do Senado Federal, foi transformado no Projeto de Lei nº 3.521-A
Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 3.521-A/2004	Deputado Jovair Arantes	Outubro de 2004	Parecer favorável no âmbito da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
Parecer desfavorável ao Projeto de Lei nº 3.521-A/2004	Deputada Dra. Clair Martins	Dezembro de 2004	Rejeição do Projeto, com base no argumento de que a criação de órgãos da administração pública é prerrogativa privativa do Presidente da República
Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 3.521-A/2004	Deputado Átila Lira	Abril de 2005	Parecer favorável no âmbito da Comissão de Educação e Cultura
Parecer desfavorável ao Projeto de Lei nº 3.521-A/2004	Deputado José Pimentel	2007	No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, alegou-se inadequação orçamentária e financeira para a rejeição do Projeto
Recurso contra a decisão do Deputado José Pimentel	Deputado Arnon Bezerra	Setembro de 2007	Recurso contra a decisão do Deputado José Pimentel. O Deputado Arnon Bezerra defendeu a submissão da matéria à apreciação do Plenário, de modo a adequá-la à legislação orçamentária e financeira
Arquivamento do Projeto de Lei nº 3.521-A/2004	Câmara dos Deputados	2007	Arquivamento do Projeto de Lei nº 3.521/2004
EM Interministerial nº 00186/2011/MP/MEC	Ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão	26 de agosto de 2011	Documento enviado à então Presidenta da República, Dilma Rousseff, expondo as razões para a criação da Universidade Federal do Cariri. Em anexo, encontrava-se o Projeto de Lei de criação da universidade.
Projeto de Lei nº 2.208/2011	Câmara dos Deputados	2011	Enviado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 2.208/2011 passa a tramitar naquela Casa
Lei 12.826, de 05 de junho de 2013	Câmara dos Deputados	05 de junho de 2013	Após tramitação, o Projeto de Lei nº 2.208/2011 foi sancionado pela Presidente da República, tornando-se a Lei 12.826/2013, que criou a Universidade Federal do Cariri

**Fonte:** elaboração própria, com dados obtidos do site <https://www12.senado.leg.br/hpsenado>, 2023.

#### 4.1 A vinculação da UFCA com a região do Cariri cearense

A ligação singular da UFCA com o Cariri pode ser atestada, de forma patente, na sua identidade visual. Diferentemente das demais universidades federais brasileiras, a identificação visual da UFCA está embebida de símbolos atinentes à região do Cariri cearense. São muitos os elementos que fazem referência ao ambiente onde está instalada a instituição:

**Figura 1** – Brasão e Marca da UFCA



**Fonte:** Guia de Reprodução de Marca, 2015.

No brasão, faz-se alusão ao pássaro “Soldadinho-do-Araripe”, ave endêmica da região, pousada sobre o “Pequi”, árvore típica do Cariri. São da mesma árvore as folhas que adornam as laterais superiores do brasão. Ao fundo, tem-se o céu azul e o sol escaldante repousando no horizonte. Já a marca prima por formas que se interseccionam, representando “o intercâmbio que enriquece a região com as diferentes culturas” (UFCA, 2015, p. 7). Além disso, há referências semióticas à biodiversidade da região e à Chapada do Araripe, importante acidente geográfico e sítio paleontológico localizado na região do Cariri (UFCA, 2015).

O fato é que esse conjunto de referências consolida um aspecto da UFCA que foi aventado desde as mais incipientes propostas de criação da instituição: a sua sólida e singular vinculação com a região do Cariri. O percurso de concepção da UFCA está permeado por iniciativas que, desde sempre, esboçavam o seu quadro formativo em função do ambiente onde a instituição estaria instalada. As justificativas para a implantação de uma universidade no Cariri partiam, quase sempre, das particularidades e da relevância do caráter regional para a formação de uma entidade educacional. De um lado, as carências que poderiam ser supridas pela instalação de um equipamento educacional de tal envergadura; do outro, as potencialidades que beneficiariam a universidade vindoura, sobretudo no âmbito cultural.

O Cariri cearense se configura como uma das regiões de planejamento do estado do Ceará. Essas regiões foram criadas com vistas à otimização das atividades de implementação de políticas públicas de forma regionalizada, além da melhoria no planejamento. A proposta de criação dessas regiões se deu com base no estudo das similaridades em questões geográficas, econômicas e culturais (IPECE, 2015). Conforme Freitas (2009), uma região se caracteriza como uma área que conta com homogeneidades em relação a determinados aspectos, sejam eles naturais e/ou construídos, econômicos e/ou políticos. Para Lima (2000), o conceito de região pode ser resumido em três principais características: contiguidade territorial, homogeneidade interna e área diferenciada.

As regiões de planejamento servem como divisões aptas a congregarem porções territoriais que compartilham similaridades e, desse modo, podem partilhar políticas públicas convergentes para determinadas áreas. Nesse tipo de divisão, o Cariri compreende 29 municípios, localizados no extremo sul do estado do Ceará.

Contudo, há outra forma de catalogação que divide o estado do Ceará em 7 (sete) mesorregiões geográficas que, por sua vez, abrigam 33 (trinta e três) microrregiões. O Cariri figura como uma das 33 microrregiões geográficas e tem o seu território integralmente inserido na mesorregião do Sul Cearense. Compõem a microrregião do Cariri os seguintes municípios: Santana do Cariri, Nova Olinda, Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte, Jardim, Missão Velha e Porteiras. Juntas, essas cidades somam uma população de cerca de 600.000 (seiscentos mil) habitantes, com destaque para as cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, detentoras dos maiores contingentes populacionais.

A Lei nº 12.826/2013, que dispôs sobre a criação da UFCA, criou ainda os *campi* de Brejo Santo e Icó, esta última cidade pertencente à mesorregião Centro-sul do estado cearense, ampliando o arco de atuação da instituição e consolidando a sua perspectiva *multicampi*. O mapa abaixo torna mais clara a divisão territorial do estado cearense, em relação às meso e microrregiões geográficas:

Mapa 1 – Mesorregiões e Microrregiões Geográficas do estado do Ceará



O mapa a seguir mostra as cidades que abrigam unidades da UFCA:

**Mapa 2** - Área de atuação da UFCA



**Fonte:** UFCA (2022a).

A região de planejamento do Cariri, com seus 29 municípios, conta com uma população de 1.044.831 (um milhão, quarenta e quatro mil, oitocentos e trinta e um) habitantes, representando 11,88% do total de moradores do estado do Ceará. Ressalte-se que Juazeiro do Norte, com 286.120 (duzentos e oitenta e seis mil e cento e vinte) habitantes, representa o município com maior população da região e abriga a sede da UFCA (IBGE, 2022).

Em relação ao número de municípios, o Cariri congrega o maior quantitativo dentre todas as regiões, respondendo por 15% do total de municípios do estado e cobrindo cerca de 11% da área territorial. No ano de 2018, a região tinha uma densidade demográfica de 58,72 habitantes por quilômetro quadrado (IPECE, 2019).

É válido ressaltar alguns dados econômicos que atestam a importância da região do Cariri para o conjunto da economia cearense. O Cariri respondeu, no ano de 2017, por 7,93% do total de empregos formais do Ceará, ficando na 2ª posição, atrás apenas da Grande Fortaleza, região que conta com a capital e municípios adjacentes. Além disso, em consonância com a criação de empregos formais, o Cariri assinalou o mesmo segundo lugar na participação

da composição do Produto Interno Bruto (PIB) de Fortaleza, contribuindo com 7,89% das riquezas produzidas na unidade da federação (IPECE, 2019).

Em virtude dessa expressividade em termos econômicos, e com o objetivo de criação de um novo polo de desenvolvimento socioeconômico, foi criada a Região Metropolitana do Cariri (RMC), por meio da Lei Complementar n° 78, de 26 de junho de 2009. A RMC foi estabelecida com o objetivo de potencializar a atração de investimentos e ampliar a qualidade da vida da população, considerando o relacionamento desenvolvido, sobretudo, pelas suas três principais cidades: Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha.

A RMC é formada por nove municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri. Conforme estabelece a sua lei de criação, a RMC se configura como uma “unidade organizacional geoeconômica, social e cultural” (CEARÁ, 2009). Nessa perspectiva de integração, foram estabelecidos uma série de funções públicas de interesse comum, tais como o planejamento de questões econômicas, culturais, sociais; a destinação final de resíduos sólidos, execução de obras e implantação de serviços públicos, dentre outros (CEARÁ, 2009).

Dentro da RMC, é imperioso destacar a região denominada Triângulo CRAJUBAR, acrônimo de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, área formada pelos três maiores municípios do Cariri cearense. Esse aglomerado urbano representa 5,59% do total da população cearense, aproximando-se dos 500 mil habitantes. Juazeiro do Norte, principal município do conglomerado, contribuiu com 2,98% do PIB cearense no ano de 2019 (IPECE, 2019; IBGE, 2022). Ademais, a área de influência do Triângulo CRAJUBAR se irradia sobre um perímetro de 58 mil km<sup>2</sup>, abrangendo 64 municípios, envolvendo, além do Ceará, cidades do Piauí e de Pernambuco. Em termos geográficos, essa região de influência do Cariri representa território maior que o de muitos estados brasileiros, tais como Paraíba (56,4 mil km<sup>2</sup>) e Rio Grande do Norte (52,8 mil km<sup>2</sup>), por exemplo (SENADO FEDERAL, 2003d). Ressalte-se, ainda, que o Cariri se situa num território equidistante de grandes capitais nordestinas – Fortaleza/CE, Recife/PE e Teresina/PI – o que o coloca numa posição estratégica de influência em áreas dos estados de Pernambuco, da Paraíba e do Piauí (NASCIMENTO *et al*, 2018).

É nesse contexto socioeconômico e cultural que viceja a ideia de criação de uma universidade. Reivindicou-se, desde o primeiro momento, uma instituição que estabelecesse uma relação singular com o território em que estaria inserida. Tal entendimento se coaduna com os pressupostos estabelecidos pelo MEC no âmbito do ciclo de expansão das IFES pelo Brasil, período em que se localiza a fundação da UFCA: “O ciclo pautou-se não somente na implantação de novas unidades, mas também na implementação de políticas específicas de

integração, fixação e desenvolvimento regional” (SESu/MEC, 2014, p. 39). Assim, o compromisso da UFCA com o seu território está inscrito expressamente na sua lei de criação, conforme se pode extrair da leitura do *caput* do Art. 2º: “A UFCA terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua **inserção regional** mediante atuação multicampi (BRASIL, 2013, grifo nosso).

O resgate histórico das raízes do Cariri cearense fortalece ainda mais a importância inscrita naquele território. A localização estratégica em que o Cariri está situado, a presença de água, devido à existência de um extenso lençol freático, e a presença de solo agriculturável, transformaram a região num centro sub-regional do Semiárido. Havia a confluência de fatores que o diferenciavam do restante do sertão nordestino, de modo que, na segunda metade do século XIX, a região se destacava como um “oásis” no semiárido (REIS JUNIOR, 2016). O nome Cariri vem do nome da nação indígena que inicialmente habitou a região: os Kariry ou Kariré. Designava, ainda, a língua que esse povo falava e que hoje está extinta (SENADO FEDERAL, 2003d; CHACON; BARRETO; DO NASCIMENTO, 2012). Os indígenas Cariris chegaram ao sul do Ceará entre os séculos IX e X e, segundo Neves (2009), a Nação Kariry era extremamente belicosa, formada por indígenas arredios e valentes que viviam em constantes guerras com os inimigos que lhes desejavam as terras férteis em meio ao semiárido nordestino. Contraditoriamente, no livro “Breve história dos municípios cearenses: fatos e dados”, registra-se o significado da palavra Cariri como “tristonho, calado, silencioso” (BATISTA C.; BATISTA H., 2020, p.35).

As missões de catequização chegaram ao Cariri com os capuchinhos, italianos que organizaram as aldeias indígenas para a catequese por meio das chamadas Missões (SENADO FEDERAL, 2003d). Esse processo de catequização não contemplava a convivência harmônica da cultura indígena com a que trouxeram os colonizadores, gerando insatisfação dos indígenas, que se viram expropriados dos seus valores culturais, crenças e da terra em que viviam. Essa insatisfação veio a ser a raiz do movimento de resistência conhecido como “Confederação dos Cariris”, que culminou na “Guerra dos Bárbaros”, que perdurou de 1683 a 1713, envolvendo diversas nações indígenas que ocupavam territórios nordestinos, tais como os Kanindés, os Quichelôs, os Tremembés e os Icó (BATISTA C.; BATISTA H., 2020).

A região atual do Cariri evoluiu a partir da vila de Icó, criada em 1735, após as vilas de Aquiraz (1699) e Fortaleza (1725). Icó teve importância estratégica para a formação do Cariri, pois funcionava como polo agregador das migrações vindas do litoral cearense. Desse modo, pode-se afirmar que, a partir de Icó, nasceram todos os municípios da região do Cariri

(BATISTA C.; BATISTA H., 2020). Numa segunda geração, com o surgimento da vila de Crato, em 1762, foi concebida grande parte dos municípios que formam o atual Cariri, a exemplo de Barbalha, Missão Velha e Juazeiro do Norte. (BATISTA C.; BATISTA H., 2020).

Entre 1850 e 1860, com o afluxo de ricos comerciantes de Icó, o Cariri passou por um acentuado processo de urbanização, migrando de uma condição econômica agropastoril para uma intensa atividade comercial, sobretudo no município de Crato (SENADO FEDERAL, 2003d). Junte-se à dimensão econômica a relevância de fatos históricos do século XIX que dão conta das especificidades e da importância do Cariri, a saber: em 1817, líderes caririenses juntaram-se aos revolucionários pernambucanos e declararam a independência do Brasil; neste mesmo ano, os caririenses forçaram a Província do Ceará a aderir à Confederação do Equador. Contribuiu para esses fatos históricos a ligação político-cultural do sul cearense com Recife (SENADO FEDERAL, 2003d).

Tais aspectos históricos dialogam, ainda, com os ensinamentos de Reis Junior (2016), que chama a atenção para os aspectos da identidade regional que foram promovidos pela classe senhorial na segunda metade do século XIX. Um desses aspectos era a “busca pela autonomia política como instrumento de afirmação de importância da região no cenário nacional e de consolidação de um projeto civilizatório” (REIS JUNIOR, 2016, p. 5). No bojo desse processo, foram tomadas diversas iniciativas cujo objetivo era a busca da independência em relação à Província do Ceará.

Dessa pretensão de autonomia em relação ao governo central pipocaram inúmeras proposições reivindicando a criação de uma província específica para a região do Cariri. A Câmara do Crato encaminhou, em 10 de julho de 1828, uma representação ao governo requerendo a criação de uma província autônoma no Cariri. Seguindo-se a Crato, a Câmara de São Mateus (Jucás) propôs semelhante demanda ao governo central. Consolidando tais propostas, o senador Martiniano de Alencar apresentou, no dia 14 de agosto de 1839, um projeto de lei que estabelecia a criação da Província do Cariri Novo, englobando, além do Ceará, municípios da Paraíba, de Pernambuco e do Piauí. O projeto não foi efetivado, sob a justificativa de que o Cariri se encontrava muito distante dos polos de decisões políticas e administrativas do Nordeste (BATISTA C.; BATISTA H., 2020; REIS JÚNIOR, 2016).

A formação da identidade singular do Cariri pode ser condensada pelo acionamento dos seguintes acontecimentos:

- (a) a chegada ao Cariri do recém-ordenado Padre Cícero, em 1872; (b) o milagre da beata Maria de Araújo, em 1889; (c) a chegada do médico Floro Bartolomeu da

Costa, em 1908; e, finalmente, (d) a criação do Município de Juazeiro do Norte e nomeação do Padre Cícero como seu primeiro Prefeito, em 1911 (SENADO FEDERAL, 2003d).

Essa série de acontecimentos dá formação ao cadinho político-cultural que coloca o Cariri como região de relevo para a instalação de uma universidade federal e condiciona a sua ligação atávica com o território. A conciliação da história do Cariri com a figura de um padre pode gerar algum estranhamento, tendo em vista a associação religiosa que se faz *a priori*. Contudo, o Padre Cícero<sup>10</sup> teve atuação que foi muito além da esfera religiosa, influenciando na política, na cultura e no desenvolvimento do Cariri e sendo, ainda hoje, responsável pelo grande afluxo de turistas que visitam a cidade de Juazeiro do Norte para reverenciar a sua mítica figura.

Ao Padre Cícero se deve, entre outras coisas, a expansão da agricultura com a introdução de culturas, como a da mandioca e da cana-de-açúcar, o incremento da pecuária com a importação do gado zebu, a diversificação do artesanato e outros avanços, o que certamente em muito acelerou a expansão produtiva da região do Cariri (SENADO FEDERAL, 2003d).

É desse profícuo ambiente que emerge a proposta de criação de uma universidade comprometida com o território em que irá funcionar, vinculada ao desenvolvimento regional e à sustentabilidade ambiental. A dimensão histórica e cultural caririense representou parte significativa da motivação que levou à proposição da instalação de uma entidade federal de ensino na região. As propostas levadas a cabo pelos representantes do Ceará no parlamento brasileiro trouxeram, em geral, fundamentação que consignava a importância do Cariri como justificativa para o recebimento de uma universidade federal.

Uma das mais incipientes proposições legislativas que abordaram a criação da UFCA, a Indicação nº 04/2002, do Ex-Senador Reginaldo Duarte (SENADO FEDERAL, 2002), trazia em sua justificativa a importância econômica da região do Vale do Cariri para a economia do Ceará. Reivindicava uma instituição federal de ensino como forma de alavancar o desenvolvimento por meio da formação intelectual, que se encontrava aquém do desejado. Nessa primeira proposta, “[...] a instituição universitária desponta como um dos vetores do desenvolvimento de um território. Mas vale ressaltar que a participação da educação superior,

---

<sup>10</sup> Cícero Romão Batista (Crato, 24 de março de 1844 — Juazeiro do Norte, 20 de julho de 1934) foi um sacerdote católico brasileiro. Na devoção popular, é conhecido como Padre Cícero ou Padim Ciço. Carismático, obteve grande prestígio e influência sobre a vida social, política e religiosa do Ceará bem como do Nordeste.

nesses processos, aloca-se fundamentalmente na dimensão econômica [...] (NASCIMENTO, 2018, p. 164).

A aprovação da Indicação nº 04/2002, por meio do Parecer nº 138 do Ex-Senador José Jorge (SENADO FEDERAL, 2003a), segue a lógica da universidade enquanto instituição indispensável ao desenvolvimento econômico, apontando o atraso em que o Brasil se encontrava frente a outros países no contexto global. Ressalta o papel da universidade enquanto centro de excelência para a formação de profissionais de alta qualificação, aspecto necessário ao desenvolvimento sustentável.

Levando em conta o realce das vicissitudes regionais no trajeto político-institucional que viria a desembocar na criação da UFCA, merece destaque a apresentação do documento intitulado “Estudo Preliminar para sua Criação”, que apresentava justificativa detalhada para a implantação da instituição, com ênfase nas múltiplas dimensões regionais do Cariri. O documento foi dividido em três capítulos: caracterização da região do Cariri, a educação superior no Brasil e a criação da Universidade Federal do Cariri. Logo na introdução, são estabelecidos três objetivos para a futura universidade:

Atenção às especificidades históricas, políticas, econômicas e sociais da área de influência das cidades-irmãs de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha; promoção do desenvolvimento da região do Semiárido; e tratamento simétrico dessas três cidades com Santarém, São João Del Rei, Petrolina, Campina Grande e muitas outras pelo Brasil afora que já contam com esse aparato institucional para a incorporação de seu patrimônio cultural, humano e histórico ao esforço nacional de superação do atraso e da pobreza (SENADO FEDERAL, 2003d).

Percebe-se que todos os objetivos estabelecidos possuem estrita vinculação com as questões regionais, em suas múltiplas perspectivas. Além disso, o estudo destaca a posição estratégica em que se encontra o Cariri, ponto equidistante entre as capitais de Fortaleza e do Recife e, como consequência, o seu papel enquanto polo irradiador de cultura, serviços e comércio. Ressalta, ainda, a abundância de água, aspecto diferencial em relação aos demais municípios localizados na região do semiárido.

A caracterização da região do Cariri traça um retrato abrangente da área, mostrando a unicidade e as especificidades do Semiárido. São trazidos aspectos geográficos, demográficos, sociais, econômicos, históricos e culturais, como forma de justificar a implantação da universidade. O documento estabelece a criação da universidade como uma questão de racionalidade e de justiça social (SENADO FEDERAL, 2003d).

Outro ponto do estudo que vincula, de forma indissociável, a criação da universidade à região está evidenciado com os quatro grandes desafios que são colocados à instituição:

- a) fortalecimento da economia do Nordeste semiárido, com inclusão social; b) atendimento à demanda social por pesquisa e extensão universitárias; c) formação da juventude do interior; e d) consolidação como centro de referência em ciência e tecnologia para o Semiárido nordestino (SENADO FEDERAL, 2003d).

Há aí a preocupação com a compreensão da vulnerabilidade e das especificidades da região, em função da sua realidade climática, social e econômica. Fatores como a escassez de água, o grande contingente populacional, a vulnerabilidade do ecossistema da caatinga, a disseminação do conhecimento universitário aos demais segmentos da população e a integração com os demais centros de pesquisa são encarados como desafios a serem superados pela entidade federal (SENADO FEDERAL, 2003d).

Deve-se compreender que a iniciativa de dar proeminência à regionalidade como fundamentação para a instalação de um ente federal em determinada área, tem estreita relação com o momento político em que a perspectiva de desenvolvimento territorial se tornou fator fundamental para a educação superior no Brasil. Conforme sublinha Nascimento (2018), em tese cujo objetivo foi analisar a criação da UFCA como estratégia de desenvolvimento territorial para o sul cearense, essa guinada de perspectiva ocorre a partir de 2003, com a ascensão ao poder de grupos políticos ligados à centro-esquerda. A partir de então, foi adotado um processo de expansão – que atingiria o seu ápice com o Reuni – concebido em três fases: interiorização, integração e regionalização. Essa última fase – de 2012 a 2014 -, que compreendeu a instalação da UFCA, foi caracterizada “pela continuidade das propostas anteriores e a sua complementação com iniciativas específicas de desenvolvimento regional” (SESu, 2014, p. 35).

Nessa nova perspectiva que se apresentava ao país, em que a compreensão de desenvolvimento era compreendida para além da acepção econômica, pautando-se numa dimensão territorial, o Governo Federal envidou esforços para prover ensino superior nos rincões mais remotos do país, como forma de reduzir as assimetrias regionais, incluir as universidades no desenvolvimento da formação profissional e pesquisa regionais, promover integração regional e internacional e aproximar os currículos universitários das demandas sociais (SESu, 2014). No bojo desse processo nasce a UFCA e outras universidades inseridas em cidades interioranas brasileiras.

Voltando ao itinerário legislativo de proposição da UFCA, no que concerne à sua imbricação com a região, pode-se citar o Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2003. Referido Projeto já previa o desenvolvimento sustentável da região como desdobramento das ações de ensino, pesquisa e extensão da UFCariri (nome adotado à época). A justificativa do Projeto elencava, ainda, uma série de características do Cariri, desde a sua influência em ampla área nordestina até características locais, como a existência de fontes perenes de água e a presença de solos agriculturáveis (SENADO FEDERAL, 2003c).

O desdobramento institucional que viria a criar, efetivamente, a UFCA, veio da EM Interministerial nº 00186/2011, emanada dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e remetida à Presidenta da República. O expediente, que trazia o Projeto de Lei de criação da UFCA em anexo, destacava a oferta de ensino superior público e gratuito como elemento indispensável ao desenvolvimento regional integrado e à evolução dos municípios do Cariri e do seu entorno. Desse modo, foram elencados princípios orientadores que guiarão os passos da futura instituição na missão de desenvolver o território em que estaria instalada, tais como: a qualificação profissional, a inclusão social, a interação entre as cidades da região, além da perspectiva do ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento da economia do local (BELCHIOR; HADDAD, 2011).

Para Nascimento (2018), a abordagem da EM Interministerial se diferencia por trazer, pela primeira vez, “a visão de território como um espaço de interação humana onde importam as características próprias para o seu desenvolvimento” (NASCIMENTO, 2018, p. 170). Nessa linha, apela-se para o conceito de desenvolvimento que transcende o aspecto meramente econômico, entendendo-o como produto da integração entre as capacidades sociais e econômicas da região (NASCIMENTO, 2018). Tais assertivas se coadunam com uma perspectiva de desenvolvimento local que não se regulam apenas pelo sistema de mercado, envolvendo fatores sociais, culturais e políticos. Conforme Milani (2004, p. 96): “o crescimento econômico é uma variável essencial, porém não suficiente para ensejar o desenvolvimento local”. Ou seja, participam do projeto de transformação social múltiplos fatores, com a educação e a cultura exercendo fundamental papel nesse contexto.

Ainda antes da inauguração da UFCA, em 2011, foi criado o Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável no *campus* da UFC no Cariri, “com o compromisso de interferir positivamente na formação social e econômica da região que o abriga” (CHACON; BARRETO; NASCIMENTO, 2012, p. 2). O mestrado é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, no âmbito do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação do Semiárido (CPPS) da UFCA. O surgimento do CPPS, ainda no âmbito da UFC,

se deu com a compreensão de que era preciso contribuir com o desenvolvimento da região do Semiárido, historicamente excluída dos processos de desenvolvimento regional e nacional. Desse modo, o Programa busca a análise da realidade com um enfoque regional, buscando superar as desigualdades que marca o nosso país. A própria definição por um programa voltado ao desenvolvimento sustentável se deu pela pertinência do tema no que concerne à região em que estava inserida a UFC (CHACON; BARRETO; NASCIMENTO, 2012). Fica evidente a vinculação intrínseca entre o tema estudado no mestrado e a região em que está inserida. Tal temática não viria à tona caso a universidade não se visse inserida de forma indissociável àquela região.

O Programa abrange variados projetos de pesquisa que abarcam estudos voltados às especificidades do Semiárido. Destaque-se o Projeto Manejo e Conservação dos Recursos Naturais no Semiárido; o projeto Novas Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável do Semiárido e outros, que dialogam com a região (CHACON; BARRETO; NASCIMENTO, 2012). Tais iniciativas são marcas de uma característica fundamental da UFCA: a educação contextualizada, que busca aproximar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura da realidade e do contexto regional. Por intermédio desse paradigma emergem temas afeitos à realidade do Cariri, como o cooperativismo, as ações de cultura e o próprio desenvolvimento regional sustentável (NASCIMENTO *et al*, 2018).

Nesse mesmo esforço deve-se entender a criação, em 2014, do Instituto de Estudos do Semiárido (IESA), unidade acadêmica temática cujo objetivo precípua era permitir uma convivência com o semiárido a partir da atuação da universidade. Assim, buscando uma atuação condizente e implicada com a realidade local, o IESA criou o Bacharelado em História com ênfase em Gestão do Patrimônio Socioambiental e com Ênfase em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural, tendo em vista a importância histórica da cidade Icó, terceira vila criada no Ceará, com rico acervo arquitetônico. Com semelhante compromisso regional, surge o Bacharelado em Gestão Pública com Ênfase em Desenvolvimento Regional (NASCIMENTO *et al*, 2018).

As possíveis abordagens sobre a dimensão regional da atuação da UFCA podem suscitar debates que transcendem o escopo deste trabalho. Apenas para citar um desses desdobramentos, pode-se pensar a consignação com a região e os seus singulares saberes, como forma de cultivar a ecologia de saberes, ou seja, “[...]o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos [...] em interações sustentáveis e dinâmicas” (SANTOS, 2009, p. 44). Deriva desse conceito a percepção de horizontalização na percepção dos diversos saberes; uma abordagem que rompe com hierarquias cognitivas e considera a fluidez entre as pretensas linhas

divisórias que, tradicionalmente, foram estabelecidas para os diversos tipos de conhecimento. Implica dizer que os saberes produzidos localmente, impregnados de filiação com a região, devem ser trazidos à baila, adentrando ao ambiente universitário, ao tempo em que o conhecimento universitário deve ser disseminado à sociedade, embebido das “cores” locais.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 2.208/2011 tramitou rumo à aprovação, passando pelas comissões responsáveis pelo assunto e recebendo pareceres que remontavam à questão do desenvolvimento regional como justificativa para a implantação da universidade. O desenvolvimento regional deu a tônica dos votos de aprovação ao projeto nas comissões por que passou. Fazendo coro às diretrizes do Governo de turno, os parlamentares ressaltavam a ampliação e a interiorização da rede de ensino federal, como forma de descentralizar a oferta de educação superior e incluir as populações que estavam afastadas das capitais. Subjacente à ideia de implantação da UFCA estava a concepção de oferta de ensino superior como uma política afirmativa de inclusão social.

Apesar de o trajeto legislativo do Projeto de Lei que viria a desaguar na criação da UFCA ter sido pautado, em boa parte, pela temática do desenvolvimento regional, a Lei nº 12.826, de 05 de junho que, efetivamente, criou a instituição, não traz menções explícitas a esse objetivo. Apenas estabelece a atuação *multicampi* como forma de inserção regional (Art. 2º, *caput*) (BRASIL, 2013). Pode-se aventar a ideia de que a especificidade do tema tenha preterido a sua inclusão na lei, ficando isso a cargo dos normativos que regulariam os assuntos internos da universidade, o que, de fato, viria a acontecer.

A criação dos diversos marcos institucionais que regem o âmbito interno da instituição permitiu a inclusão do compromisso regional da UFCA como parte dos princípios e objetivos fundamentais da universidade. O Estatuto estabelece que, no cumprimento dos seus objetivos e metas, a universidade levará em conta as características da região onde atuar. Os princípios, por sua vez, estabelecem equiparação no tratamento das questões regionais e universais, além da inserção da universidade na sociedade. Dentre as finalidades, a UFCA consagra o estímulo ao conhecimento dos problemas regionais, a prestação de serviços à comunidade e a relação de reciprocidade, fortalecendo o contato e a intervenção no ambiente onde está inserida (UFCA, 2017).

O Estatuto reafirma, de forma inexorável, o compromisso com a região, no título dedicado ao regime didático-científico, quando do detalhamento das ações de ensino, pesquisa e extensão. Veja-se, por exemplo, que o capítulo dedicado à pesquisa assenta a necessidade de que os projetos de pesquisa tomem como ponto de partida os dados da realidade local, regional e nacional.

O vínculo à região se mostra, de forma vigorosa, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento de planejamento e gestão elaborado a cada 5 anos com a finalidade de definir a política educacional, a missão, as diretrizes pedagógicas, estratégias, dentre outros aspectos. Para a presente análise, foi utilizado o PDI que se encontra em vigor de 2021 a 2025 (UFCA, 2022a).

O exame do referencial estratégico da UFCA, conforme consta no PDI 2025, fornece a verdadeira dimensão da importância da região para a universidade. Constata-se que a missão da instituição, ou seja, a finalidade e razão de ser da entidade é definida da seguinte forma: “Promover conhecimento crítico e socialmente comprometido para o **desenvolvimento territorial sustentável**” (UFCA, 2022a, p. 25, grifo nosso). Pode-se afirmar que na missão está inscrito o objetivo primordial da atuação da UFCA, o cerne da atuação da instituição, com fulcro no desenvolvimento da região. Seguindo-se à missão, a visão de futuro estabelece a sustentabilidade como essência da instituição: “Promover conhecimento crítico e socialmente comprometido para o desenvolvimento territorial sustentável” (UFCA, 2022a, p. 25).

Ainda no âmbito do PDI são definidos os valores e princípios da UFCA, aspectos que “traduzem as crenças compartilhadas pela comunidade universitária e regem as relações sociais que transformam em realidade concreta o pensamento estratégico” (UFCA, 2022a, p. 25). Nesse ponto, são expostos um conjunto de atributos que conectam a instituição à região, por meio de valores como o pertencimento à comunidade e a valorização da cultura regional, além do compromisso com a responsabilidade social e ambiental. Além disso, são estabelecidos princípios como o equilíbrio na abordagem dos temas regionais e universais e a inserção da UFCA na sociedade (UFCA, 2022a).

Para além do compromisso retórico com a região, o PDI afere o efeito das ações na “Dimensão Sociedade”, com vistas à contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e a dinâmica cultural do Cariri. Assim, são estabelecidos indicadores estratégicos com metas de alcance para o período de vigência do respectivo PDI. No período de 2016 a 2020, por exemplo, foi estabelecida a meta de impactar 64.660 (sessenta e quatro mil e seiscentas e sessenta) pessoas da comunidade externa. O desempenho registrado para o período deu conta do impacto de 62.500 (sessenta e duas mil e quinhentas) pessoas (UFCA, 2022a). Nesse sentido, o PDI busca conferir uma dimensão objetiva à vinculação regional, medindo o impacto da UFCA nas entregas de resultados para a sociedade, seja por meio da quantidade de pessoas atingidas pelas ações da universidade, seja por meio do número de formados anualmente nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Evidentemente, o alcance de objetivos estratégicos tão amplos quanto contribuir para o desenvolvimento sustentável e a dinâmica cultural do Cariri requer o desdobramento numa série de iniciativas e entregas que consumarão a sua conquista. As ações com vistas à entrega de resultado para a sociedade vão desde a implantação de hospitais veterinários, museus, editoras e rádios universitárias, até o fortalecimento da cultura da sustentabilidade e a promoção de debates e eventos sobre problemas sociais, políticos, econômicos e culturais. Trata-se de um conjunto amplo e diverso de iniciativas, que perpassa tanto entregas de equipamentos culturais e sociais, quanto a contribuição crítica e teórica que a universidade pode oferecer ao meio em que está inserida (UFCA, 2022a).

## **5 INSTITUCIONALIDADE CULTURAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI: A “QUARTA DIMENSÃO”**

A UFCA apresenta uma configuração institucional diferenciada para a área da cultura, considerando-se o panorama das universidades federais brasileiras. De um modo geral, o tema da cultura está alocado nas pró-reitorias de extensão (ou similares), como uma subárea da missão extensionista da instituição, inserido em algum ente administrativo subordinado. De modo que, falar em cultura na universidade é remeter-se, automaticamente, à extensão.

A experiência de criação da UFCA, no bojo de um processo de interiorização que gera vínculos indissolúveis da instituição com a sua região, trouxe a necessidade de se pensar a dimensão da cultura com um novo olhar. A participação da comunidade nos GT's que precederam a instalação da UFCA (conforme já relatado neste trabalho), trouxe para o debate a possibilidade de criação de uma pró-reitoria de cultura, em sintonia fina com a importância do tema para a região do Cariri, que figura como referência cultural no estado e no Nordeste. O empoderamento das pessoas nas discussões, somado à força cultural e identitária do território do Cariri, culminou na criação da Pró-Reitoria de Cultura (PROCULT) (NASCIMENTO *et al*, 2018).

O Cariri, em decorrência da sua localização estratégica, tornou-se um centro de convergência entre várias partes do Nordeste, resultando num mosaico cultural com elementos de diferentes regiões. Isso fez com que a região caririense tenha se tornado um território de acentuada originalidade cultural no Nordeste e no Brasil, com riqueza de tradições e manifestações da cultura popular, tais como a produção de cordéis, o artesanato, além de festas populares como o Pau da Bandeira em Barbalha, os reisados e as lapinhas em Crato e as romarias do Padre Cícero em Juazeiro do Norte (PREFEITURA DO CRATO, 2021; NASCIMENTO *et al*, 2018). Tamanha pujança cultural reclamava a criação de uma estrutura administrativa que desse conta da grandiosidade do tema para a região, o que motivou a sugestão da PROCULT.

Para além da criação da pró-reitoria, realização que já se mostra grandiosa no panorama das universidades federais brasileiras, a cultura foi alçada à posição de quarto “pé” universitário, figurando ao lado de ensino, pesquisa e extensão. O Estatuto da UFCA consagrou a relação entre ensino, pesquisa, extensão e cultura como princípio fundamental na organização e no desenvolvimento das suas atividades, além de elencar a criação, difusão, aperfeiçoamento e promoção culturais como ações para a consecução das suas finalidades (UFCA, 2017). Ademais, a cultura se espalhou, institucionalmente, nos demais normativos

internos da UFCA e está positivada em diferentes espaços do PDI da UFCA, tais como: na visão da instituição (“Ser uma universidade de excelência em educação para a sustentabilidade, por meio de ensino, pesquisa, extensão e cultura”), dentre os valores institucionais (“Ser parte da comunidade e valorizar a cultura regional”) e nos princípios institucionais (“Reconhecimento das atividades artísticas, culturais e esportivas como fundamentais para a formação da comunidade universitária”) (UFCA, 2022a). Essa equiparação da cultura com as demais atividades-fim da universidade teve o condão de conferir proeminência ao tema no âmbito das discussões internas.

A elevação da cultura à condição de quarta dimensão universitária tem caráter *sui generis* na conjuntura brasileira. Mesmo as poucas universidades federais que contam com pró-reitoria exclusiva para a área cultural, não ousaram alçar o tema ao patamar do ensino, da pesquisa e da extensão. Consultando-se os Estatutos da UFMG e da UFJF, constata-se que, apesar da presença de pró-reitoria específica para a cultura, ambas as universidades obedecem ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, inscrito no Art. 207 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988; UFJF, 1998; UFMG, 1999).

Esse espaço privilegiado que a cultura alcançou na UFCA ficou evidente com os relatos das pessoas entrevistadas para a pesquisa. A criação de uma estrutura específica de dedicação à cultura possibilitou, conforme relatado pelo *Entrevistado 8<sup>11</sup>*, o seu reconhecimento como uma dimensão estratégica, além de garantir um lugar importante no planejamento estratégico e nos projetos institucionais. Essa concepção foi corroborada por outros agentes entrevistados, que ressaltaram o ganho de legitimidade e a participação da cultura em debates mais estruturais da universidade, com possibilidade de interlocução em instâncias superiores da instituição.

A PROCULT se organiza a partir de quatro princípios fundamentais:

- 1) A compreensão da cultura como parte da formação integral dos sujeitos;
- 2) O reconhecimento e o interesse de reflexão e ação sobre as diferentes formas e manifestações do cultural;
- 3) A manutenção permanente do diálogo com a sociedade;
- 4) A universalização do acesso às atividades, eventos e ações de Cultura (SALMITO; AZEVEDO JÚNIOR, 2015, p. 6).

Tais princípios servem como base para a atuação da pró-reitoria, guiando todo o processo de reflexão e desenvolvimento de ações no campo da cultura da UFCA.

---

<sup>11</sup> Para garantir o anonimato das pessoas entrevistadas, elas serão identificadas com os seguintes pseudônimos: *Entrevistado 1*, *Entrevistado 2*, *Entrevistado 3* e assim por diante. A menção aos entrevistados será grafada sempre em itálico e com inicial maiúscula.

A implantação de um ente administrativo exclusivamente ligado à cultura engendrou o fortalecimento da institucionalidade cultural da UFCA, trazendo consigo o aprimoramento do arcabouço legal e administrativo da área. A aprovação do Plano de Cultura da UFCA pode ser concebida como uma das consequências da robustez cultural da instituição. O documento estabelece a política de gestão cultural da entidade, orientando as ações que serão desenvolvidas no período de 5 anos em que se estende a sua vigência. Trata-se de marco de extrema relevância para uma IFES, considerando-se que são pouquíssimas as instituições que contam com documento similar, conforme já fora atestado por levantamento do FORCULT (2020).

O Plano de Cultura vigente, aprovado em 2019 e com aplicação até 2024, revela-se como o instrumento basilar para a execução da política cultural da UFCA. Ali estão previstas desde a fundamentação teórica e a base conceitual de cultura, até os objetivos e ações efetivas a serem implementadas, com previsão de tempo e responsáveis pela execução (UFCA, 2019).

Como base institucional fundamental para o fazer cultural da UFCA, o Plano de Cultura estabelece o horizonte conceitual que norteará as ações de cultura, ou seja, o conceito de cultura sobre o qual repousará a política cultural da instituição. A fundamentação teórica trabalha com um conceito de cultura que abraça a diversidade, inerente à condição *multicampi* da UFCA. Assim, o Plano de Cultura assenta uma definição que reconhece os hibridismos, ou seja, entende a cultura como um processo em permanente construção: “Cultura não pode ser definida como sinônimo absoluto de erudição ou educação formal, nem como reivindicação exclusiva de alguma tradição que se cristalizou no espaço e no tempo” (UFCA, 2019, p. 24). Trata-se de concepção que rechaça a ideia de identidade e concebe a cultura como fluxos culturais, entendendo-a como dimensão em constante movimento. Sobre essa noção de cultura, vale trazer à baila uma importante citação de Albuquerque Júnior (2007, p. 16-17):

Em qualquer sociedade humana, o que caracteriza a produção cultural sempre foi as misturas, os hibridismos, as mestiçagens, as dominações, as hegemonias, as trocas, as antropofagias, as relações enfim. O que chamamos de cultura, conceito que por seu uso no singular já demonstra sua prisão à lógica da identidade, é na verdade um conjunto múltiplo e multidirecional de fluxos de sentido, de matérias e formas de expressão que circulam permanentemente, que nunca respeitaram fronteiras, que sempre carregam em si a potência do diferente, do criativo, do inventivo, da irrupção, do acasalamento. Na verdade, nunca temos cultura: temos trajetórias culturais, fluxos culturais, relações culturais, redes culturais, conexões culturais, conflitos, lutas culturais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 16-17).

Somando-se à noção de cultura acionada pelo documento, há o entendimento de que a dimensão da cultura demarca a formação integral do estudante e funciona como instância mediadora dos demais princípios da universidade, atravessando o ensino, a pesquisa e a extensão. Na missão de articulação entre as demais atividades-fim da universidade, a cultura deve servir como antídoto contra o “tecnicismo de mão única da proposta de universidade que compartimentaliza saberes e atuações profissionais em superespecialidades, sem a clareza da visão global e das implicações de capilaridade” (UFCA, 2019, p. 28).

A transversalidade que está registrada no Plano de Cultura encontra eco na comunidade acadêmica, conforme depreendemos dos relatos dos entrevistados. Ressaltou-se a importância de pensar a cultura como elemento transversal na formação do estudante, que atravessa as instâncias do ensino, da pesquisa e da extensão, trazendo “um pensamento mais profundo de cultura [...], como essa força motriz, esse agente motivador, esse elemento a mais, essa instância de humanismo” (*Entrevistado 3*). Para além dessa concepção antropológica da cultura, houve o acionamento de diversas expressões que sugerem a fluidez que se pretende alcançar nas fronteiras das dimensões universitárias. Termos como “permeabilidade”, “equidade entre os saberes”, “simetria”, “diálogo” e “retroalimentação” foram utilizados para caracterizar a forma como o “quadripé” universitário da UFCA propõe a interpenetração entre ensino, pesquisa e extensão. Conforme sintetizou o *Entrevistado 4*, há a concepção da “cultura como elemento transversal que perpassa a formação humana [...] junto e para além das 3 dimensões básicas: ensino, extensão e pesquisa”.

A concepção da transversalidade trouxe consigo a ideia de legitimação da cultura no currículo, de modo a compor a formação dos estudantes. Nesse contexto, com vistas à institucionalização da cultura no âmbito pedagógico da universidade, a PROCULT iniciou as discussões sobre a curricularização da cultura, em 2017 e, já no ano de 2018, lançou edital com o objetivo de selecionar ações culturais e conceder bolsas de cultura para a implementação. Entende-se a curricularização da cultura como “o processo pelo qual se busca a formação de estudantes e professores por meio da relação entre uma área do conhecimento e a cultura no seu sentido mais amplo” (UFCA, 2019, p. 31). Subsidiariamente, a inserção da cultura nos currículos promove a articulação entre ensino e cultura, o diálogo entre os saberes populares e acadêmicos, a promoção de novas metodologias de ensino e o incentivo à reflexão sobre a dimensão cultural e artística da universidade.

Ainda no ano de 2018, deu-se a implantação da oferta de disciplinas livres para os estudantes dos cursos de graduação da UFCA. Partindo, mais uma vez, da transversalidade da cultura, as disciplinas livres são componentes curriculares desvinculados de um curso ou

unidade acadêmica específicos, versando sobre temas emergentes e perpassando diferentes áreas disciplinares. Após debate com a comunidade acadêmica, a PROCULT passou a ofertar, em 2018.2, as disciplinas “Corpo e Cidade” e “Educação, Cultura e História Africana e Afro-Brasileira” (UFCA, 2019).

A transversalidade que, por um lado, potencializa a temática cultural, por outro, tornou-se fonte de questionamentos em relação à curricularização da cultura. O argumento contraposto à ideia de curricularização, por parte de alguns membros da comunidade acadêmica, partia do pressuposto de que a própria transversalidade da cultura geraria uma diluição dos assuntos, de forma que, em determinados momentos, seria impossível separar o aspecto cultural das demais dimensões. A noção, deveras alargada, acabaria levando à renúncia das singularidades do fenômeno da cultura na universidade. O *Entrevistado 1*, ao salientar a sobreposição entre práticas, ideias e concepções de cultura e extensão, coloca a seguinte problematização acerca da curricularização da cultura:

Qual é o aspecto de diferenciação? Se você tá integrando, então, qual é a contribuição, qual é a diferenciação quando a gente fala em curricularização da cultura, integração da cultura nos currículos? Como é que isso tem que ser feito, qual é o espaço disso ali dentro? Será que a discussão ela é num nível mais transversal mesmo? (*Entrevistado 1*)

Apesar das críticas e contrassensos existentes, a promoção da curricularização da cultura figura como um dos objetivos da PROCULT, com o intuito de incentivar a contabilidade de carga horária de atividades culturais e esportivas nas atividades complementares, além da previsão de créditos em disciplinas livres. Uma série de ações estão previstas no período de vigência do Plano de Cultura, dentre as quais: diálogo com os cursos e unidades acadêmicas a respeito da inserção das horas dedicadas às atividades culturais nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), ampliação da oferta de disciplinas livres, incentivo à oferta de disciplinas livres por outras pró-reitorias, criação de disciplinas com metodologias inovadoras, realização de seminário de curricularização da cultura etc. (UFCA, 2019).

Numa outra frente, a institucionalização da cultura na UFCA contribuiu no sentido de articulação entre as atividades culturais. Uma série de ações que poderiam estar acontecendo de forma atomizada, sem diálogo, ganharam conexão sob a gestão da PROCULT. A dispersão dos projetos culturais, que poderia se transmutar em invisibilidade, foi minimizada e as ações fortalecidas com a atuação da PROCULT. Conforme o *Entrevistado 4*: “Isso trouxe para gente uma evidência da capilaridade de ações que são desenvolvidas”.

Além dos objetivos que partem de um jaez mais pragmático, é importante estabelecer que os efeitos da ascensão da cultura à dimensão estratégica das universidades trazem consigo outros desdobramentos, cujas consequências poderão ser sentidas a longo prazo. O estabelecimento de uma política cultural pode figurar, por exemplo, como instrumento para mitigar os efeitos da crise de hegemonia com que se defronta a universidade, nos dizeres de Santos (1995). Essa crise se consubstancia na contradição em que a universidade está imersa ao ter que, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos relativos à “alta cultura” e pensamento crítico, de um lado; e do outro, ter que produzir conhecimentos instrumentais úteis à mão de obra qualificada para o desenvolvimento capitalista (SANTOS, 1995). Nesse entrecruzamento de funções paradoxais, o estabelecimento de uma política cultural sólida pode servir como ponte entre conhecimentos tão díspares, ao assinalar a cultura como elemento que perpassa toda a produção de conhecimento acadêmico, seja ele instrumental ou especulativo.

Nessa mesma perspectiva, a política cultural universitária teria a função integradora de atenuar o problema das “duas culturas”, conforme explanado por C. P. Snow numa famosa conferência proferida em 1959, na Universidade de Cambridge. Snow caracteriza o problema das “duas culturas” chamando atenção para o fato de que há no mundo acadêmico um abismo de incompreensão entre os literatos e os cientistas. Snow (2015, p. 8), que trafegava entre as duas áreas, relata que se sentia “[...] oscilando entre dois grupos, comparáveis em inteligência, idênticos em raça, não muito distantes em origem social, que recebiam quase os mesmos salários, mas que haviam cessado quase totalmente de se comunicar entre si [...]”. Mais uma vez, a política cultural pode funcionar como elo entre esses dois grupos, ao romper com a disciplinaridade e a compartimentalização de saberes que isola os conhecimentos em compartimentos estanques.

### **5.1 O surgimento da Pró-Reitoria de Cultura: “uma pró-reitoria sob suspeita”**

Ao comentar a permanente aura de dúvida que pairava sobre a existência da PROCULT, um dos entrevistados afirmou que se tratava de “uma pró-reitoria sob suspeita”. Após enunciar que a mera “sobrevivência” da pró-reitoria já se configurava como um ganho, o *Entrevistado 5* atestou a consolidação do órgão, mesmo após algumas cisões internas e alternância de gestão. A permanente necessidade de explicar o porquê de uma pró-reitoria de cultura é ratificado por França Júnior, Lima e Rodrigues (2018), ressaltando os debates internos em que se levantava o argumento de que a cultura poderia estar embutida nas ações da extensão.

A suspeição que foi posta sobre a PROCULT serve como fio condutor a desvelar o contexto de surgimento do órgão; uma proposição que foi cercada por tensões e oposições, mas também por um vigoroso apoio de significativa parte da comunidade acadêmica. Nesse ponto, ganham relevo as informações colhidas nas entrevistas semiestruturadas realizadas para o presente projeto, que revelam como se deu o processo de proposição da PROCULT, sob o olhar de quem participou das tratativas de implantação.

Grande parte dos agentes entrevistados para a pesquisa ratificou a importância do entorno cultural da universidade para a proposição da PROCULT. Conforme relato do *Entrevistado 2*, acerca das motivações para a criação da pró-reitoria:

Tinha uma motivação, digamos assim, do ambiente cultural ao (sic) qual está situado (sic) a Universidade, que é a região do Cariri, que é uma região muito plural em manifestações culturais de diversas ordens: música, artes visuais, artes da tradição, grupos culturais etc.<sup>12</sup> (*Entrevistado 2*)

A questão da importância cultural do Cariri como ponto nevrálgico da proposição da PROCULT surgiu, nas entrevistas, pelo acionamento de variadas expressões: a “fertilidade cultural da região”, a “inserção social da universidade”, o “desenvolvimento regional sustentável”, a “valorização da vocação cultural local”, foram algumas delas. O fato é que o vigor cultural da região figurou como argumento em prol da criação de uma estrutura administrativa específica para a cultura na UFCA.

O processo de instalação da UFCA, com a criação de GT’s para a discussão a respeito da formação da instituição, teve importância fundamental para a proposição da PROCULT, conforme ressaltam os relatos colhidos. A discussão ampla com os sujeitos interessados na instalação de uma instituição federal de ensino superior não é situação corriqueira no cenário brasileiro. Chacon e Barreto (2014), ao analisar a experiência de criação da UFCA sob a ótica do empoderamento das pessoas, ressaltam o interesse da comunidade acadêmica em participar das decisões estratégicas e a criação da PROCULT como “efeito colateral” dos debates empreendidos no âmbito dos GT’s. Essa perspectiva encontra ressonância nos relatos dos agentes envolvidos na criação do órgão, que situam a gênese da criação da pró-reitoria nas discussões empreendidas nos GT’s. Há uma confluência em grande parte das entrevistas em atribuir o protagonismo da proposição da PROCULT aos cursos de Música, Jornalismo e Filosofia, com algumas menções ao curso de Design. Destacam-se, desta forma, os cursos

---

<sup>12</sup> A transcrição das entrevistas respeitou o formato original das falas, mantendo-se, tanto quanto possível, as marcas de oralidade.

ligados às ciências sociais e humanas na dianteira da proposição da PROCULT. Salmito e Azevedo Júnior (2015) assentam, ainda, a propositura da inovadora Pró-Reitoria como uma proposta do curso de Música, justificada “tanto por uma dívida institucional com esta área de concentração como pela importância desse campo na região do Cariri[...]” (SALMITO; AZEVEDO JÚNIOR, 2015, p. 4).

A ideia surge alicerçada, sobretudo, na ideia de diálogo com a vocação cultural da região. Conforme avaliação do *Entrevistado 6*: “[...] a maior parte da comunidade abraçou a ideia de ter uma Pró-Reitoria de Cultura, que era pra valorizar uma espécie de vocação regional, [...]a cultura como uma dimensão muito forte aqui na Região do Cariri”. Na mesma direção, o *Entrevistado 3* ressalta a vinculação da UFCA com o território, afirmando a importância de “pensar uma política cultural para essa Universidade, tendo em vista a demanda da própria região” (*Entrevistado 3*).

Em paralelo à proposta de criação da PROCULT, engendrava-se um processo de institucionalização da cultura enquanto quarto “pé” acadêmico. A autonomização da cultura enquanto área, com existência independente do ensino, da pesquisa e da extensão, pressupunha a formalização de um órgão exclusivo para a sua gestão. Para além do “guarda-chuva” da extensão, a cultura deveria existir com uma estrutura própria, envolvendo entes administrativos, normas e demais aparatos burocráticos. Dentro desse quadro, que requeria equidade entre as quatro dimensões, tornou-se forçoso pensar na criação de um órgão próprio para a cultura, o que se viabilizou com a criação da PROCULT.

A inserção da cultura como área-fim da UFCA, ao lado de ensino, pesquisa e extensão, pressupunha tratamento paritário com as demais pró-reitorias, seja nos aspectos mais objetivos (orçamento, pessoal etc.), seja nas dimensões discursivas que orientam as decisões estratégicas. A similaridade no trato com a PROCULT, em relação aos outros órgãos, foi reivindicada desde o seu nascimento. O *Entrevistado 5*, agente ativo nas discussões a respeito da implantação e no posterior funcionamento da PROCULT, confirma essa posição, ao afirmar:

[...] eu, particularmente, tinha uma posição de que a gente não poderia ter um lugar desprivilegiado, ou seja, que a gente não poderia manter nunca uma assimetria em relação às outras pró-reitorias. Então, eu lembro que na primeira reunião de discussão de bolsas, bolsas por pró-reitorias, eu disse: ‘eu quero a mesma quantidade de bolsas em relação às outras pró-reitorias’ (*Entrevistado 5*).

Outros relatos trouxeram à tona a relevância que se dava à harmonia que deveria nortear o tratamento entre as pró-reitorias. Emerge do relato do *Entrevistado 6* a seguinte assertiva:

“não bastava se criar essa pró-reitoria e se justificar (*sic*), ela tinha que ter um *status* equiparado à pesquisa, ao ensino e à extensão”. O *Entrevistado 4*, por sua vez, corrobora essa ideia, pontuando que “[...] aqui na Universidade a gente lida com as quatro Pró-Reitorias de forma muito linear. As pró-reitorias fins [...] estão muito alinhadas do ponto de vista da hierarquia da instituição. Isso quer dizer também que o recurso é compartilhado com as quatro [...]”.

A “pedra fundamental” para o processo de criação da Pró-Reitoria de Cultura é assentada com a inserção do reconhecimento das atividades artístico-culturais na Carta de Princípios da UFCA. A universidade a ser criada assumia a relevância fundamental da formação artístico-cultural, além do compromisso de incentivar as atividades de formação e apreciação artístico-culturais. Esse reconhecimento se, por um lado, concorre para a criação da PROCULT, por outro, não impede que haja tensionamentos quanto à necessidade de criação dessa estrutura administrativa. Como contraponto a vozes de oposição, advogava-se pela necessidade de manutenção de uma política permanente de cultura e interlocução com a cena cultural da região (SALMITO; AZEVEDO JÚNIOR, 2015).

A natural oposição por parte de alguns setores da universidade se justifica pelo fato de que essa proposição se revelava inovadora no conjunto das universidades federais brasileiras. Entre os argumentos aventados para a criação da PROCULT, estava a elaboração de uma política permanente de cultura capaz de fomentar ações internas e externas à universidade.

Interessa discorrer sobre os embates, tensões, dissensos e consensos que permearam a proposta de implantação da Pró-Reitoria de Cultura, tendo em vista o caráter disruptivo da proposta, em relação à configuração organizacional padrão adotada nas universidades federais brasileiras. Quais argumentos foram utilizados para contestar a criação da PROCULT? De onde vinham, primordialmente, tais contraposições? A resposta a essas questões ajuda a compreender o itinerário que permeou a proposição da pró-reitoria, compondo, por conseguinte, um painel elucidativo das noções que permeiam o conceito de cultura nas universidades.

Uma análise mais aprofundada das contestações postas à criação da PROCULT, revelam que há um imbricamento atávico nos argumentos contrários à implantação do órgão. Grande parte das ideias de contraposição está fundada na noção de cultura ligada, fundamentalmente, às linguagens artísticas. Partindo do conceito-base de que cultura e arte são a mesma coisa e, além disso, estão umbilicalmente concatenadas, alguns grupos rechaçam a criação de órgão que trate, especificamente, a dimensão cultural da universidade.

A escassez de experiências consolidadas na implementação de pró-reitorias de cultura servia como pretexto para contestar a inovação no organograma da UFCA. A inovação

encontrava similitude apenas com a experiência da UFJF, que já contava com pró-reitoria de cultura. E só viria a ganhar nova companhia com a instalação de órgão semelhante na UFMG, no ano de 2022.

Assim, o primeiro dos argumentos que apareceu para contestar a criação da PROCULT foi o de que as atribuições de uma pró-reitoria de cultura poderiam ser contempladas na pasta de extensão, tal como acontece na esmagadora parte das universidades federais brasileiras (NUNES, 2020). O processo de convencimento por meio de debates internos passou, inevitavelmente, pela resposta aos opositores que levantavam a questão de que em várias instituições a cultura se encontra dentro das pró-reitorias de extensão (SALMITO; AZEVEDO JÚNIOR, 2015; FRANÇA JÚNIOR; LIMA; RODRIGUES, 2018).

A análise das entrevistas indica que há, pelo menos, dois possíveis desdobramentos a partir desse argumento de contestação. O primeiro desdobramento parte da ideia de que a transversalidade da cultura já a insere nas temáticas de outras pró-reitorias, com destaque para a de extensão, que dialoga mais fortemente com o âmbito cultural. Desse modo, não haveria necessidade de criação de órgão específico para tema que está disseminado, de forma diluída, nas outras pró-reitorias. Contra essa concepção, argumentava-se que “a presença de uma pró-reitoria de cultura valoriza mais a cultura, dá um estatuto de peso à cultura, diferente de ela estar dentro da extensão” (*Entrevistado 6*). Ou seja, havia a necessidade de conferir proeminência discursiva à cultura, colocando-a numa dimensão estratégica e autonomizada. Além disso, a PROCULT foi pensada como um aparelho público de fomento à cultura da região, de modo que, inserida na extensão, não conseguiria dar conta desse papel social colocado dentre as suas missões (*Entrevistado 5*).

O outro desdobramento da contraposição que criava uma vinculação automática da cultura com a pró-reitoria de extensão partia de um viés mais pragmático. A lei que criou a UFCA estabeleceu a quantidade de Cargos de Direção<sup>13</sup> (CD's) de que a instituição iria dispor na composição da sua estrutura (BRASIL, 2013). As CD's são hierarquizadas de acordo com o arco de responsabilidades do cargo específico, de modo que o Reitor de uma universidade federal recebe a CD 1 – de maior valor – e os pró-reitores, a CD 2. O quantitativo de CD's 2 concedidas à UFCA, quando da sua criação, limitava o número de pró-reitorias a serem criadas. Assim, os opositores da criação da PROCULT usavam a quantidade exígua de cargos para propor a colocação da cultura na pró-reitoria de extensão, de modo que não se gastasse um

---

<sup>13</sup> Os cargos de direção se caracterizam pela atribuição de dirigir e chefiar pessoas (servidores), e se responsabilizar por departamentos/unidades subordinadas a administração pública.

“cartucho institucional com uma pró-reitoria de cultura” (*Entrevistado 2*) ou se “queimasse um CD 2 com a cultura” (*Entrevistado 5*). Interessante notar o uso das noções de “gastar” e “queimar” utilizadas pelos entrevistados, trazendo uma semântica que remete a uma concepção de cultura enquanto “gasto”, ou, ainda, dimensão desnecessária do fazer universitário.

Ainda na seara dos argumentos pragmáticos contra a pró-reitoria, havia o desconforto em relação à “retirada” de recursos de outras áreas. Evidentemente, com a criação da PROCULT haveria um ente a mais no rateio de recursos destinados à universidade. Conforme reporta o *Entrevistado 8*: “ter uma pró-reitoria de cultura iria dividir o recurso financeiro com as demais pró-reitorias, ou seja, iria tirar recurso da graduação, iria tirar recurso da pesquisa, iria tirar recurso da extensão. Iria dividir o bolo. Era um outro argumento muito comum” (*Entrevistado 8*). Por meio do relato, fica evidenciada a importância da inserção da cultura como atividade-fim da universidade. Com essa inclusão e o consequente tratamento igualitário da cultura ante as demais finalidades da universidade, a área deixa de ser considerada uma “filha bastarda”, pelo menos no âmbito institucional.

Outra divergência posta à criação da PROCULT teve como base a concepção restrita de cultura enquanto linguagens artísticas. Aventava-se a possibilidade de que a pró-reitoria poderia ser instrumentalizada pelos cursos de arte e humanidades, partindo-se da ideia de que a cultura se resumiria à contemplação de tais áreas. Por óbvio, essa crítica partia de cursos não ligados à área das artes, conforme relatado pelo *Entrevistado 6*:

Houve resistência de alguns cursos, que não são tradicionalmente ligados à área de cultura: medicina, agronomia, engenharia civil, engenharia de materiais, administração, porque têm uma concepção de que cultura é pra cursos como música, dança, comunicação, e não pra cursos como engenharia. Mas acho que foi um aporte, uma briga para que o aluno tenha essa dimensão na sua formação (*Entrevistado 6*).

Se no ato da propositura houve a conjectura da possibilidade de favorecimento aos cursos de artes e humanidades, essa dúvida foi se dissipando com a efetiva atuação da PROCULT. O *Entrevistado 8*, que ocupou cargos de gestão à frente da pró-reitoria, atestou o espraiamento das ações do órgão para além das linguagens artísticas: “[...] esse foi um desafio que eu tive, que eu coloquei na minha gestão da pró-reitoria, que foi fazer com que a PROCULT fosse para todos. [...] Então, hoje a pró-reitoria tem políticas diversas que são voltadas para medicina, para agronomia [...].” (*Entrevistado 8*). A ampliação do leque de atuação da PROCULT encontrou ressonância no relato de outros entrevistados, confirmando

a perspectiva alargada de cultura que norteia as ações da pró-reitoria, em consonância com o horizonte conceitual de cultura estabelecido no Plano de Cultura (UFCA, 2019).

Houve, ainda, um dissenso a respeito da inclusão das artes no escopo de atuação da Pró-Reitoria. Para alguns, a PROCULT deveria abarcar a área das artes dentre as suas atribuições. O *Entrevistado 6* que, à época, foi defensor de uma pró-reitoria de cultura e artes, traz um importante ponto de vista para a discussão: “[...] a ideia é, ‘o guarda-chuva da cultura engloba as artes’, certo; aí, é o mesmo problema de o guarda-chuva da extensão englobar a cultura” (*Entrevistado 6*). Por outro lado, pode-se entender o estabelecimento da cultura como dimensão ampla da pró-reitoria como um “modo privilegiado de livrá-la dos trilhos rígidos em que se tem buscado colocá-la e devolver-lhe a capacidade heurística que, em condições normais, fica restrita apenas a um de seus domínios, o da arte” (COELHO, 2008, p. 13). De fato, ancorada numa perspectiva antropológica de cultura, a PROCULT implementou projetos nas mais diversas áreas e com variados cursos da UFCA, sem restringir a atuação às artes.

Apesar das divergências postas, a PROCULT foi criada e, junto às outras pró-reitorias, conforma uma das atividades-fim da UFCA. Ao lado de ensino, pesquisa e extensão, a cultura figura como o quarto “pé” universitário, a reivindicar o seu lugar como “órgão propulsor da Cultura na Universidade, contribuindo com a perspectiva de uma formação integral do estudante universitário e da comunidade favorecida pela instituição” (UFCA, 2019). O Estatuto da UFCA consagra, de modo indubitável, o “aprofundamento da relação entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura” como princípio da instituição no desenvolvimento das suas atividades (UFCA, 2017, p. 4).

Alguns entrevistados destacaram a decisiva importância da comunidade estudantil para a implantação da PROCULT. “A reação positiva dos estudantes foi fundamental. Talvez é uma coisa que pouca gente fala, mas os estudantes tiveram papel fundamental na aceitação dessa proposta” (*Entrevistado 8*). O apoio dos discentes foi evidenciado, ainda, pelo *Entrevistado 4*: “a gente teve um grande apoio dos estudantes. O engajamento dos estudantes foi importante, principalmente nos primeiros anos”.

Confirmando a aura de suspeição constante da PROCULT, a existência da pró-reitoria foi colocada sob risco no momento da aprovação do Estatuto da UFCA. Segundo o *Entrevistado 8*, houve um movimento para extinguir o órgão, em 2015, por parte de alguns professores. A informação é ratificada pelo *Entrevistado 4*, que reitera a pretensão de eliminação da pró-reitoria, sob o pretexto de falta de recursos financeiro (*Entrevistado 4*).

O fato é que, mesmo com essa multiplicidade de argumentos contrários, a PROCULT foi instalada, como corolário de uma inédita política de inclusão da cultura como dimensão

estratégica da UFCA, que consagrou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e cultura.

## **5.2 Elementos da institucionalidade cultural**

Com base em proeminentes estudiosos do tema, foram definidas as dimensões de análise que configuram a institucionalidade cultural, quais sejam: a) estrutura administrativa/organizacional; b) arcabouço político/legal; c) recursos financeiros, humanos e materiais; d) participação da sociedade civil na política cultural (ou da comunidade externa, no caso das universidades federais). (RUBIM, 2007; CALABRE, 2009; UNESCO, 2014; COELHO, 1997).

Tomando como modelo teórico os elementos acima estabelecidos, será analisada a institucionalidade cultural da PROCULT da UFCA, com lastro na pesquisa documental e bibliográfica, além das entrevistas realizadas com os agentes que estiveram envolvidos tanto com a criação quanto com o funcionamento do órgão.

A estrutura administrativa/organizacional diz respeito ao conjunto de órgãos criados para a gestão da política cultural da UFCA. Pretende-se traçar um panorama do organograma da PROCULT, registrando as instâncias criadas para dar conta da missão da Pró-Reitoria, suas divisões internas e respectivas funções.

A análise do arcabouço político-legal tem por objetivo o exame dos marcos legais que balizam a atuação da PROCULT e disparam os processos de implementação das ações da Pró-Reitoria. Desde o Plano de Cultura até os editais lançados, passando pelos Relatórios de Gestão, que prestam contas das ações efetivadas ano a ano, as normas servem para conferir estabilidade à atuação do órgão.

Os recursos financeiros, humanos e materiais serão analisados à luz da documentação reunida e dos relatos colhidos por intermédio das entrevistas. A forma como a Pró-Reitoria emprega os recursos financeiros postos à sua disposição enuncia quais são as ações mais significativas para o órgão. Além disso, o volume de recursos recebidos a cada ano tem relação direta com o contexto político nacional, o que foi atestado pelos depoimentos obtidos nas entrevistas. A implementação de políticas culturais requer, ainda, pessoal qualificado e recursos materiais disponíveis. Privar determinada estrutura administrativa de recursos leva ao seu esvaziamento e, conseqüentemente, inviabiliza a implementação de ações na sua área de atuação.

Por fim, a efetiva caracterização da institucionalidade cultural requer o exame dos mecanismos de participação da sociedade civil nos processos de discussão, deliberação, acompanhamento e avaliação das políticas implementadas. As comunidades interna e externa devem ter espaços de interlocução com o órgão, a fim de que a sua atuação seja avaliada pelo corpo social.

A investigação a respeito de cada categoria indicada visa fornecer um panorama da dinâmica de funcionamento da PROCULT, além de entender o processo de institucionalização do órgão e a sua importância para a cultura na UFCA. Conforme ensina o professor José Álvaro Moisés (2001, p.15): “A estrutura institucional com que os povos tratam sua cultura é, portanto, um componente fundamental das relações entre desenvolvimento e democracia”. Infere-se, por conseguinte, que analisar o modo pelo qual uma universidade trata a cultura é compreender o funcionamento democrático a partir dos enlaces inexoráveis entre desenvolvimento, democracia e educação.

### 5.2.1 Estrutura administrativa/organizacional

Ao discorrerem sobre a forma de atuação da PROCULT, Salmito e Azevedo Júnior (2015) apresentam as vantagens de estabelecer a cultura como dimensão estratégica alocada num ente administrativo dedicado exclusivamente à temática. As ações da Pró-Reitoria consubstanciam-se por meio dos seguintes mecanismos: a) Programas Institucionais: ações continuadas que abrangem áreas temáticas específicas; b) Política de bolsas e estímulo ao protagonismo discente: destinação de bolsas nas áreas de cultura, arte e esporte e; c) Rede de Interlocução e Formação: rede de diálogo e atuação com outros atores da cultura, seja em âmbito local ou nacional. Os mecanismos adotados pela Pró-Reitoria para acompanhamento e transparência das ações, além de participação da comunidade externa, se dão a partir de três dimensões: Câmara Acadêmica, órgão colegiado consultivo e deliberativo, composto por membros das pró-reitorias das atividades-fim da universidade, dentre os quais a de Cultura, além de docentes, discentes e técnicos-administrativos; Fórum Aberto de Cultura, espaço de reuniões aberto à comunidade acadêmica e interessados em geral; e Relatório de Gestão divulgado no sítio eletrônico como prestação de contas anual (UFCA, 2019). Na presente seção será descrita de que forma se organiza a estrutura administrativa destinada a dar conta das ações da PROCULT.

Para dar conta da diversidade proposta na noção de cultura da PROCULT, o órgão se estrutura a partir de eixos temáticos e de atuação. Com base em tais eixos, que organizam o desenvolvimento das atividades da Pró-Reitoria, são realizadas as ações institucionais. Os eixos temáticos representam, nas palavras de um dos entrevistados, o “norte” da Pró-Reitoria (*Entrevistado 5*), ou seja, representam os temas que direcionam a ação da PROCULT, permitindo a contemplação das diversas áreas em que a atuação cultural se desenvolve. Conforme consta no Plano de Cultura da UFCA, “os eixos temáticos que balizam as políticas da PROCULT são uma possibilidade de compreender a abrangência de ações culturais, antropológicas e sociais da comunidade acadêmica e externa da UFCA” (UFCA, 2019, p. 47).

São os seguintes os eixos temáticos:

- **Linguagens Artísticas:** estimula e promove continuamente a realização de ações nas diversas linguagens artísticas;
- **Educação Científica:** estimula e promove ações que visem fortalecer a relação entre educação, ciência e cultura;
- **Crítica Social:** estimula e promove o desenvolvimento do olhar crítico e da reflexão continuada sobre temas cruciais da cultura contemporânea;
- **Diversidade Cultural:** estimula e promove ações que torne visível e fortaleça a diversidade em suas diferentes manifestações e enfoques;
- **Patrimônio e Memória:** estimula e promove ações que valorizem a memória social e o cuidado com seus materiais e práticas;
- **Entretenimento e Convivência:** estimula e promove ações de integração e convivência na universidade através de atividades lúdicas e de entretenimento;
- **Idiomas e Culturas Estrangeiras:** estimula e promove ações de estudo de idiomas e trocas culturais entre diferentes países;
- **Corpo, Culturas do Movimento e Práticas Esportivas:** estimula e promove atividades corporais e o desenvolvimento de atividades esportivas;
- **Cultura e Sustentabilidade:** estimula a discussão de temas emergentes ligados à permacultura, bem como a realização de práticas e ações que visem à disseminação da cultura da sustentabilidade na UFCA e nos seus territórios de impacto (UFCA, 2019).

Além dos eixos temáticos, foram estabelecidos os eixos de atuação, que representam a forma objetiva de intervenção da PROCULT no âmbito dos grandes temas, constituindo ações de diferentes naturezas. Os eixos de atuação são: debates e reflexões, formação, fruição, experimentação, pesquisa e gestão. Percebe-se que, num mesmo eixo temático, é possível conciliar diferentes tipos de atuação. Por exemplo, no eixo temático “Linguagens Artísticas”, pode-se promover debates pertinentes às artes, ações de formação em música e promoção de fruição cultural, por meio de apresentações artísticas para a comunidade acadêmica. Enfim, a partir dos eixos temáticos e de atuação a PROCULT desenvolve suas atividades e ações nos projetos e programas sob sua responsabilidade. A figura abaixo representa os eixos temáticos e de atuação da PROCULT.

**Figura 2** – Eixos Temáticos e Eixos de Atuação da PROCULT



Fonte: UFCA (2019).

A estruturação das ações da PROCULT em eixos temáticos funcionou como uma forma de resposta à crítica de que a pró-reitoria não possuía escopo definido de atuação. Como contraponto, foram propostos eixos para direcionar o órgão, considerando-se a vastidão

conceitual que o termo “cultura” pode assumir numa universidade. Trata-se de sublinhar as áreas que representam a noção de cultura adotada pela pró-reitoria.

Cotejando o artigo “*Cultura na universidade: criação e início de trabalho da Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri*”, escrito pelos professores Salmito e Azevedo Júnior, em 2015, com a realidade atual, percebe-se as alterações que se deram no âmbito dos eixos temáticos. No artigo, em que se descreve a estrutura da PROCULT à época, havia o eixo “Acervo e Memória”, que foi modificado para “Patrimônio e Memória” quando da discussão do Plano de Cultura, partindo-se da compreensão de que o elemento “Acervo” é parte integrante do “Patrimônio” (UFCA, 2019). Outra mudança se deu na nomenclatura do eixo temático “Corpo, Culturas do Movimento e Práticas Esportivas”, anteriormente nomeado apenas como “Práticas Esportivas”. A nova titulação se deu pela busca em ampliar a concepção para além das práticas esportivas, estabelecendo na UFCA a cultura corporal de movimento, “abarcando um universo maior de possibilidades de ação e reflexão” (UFCA, 2019, p. 55). Por último, foi incluído o eixo “Cultura e Sustentabilidade”, lançando o olhar sobre novos paradigmas socioambientais.

Instados a avaliar o desenvolvimento dos eixos temáticos, parte dos entrevistados pontuou a natural consolidação do eixo “Linguagens Artísticas”, tendo em vista a presença marcante do curso de Música da UFCA nas ações da PROCULT, além do curso de Design, também presente em muitos projetos. Ressaltando a vocação significativa da Música na universidade, o *Entrevistado 2* ponderou a necessidade de “de se tentar buscar um equilíbrio” no tratamento entre os eixos temáticos, de modo que haja uma simetria entre os temas.

Em contraponto ao eixo ligado às linguagens artísticas, os agentes entrevistados avaliaram o desenvolvimento do eixo de “Crítica Social” como aquém do desejado. O *Entrevistado 5*, que esteve intensamente envolvido na criação da PROCULT, a concebia como: “o lugar onde os grandes temas entrariam para a universidade, onde a crítica institucional pudesse ser estabelecida formalmente; um lugar de autocrítica, onde a própria Universidade pudesse se criticar”. Apesar da intenção posta na proposição da pró-reitoria, o mesmo entrevistado considera que

[...] a parte de crítica social fica a desejar [...] eu acho que nós tínhamos posições públicas muito mais frequentes, quando entrava num grande dilema nacional a gente ia lá e se posicionava, lançava nota e tal. E aí eu acho que depois com o tempo isso se perdeu, a PROCULT ficou muito ensimesmada, acho que ficou muito voltada pra si, ficou fazendo gestão de bolsa (*Entrevistado 5*).

Em consonância com a observação do *Entrevistado 5*, o *Entrevistado 2* considera que o eixo de “Crítica Social” ficou defasado e estabelece, em sua opinião, quais seriam os motivos para esse descompasso: “ele ficou defasado [...] por um plural de coisas. Você tem uma falência da crítica, número um. Você tem outros eixos que são mais sensíveis, e que já têm uma tradição” (*Entrevistado 2*).

A reflexão sobre a “Crítica Social” emerge, ainda, de forma contundente, do relato do *Entrevistado 6*:

Eu acho que ela tem que existir numa dimensão de olhar crítico e espaço crítico da Cultura, isso eu acho que a PROCULT ela falha e é fraca nisso. A Cultura que tem que estar dentro da universidade, ela tem que ser diferente daquilo que a gente já vê fora da universidade. (*Entrevistado 6*).

A concepção da PROCULT, enquanto instância problematizadora dentro da universidade, está inserida no Plano de Cultura. Ao discorrer sobre o eixo temático “Crítica Social”, o documento avoca para a pró-reitoria a responsabilidade de pautar os assuntos emergentes da sociedade, que “fogem do arcabouço burocrático e temático de outros setores da Universidade, mas são inerentes à cultura local e nacional” (UFCA, 2019, p. 68). Aí fica claro o lugar privilegiado de debate que a PROCULT assume no âmbito universitário.

A estrutura administrativa/organizacional da PROCULT está dividida em Coordenações, Divisões e Núcleos, de modo a abarcar a complexidade dos temas que lhe competem. O organograma estabelece as áreas a serem priorizadas e a hierarquização entre os setores do órgão, conforme pode-se atestar na Figura 3.

**Figura 3** – Organograma da PROCULT



**Fonte:** UFCA (2023).

Apesar de não estar previsto no organograma oficial da PROCULT, é possível encontrar referências ao Pró-Reitor Adjunto na página oficial da pró-reitoria na internet<sup>14</sup>, além de ter havido menção do cargo nas entrevistas realizadas (*Entrevistado 2*).

O exame do organograma permite afirmar que não há uma correspondência automática entre os eixos temáticos e a divisão administrativa da PROCULT, de modo que alguns temas

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/instituicao/administrativo/estrutura-organizacional/pro-reitorias/procult/#accordion-1>.

não encontram equivalência imediata numa Coordenação, Divisão ou Núcleo. Contudo, conforme prevê o Plano de Cultura: “temáticas que não estão contempladas no título do setor deverão estar no arcabouço de sua atuação, por isso, cada lugar do organograma deve conter ementa e delimitação de sua atuação” (UFCA, 2019, p. 45).

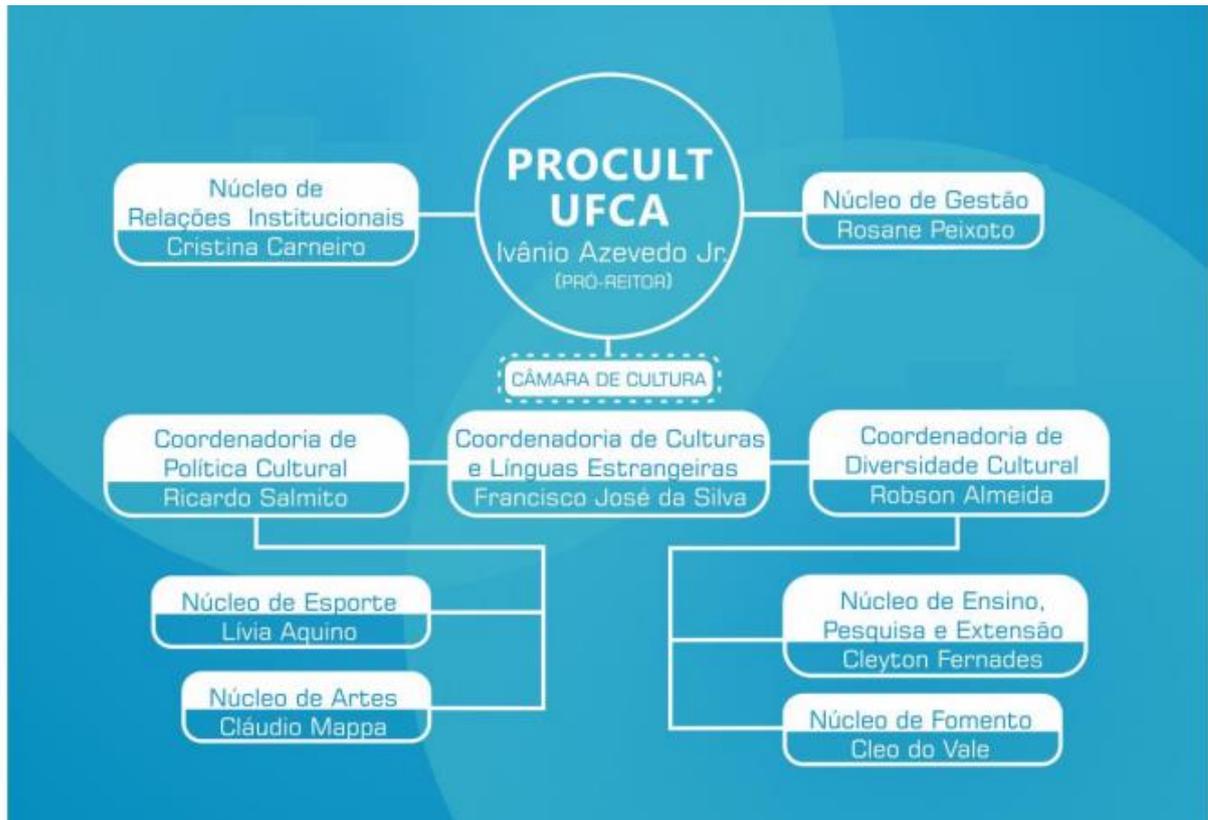
Em geral, as Coordenadorias estão responsáveis pela execução dos temas atinentes aos eixos de atuação da PROCULT. Para além do título da respectiva Coordenadoria, tem-se a subdivisão em Divisões, que vão cobrindo os assuntos correlatos à nomeação principal do ente administrativo.

O organograma é fruto de desdobramentos que se desenrolaram com a atuação da PROCULT ao longo do tempo. Nesse sentido, com o crescimento das atividades ligadas às linguagens artísticas, a Divisão de Artes, que nasceu em 2013 vinculada à Coordenadoria de Políticas Culturais teve que ser ampliada, transformando-se na Coordenadoria de Artes, que, hoje, abriga as Divisões de Articulação e de Formação Artística (UFCA, 2019). Percebe-se que a dinâmica de funcionamento tem o condão de reivindicar mudanças na estrutura administrativa/organizacional.

Os Núcleos, por sua vez, apresentam diferentes funções, desde mais burocráticas, voltadas à gestão pública, quanto atividades mais específicas da PROCULT. O Núcleo de Gestão, por exemplo, lida com os “fluxos da parte burocrática”, conforme nos informou o *Entrevistado 3*. Dentre as atribuições, estão a administração do *e-mail* institucional, os trâmites relacionados às férias dos servidores, encaminhamento de ofícios e demais documentos administrativos, pagamento de bolsas, controle patrimonial e elaboração de relatórios de gestão (*Entrevistado 3*; UFCA, 2018). O Núcleo de Comunicação é responsável pela disseminação das atividades e ações da PROCULT, o desenvolvimento de materiais de comunicação, matérias, identidades visuais e peças gráficas. O Núcleo de Idiomas e Culturas Estrangeiras tem por objetivo a promoção do ensino de línguas, bem como o intercâmbio entre culturas estrangeiras e o Núcleo de Produção Cultural é responsável por dar suporte às coordenadorias na elaboração de projetos, ações e programas (UFCA, 2018).

Mais uma vez, o artigo de Salmito e Azevedo Júnior, de 2015, possibilita a compreensão na evolução da estrutura organizacional da PROCULT. De fusões entre Coordenadorias, passando pela extinção de Núcleos e transformação de Coordenadoria em Núcleo, a PROCULT foi modificada radicalmente em sua estruturação administrativa, conforme se pode perceber a partir da análise da Figura 4, referente ao ano de 2015.

**Figura 4** – Organograma da PROCULT – Ano 2015



**Fonte:** Salmito e Azevedo Júnior (2015, p. 8).

O primeiro ponto a se destacar é a reorganização em relação à hierarquização de estrutura administrativas. A subdivisão das Coordenadorias, que antes era destrinchada em Núcleos, hoje é feita em Divisões. Dessa forma, cada Coordenadoria conta com Divisões em seu âmbito interno. Mantiveram-se as três Coordenadorias, contudo, houve uma realocação das instâncias.

Se antes havia uma Coordenadoria de Política Cultural e outra de Diversidade Cultural, hoje ambas se encontram fundidas num único ente: a Coordenadoria de Política e Diversidade Cultural. A antiga Coordenadoria de Culturas e Línguas Estrangeiras foi transformada no Núcleo de Idiomas e Culturas Estrangeiras. O Núcleo de Artes foi alçado à condição de Coordenadoria de Artes; e o mesmo aconteceu com o Núcleo de Esporte, que ascendeu à condição de Coordenadoria de Esporte e Cultura do Movimento.

Ademais, o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão mudou de *status* para Divisão, mantendo, de resto, a mesma nomenclatura. O Núcleo de Fomento foi transformado em Divisão, e o de Relações Institucionais foi extinto. Por outro lado, foram criados os Núcleos de Produção Cultural e o de Comunicação. Por fim, houve uma extensa reformulação no âmbito interno das Coordenadorias, com adição de Divisões a respeito de outros temas.

### 5.2.2 Arcabouço político/legal

Importantes estudiosos das políticas culturais assentam o estabelecimento do arcabouço jurídico como parte fundamental para a implementação de uma institucionalidade cultural (MOISÉS, 2001; RUBIM, 2007c). As normas fornecem sustentáculo legal às políticas propostas, respaldando a atuação dos órgãos responsáveis pela gestão cultural, seja em âmbito estatal, seja no *locus* universitário, como é o caso estudado nesta pesquisa.

Afora o Estatuto, o Regimento Geral e o PDI da UFCA, normativos que regem o funcionamento da universidade como um todo, o principal documento que regula as atividades e ações da PROCULT é o Plano de Cultura. Aprovado em 2019, e com validade até 2024, o Plano estabelece as diretrizes e metas que vão orientar as ações e a política de cultura nos 5 anos da sua vigência (UFCA, 2019).

Amparado em diplomas normativos da área da cultura e da educação, como o Plano Nacional de Cultura, o Plano Nacional de Educação e em documentos que organizam a atuação da UFCA, como o Estatuto, o Regimento, o PDI, entre outros, o Plano de Cultura provê a base para a atuação da PROCULT. Dele emanam outras normas que disparam os processos de implementação de políticas culturais na UFCA, além das metas a serem perseguidas pelos agentes envolvidos com a cultura na instituição (UFCA, 2019).

Além de estabelecer as linhas estratégicas de atuação da PROCULT, definidas em aspectos como o objetivo geral e as diretrizes, o Plano de Cultura decompõe a política cultural da UFCA numa série de objetivos específicos, que são esmiuçados em ações, com previsão de implementação, previsão de setor da pró-reitoria responsável pela consecução e demais envolvidos. Exemplificando: o objetivo 14, que é promover o protagonismo discente, tem como um dos objetivos específicos o estímulo à autonomia e a continuidade dos projetos culturais e esportivos; tal objetivo específico, por sua vez, prevê, como uma das ações para a implementação, a promoção de debates sobre financiamento e incentivo à cultura, tendo o Núcleo de Produção Cultural como responsável, com previsão de realização em 2019 e 2021 e o estabelecimento de outros envolvidos com a implementação, tais como: parceiros externos à UFCA, Coordenadoria de Artes, Coordenadoria de Política e Diversidade Cultural e Coordenadoria de Esporte e Cultura do Movimento. As disposições inscritas no Plano de Cultura da UFCA corporificam a caracterização de política cultural, visto que contemplam “um conjunto articulado, continuado, deliberado e sistemático de ações e formulações, que implicam

diretrizes, metas e atividades”, obedecendo a “[...] um ciclo de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação” (RUBIM, 2019b, p. 286-287).

No desenrolar do fazer cultural, a PROCULT precisa lidar com uma série de normas para a implementação das suas políticas. Além da obrigação de seguir os normativos que embasam a sua atuação, vinculando os seus atos à legalidade, a pró-reitoria precisa emitir variados expedientes administrativos e legais. Uma visita ao sítio eletrônico da PROCULT<sup>15</sup> possibilita o acesso a documentos como resoluções, portarias, manuais, protocolos, editais, formulários, termos e relatórios. Esse conjunto de publicações guia o funcionamento da pró-reitoria e conferem existência fática às ações do órgão.

Interessante notar que o pioneirismo da pró-reitoria exigiu a regulamentação de novas situações postas à equipe. O *Entrevistado 8* discorre sobre a escassez de parâmetros a seguir, tendo em vista que apenas a UFJF contava com pró-reitoria semelhante:

Eu diria que era pelo fato de a pró-reitoria ser nova, ser única (*sic*) no Brasil, então não havia tantos modelos, inclusive modelos de normatizações. O que a gente tinha era modelos de normativos federais, normativos estaduais, normativos municipais, e muitos não serviam como modelo (*Entrevistado 8*).

Fundamental para a regulamentação, normatização e institucionalização das atividades da PROCULT, as Resoluções disciplinam os assuntos de interesse da universidade. Geralmente expedidas por órgãos colegiados, após discussão por parte dos seus membros, as Resoluções estabelecem normas gerais para matérias de grande relevância. No âmbito da PROCULT, assumem importância as Resoluções que tratam da concessão de bolsas e auxílios financeiros a discentes, por regularem questões que fazem parte do cotidiano da pró-reitoria. A Resolução nº1/2014, que regulamenta a concessão de bolsas e auxílios financeiros a estudantes conta com anexos específicos para cada tipo de bolsa que a PROCULT concede: bolsas de cultura, de arte e de esporte (UFCA, 2014).

Sob a égide dessas Resoluções se desenrolam, por exemplo, a concessão de bolsas e auxílio, mas não só isso. A emissão de certificados é outro aspecto cujas normas são estabelecidas por Resolução. Desse modo, o referido normativo regula quais agentes fazem jus ao recebimento de certificado e sob quais condições, forma de emissão e prazo, dentre outras regras.

Alguns trechos denotam a importância da estrita observância desses regramentos para a atuação eficaz da PROCULT. A Resolução 01/2014/CONSUP, por exemplo, estabelece os

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/instituicao/administrativo/estrutura-organizacional/pro-reitorias/procult/>

requisitos para que o estudante de graduação esteja habilitado ao recebimento da bolsa de arte. Dentre os critérios, há a necessidade de estar regularmente matriculado, não ser conculinte e não apresentar vínculo empregatício (UFCA, 2014). Caso o estudante aprovado em processo seletivo não preencha um dos pré-requisitos estabelecidos, a PROCULT terá que inabilitar o candidato, sob pena de responder por inobservância da Resolução desrespeitada. Tal situação hipotética serve para demonstrar a necessidade de vinculação das ações do órgão aos normativos que o regulam.

Para dar concretude às ações, a PROCULT se serve de alguns expedientes normativos. Figuram dentre os mais importantes os editais que, em geral, tornam públicos a abertura de inscrições para seleções de projetos e concessão de bolsas. Todo processo seletivo deve ser tornado público mediante a publicação de edital, que fica disponível em aba específica do *site* da PROCULT<sup>16</sup>. Numa consulta ao referido sítio eletrônico pode-se encontrar os editais lançados no ano de 2023, por ordem cronológica de abertura. Com presença majoritária de editais de seleção de bolsistas e estagiários, ali podem ser encontrados, ainda, lançamentos de concursos e chamada para avaliadores de projetos.

Alguns documentos do arcabouço legal servem para dar operacionalidade aos acordos celebrados entre os membros da comunidade acadêmica e a PROCULT, permitindo que as relações transcorram de forma mais fluida. Nessa categoria se inserem os formulários e termos, que consolidam os compromissos dos bolsistas, coordenadores e membros voluntários e, por outro lado, servem para firmar as desistências por parte desses participantes.

Em outra frente, com o intuito de afinar a relação com a comunidade e possibilitar maior conhecimento das ações desenvolvidas pelo órgão, a PROCULT produz documentos como o *Manual de Procedimentos da Pró-Reitoria de Cultura*. A publicação traça um panorama dos procedimentos administrativos adotados na PROCULT e explicita, ainda, o perfil institucional, a estrutura organizacional, os programas institucionais, horário de funcionamento e canais de comunicação (UFCA, 2018). Apesar de desatualizado, trata-se de importante ferramenta de promoção de transparência com a comunidade.

A autonomização da cultura enquanto área-fim permite, por conseguinte, a catalogação pormenorizada das atividades específicas da área cultural. Nessa seara se insere mais uma peça importante no arcabouço político/legal da PROCULT: o Relatório de Gestão. Se, para o desenvolvimento das ações da rotina administrativa, a Pró-Reitoria necessita expedir uma série

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/instituicao/administrativo/estrutura-organizacional/pro-reitorias/procult/selecao-de-bolsistas/>

de documentos normativos, no ritmo da gestão cultural da universidade; por outro lado, o órgão é obrigado legalmente a prestar contas das atividades desenvolvidas ao longo do ano. A dinâmica de atuação exige a edição de documentos *pari passu* à implementação das ações (editais, termos de compromisso, portarias etc.) e requer, ainda, a consolidação de dados *a posteriori*. Encerrado o ano, faz-se mister a realização do balanço das atividades desenvolvidas durante os 12 meses que se passaram, quantitativa e qualitativamente.

O Relatório de Gestão detalha os atos de gestão praticados no ano precedente, tratando de aspectos como: despesas com bolsas e relação de bolsistas por curso, gastos com materiais esportivos, despesas com diárias e passagens, investimentos de parceiros, representatividade em números absolutos e percentuais de cada tipo de despesa e comparativos de despesas entre anos (SALMITO; AZEVEDO JÚNIOR, 2015). Trata-se de ferramenta de transparência e instrumento de gestão apresentado aos órgãos internos e externos da universidade, com o objetivo de prestar contas a respeito das ações desenvolvidas durante o ano.

O Relatório de Gestão da UFCA para o ano de 2022 traz os seguintes resultados para o campo da cultura, desenvolvidos por meio das ações da PROCULT:

- 72 projetos de culturas e outras ações culturais cadastradas e apoiadas;
  - 03 projetos de fomento à curricularização da cultura;
  - 18 projetos institucionais;
  - 47 projetos de ações culturais;
  - 04 eventos, cursos e outras ações;
- 220 estudantes diretamente envolvidos nas ações e projetos de cultura;
- 03 modalidades de bolsa: bolsa esporte, bolsa de arte e bolsa de cultura;
- 136 estudantes beneficiados com bolsas de cultura no ano de 2022;
- 51 estudantes voluntários em ações e projetos;
- 45 servidores diretamente envolvidos: 37 docentes e 08 técnicos administrativos;
- Mais de 12.056 pessoas foram atendidas ou envolvidas em ações de cultura (UFCA, 2022b, p. 32).

É imperioso ressaltar que o processo de produção normativa se dá de forma ininterrupta, tendo em vista a sua indissociabilidade da realização das práticas habituais da PROCULT. A mera seleção de um estudante bolsista irá requerer a feitura de um edital, que terá que obedecer às resoluções e, ao fim, redundará num termo de compromisso, assinado pelo estudante selecionado e respectivo coordenador do projeto a que o bolsista estará submetido. Nas palavras do *Entrevistado 8*, as normas são indispensáveis “não só para organizar o fluxo operacional, mas também para poder estabelecer políticas e critérios. Dito de outra forma, as normas são partes inerentes e inseparáveis do fazer cultural.

### 5.2.3 Recursos financeiros, humanos e materiais

A dimensão dos recursos se reveste de capital importância, na medida em que representa os meios de que as instituições dispõem para atendimento dos seus fins. A existência de recursos pode possibilitar ou, por outro lado, inviabilizar a operacionalização das políticas planejadas pelos agentes culturais. No caso das universidades federais, mantidas, majoritariamente, pelos cofres da União, há que se considerar que a conjuntura política influencia decisivamente no maior ou menor aporte de recursos para que a instituição faça frente às suas necessidades. Conforme reflexão de Rubim (2014, p. 12):

O tema dos recursos – financeiros, materiais, legais e humanos – tem lugar crucial na configuração de condições e possibilidades para o desenvolvimento de políticas culturais. Recursos financeiros escassos dificultam em muito a construção de políticas culturais. A fragilidade dos recursos materiais – instalações, equipamentos etc. – tem forte incidência sobre tais possibilidades. As legislações – inexistentes ou existentes – podem facilitar ou bloquear políticas, através da interdição ou da lentidão burocrática. A presença ou ausência de pessoal qualificado afeta profundamente as possibilidades inscritas nas políticas (RUBIM, 2014, p.12).

É a partir da mobilização de tais recursos que as ações culturais ganham vida. Os recursos financeiros representam os ativos que financiam as atividades do órgão. Já os humanos, compreendem o corpo de agentes que presta serviços à pró-reitoria (servidores técnico-administrativos, funcionários terceirizados, bolsistas etc.). Quanto aos recursos materiais, esses constituem o espaço físico, tecnologias e equipamentos que servem ao desenvolvimento das funções. No caso específico das políticas culturais, há que se considerar a existência dos chamados “equipamentos culturais”, com finalidades direcionadas à realização dos produtos culturais, tais como *shows* musicais, espetáculos de dança, peças de teatro, lançamento de livros, exposições, entre outros.

O aporte de recurso financeiro direcionado à UFCA e, conseqüentemente, à PROCULT, está intrinsecamente ligado às circunstâncias e à conjuntura política vigente. De modo geral, os entrevistados confluíram na opinião de que o recurso financeiro destinado à pró-reitoria se mantém em patamar insuficiente para fazer frente às demandas do setor. Dos relatos obtidos, grande parte vinda de pessoas que estiveram à frente da gestão do órgão, desponta, como saída para a escassez de recursos, a política de parcerias estabelecida pela PROCULT com entidades da região do Cariri.

A rede de interlocução e parceria estabelecida pela PROCULT com instituições locais serve para mitigar dois entraves postos à atuação do setor: a exiguidade dos recursos financeiros e as amarras burocráticas. As parcerias potencializam as ações da pró-reitoria, com a conjugação de esforços entre a UFCA e o agente externo envolvido e permitem a contratação de serviços de forma mais desimpedida, como, por exemplo, o pagamento de cachês de artistas. Nesse ponto, cabe uma explicação. As universidades, enquanto autarquias integrantes da administração pública federal, têm a obrigação de atuar em conformidade com as leis da sua esfera de competência. Assim, por exemplo, para proceder com a contratação de um serviço, a universidade tem que entrar com um processo de licitação, em geral, lento e duradouro, o que acaba por inviabilizar determinados aspectos ligados à produção cultural, área que exige um dinamismo e agilidade incompatíveis com os processos burocráticos. Além disso, determinados serviços culturais, por estarem no âmbito artístico, não podem ser mensurados pelas métricas convencionais. A contratação de determinado cantor, músico ou artista plástico parte de um juízo estético que não se coaduna com a objetividade legalista requerida pelos normativos da administração pública. Desse modo, legar ao parceiro a contratação de alguns serviços acelerava o processo de produção, tendo em vista a sua maior liberdade de atuação.

Dentre os parceiros da PROCULT estava o Centro Cultural do Banco do Nordeste do Brasil (CCBNB) Cariri, localizado em Juazeiro do Norte. A parceria com o CCBNB foi firmada em 2013, “com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento de diversos projetos para a comunidade em geral” (UFCA, 2019, p. 20). Um dos artifícios usados na parceria com o CCBNB foi detalhado pelo *Entrevistado 5*, conforme segue:

[...] uma grande saída pra gente, que eu implementei muito na minha gestão, era a política de parceria. Então, por exemplo, eu sempre dizia aos parceiros: “vamos fazer a ação juntos e a gente banca aquilo que é fácil a gente bancar, e vocês bancam aquilo que é fácil vocês bancarem”. Por exemplo, pra gente fazer um festival ou trazer um grande artista, enfim, fazer um evento de rua, que exigia passagem e diária, som e palco, a PROCULT sempre ficava com passagem e diária, porque era fácil pra gente executar. O BNB bancava, às vezes, o palco, os cachês; cachê é uma coisa muito difícil pra universidade pagar, ainda hoje é difícil pagar...licitação, então, isso sempre foi difícil pra gente (*Entrevistado 5*).

O Plano de Cultura discorre sobre a política de parcerias estabelecida pela UFCA com diversas instituições da região e de outras partes do país, dentre as quais: o Serviço Social do Comércio (SESC) do Ceará, o Ministério da Cultura, a Universidade Estadual do Ceará (UECE), a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT-CE), entre outras. Além de criar

uma extensa rede de diálogo, formação e interlocução, as parcerias servem para aplacar as vulnerabilidades da instituição, tais como a escassez de recursos.

A análise das declarações dos entrevistados apresentou uma considerável convergência no que diz respeito ao protagonismo da política de bolsas no âmbito da PROCULT. O *Entrevistado 2* frisou a importância das bolsas para o contexto socioeconômico em que a UFCA atua: “a gestão [...] entendeu que uma política de bolsas, numa universidade onde os estudantes têm um rasgo de traço socioeconômico baixo [...] pode evitar um subemprego na cidade dele”. Essa perspectiva foi reiterada por outros agentes entrevistados e pode ser atestada pelo exame dos gastos dispendidos pela PROCULT.

A verificação das despesas da PROCULT no ano de 2019 – ano imediatamente anterior à pandemia de covid-19 - revela que foram gastos o total de R\$ 446.400,00 com o pagamento de bolsas a 124 estudantes, divididos nas categorias de bolsas de esporte (15 estudantes), bolsas de cultura (76 estudantes) e bolsas de arte (33 estudantes). A despesa com bolsas perfaz o percentual de 87,46% em relação à despesa geral da PROCULT. A representatividade dos dispêndios com bolsas fica ainda mais evidente quando se analisa que a segunda maior despesa da Pró-Reitoria se dá com o pagamento de passagens, com R\$ 26.888,51 investidos e consumindo 5,27% dos gastos totais do órgão. Em terceiro lugar está o pagamento de diárias, com valor próximo ao das passagens, consumindo R\$ 23.541,84 e alcançando 4,61% do total gasto. As demais rubricas utilizadas foram aquisição de material esportivo e inscrições de cursos, que representaram 2,11% e 0,54%, respectivamente, do orçamento global.

Saltando os gastos empenhados nos anos pandêmicos de 2020 e 2021, que, pela excepcionalidade, revelam um fluxo orçamentário atípico, tem-se que, no ano de 2022, a PROCULT empenhou o total de R\$ 387.716,05 em 125 bolsas de cultura<sup>17</sup> concedidas (UFCA, 2023). Percebe-se que a quantidade de bolsas se manteve no mesmo patamar quantitativo, porém com redução no valor total gasto. Essa análise demonstra, conforme expresso pelos entrevistados, que há uma estabilidade na política de concessão de bolsas, evidenciando a importância que se confere a essa ação no âmbito das prioridades da PROCULT.

Em geral, a composição orçamentária da PROCULT está segmentada conforme as classes de despesas acima. Evidentemente, outras despesas e receitas podem ser adicionadas à configuração detalhada no parágrafo anterior. Extraordinariamente, por exemplo, a UFCA pode

---

<sup>17</sup> Segundo o Ofício nº 73/2023/PROCULT/UFCA, expedido pela PROCULT em resposta à solicitação de informação impetrada pelo autor do presente estudo, todas as bolsas foram empenhadas e nominadas sob a nomenclatura de bolsa de cultura, por questão de organização de fluxo interno e por entendimento de que todas as bolsas representam a noção de Cultura. Desse modo, o valor empenhado representa os gastos com as bolsas de cultura, de arte e de esporte.

ser contemplada com emendas parlamentares<sup>18</sup>. Assim foi relatado pelo *Entrevistado 8* a respeito desses recursos supervenientes: “[...] teve (*sic*) um ano que a gente tinha uma emenda parlamentar, então isso ajudava a gente a respirar. Que eu lembro, a gente teve dois anos em que tivemos emendas” (*Entrevistado 8*).

O corpo funcional da PROCULT é composto, majoritariamente, por profissionais com formações afins aos cargos em que estão alocados. A atual Pró-Reitora, a professora Aglaíze da Silva Damasceno Levy, é multiartista com formação na área de Artes Visuais<sup>19</sup>. O Pró-Reitor Adjunto, que também ocupa o cargo de Coordenador de Esporte e Cultura do Movimento, Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho, possui formação em Educação Física, com mestrado e doutorado na área de Ciências Fisiológicas<sup>20</sup> e tem a função de técnico desportivo na UFCA. A afinidade entre cargo e formação se estende para as demais Coordenadorias como, por exemplo, a Coordenadoria de Artes, ocupada pelo professor Francisco Weber dos Anjos, graduado em Música e com doutorado na área de Educação<sup>21</sup>.

A PROCULT conta, ainda, com dois produtores culturais concursados, ambos com atuação no Núcleo de Produção Cultural. O primeiro dos produtores foi admitido no ano de 2016, três anos após o início do funcionamento da Pró-Reitoria e o segundo entrou em exercício no ano de 2022.

A admissão de profissionais específicos da área de cultura foi um processo construído paulatinamente, como atestam os depoimentos colhidos. Um dos entrevistados, que foi pioneiro na implementação e atuação da PROCULT, dá pistas do percurso que culminou na contratação do corpo funcional que hoje ocupa o órgão:

Isso tudo veio depois. A gente começou com o que tinha. E aí, depois é que esses cargos foram aparecendo. A gente foi brigando por novas funções, como funções de produtor cultural [...] o primeiro arranjo era a partir do que a gente tinha. Então, eram professores ligados a algum tema da cultura, que ocuparam as funções de coordenadoria. (*Entrevistado 5*)

É importante ponderar que há uma simbiose entre os recursos financeiros e humanos, na medida em que boa parte da disponibilidade orçamentária é usada para a contratação de bolsistas. Há um aumento da força de trabalho da PROCULT, ainda que consideremos a dimensão de aprendizagem que permeia o processo de execução das atividades dos bolsistas.

---

<sup>18</sup> Emendas parlamentares são recursos do orçamento público legalmente indicados pelos membros do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas estaduais para finalidades públicas, geralmente relacionadas ao interesse temático e eleitoral de cada parlamentar.

<sup>19</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4284042011487669>. Acesso em: 05 set. 2023.

<sup>20</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5624022633674044>. Acesso em: 05 set. 2023.

<sup>21</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8451448835164614>. Acesso em: 05 set. 2023.

Quanto aos recursos materiais, importa para o presente trabalho a pesquisa a respeito dos equipamentos culturais de que dispõe a UFCA. Tais estruturas se mostram indispensáveis ao fluxo de trabalho da PROCULT, pois viabilizam a apresentação dos resultados dos projetos culturais desenvolvidos e o cumprimento dos demais eixos de atuação da Pró-Reitoria. Obviamente, pode-se expor um produto cultural (*show*, espetáculo de dança, lançamento de livros etc.) em qualquer lugar minimamente equipado para a atividade, contudo, é incontestável o fato de que os equipamentos culturais apresentam as condições específicas para tais ações.

Com relação aos equipamentos culturais, eis o que o Plano de Cultura traz a público:

[...] a UFCA possui atualmente 3 quadras poliesportivas (2 localizadas no *campus* Juazeiro do Norte e 1 localizada no *campus* Crato); 4 bibliotecas; e 2 auditórios, denominados Beata Maria de Araújo, com capacidade para 302 pessoas, e Bárbara de Alencar, com capacidade para 105 pessoas. É notável a insuficiência de espaços para a fruição e produção de conteúdo, sendo necessário investimento tanto na implementação de espaços culturais e de multilinguagem próprios, como na aquisição de equipamentos que garantam a execução das atividades em desenvolvimento (UFCA, 2019, p. 50-51).

A ausência de equipamentos culturais em quantidade satisfatória, frisada no Plano de Cultura, é também ressaltada pelo *Entrevistado 6*. Para ele,

A UFCA acabou não avançando em projetos de equipamentos de arte dentro da universidade. Então, a gente não tem museu na universidade [...] era importante ter os equipamentos e a universidade não avançou nesses equipamentos (*Entrevistado 6*).

Essa crítica encontra eco na voz de outros entrevistados. A longa citação do *Entrevistado 7*, situa a ausência dos equipamentos culturais como um dos aspectos a obstaculizar a atuação da PROCULT:

Acredito que tem muita coisa a ser feita, principalmente, em equipamentos culturais, que a universidade não tem [...] isso é uma crítica minha, mas que não é só minha. A gente não tem um teatro, realmente, que a gente possa desenvolver um trabalho bacana. A gente não tem um museu, a gente não tem uma galeria, a gente não tem um espaço que a gente possa fazer um cinema, alguma coisa assim. Então, hoje, a UFCA, ela desenvolve muitas atividades, muitos projetos, alguns programas, mas que se ressentem, ainda, acho que desses aspectos, de ter uma estrutura física que suporte muita coisa que a gente desenvolve, que acaba sendo prejudicado, porque não tem um espaço ideal. Acaba sendo feito no pátio, ou então a gente faz em outros lugares que são parceiros da gente: o SESC, como o Banco do Nordeste, que tem um centro cultural, alguns espaços culturais que tem na região. Isso acho ruim [...] por um lado

é bom, porque a gente tem uma parceria com os órgãos, mas é ruim porque você não tem aqui mesmo na universidade um suporte para isso (*Entrevistado 7*).

A escassez de equipamentos culturais numa universidade cuja constituição revela uma vocação para a dimensão da cultura, figura como aspecto a ser aprimorado. A composição *sui generis* da UFCA reclama a implantação de aparelhos culturais que expandam ainda mais o universo dos debates, reflexões, formação e fruição em cultura.

#### 5.2.4 Participação da comunidade externa

A clássica definição firmada por Canclini (1987, p. 26) consagra a participação das instituições civis e dos grupos comunitários organizados como elementos indispensáveis para caracterização de uma intervenção como política cultural. Na esfera conceitual dessa noção, o envolvimento da sociedade é fator crucial para a implantação de uma política verdadeiramente cultural, na excelência do termo.

Com alicerce nessa ideia, a presente seção busca perscrutar de que forma se desenvolve a participação da comunidade interna e externa nas políticas da PROCULT. Investiga quais os instrumentos utilizados para a efetiva participação da sociedade nos processos de discussão, deliberação, acompanhamento e avaliação das ações da PROCULT.

O processo de participação da comunidade se iniciou ainda nas discussões a respeito da implantação da UFCA, quando houve a instalação dos GT's e o amadurecimento da ideia de criação de um órgão exclusivamente voltado para a gestão da cultura na universidade. Os grupos eram formados por membros de todas as categorias da comunidade acadêmica e o processo decisório desembocou na instalação da PROCULT.

Num momento posterior, foi dado início ao processo de construção do Plano de Cultura. A metodologia de elaboração do Plano foi estabelecida pela Comissão de Elaboração do Plano de Cultura e submetida à apreciação e discussão em Fórum Aberto de Cultura, um dos mecanismos de participação da PROCULT. A proposta metodológica aprovada foi a realização de Seminários Temáticos sobre os eixos de atuação da Pró-Reitoria, contando com a presença de especialistas nas respectivas áreas. Os Seminários foram realizados durante o ano de 2017 e, ao final da temporada, a Comissão elaborou uma versão preliminar do documento, que foi submetida à apreciação dos palestrantes que participaram dos Seminários. Ato contínuo, o documento foi disponibilizado para apreciação pela comunidade, seguido da realização de

Fórum Aberto de Cultura para o debate presidencial e posterior encaminhamento ao Conselho Superior (CONSUNI) da UFCA (UFCA, 2019).

Entre os anos de 2013 e 2018, a PROCULT contou com a Câmara de Cultura, órgão consultivo, deliberativo e de acompanhamento das ações da Pró-Reitoria, formado pelo Pró-Reitor, servidores docentes e técnico-administrativo, discentes e dois representantes da comunidade externa. Dentre as atribuições da Câmara de Cultura estavam o acompanhamento das diretrizes e políticas de cultura para a UFCA, o acompanhamento das ações culturais em andamento e a apreciação e deliberação sobre os editais de seleção dos programas de bolsas da PROCULT. Com a aprovação do Estatuto, em 2018, a Câmara de Cultura foi extinta, dando lugar à Câmara Acadêmica, que abriga as Câmaras de Cultura, de Ensino, de Pesquisa e de Extensão (UFCA, 2017; UFCA, 2019).

Outro mecanismo de participação da comunidade nas decisões é o Fórum Aberto de Cultura, “que se constitui como espaço de reuniões sistemáticas abertas à comunidade acadêmica e interessados em geral para tratar das ações da PROCULT” (UFCA, 2019, p. 23). O Fórum foi descrito por um dos entrevistados como um espaço onde

[...] a gente [PROCULT] apresentava coisas que a gente tava fazendo ou coletava sugestões de como agir em aspectos diversos da Pró-Reitoria [...] A gente fazia no pátio da Universidade, convidava publicamente a comunidade externa e interna, fazia num lugar aberto de passagem mesmo, para a galera passar e ver, e dar opinião e criticar, e reclamar disso e a gente tinha isso com ata, com tudo (*Entrevistado 2*).

Traçando a diferença entre os mecanismos de participação da PROCULT, mais elementos são trazidos sobre o Fórum Aberto de Cultura pelo *Entrevistado 4*:

[...] a Câmara tinha uma agenda específica, tinha um regulamento, tinha seus objetivos bem definidos. O Fórum Aberto, não. Como o próprio nome diz, a ideia é que ele seja mais livre e surja a partir da demanda. Assim, não é que ele seja voluntário das vontades, mas que as demandas conjunturais encaminhem, ou direcionem para onde o Fórum vai. O Fórum também é um espaço onde a gente pode discutir de forma mais ampla com a comunidade acadêmica as políticas (*Entrevistado 4*).

O Plano de Cultura legitima as falas coletadas nas entrevistas, ao estabelecer o Fórum Aberto de Cultura como espaço de exposição da agenda de trabalho da PROCULT e escuta atenta da comunidade, que participa com sugestões e críticas. O Plano caracteriza o Fórum como espaço de divulgação das ações presentes e planejamento das vindouras (UFCA, 2019).

No âmbito interno, as pró-reitorias da UFCA contam, ainda, com comitês centrais, compostos pelo pró-reitor, que atua como seu presidente, chefes de núcleos e coordenadores dos setores da pró-reitoria. Os comitês se reúnem, mensalmente, e são instituídos mediante Portaria da respectiva pró-reitoria. Estão previstos no Regimento da UFCA.

Vale mencionar o Relatório de Gestão dentre as ferramentas de participação social no âmbito da PROCULT. Ainda que se trate de um documento de transparência, de publicação obrigatória e elaborado pela Pró-Reitoria sem a participação direta da comunidade, o Relatório de Gestão funciona como veículo de informação e prestação de contas a respeito das atividades desenvolvidas pelo órgão. Permite que a população possa escrutinar o que foi feito, quanto foi gasto em cada ação e, constatado qualquer indício de irregularidade, a posterior denúncia a respeito de eventual malversação.

Como parte integrante da administração pública, a UFCA e a PROCULT estão sujeitas à observância de todo o arcabouço normativo que confere à população a prerrogativa de, a qualquer momento, requerer informações a respeito das atividades e ações desenvolvidas para o atingimento das suas finalidades.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação abordou o processo de institucionalização e a dinâmica de funcionamento da PROCULT da UFCA. Por conseguinte, a pesquisa realizou uma síntese acerca da institucionalidade cultural da universidade em questão, abordando a sua singular inserção no território do Cariri como a essência da abordagem peculiar da dimensão da cultura na instituição. Além disso, permitiu analisar a forma como transcorreu a recepção, por parte da comunidade acadêmica e extrauniversitária, à ideia de implantação de uma pró-reitoria de cultura no âmbito de uma universidade federal em gestação. Flagrou-se, desse modo, os embates, tensões, dissensos e consensos que permearam a proposta de implantação da PROCULT.

O caráter inovador do estabelecimento de uma pró-reitoria exclusivamente dedicada à cultura na estrutura organizacional de uma IFES justifica a relevância do exame do tema. Considerando que, num universo composto por 69 universidades federais, apenas 3 dispõem de órgão voltado unicamente para a cultura em organizados como pró-reitoria, o estranhamento por parte de alguns setores da instituição não deve ser considerado inusual. Assim, tendo em vista o signo disruptivo da proposta, este estudo investigou e apresenta quais foram os principais argumentos contrapostos à criação da PROCULT.

A contestação à criação da Pró-Reitoria partiu de variadas argumentações. A inserção da cultura dentre as atribuições da extensão, configuração típica da maior parte das universidades federais brasileiras, foi o primeiro dos argumentos utilizados para opor-se à PROCULT. A escassez de experiências consolidadas foi aventada como obstáculo à instalação do órgão, partindo de uma ideia conservadora que se opunha a uma arquitetura institucional inovadora.

A transversalidade da cultura, aspecto de fundamental importância no horizonte conceitual da noção, foi utilizada para justificar a sua diluição entre as demais dimensões universitárias – ensino, pesquisa e extensão -, de modo que esse caráter fluido legitimaria, pela negativa, a não criação de estrutura exclusiva para a sua gestão.

Houve, ainda, contraposições que partiam de um viés mais pragmático: não valia a pena “gastar um cartucho institucional” com uma pró-reitoria de cultura. Levando em conta que o quantitativo de CDs 2 concedidas à UFCA pelo Governo Federal limitava o número de pró-reitorias a serem criadas, os opositores da criação da PROCULT usavam a quantidade exígua de cargos para propor a colocação da cultura na pró-reitoria de extensão, de modo que se abrisse espaço para a criação de outros espaços no organograma da universidade.

Os relatos obtidos a partir das entrevistas conduziram a uma contraposição que partia de um equívoco conceitual acerca da noção de cultura que seria empregada pela futura pró-reitoria. Partindo de uma ideia de cultura que se limita às linguagens artísticas, alguns professores da comunidade acadêmica rejeitavam a criação de uma pró-reitoria de cultura por temer que o órgão fosse privilegiar, prioritariamente, os cursos ligados às artes e às humanidades. Contudo, a atuação da PROCULT, pautando-se numa concepção antropológica de cultura - que está inscrita, inclusive, no Plano de Cultura da UFCA -, mostrou-se ampla e democrática, com participação dos diversos cursos que compõem a universidade e projetos em áreas ligadas às engenharias, medicina, dentre outros.

A presente dissertação traçou um panorama da dinâmica de funcionamento, com lastro em pesquisa documental, bibliográfica e na realização de entrevistas com agentes que estiveram envolvidos na criação e na gestão da PROCULT. Por meio do procedimento de emparelhamento, os dados recolhidos foram associados aos elementos constitutivos da definição de institucionalidade cultural que contam com maior consenso entre os estudiosos da área. Foram utilizadas as seguintes dimensões de análise: estrutura administrativa/organizacional, arcabouço político/legal, recursos financeiros, humanos e materiais e participação da comunidade externa na política cultural da UFCA.

Para cada dimensão analisada, foi tentado um imbricamento entre os dados obtidos a partir das entrevistas e as informações colhidas nas pesquisas bibliográfica e documental. Tais procedimentos estão em consonância com as recomendações preconizadas para o procedimento técnico do estudo de caso, utilizado nesta dissertação. Segundo Yin (2001), o estudo de caso deve se valer de evidências provenientes de duas ou mais fontes, de forma a conferir fidedignidade e validade aos resultados encontrados. Na mesma perspectiva, Gil (2002) adverte, como princípio básico na utilização do estudo de caso, para a necessidade de coleta de dados provenientes de mais de uma fonte.

A estrutura administrativa da UFCA demonstrou aderência com os eixos de atuação da Pró-Reitoria, de modo que o aparato organizacional contempla, em grande medida, os grandes temas que norteiam o funcionamento da PROCULT. Constatamos que, ao longo do tempo e, sobretudo, com a aprovação do Plano de Cultura, houve uma evolução no organograma do órgão, *pari passu* à adaptação dos eixos de atuação. As Coordenadorias, Divisões e Núcleos adequam-se às demandas propostas pelos normativos da UFCA e da própria PROCULT.

O arcabouço político/legal fornece a base normativa sobre a qual a PROCULT atua, além de possibilitar o seu relacionamento institucional com a comunidade acadêmica e extra-acadêmica. Há todo um arsenal normativo utilizado pela Pró-Reitoria para o cumprimento das

suas finalidades, desde editais, portarias, até termos de compromissos firmados com bolsistas e demais membros da instituição e externos. Há que se ressaltar a importância de contar com um Plano de Cultura que norteie os projetos e ações de cultura num nível estratégico, para um horizonte temporal de 5 anos, com a previsão de objetivos e metas a serem atingidas. Para a PROCULT, o Plano de Cultura figura como o principal documento normativo no âmbito da sua atuação e deve ser destacado como uma excepcionalidade notável no panorama das IFES.

O aporte financeiro é pontuado pelos entrevistados como elemento intimamente vinculado à conjuntura política nacional. Infelizmente, a flutuação orçamentária esteve intrinsecamente vinculada à orientação ideológica de ocasião, de modo que os relatos dão conta de que, em geral, governos refratários aos temas da cultura e educação tendem a contingenciar e bloquear mais recursos. É importante ressaltar a robustez da política de bolsas da PROCULT, que representa os maiores dispêndios do órgão.

O quadro funcional conta com muitos servidores cujos cargos são voltados especificamente para a área da cultura. Além de diversos servidores docentes das áreas de artes, a Pró-Reitoria conta com dois produtores culturais, técnico de desportos e programador visual, dentre outros. Percebe-se, ainda, a afinidade entre a área de formação dos coordenadores e chefes de núcleos e divisões com os respectivos cargos assumidos.

A falta de equipamentos culturais emergiu como dimensão problemática no que se refere aos recursos materiais da UFCA. Alguns depoimentos de entrevistados convergiram sobre a escassez dessas estruturas, indispensáveis à realização de projetos culturais em suas diversas vertentes. Os equipamentos culturais mostram-se indispensáveis para o desenvolvimento dos eixos de atuação da PROCULT, quais sejam: debates e reflexões, formação, fruição, experimentação, pesquisa e gestão. Todos esses ramos reclamam a existência de equipamentos que permitam a sua implementação com excelência.

A participação da comunidade acadêmica e extra-acadêmica é garantida por meio, sobretudo, do mecanismo do Fórum Aberto de Cultura. Trata-se de um espaço de reuniões sistemáticas abertas à comunidade acadêmica e interessados em geral para tratar das ações da PROCULT. O Relatório de Gestão funciona como importante ferramenta de transparência, no momento em que promove a prestação de contas das ações realizadas pela Pró-Reitoria, elucidando seus gastos e pormenorizando as informações indispensáveis ao escrutínio da população.

O detalhamento dos elementos constitutivos da institucionalidade cultural demonstrou que houve um fortalecimento da área cultural no âmbito da UFCA, além do transbordamento das ações para o entorno da universidade. A experiência singular empreendida pela UFCA no

âmbito da cultura demonstra que a autonomização do âmbito da cultura, além da sua inclusão ao consagrado “tripé” acadêmico, teve o condão de colocá-la no circuito de alta gestão da universidade, situando-a num patamar estratégico de decisões. Contribuiu ainda para a instalação de uma política permanente de cultura na universidade, evitando descontinuidades dos projetos e proveu uma disseminação na temática, mesmo em cursos tradicionalmente menos afeitos às temáticas culturais. Com a política de bolsas, a Pró-Reitoria tem fomentado o protagonismo estudantil, dando relevância às ações desenvolvidas pelos alunos. Em outra frente, a PROCULT tem trabalhado para a curricularização da cultura no âmbito da UFCA, em consonância com o que tem acontecido com a extensão.

Por fim, o estudo da institucionalidade cultural da UFCA reafirma a potência da universidade enquanto instituição cultural. Valida a cultura como dimensão estruturante das universidades e o seu necessário empoderamento horizontal em meio às suas outras finalidades. Ao tempo em que atravessa as dimensões do ensino, pesquisa e extensão, a cultura deve figurar como elemento autônomo, assumido como prioridade estratégica das instituições.

Como produtor cultural atuante na Escola de Dança da UFBA, espero que os resultados desta pesquisa sirvam como esteio para outros estudos que entrelacem os temas política cultural e universidade, fortalecendo a institucionalidade cultural das universidades e institutos federais Brasil afora. Ciente de que o tema aqui abordado pode levar a uma teia de desdobramentos, espera-se que a experiência da UFCA possa inspirar tantas outras instituições e que a cultura universitária reverbere para além dos seus muros, ajudando a consolidar a cultura democrática brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. *In*: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: Edufba, 2007.
- ALMEIDA FILHO, Naomar de. Universidade Nova no Brasil. *In*: ALMEIDA FILHO, Naomar de; SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 107-260.
- ALMEIDA FILHO, Naomar de. As várias missões da universidade. *In*: ALMEIDA FILHO, Naomar de; SANTOS, Fernando Seabra. **A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. p. 27-60.
- APTE, D.G. **Universities in Ancient India**. New York: Cornell University Libraries Ithaca, 1961.
- ARAGÃO, Rita de Cássia. O contexto de gestação da Universidade da Bahia. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (coord.). **A ousadia da criação: universidade e cultura**. 8. ed. Salvador: EDUFBA, 2016b. p. 45-78.
- BATISTA, Célio Augusto Alves; BATISTA, Halley Guimarães. **Breve história dos municípios do Cariri cearense: fatos e dados**. Fortaleza: INESP, 2020.
- BELCHIOR, Miriam Aparecida; HADDAD, Fernando. **EM Interministerial nº 00186/2011/MP/MEC**. Brasília, DF, 26 de agosto de 2011. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=36C401475E8CAD9D954D3CA4F1E82291.proposicoesWebExterno2?codteor=916028&filename=Tramitacao-PL+2208/2011](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=36C401475E8CAD9D954D3CA4F1E82291.proposicoesWebExterno2?codteor=916028&filename=Tramitacao-PL+2208/2011). Acesso em: 23 ago. 2023.
- BOTELHO, Isaura. **Romance de formação: Funarte e política cultural (1976-1990)**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.
- BOTELHO, Isaura. Cultura e universidade: reconstituindo as trajetórias dos diálogos institucionais. *In*: CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: teoria e práxis**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.
- BOTELHO, Isaura. Cultura e universidade: uma relação indissociável. *In*: GOBIRA, Pablo. *et al.* (org.). **Refletindo sobre a cultura: política cultural, memória e universidade**. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 7 fev. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 6.312, de 16 de dezembro de 1975**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Arte e dá outras providências. Brasília, DF, 1975. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=123180>. Acesso em: 1 ago. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. **Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF, 2007.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/1mTMIS3>. Acesso em: 4 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.826, de 5 de junho de 2013**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri – UFCA, por desmembramento da Universidade Federal do Ceará – UFC, e dá outras providências. Brasília, DF, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12826.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12826.htm). Acesso em: 11 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 18, de 18 de dezembro de 2013. Institui o Programa Mais Cultura nas Universidades e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério da Cultura. **Edital Mais Cultura Nas Universidades**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: . Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: [portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192). Acesso em: 16 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério da Cultura. **Edital Mais Cultura Nas Universidades**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <http://portal-cultura.apps.cultura.gov.br/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2fmnKeD>. Acesso em: 04 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é o REUNI**. 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em 21 out. 2021.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Parecer do Deputado Jovair Arantes ao Projeto de Lei nº 3.521-A, de 2004**. Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. 2004. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=3FB3F8B23B2F74E5C6B138668CC7286B.proposicoesWebExterno1?codteor=238465&filename=Tramitacao-PL+3521/2004](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3FB3F8B23B2F74E5C6B138668CC7286B.proposicoesWebExterno1?codteor=238465&filename=Tramitacao-PL+3521/2004). Acesso em: 20 ago. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Parecer do Deputado José Pimentel ao Projeto de Lei nº 3.521-A, de 2004.** Comissão de Finanças e Tributação (CFT). 2007a. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=3FB3F8B23B2F74E5C6B138668CC7286B.proposicoesWebExterno1?codteor=479890&filename=Tramitacao-PL+3521/2004](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3FB3F8B23B2F74E5C6B138668CC7286B.proposicoesWebExterno1?codteor=479890&filename=Tramitacao-PL+3521/2004). Acesso em: 21 ago. 2023.

CEARÁ. **Lei Complementar nº 78, de 26 de junho de 2009.** Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana do Cariri, cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração e o Fundo De Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri – FDMC, altera a composição de microrregiões do Estado do Ceará e dá outras providências. Assembleia Legislativa, [2009]. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/viacao-transportes-desenvolvimento-urbano/item/5488-lei-complementar-n-78-26-de-junho-de-2009>. Acesso em: 22 out. 2021.

CHACON, S. S.; BARRETO, P. L. N.; DO NASCIMENTO, V. S. Construindo sonhos no Sertão Cearense: trajetos do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável. **NAU Social**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 177–199, 2012. DOI: 10.9771/ns.v3i5.31201. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31201>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CHACON, S. S.; BARRETO, P. de L. N. Empoderamento e Participação no Interior Cearense: a Experiência da Criação da Universidade Federal do Cariri. **NAU Social**, [S. l.], v. 5, n. 9, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31312>. Acesso em: 10 set. 2023.

COELHO, Teixeira. **A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001.** São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 2008.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário.** São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 1997.

DIAS, Caio Gonçalves. **A cultura que se planeja: políticas culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2021.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Ilhéus: Editus, 2001.

FRANÇA JÚNIOR, Luiz Celestino de; LIMA, Yasmin Gonçalves; RODRIGUES, Thiago. A cultura na universidade: memórias da Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA*, 14., 2018, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Enecult, 2018.

FREITAS, R. Regiões metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Revista Humanae**, Recife, v. 1, n. 3, 2009. p.44-53.

GARCIA CANCLINI, Néstor. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: GARCIA CANCLINI, Néstor (org.). **Políticas Culturales en América Latina**. Buenos Aires: Grijalbo, 1987. p. 13-59.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, E. E. O lugar da cultura na educação: desafios para a extensão universitária brasileira. **Barbaquá**, Cuiabá, v. 1, n. 1, p. 33-40, 2017.

IBGE. **Conheça cidades e estados do Brasil**: @Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. **As regiões de planejamento do estado do Ceará**. Textos para discussão. 2015. Disponível em: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD\\_111.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_111.pdf). Acesso em: 27 ago. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. **Panorama Socioeconômico das regiões de planejamento do estado do Ceará – 2018**. Nº 149 – Abril de 2019. Disponível em: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/05/ipece\\_informe\\_149\\_30\\_Abr2019.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/05/ipece_informe_149_30_Abr2019.pdf). Acesso em: 27 ago. 2023.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia em pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

LULAT, Y.G-M. **A history of African higher education from antiquity to the present: a critical synthesis**. EUA: Praeger, 2005.

MARQUES, Tainana Andrade. **Análise do Programa Mais Cultura nas Universidades**: política e gestão cultural em instituições de ensino superior da Bahia 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares) – Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018

MENCARELLI, Fernando; COELHO, Marcos Dias (org.). FORCULT. **Instrumento para implementação de política cultural e planos de cultura nas IPES**. Pelotas: Ed. UFPel, 2020.

MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MILANI, Carlos. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Revista Organizações & Sociedade**, vol. 11, Edição 257 Especial, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12637/8906>. Acesso em: 01 set. 2023.

MINAYO, M. C. S; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, Campo Grande, v. 40, n. 40, p. 139-153. 2018.

MOISÉS, José Álvaro. Estrutura institucional do setor cultural no Brasil. *In*: MOISÉS, José Álvaro *et al.* **Cultura e democracia**: volume 1. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2001.

MOLINA, A. J. Gestão da Cultura em Instituições de Ensino Superior: perspectivas e desafios na implementação de uma política cultural no contexto das IES brasileiras. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, p. 87–99, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/49019>. Acesso em: 22 maio 2022.

NASCIMENTO, Ives Romero Tavares do. **A expansão da educação superior como estratégia de desenvolvimento territorial**: o caso da Universidade Federal do Cariri. Orientadora: Ruthy Nadia Laniado. 2018. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

NASCIMENTO, Ives Romero Tavares do *et al.* Da Educação Superior Tradicional ao Ensino Contextualizado: Algumas Lições da Universidade Federal do Cariri para o Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/16325>. Acesso em: 7 set. 2023.

NEVES, Napoleão Tavares. **Cariri – Cangaco, coiteiros e adjacências**: crônicas cangaceiras. Brasília: Editora Thesaurus, 2009.

NUNES, P. Diagnóstico da gestão cultural em Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 157-175, set. 2020.

ORTEGA Y GASSET, José. **Misión de la universidad y otros ensayos afines**. 2. ed. Madrid: Revista de Occidente, 1930.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PORTELA, Cristiano Santana.; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha; ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia. Universidade, arte e cultura: primórdios de uma relação ancestral. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2023. DOI: 10.9771/re.v12i01.51299. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/51299>. Acesso em: 10 ago. 2023.

POZZER, M. R. O.; LEON, L. E. T. de. Cultura e extensão universitária: dez anos da tentativa de institucionalização de uma política pública no âmbito do Ministério da Cultura. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, p. 73–86, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/45222>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PREFEITURA DO CRATO. Site da Prefeitura do Crato, 2021. **Folclore**: tradição e sabedoria popular. Disponível em: [crato.ce.gov.br/informa.php?id=1448](http://crato.ce.gov.br/informa.php?id=1448). Acesso em: 3 set. 2023.

REIS JUNIOR, D. DE O. A região como artefato: o Cariri na segunda metade dos Oitocentos. **Cadernos de História**, v. 17, n. 27, p. 342-367, 30 out. 2016.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007a, p. 11-36.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais entre o possível e o impossível. *In:* NUSSBAUMER, G. M. (org.). **Teorias & políticas de cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: Edufba, 2007b. p. 139-158.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007c.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais na Bahia contemporânea**. Salvador: Edufba, 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Dilemas culturais da universidade na atualidade. *In:* RUBIM, Antonio Albino Canelas (coord.). **A ousadia da criação: universidade e cultura**. 8. ed. Salvador: Edufba, 2016a. p. 147-163.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Fragmentos da cultura na Bahia dos anos 1950/1960. *In:* Rubim, Antonio Albino Canelas (coord.). **A ousadia da criação: universidade e cultura**. 8. ed. Salvador: Edufba, 2016b. p. 79-87.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil. **MATRIZES**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 57-77, 2017.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Universidades, Cultura e Políticas Culturais. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, p. 6-17, 2019a. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/49021>. Acesso em: 9 jun. 2021.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Universidade e planos de cultura. *In:* RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Planos de Cultura**. Salvador: Edufba, 2019b.

SALMITO, Ricardo Rigaud; AZEVEDO JÚNIOR, Ivânio Lopes de. Cultura na Universidade: criação e início de trabalho da Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri. *In:* ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 11., 2015, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Enecult, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Lisboa: Afrontamento, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SÃO PAULO. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública, [1934]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 ago. 2023.

SENADO FEDERAL. **Indicação nº 4 de 2002**. Sugere que seja objeto de estudo pela Comissão de Educação do Senado Federal a criação da universidade federal na região do Vale do Cariri, no Estado do Ceará. Autoria do Senador Reginaldo Duarte. Diário do Senado Federal. Ano LVII, nº 078, Quinta-feira, 13 de junho de 2002 – Brasília, DF. Disponível em: Diário do Senado Federal nº 78 de 2002 - Diários - Atividade Legislativa - Senado Federal . Acesso em: 15 ago. 2023

SENADO FEDERAL. **Parecer nº 138, de 11 de março de 2003.** Da Comissão de Educação, relativo à Indicação nº 4, de 2002, de iniciativa do Senador Reginaldo Duarte, que sugere seja objeto de estudo pela Comissão de Educação do Senado a criação de universidade federal na região do Vale do Cariri, no Estado do Ceará. Autoria do Senador José Jorge. Diário do Senado Federal. Ano LVIII, nº 025, Quinta-feira, 20 de março de 2003 – Brasília, DF. 2003a. Disponível em: Diário do Senado Federal nº 25 de 2003 - Diários - Atividade Legislativa - Senado Federal Acesso em: 15 ago. 2023.

SENADO FEDERAL. **Parecer nº 1.861, de 12 de dezembro de 2003.** Da Comissão de Educação, relativo à Indicação nº 4, de 2002, de autoria do Senador Reginaldo Duarte, que sugere seja objeto de estudo pela Comissão de Educação a criação de universidade federal na região do vale do Cariri, no Estado do Ceará. Autoria da Senadora Patrícia Saboya. Diário do Senado Federal. Ano LVIII, nº 209, Sexta-feira, 12 de dezembro de 2003 – Brasília/DF. 2003b. Disponível em: Diário do Senado Federal nº 209 de 2003 - Diários - Atividade Legislativa - Senado Federal. Acesso em: 05 ago. 2023.

SENADOR FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2003.** Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Federal do Cariri (UFCariri). Diário do Senado Federal. Ano LVIII, nº 209, Sexta-feira, 12 de dezembro de 2003 – Brasília, DF. 2003c. Disponível em: Diário do Senado Federal nº 209 de 2003 - Diários - Atividade Legislativa - Senado Federal . Acesso em: 15 ago. 2023.

SENADO FEDERAL. Universidade Federal do Cariri. Estudo Preliminar para sua Criação. **Diário do Senado Federal.** Brasília, DF, setembro de 2003. 2003d. Disponível em: Diário do Senado Federal nº 209 de 2003 - Diários - Atividade Legislativa - Senado Federal. Acesso em: 15 ago. 2023.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (SESu/MEC). **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014.** 2014. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192). Acesso em: 27 ago. 2023.

SIDONCHA, U. Reinventando a relação entre universidade e cultura. **Revista UFG**, Goiânia, v. 21, n. 27, 2021. DOI: 10.5216/revufg.v21.70496. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/70496>. Acesso em: 29 jun. 2023.

SNOW, C. P. **As duas culturas e uma segunda leitura.** São Paulo: Edusp, 2015.

TEIXEIRA, Tattiana. Modernismo e modernidade na Universidade da Bahia. *In:* RUBIM, Antonio Albino Canelas (coord.). **A ousadia da criação: universidade e cultura.** 8. ed. Salvador: Edufba, 2016. p. 89-106.

TOLEDO, Caio Navarro de. 50 anos de fundação do Iseb. **Jornal da Unicamp.** 8-14 ago. 2005. Disponível em: [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/jornalPDF/ju296pg11.pdf](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju296pg11.pdf). Acesso em 15 jul. 2023.

UNESCO. **Indicadores Unesco de Cultura para el Desarrollo - Manual Metodológico.** Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). Pró-Reitoria de Extensão. **A Proext e Nossa Equipe**. Salvador, 2021. Disponível em: <https://proext.ufba.br/proext>. Acesso em: 20 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **Portaria n° 1.105, de 28 de setembro de 1998**. Aprova as alterações do Estatuto da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Conselho Universitário, 1998. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/wp-content/uploads/sites/3/2015/10/estatuto.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Conselho Universitário. **Resolução n°04/99, de março de 1999**. Aprova o novo Estatuto da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Conselho Universitário, 1999. Disponível em: [www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Estatuto](http://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Estatuto). Acesso em: 8 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Conselho Universitário. **Resolução Complementar n° 01/2022, de 2 de junho de 2022**. Cria a Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal de Minas Gerais (PROCULT). Belo Horizonte: Conselho Universitário, 2022. Disponível em: [https://ufmg.br/storage/2/9/a/7/29a7210fd9c40217ea1ebf753185de63\\_16566122850698\\_1997989829.pdf](https://ufmg.br/storage/2/9/a/7/29a7210fd9c40217ea1ebf753185de63_16566122850698_1997989829.pdf)[https://ufmg.br/storage/2/9/a/7/29a7210fd9c40217ea1ebf753185de63\\_16566122850698\\_1997989829.pdf](https://ufmg.br/storage/2/9/a/7/29a7210fd9c40217ea1ebf753185de63_16566122850698_1997989829.pdf). Acesso em: 20 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). Conselho Superior *Pro Tempore*. **Resolução n° 01/2014/CONSUP, de 30 de janeiro de 2014**. Regulamenta a concessão de bolsas e auxílios financeiros para discentes da Universidade Federal do Cariri e estabelece suas normas de funcionamento. Juazeiro do Norte: Conselho Superior *Pro Tempore*, 2014. Disponível em: <https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2019/08/CONSUP-UFCA-Resolu%C3%A7%C3%A3o-01-2014-Bolsas-e-Aux%C3%ADlios-Financeiros-Discentes-30-01-14.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). **Guia de Reprodução de Marca**. 2015. Disponível em: <https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2020/09/Guia-de-Reprodu%C3%A7%C3%A3o-de-Marca.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). **Estatuto da Universidade Federal do Cariri**. Juazeiro do Norte: Conselho Universitário, 2017. Disponível em: <https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2019/09/Estatuto-UFCA-2019.pdf>. Acesso em: 3 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). **Manual de procedimentos da Pró-Reitoria de Cultura**. Juazeiro do Norte: PROCULT, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). **Plano de Cultura da Universidade Federal do Cariri**. Aprovado pela Resolução N° 59/CONSUNI, de 9 de julho de 2019. Juazeiro do Norte: CONSUNI, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Cariri 2025**. Documento Final Aprovado pelo Conselho Superior da UFCA Juazeiro do Norte, 15 dez. 2022. Juazeiro do Norte, 2022a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). **Relatório de Gestão UFCA – 2022**. Juazeiro do Norte: CONSUNI, 2022b. Disponível em: <https://documentos.ufca.edu.br/wp->

folder/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-2022\_30.03.pdf-vers%C3%A3o-final\_compressed-1.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). Pró-Reitoria de Cultura. **Ofício nº 73/2023/PROCULT/UFCA**. Resposta de solicitação de informação pública. Juazeiro do Norte: PROCULT, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ; UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI. **Termo de Cooperação – Protocolo de Transição para Tutoria da Universidade Federal do Cariri pela Universidade Federal do Ceará**. Disponível em:

<https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2019/07/UFC-UFCA-Termo-de-Coopera%C3%A7%C3%A3o-%E2%80%93-Protocolo-de-Transi%C3%A7%C3%A3o-para-Tutoria-2013.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.

URFALINO, Philippe. **A invenção da política cultural**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

VOSS, C.; TSIKRIKTSIS, N.; FROHLICH, M. Case research in operations and management. **International Journal of Operations & Production Management**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 195-219, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri: processo de institucionalização e panorama de funcionamento”, sob responsabilidade do pesquisador Cristiano Santana Portela. Leia cuidadosamente as informações a seguir, dispondo do tempo que lhe for adequado para tomar sua decisão e sinta-se à vontade para esclarecer quaisquer eventuais dúvidas que possam surgir. Caso se sinta suficientemente esclarecido e aceite fazer parte da pesquisa, peço que rubrique as páginas deste Termo e assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra do pesquisador responsável. Saiba que você tem o direito de não querer participar desta pesquisa.

O estudo tem o objetivo de entender o processo de institucionalização e a dinâmica de funcionamento da Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri. Os resultados da pesquisa podem servir de base para o fortalecimento das estruturas de cultura e das políticas culturais nas universidades federais brasileiras. O estudo envolve a realização de entrevistas com pessoas que, tal qual você, estiveram envolvidas na criação e/ou que atuam na Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri. O tempo estimado para a entrevista é de 30 minutos, mas você poderá interromper a participação a qualquer momento, sem necessidade de justificativa.

Os possíveis riscos de participação nesta pesquisa são mínimos, porém, pode surgir desconforto quanto à exposição de opiniões pessoais, receio de que suas respostas se tornem públicas, medo de represálias, estresse ou perturbação decorrentes de lembranças de eventos passados e constrangimento. Garantimos a confidencialidade das informações fornecidas, mesmo após o término da pesquisa e, nos termos da lei, indenização por eventuais danos decorrentes da pesquisa. Os dados coletados serão usados única e exclusivamente para os fins desta pesquisa. Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar desta pesquisa.

A pesquisa trará benefícios no sentido de registro do processo histórico em que se deu a implementação da Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri e da sua forma de funcionamento, o que poderá levar à implementação de melhorias na área da cultura de outras universidades federais. Garantiremos o seu acesso aos resultados desta pesquisa.

Caso o (a) senhor(a). tenha alguma dúvida ou necessite de qualquer esclarecimento ou ainda deseje retirar-se da pesquisa, por favor, entre em contato com o pesquisador abaixo a qualquer tempo.

Pesquisador responsável – Cristiano Santana Portela; e-mail: [cristiano.santana@ufba.br](mailto:cristiano.santana@ufba.br); telefone: (71) 99260-3257.

Também em caso de dúvida, o(a) senhor (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Bahia (CEP/ICS/UFBA). O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) busca defender os interesses dos participantes da pesquisa. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. O Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Bahia (CEP/ICS/UFBA) está localizado na Avenida Reitor Miguel Calmon, s/n, - Instituto de Ciências da Saúde – Térreo, Vale do Canela. Horário de funcionamento: de segunda a sexta-feira, das 07h às 17h30. Telefone: (71) 3283-8951. E-mail: [cepics@ufba.br](mailto:cepics@ufba.br).

Desta forma, caso você concorde, por sua livre vontade, em participar desta pesquisa, por favor, rubrique todas as páginas e assine abaixo este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em duas vias, sendo uma via sua e a outra do pesquisador responsável.

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_  
declaro ter sido informado e concordo em ser participante do projeto de pesquisa acima descrito.  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

---

Assinatura do participante

---

Assinatura do pesquisador responsável

**Cristiano Santana Portela**

Pesquisador Responsável

Telefone: (71) 99260-3257

E-mail: cristiano.santana@ufba.br

**Prof.ª. Dr.ª Sônia Maria Rocha Sampaio**

Docente Orientadora

**E-mail: sonia.sampaio@terra.com.br**

## APÊNDICE B – Roteiro das entrevistas

Pesquisador: Cristiano Santana Portela

Entrevista semiestruturada com gestores, servidores técnico-administrativos e docentes envolvidos com a Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri (UFCA)

### **1 – Apresentação do entrevistado**

Qual o seu nome e cargo que ocupa ou ocupou na Pró-Reitoria de Cultura da UFCA?

Onde você está atuando atualmente?

Qual a sua formação?

### **2- O processo de criação da Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri**

Você esteve envolvido com o processo de criação da Pró-Reitoria de Cultura?

Como surgiu a ideia de criação de uma Pró-Reitoria de Cultura para a UFCA?

Quem participou desse processo?

Como avalia a recepção, por parte da comunidade acadêmica, da proposta de implantação de uma Pró-Reitoria de Cultura na estrutura administrativa da UFCA?

Quais eram os principais argumentos usados para contestar a criação da Pró-Reitoria de Cultura?

Em quais grupos havia mais oposição e em quais havia mais adesão à ideia de criação da Pró-Reitoria de Cultura?

Quais foram as etapas que precederam a criação da Pró-Reitoria de Cultura?

### **3 – Exame crítico do cumprimento da missão da Pró-Reitoria de Cultura**

Após 9 anos de criação, você acha que a Pró-Reitoria de Cultura deu conta da missão que foi colocada quando da sua propositura?

Você percebeu um fortalecimento da área cultural na UFCA?

### **4- A dinâmica de funcionamento da Pró-Reitoria de Cultura da UFCA**

Em linhas gerais, como funciona o organograma da Pró-Reitoria de Cultura?

A Pró-Reitoria se pauta por uma atuação embasada em atos normativos (decretos, resoluções, portarias, leis etc.)?

Os recursos financeiros têm sido suficientes para fazer frente à implementação dos projetos da Pró-Reitoria?

Houve contingenciamento de recursos nos últimos tempos?

Quais ações da Pró-Reitoria demandam mais empenho financeiro?

Os profissionais alocados na Pró-Reitoria têm formação na área da cultura?

Há, na Pró-Reitoria, cargos específicos da área de cultura, a exemplo de produtor cultural, músico ou assistente de direção e produção?

Como se dá a participação da comunidade interna e externa na elaboração e implementação das políticas da Pró-Reitoria?

Há mecanismos de participação da comunidade nas decisões e avaliação da atuação da Pró-Reitoria?

Qual a sua avaliação geral sobre a Pró-Reitoria de Cultura?

## APÊNDICE C – Transcrição das Entrevistas

\* Para garantir o anonimato das pessoas entrevistadas, elas foram identificadas com os seguintes pseudônimos: Entrevistado 1, Entrevistado 2, Entrevistado 3 e assim por diante. Além disso, trechos das entrevistas que pudessem gerar identificação do entrevistado foram suprimidos.

\* A transcrição das entrevistas respeitou o formato original das falas, mantendo-se, tanto quanto possível, as marcas de oralidade.

### ENTREVISTA 1

**Pq – Pesquisador**

**En1 – Entrevistado n° 1**

**Pq** – O senhor teve envolvido com o processo de criação da Pró-Reitoria de Cultura, né?

**En1** – Sim.

**Pq** – Tá aqui desde 2009, quando era campus da UFC, é...a pergunta é: como é que surgiu a ideia de criação da PROCULT, e se o senhor estava envolvido nesse grupo específico, como é que surgiu isso?

**En1** – Então, a universidade foi criada em 2013. Se eu não me engano, em 2011, mais ou menos, começou a surgir a discussão, a ideia, os rumores da criação da universidade.....2011, 2012, eu não lembro exatamente a data. E, que o projeto daí estava tramitando e tal, que iam ser criadas as universidades novas, inclusive, assim, a gente até, na época, foi pego meio que de surpresa, sabe, porque, é....a gente não participou muito desse processo de discussão da criação formal da universidade, a gente só foi informado, de repente, assim, “ah, tá sendo criada a universidade” ...ôpa, peraê, peraê (risos). Vamos ver aqui, agora vamo entrar nesse processo aí, né, assim. Nós éramos um grupo menor do que é hoje, né? Hoje, a UFCA acho que deve ter, eu não sei os números exatos, assim, mas uns 300 professores, mais ou menos, mais esse tanto de técnico-administrativo, né. Nós éramos um grupo muito menor, devia ter uns cento e pouco professores com toda a FAMED junto, assim, na época era FAMED, mas da UFC, né. E aí a gente tinha uma dinâmica assim muito próxima, assim, os professores, né, assim, os coordenadores de curso e tal, né....e o pessoal se....se...interagia muito aqui no campus, né...de vários cursos diferentes, era uma dinâmica bacana que tinha universidades

pequenas, campus, assim, vários cursos que você interage com muitos cursos diferentes, assim, né...várias áreas diferentes. Isso gera uma polinização cruzada muito interessante, sabe? E aí, logo que a gente descobriu, a gente resolveu assim, meio que se adiantar, meio que tomar as rédeas do processo, assim, né. E nós estabelecemos, internamente, assim mesmo, foi um movimento nosso, a criação de Grupos de Trabalho, de GT's. E aí, a gente deu nomes pra esses GT's, Na época, o Ricardo Neres era diretor do Campus, ele instituiu até uma Portaria criando os Grupos de Trabalho, tá, mas foi tudo muito interno o processo, assim, né...nossa formalização interna. E foram 7 GT's que foram criados na época, eu não vou lembrar os nomes dos GT's, a gente pode até rever essa memória, assim, mas faz mais de 10 anos já. E eu participei desse processo, eu fui coordenador de um dos GT's; eu não lembro exatamente qual, eu acho que era o organizacional, alguma coisa assim. E nessa dinâmica, assim, os GT's faziam um trabalho, cada GT tinha uma missão de discutir algum tema específico e era composto por um professor, que era coordenador, assim, e um grupo ali e tal, mas era tudo muito horizontal, assim, a discussão ali dentro dos grupos, assim. E esses GT's conversavam entre si e apresentavam as propostas. E, em 2013, então, em maio, foi criada, formalizada a Universidade, a gente já tinha, assim, um desenho esboçado de algumas coisas. E, nesse meio tempo, assim, surgiu a ideia da Pró-Reitoria de Cultura. É, eu não sei dizer, assim, a gênese onde é que tá exatamente, mas foi uma ideia que começou a circular já na época dos GT's e, eu lembro que o professor Jesualdo, que era professor da UFC, ele estimulava muito a ideia, também, ...que era Reitor da UFC na época. Ele estimulava a ideia e o grupo entendeu que era um conceito interessante, uma ideia interessante pra gente trabalhar uma inovação, né, dentro da construção do propósito acadêmico da Universidade, levando em conta que a Universidade tem aquele tripé, né: ensino, extensão e pesquisa, mas que a cultura era um elemento muito forte, muito presente em quase todas as universidades federais, né....as públicas de forma geral, isso é muito forte. E a gente entendeu que era um eixo, assim...por ser um elemento forte, por ter um conceito assim que a gente pode pensar ele de uma forma bem ampliada, assim, é, a gente achou interessante defender essa ideia e colocar ali nos GT's. E aí, foi uma ideia que foi...teve alguns debates e tal, mas não foi uma ideia, assim, que foi... difícil, digamos assim, porque já saiu lá no início... esse grupo de professores já tava... foi uma ideia que foi se consolidando, eu acho que tem esse processo do discurso, assim, né...da construção coletiva. Foi se consolidando e ela foi implantada logo quando a universidade foi criada, foi, sem muitas dificuldades, digamos assim, no sentido de ter que fazer pressão, mobilização e tal, tava ali construída essa ideia dentro do GT, quando a universidade foi criada, pronto,

apareceu ali como uma Pró-Reitoria, já assim como uma ideia assentada, digamos assim, né. Então, essa foi mais ou menos a gênese do processo pra criação.

**Pq** - Nesse processo, o senhor percebeu oposição por parte de algum grupo da comunidade acadêmica? foi uma ideia bem aceita? algum grupo se contrapôs e, se houve essa contraposição de algum dos grupos, qual era o argumento para contestar a criação de uma Pró-Reitoria de Cultura?

**En1** – Assim, eu acho que não houve uma contraposição direta, entendeu? Dentro desses debates que a gente fazia no GT não teve. O que eu percebi é que teve, talvez, assim, circulou alguns desconfortos na universidade, no sentido, “ah, por que criar uma pró-reitoria de cultura, né, a gente tá botando recurso da Universidade...por que é que não fica com a Extensão, como tradicionalmente fica, né e tal?”. Então...mas, assim, eu, pra ser sincero com você, na minha leitura, não houve assim uma contraposição, uma frente, entendeu? Que pudesse, assim, dizer....colocar uma contraposição efetiva, entendeu, com esse processo. O que teve depois foi que, depois que a gente consolidou as Pró-Reitorias e tal, houve uma discussão *a posteriori* que...é....começou a se identificar que se sentia falta de uma Pró-Reitoria na Universidade, que é a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, que a gente não tinha criado. E ela foi criada logo em seguida, um ano, dois anos depois, eu acho, da criação da Universidade...logo foi criada, porque a gente identificou que é... o espaço pra dar mais o olhar um pouquinho mais pro estudante em si, né, de forma integral. E aí...mas isso não chegou a ser colocado em choque com a ideia de Pró-Reitoria de Cultura. Se conseguiu outro arranjo, porque tem uma quantidade limitada de ...a quantidade de pró-reitorias não é limitada, que a universidade pode criar, mas existe um limite dos cargos comissionados, que é CD2. Você tem na lei de criação da Universidade, você recebe os cargos, né, ah, um é CD1 que é o Reitor, oito CD2 que é o Vice-Reitor, mais os 7 pró-reitores, não sei quantos CD3, e por aí vai. E aí....mas, a universidade pode criar quantos cargos quiser, só não vai ter a....por exemplo, se a gente criar mais do que 7 pró-reitorias, um deles não vai receber CD2, vai receber outra coisa. Isso é ruim do ponto de vista de você ter mais Pró-Reitoria, que é um nível inferior assim dos outros.

**Pq** – Fica assimétrico, né?

**En1** – Fica assimétrico, aí a gente resolveu com a CD do Vice-Reitor, ele assumiu uma Pró-Reitoria simultaneamente, então foi resolvido. Mas não teve um embate direto, na minha leitura.

**Pq** - Dentro dessa mesma perspectiva, assim...claro que é sempre um apelo à memória de 10 anos atrás...quase que 10 anos atrás....mas, dentro dessa perspectiva, se havia oposição,

ainda que não explícita, né, mas se havia alguma oposição, natural até, por ser um arranjo mais disruptivo, assim, essa configuração. O senhor percebia que partia de determinado grupo. Assim, dentre os grupos que formam a comunidade acadêmica – discente, docente, técnico-administrativo -, considerando até a comunidade externa, já que a UFCA tem uma inserção regional interessante, o senhor percebia que algum desse grupos tinha uma contraposição mais ostensiva. Também em relação aos cursos....que a gente tá falando de cultura, em geral as pessoas associam mais às linguagens artísticas, patrimônio e tal. Havia isso?

**En1** – É...assim... Eu diria que, principalmente de alguns professores, assim. A categoria dos técnicos, infelizmente, eu acho que ela tá numa posição que ela tem menos voz, assim, então o pessoal acaba falando menos, assim, acho que se retrai. Tinha alguns professores que, de alguma forma, apresentavam uma insatisfação indiretamente, entendeu, falavam....aquela conversa de corredor, assim, no canto, aqui e ali, nunca no debate público. Então, eram alguns professores que, principalmente, não tavam nesse núcleo, assim, dos cursos mais das artes, digamos assim....artes, comunicação. Então, era um grupo de professores que não tavam, que achavam que existia algum privilégio, enfim pros professores dessa área.

**Pq** – Falando um pouco da sua atuação, que teve, talvez, um ano à frente da Pró-Reitoria. Como que era a questão de fluxo financeiro, recursos financeiros, pelo menos na sua época, que você acompanhou mais de perto. Você acha que era suficiente para fazer frente, você passou por muito contingenciamento na época? Como foi essa questão?

**En1** –Eu entrei na PROCULT nesse período que tava começando já a restrição orçamentária. Então, obviamente, assim, não teve, a gente contou com o mesmo recurso desde que foi constituída a Pró-Reitoria. Então, é um gargalo a questão financeira, a questão orçamentária, né? É um gargalo. Agora, o que eu posso dizer, assim, é que eu não percebi um desfavorecimento da PROCULT, pelo menos, assim, em relação.... não havia, assim, um....explicitamente um desfavorecimento, entendeu, colocar menos recursos. Tanto que, quando a gente criou as pró-reitorias, no início da universidade, essa questão dos recursos foi tratada de forma bem transparente. Basicamente, os recursos das pró-reitorias, que quando a gente constituiu, eram bolsas de graduação...

**Pq** – É o gasto mais significativo da Pró-Reitoria?

**En1** – É, com certeza...bolsa...bolsa de estudante de graduação, de iniciação à Cultura nesse caso, né. E, alguns recursos tinha no início, a gente também estabeleceu uma espécie de rateio, a universidade recebia um pouco mais de outros recursos, por exemplo, diárias e passagens, né.... Então, a gente no início fez, assim, uma distribuição entre as Pró-Reitorias,

e era basicamente isso. E depois, quando eu tava na PROCULT, já não tinha esse dinheiro de diárias e passagens, já não tinha mais. Então, era basicamente bolsas, assim, sabe, que a gente tinha. E, eventualmente, algum recurso que a gente pleiteava e colocava diretamente no orçamento da Universidade. Mas, aí, entra naquela discussão que, assim, todo mundo colocava suas demandas e ia pra lá, entendeu, pra Pró-Reitoria de Administração, junto com a Reitoria e tal, e...ou comprava ou não algumas coisas. Então, equipamentos, por exemplo, né...equipamento de som, equipamentos esportivos, materiais, esse tipo de coisas assim que a gente colocava ali. Mas, é, gastar esses recursos via orçamento da Universidade é um desafio bem grande, essa burocracia ela atrapalha muito a execução do.... principalmente quando você pega atividades assim que você precisa de um certo dinamismo. Atividades artísticas, culturais, de forma geral tem um dinamismo que, às vezes, a universidade não dá conta. São coisas pequenas e rápidas que você precisa pra fazer alguma coisa e, assim, não consegue. Eu lembro que a gente conseguiu, por exemplo, a reforma....encaminhou, né, na minha época não chegou a terminar, mas, a reforma de alguns espaços, por exemplo, o auditório pequeno pra tornar mais adequado pra fazer algo parecido com um teatro, assim, alguma coisa que desse pra fazer alguma coisa um pouco mais elaborado e tal. Mas são coisas desse tipo assim que a gente conseguia, mas nos últimos anos, quando eu saí da Pró-Reitoria de Cultura, depois indo pra Assessoria e tal, os recursos foram cada vez minguando mais. Agora, eu não tô mais na gestão, mas o que a gente vê é que, né, cortou mais ainda, ficou basicamente bolsa. E uma coisa que eu vi que aconteceu na Universidade foram as emendas parlamentares, né, que vieram algumas emendas esse ano, também, e tal, mas coisas bem pontuais, assim e tal. Não vi movimento na PROCULT. Eu vi na PROEXT, na PRPI, mas não vi a PROCULT fazendo movimento com esses recursos de emenda, assim. Então, essa é a situação orçamentária que a gente passou. Eu acho que talvez é a principal dificuldade, assim, né. Tinha uma outra dificuldade também que, não sei se você perguntou das dificuldades, mas, me ocorreu agora. Essa questão orçamentária é uma, evidente. E existe uma questão, eu acho que de Cultura, né...falando de Pró-Reitoria de Cultura, a redundância..de cultura da universidade, do entendimento do que é a Cultura. Eu lembro que o próprio Jesualdo falava que : “ah, a gente não pode pensar a PROCULT como a cereja do bolo”. Você tem as atividades universidades e ela entra aí ali só pra dar uma enfeitada, decorada e tal. A ideia de pensar a Cultura como elemento transversal na formação do estudante; e como elemento que vai além das linguagens artísticas, como elemento que permeia, perpassa, né, as atividades humanas e a própria Universidade. Essa é uma das dificuldades que eu percebia na época e que eu acho que até hoje...ainda é uma questão que,

talvez é uma das principais questões quando a gente pensa em Cultura, conceitualmente, assim, né, de forma ampla. Uma ideia de Pró-Reitoria de Cultura remete a isso, né, pensar cultura de forma ampla, que é esse processo de você ter um entendimento do que é que é esse elemento “cultura” dentro da Universidade.

**Pq** – E conseguir disseminar isso, né?

**En1** – É...trazer essa reflexão, essa prática pra dentro da Universidade. Tanto que hoje tem um movimento, né...a gente não fez na minha época, mas que é um movimento importante de curricularização da Cultura. Mas aí tem uma outra questão que eu vejo nesse movimento, porque você tem uma questão de espaço dentro dos currículos...os currículos dos cursos eles são espaços muito disputados, assim, né, por...por concepções, né? E aí, você tem, por exemplo, algumas obrigações legais. Uma conquista que teve foi a questão da Extensão, né, que é 10% da carga horária.

**Pq** – A UFBA também curricularizou há pouco tempo...

**En1** – É, porque é uma obrigação agora.

**Pq** – É, né, no mínimo 10 por cento...

**En1** – E aí, só que a Cultura não tem isso, então, você tem esse...a Extensão tá colocando esse espaço dentro do currículo, e como é que a Cultura se insere nesse processo, entendeu? Aí, é uma discussão mais difícil, que depende muito do voluntarismo, enfim, de como os cursos aderem a essa discussão que tá acontecendo agora na Universidade.

**Pq** – E tem uma confluência também entre Extensão e Cultura. Em determinados momentos isso vai acontecer, inevitavelmente.

**En1** – Exatamente. É, e assim, esse é outro embate também, né...já tô aqui falando um bocado de coisa depois...(risos). Esse é outro embate, porque você tem assim, uma sobreposição entre práticas, ideias e concepções de Cultura com Extensão...e, em certa medida, com Pesquisa também, né. Tem pesquisa que você faz, como você tá fazendo aqui, que é normal, tá dentro da questão do ambiente universitário e dentro da discussão que muito se faz hoje na Universidade, que é a discussão mais de ponta sobre integração, né, das dimensões, sobre interdisciplinaridade e tal, essas questões. Então, é normal, não é uma coisa ruim. Mas aí você tem por outro lado, qual é o aspecto de diferenciação, entendeu? Se você tá integrando, então, qual é a contribuição, qual é a diferenciação quando a gente fala em curricularização da Cultura, integração da Cultura nos currículos, como é que isso tem que ser feito, qual é o espaço disso ali dentro, né. Será que a discussão ela é num nível mais transversal mesmo? Tem que brigar por essa inserção no currículo de uma carga horária e tal, se já tem Extensão sendo incluída ali dentro e tal, né. Tem a Pesquisa que envolve o

tempo dos professores, enfim, então essa pra mim é outra questão de debate: como é que você insere essa temática, como é que você dialoga com os espaços da Universidade? Onde é que se insere e como se insere isso?

**Pq** – A próxima questão tem até a ver com isso que é o diálogo com a sociedade, né. Queria saber como é que se dá a participação da comunidade externa, interna....vocês têm fóruns específicos pra isso, tanto formalmente quanto informalmente, também. Também, lembrando aí a sua experiência como Pró-Reitor, o que é que vocês tinham de mecanismos de participação da comunidade interna e externa lá na Pró-Reitoria de Cultura?

**En1** – A gente tinha....é....foi discutido o Plano de...quando eu tava lá começou a discussão, depois....acho que começou antes de mim até...o Plano de Cultura. A ideia do Plano de Cultura era fazer esse espaço de grande diálogo, assim, com todo mundo, tanto com a comunidade interna, quanto com a comunidade externa, né. Então, é, a gente sempre, assim, eu como Pró-Reitor, eu acho que os outros também, sempre procurou articular, conversar com diversas Organizações de fora da Universidade. Eu acho que isso é muito importante, a Universidade fazer isso, em qualquer aspecto da sua atuação, né. Você tem que estar conectado, né, com a sociedade pra você entender o que a sociedade espera. Então, a gente tinha parcerias, por exemplo, com o BNB, né, o Centro Cultural BNB, SESC, enfim, várias pessoas também de fora da Universidade, no sentido de fazer esse diálogo, construir assim. Agora, é, tem uma questão que é sempre hum...muito delicada nesse processo com relação às expectativas de alguns parceiros de fora da Universidade com relação à Universidade. Quando se olha pra Universidade, vê uma entidade que tem um peso, uma capacidade de fazer algumas coisas e, se supõe, de recursos, inclusive. Quem olha de fora da Universidade...mas, a nossa realidade não é assim, né. A gente sabe como é que funciona aqui dentro da Universidade. Então, existe às vezes expectativas, assim, tal, que a gente não tem como dar conta nessas relações. Mas, por outro lado, tem outros parceiros que entendem isso, né, esses parceiros maiores como os que eu citei agora, por exemplo, eles entendem essa relação em outro nível, uma relação estratégica e tal. Então, é uma relação que a gente tem que ir lidando, né, como essas expectativas e vendo o que é que a gente pode fazer, enfim, e ir construindo nesse processo. Eu acho que é importante, a gente sempre se preocupou em fazer isso. Eu acho que é uma diretriz que é fundamental.

**Pq** – Por último, professor, eu queria saber qual é a avaliação geral que o senhor faz da Pró-Reitoria no sentido de...é, por exemplo, vocês têm um Plano de Cultura aprovado, o que é um avanço gigantesco; a UFBA, por exemplo, não tem um Plano de Cultura aprovado....

**En1** - É, porque não tem essa estrutura....

**Pq** – Essa estrutura mais específica ajuda em muitos aspectos, principalmente na institucionalização, estabelecimento de políticas...

**En1** – Você ganha legitimidade perante a comunidade pra você puxar assunto...

**Pq** – A pasta específica, é bom ter, nesse sentido. E aí, vocês têm Plano de Cultura, vocês têm eixos de atuação, eixos de ação e tal. Qual a sua avaliação, levando em conta que o senhor teve atuando dentro da Pró-Reitoria e tá também fora como, não expectador, mas como partícipe mais indireto também...Mas, qual a avaliação geral que o senhor faz; o senhor acha que, desde que foi proposto lá, conseguiu dar conta da missão que foi proposta, tem algum eixo que o senhor acha que...sei lá...tem o eixo lá de sustentabilidade...”esse eixo eu acho que não deu conta das ações, por outro lado eu acho que tal eixo do esporte, da cultura do movimento avançou, sabe”, nessa perspectiva, o que é que funcionou, o que é que ainda tem um “gapzinho”, tem uma lacuna que precisa ser...

**En1** – Eu, assim, olhando pra ação da Pró-Reitoria de Cultura nesses tempos, nesses anos, eu acho que tem alguns eixos que ela conseguiu se consolidar, essa questão das linguagens artísticas, eu acho que isso é muito tranquilo, porque a gente tem cursos que trabalham, né, tem o curso de Música, tem o curso de Design, enfim, que sempre tiveram uma interação muito grande....Jornalismo, né, com a Pró-Reitoria. É....esse eixo.....você já me deu algumas respostas.... essa questão da sustentabilidade é uma questão que é mais difícil de se trabalhar porque envolve outros elementos que não estão no fazer cotidiano, quando a gente pensa, assim, das pessoas que normalmente se envolvem na Pró-Reitoria de Cultura, que era uma questão que eu, como Pró-Reitor, eu tentei...porque eu venho um pouco dessa formação, assim, né. Eu não tô no Instituto de Sociedade, Cultura e Artes, eu tô no Centro de Ciências Sociais Aplicadas, minha formação. E a gente tentou, assim, construir um pouco mais algumas ações nesse sentido e tal. Eu acho que é uma linha que merece um pouco mais de atenção...eu diria, assim, que não é por falta....tem esforço, entendeu? A gente também tem que entender o gargalo, sempre teve esforço da Pró-Reitoria de trabalhar nesse sentido. É...e agora, eu acho que, talvez, assim, uma das principais questões...tem a dificuldade também de falta de recurso, isso empata mesmo muita coisa, que eu acho que toda Universidade passa por isso, né, não consegue fazer tudo que quer por falta de recursos. Mas, isso, realmente determina muitas coisas, por exemplo, agora tem o festival de cultura que tá acontecendo; em função desse projeto que eu estou coordenando, eu propus trazer os...um grupo, um ônibus dos Truká pra cá, pra fazer, enfim, né....fazer um exame aí, né. Fazer as apresentações deles, fazer artesanato e tal, dançar Toré. Mas, o ônibus, a universidade não liberou o ônibus, por exemplo, por causa do contingenciamento de recurso. Então,

você...porque não pode liberar o ônibus...Então, isso atrapalha muito, o fato de não ter recurso pra nada, assim, né. Isso atrapalha muito. Eu acho que é um gargalo importante pra ser dito. E o outro é...que é uma questão também que eu acho que está desde o início da PROCULT aparecendo, assim, que é essa questão da percepção ou do envolvimento da Cultura como uma coisa mais transversal de toda a comunidade, entendeu. De ela não ser um espaço restrito a alguns grupos na Universidade, entendeu. Até pra quebrar um pouco essa visão que eu falei que surge, assim, com algumas críticas dizendo que a PROCULT é o espaço de determinado grupo...grupos, né, da Universidade. E eu acho que esse é um dos grandes desafios, assim, conseguir envolver. Agora, se você pegar a lista, por exemplo, dos projetos que são apoiados, os projetos da comunidade acadêmica, você vai ver projetos de todas as unidades acadêmicas da Universidade ali dentro, por exemplo. E, eu acho que esse é um dos desafios hoje da PROCULT, que é tentar estimular esses elementos que estão em outras áreas também, né, que podem envolver outras coisas que não são, por exemplo, linguagens artísticas, né, que é uma coisa muito forte, mas pode envolver qualquer outro tipo de atividades, assim, que tenha essa criatividade, por exemplo, que envolva alguns elementos que a gente pode considerar que tá ali nessa discussão sobre Cultura na Universidade. Esse eu vejo como um dos principais desafios, assim de conseguir alavancar esses outros eixos assim, também envolvendo a comunidade como um todo, assim, os espaços da universidade que não são envolvidos assim na PROCULT, nas atividades de Cultura.

**Pq** – É isso, muito obrigado, professor!

## ENTREVISTA 2

**Pq – Pesquisador**

**En2 – Entrevistado n° 2**

**Pq** – Falando um pouco da criação da Pró-Reitoria, que eu sei que o senhor esteve envolvido com esse processo, queria saber como é que surge essa ideia de criação da Pró-Reitoria de Cultura, quando da criação...do desmembramento da UFCA, pra se tornar uma universidade autônoma.

**En2** – Eu acho que teve vários fatores que, dentro de uma complexidade, geraram a...primeiro, tinha uma motivação, digamos assim, do ambiente cultural ao qual está situado a Universidade, que é a região do Cariri, que é uma região muito plural em manifestações culturais de diversas ordens: música, artes visuais, artes da tradição, grupos culturais etc. Então, aqui nessa região, que é uma região de um estado periférico, como o Ceará, e uma região que tem uma espécie de, meio independência, porque ela tá um pouco longe da capital Fortaleza, mas equidistante das outras capitais do Nordeste. Mais ou menos a mesma distância daqui pra Recife, daqui pra Fortaleza, daqui pra Natal, daqui pra João Pessoa, enfim. Então, essa equidistância fez com que também a região tivesse muito trânsito, e trânsitos diferentes de personagens, e tudo mais. E, com o fenômeno do Padre Cícero e da religiosidade, isso potencializou muito, né. Então, é uma região que é, digamos assim, tem uma quantidade de manifestações culturais até muito maior do que em outras regiões. Então, isso é um elemento.

Um outro elemento é que, dada a criação de uma nova Universidade, um grupo heterogêneo de docentes, estudantes e servidores técnicos eram tocados pela dimensão da Cultura, cada um à sua forma. Tinha um curso de Música, que foi muito importante pra puxar esse debate, e outras pessoas que estavam ali e que entendiam a Universidade como um campo também de disputas epistêmicas, e uma dessas disputas é a dimensão da Arte. Então, nós fomos convidados de forma aberta a, quem quisesse participar de GTs pra conceber a Universidade, ou ajudar na concepção da Universidade, muitas pessoas foram colocando seus nomes. E eu fui um deles que nesses Grupos de Trabalho, pra se pensar várias coisas, desde regime de trabalho até maneiras didático-pedagógicas, tipos de Pró-Reitoria e tudo mais. Nesse plural de debates surgiu essa pauta da PROCULT e vários personagens foram abraçando essa ideia. Então, eu acho que seriam esses fenômenos, digamos assim: interesses difusos, uma região que exige um abraçamento da Universidade, a Universidade tem que ser sensível ao seu entorno; e esse entorno cultural da região do Cariri sempre teve uma pujança muito grande,

não apenas naquilo que a gente chama de artes da tradição ou culturas populares, mas também de outras invenções e reinvenções, etc. Então, eu acho que esse pacote fez com que essa pauta de uma Pró-Reitoria de Cultura, já que a gente ia começar a Universidade do zero, essa pauta surgiu e foi sendo abraçada por alguns personagens da Universidade, entre professores, servidores, estudantes e tudo mais.

**Pq** – Como é que o senhor avalia a recepção por parte da comunidade em geral, comunidade acadêmica em seus diversos setores e nos diversos cursos? O que é que houve de tensão, de consenso, de contrassenso, de dissenso nesse processo?

**En2** – A Universidade, ela é plural por essência. Você tem setores mais tradicionais; não viram com muito bom grado, assim, o Centro de Tecnologia, por exemplo. Achavam que essa dimensão da Cultura ela caberia de forma muito tranquila na Extensão. E houve, digamos, assim debates de: “ah, por que criar essa Pró-Reitoria e não criar outra?”, mas teve esses embates, mas, assim, ou o nosso poder de argumentação foi melhor ou o envolvimento desse coletivo mesmo desordenado foi forte e, também, a gestão do *campus*, na época, e logo depois futuros Reitora e Vice-Reitor, eles também eram sensíveis. Então, eu acho que foi isso, houve esses embates, mas, ou não se teve contra-argumentação no mesmo nível da argumentação, ou foram sensibilizados. Então, houve realmente um campo de tensões, mas eu diria que não foi forte o suficiente pra barrar essa iniciativa.

**Pq** – Rememorando, o senhor consegue lembrar quais foram os principais argumentos usados para contestar a criação da Pró-Reitoria? O que é que se falava mais para contestar?

**En2** – Eu lembro...um dos argumentos era esse: era que, na caixa burocrática e organizacional das universidades federais, a Cultura está normalmente na Extensão, ou numa secretaria vinculada à Reitoria, mas não tem o status de Pró-Reitoria. Esse era um dos argumentos. Outro argumento era que seria uma Pró-Reitoria que ia, digamos assim, servir apenas ao curso de Música que, à época, era o único curso do campo da arte/cultura. Isso também era um argumento. Outro argumento era que não se tinha experiências desse tipo suficientemente consolidadas pra se apostar numa Pró-Reitoria. E, eu acho que teve um argumento que se queria uma outra Pró-Reitoria no lugar dessa, que eu não me lembro qual seria, mas, assim, pra quê gastar um cartucho institucional com uma Pró-Reitoria de Cultura, como tem outras dimensões da Universidade que poderiam ser contempladas. Então, eu acho que, em linhas gerais, já faz tempo, né, a gente só com a memória e oral e de argumentação não teve escritos sobre isso, então, em linhas gerais, que eu me lembro é isso.

**Pq** – Após esses 9 anos de criação, 2013 pra cá, o senhor que está aí desde 2010 e tem essa experiência pregressa de ter trabalhado também no *campus* avançado, percebeu um

fortalecimento da área cultural desde a criação da Pró-Reitoria de Cultura. Em linhas gerais, assim? E falando também do entorno, da sociedade, da comunidade externa também.

**En2** – A gente precisaria de pesquisas sobre isso, eu acho. Mas, tentando arriscar um pouco e também imaginando que as gestões foram diferentes, logo com intenções diferentes, com maneiras de lidar com os temas de formas diferentes, contextos macro de governança federal diferentes, que isso também faz diferença. Então, eu acho que seria muito difícil de cravar assim, mas acho que algumas coisas nós podemos dizer, né. Eu acho que uma política importante de bolsas, incluindo muitos estudantes de forma remunerada, claro, a bolsa não é uma remuneração potente, mas é... para um estudante é um recurso interessante, pra desenvolver projetos na área de cultura e arte. Então, isso eu acho que é um dado consolidado muito importante. Outra: estimular o protagonismo dos próprios estudantes e das estudantes na confecção de projetos. Na época em que a gente estava na Pró-Reitoria, estudante poderia propor projeto, que era algo inédito. Inclusive, depois isso até foi quebrado e tal, etc. O estudante, ele podia propor projeto e ser o bolsista do projeto que ele pensou, e não que o professor pensou. Então, esse protagonismo foi fundamental. Uma espécie de uma agenda cultural na universidade, que isso flutua e flutuou, mas também presente, né: uma terça da música, um projeto de mediações culturais que tinha convidados específicos, participações em eventos de outras instâncias públicas, como SESC, Centro Cultural Banco do Nordeste, prefeituras. Então, se entrava também com parcerias nesse nível, fortalecendo essa dimensão mais coletiva da Cultura, que é sempre algo coletivo, né, mas do ponto de vista institucional também. A gente produziu o Encontro Brasileiro de Cultura, que foi muito importante para o diálogo trazer referências num debate muito rico com as pessoas daqui e as pessoa de fora. Outra coisa também: a gente criou as disciplinas livres na Universidade, isso também foi fundamental. Eram disciplinas atreladas à Pró-Reitoria, não eram atreladas... não são atreladas a nenhum projeto pedagógico de curso, então são muito mais transversais. Como exemplo pessoal, eu dividi uma disciplina sobre “Tópicos em Cidades” com 3 professores, sendo um da administração, o outro da engenharia e eu, do Jornalismo, onde a gente falava de cidade a partir de cruzamentos de abordagens e tinha alunos de administração pública, de engenharia civil, de jornalismo, de música, numa mesma sala e tudo mais. Então, acho que isso foi uma contribuição também muito importante pro campo da Cultura. E uma contribuição também que é mais invisível que é participar, digamos assim, da gestão num nível de Pró-Reitoria, porque aí você participa de debates sobre orçamento, você participa de debates mais estruturais da Universidade, onde a dimensão da Cultura ela pode pautar ou

pode ser ouvida em instâncias acima de uma instância que é um Colegiado, que é uma instância menor da Universidade.

**Pq** – Uma instância mais estratégica....

**En2** – Mais estratégica, mais de planejamento, colocando a Cultura num circuito de alta gestão. Então, isso pode parecer pequeno, mas isso tem reflexos meio invisíveis, mas que são fundamentais também pra Universidade. Do ponto de vista de fora da Universidade, eu acho que essas parcerias, esses eventos todos gratuitos e abertos à comunidade, isso também é um dado importante pra gente ver em termos de impacto. Mas, a gente precisaria, realmente, de pesquisas de recepção pra saber isso, pra saber se a Pró-Reitoria é bem vista, se ela....precisaria disso. Mas, assim, fazendo uma análise de uma pessoa que teve dentro da própria gestão e também fora, olhando também o movimento da Universidade, guardadas essas proporções que eu lhe falei, em alguma medida, quando eu estava na Pró-Reitoria ainda tínhamos governos que eram mais sensíveis à Cultura. Dois mil e dezesseis foi quando a Dilma saiu. Então, de lá pra cá, a gente teve o governo Temer e o governo Bolsonaro. Todos dois muito contrários ao tema da Cultura e à institucionalização da cultura e ao investimento em Cultura, etc. Nós ganhamos, inclusive, um edital que nunca foi pago...

**Pq** – O “Mais Cultura nas Universidades”, né?

**En2** – Exatamente. Nós fizemos um projeto, projeto de muitas mãos, foi muito...só a feitura desse projeto daria um bom artigo, ou uma boa...porque nós fizemos várias reuniões pra saber das pessoas essa relação da Universidade com a cultura, depois pegamos essas propostas pra fazer um texto comum, pra enviar. Foi algo de muita complexi....muito difícil de ser feito, inclusive. E a gente teve um.... ficou ali numa coisa de ser contemplado, mas...ainda era governo Dilma, mas já tava uma espécie de crise econômica também, logo depois uma crise política e a vida seguiu, mas....a resposta já tá muito longa....mas, seria mais ou menos isso.

**Pq** – Eu acho que a UFBA passou pela mesma coisa que a UFCA. Foi aprovada, mas não foi contemplada com recurso financeiro pra implantar o Plano de Cultura, a política cultural. E aí, pegando esse gancho até, pra falar um pouco do período que o senhor teve lá na Pró-Reitoria atuando. Como é que o senhor viu essa questão de recurso financeiro. Claro que isso se liga ao cenário político nacional, mas tomando como exemplo o período que o senhor teve atuando lá, como é que o senhor via em relação tanto à questão de contingenciamentos, se houve, se não houve, se vocês conseguiram manter os planos, os projetos, as ações e também se havia um tratamento simétrico dentro da Universidade entre as Pró-Reitorias. Porque hoje a Cultura é uma área-fim...a UFCA se monta sobre um quadripé, diferente das demais

universidades. Então, na questão dos recursos financeiros, havia essa simetria na distribuição?

**En2** – Bom, tem várias dimensões nessa resposta. Do ponto de vista de bolsas, eu acho até que a gente tinha mais do que as outras pró-reitorias, porque a gente administrava, vamos dizer assim, recurso pra grupos musicais da universidade que demandavam muitas bolsas: a orquestra, grupos de cordas, sax, etc. Então, em termos de bolsas... é... os recursos para a universidade, eles...muitas coisas que seria interessante pra Cultura, a universidade não tem letra orçamentária pra isso. Por exemplo, um cachê: a gente não tem letra pra reservar o dinheiro pra cachê, e pra uma Pró-Reitoria de Cultura isso é interessantíssimo, trazer uma pessoa, um grupo musical, uma coisa etc... a gente foi atrás das parcerias. Então, nós tivemos parcerias muitíssimo importantes no período. Um era o Centro Cultural BNB, outro era o SESC. A gente fez uma parceria também com a FUNDAJ, para um curso que fizemos aqui de gestores culturais, um curso também muito impactante. As prefeituras de uma maneira geral. Mas, por exemplo, com relação ao Centro Cultural Banco do Nordeste. A PROCULT entrava com a inteligência de alguns programas e projetos, às vezes o recurso da passagem, que a passagem aérea pra gente é uma “letra” interessante, e o Centro Cultural Banco do Nordeste entrava com o cachê. Então, a gente conseguia realizar um tipo de evento. Um tipo de evento... a gente não tinha o equipamento de som interessante, o SESC tinha. Então, nessa parceria com o SESC, o SESC entrava com o equipamento de som, a prefeitura entrava com o espaço...então, tinha essas possibilidades que a gente fazia. Contingenciamento teve em Dilma, teve em Temer, teve em Bolsonaro. Agora, é claro, em Bolsonaro é contingenciamento em cima de contingenciamento, já de corte anterior, então é muito mais grave. Mas, então, nós sempre vivemos com orçamento em limite. Mas, aí tinha uma sensibilidade da gestão, que sempre teve....eu tenho várias críticas à gestão, mas houve uma espécie quase de consenso onde num tipo de recurso, bolsa é prioridade. Bolsa pra estudante. Então, se você fizer um rasgo entre as universidades, talvez, em números relativos, eu acho que não tem nenhuma universidade federal com mais bolsas do que a UFCA, em números relativos. Claro, que a dimensão da universidade, uma UFMG, uma UFBA, uma UFRJ, obviamente. Mas, em termos relativos, né...às vezes eu ia fazer uma seleção pra um projeto, aí fazia a seleção, sei lá, naquela seleção, dois tinham sido aprovados e tinham 5, digamos assim, aprovados, mas apenas classificados, porque não tinha bolsa o suficiente. E eu ia chamando, porque um já tinha bolsa, o outro já tinha bolsa não sei de quê. Então, assim, isso, a gestão, vamos dizer assim, de forma geral, entendeu que uma política de bolsas, numa universidade onde os estudantes têm um rasgo de traço socioeconômico baixo e, também, a

universidade serve a muitas cidades não apenas do Ceará. Você tem estudantes da Paraíba, de Pernambuco, e de outros municípios do Ceará, que se deslocam pra estudar e esse deslocamento muitas vezes, com uma bolsa ele pode evitar um subemprego na cidade dele e se dedicar à universidade ali com a bolsa. Obviamente, não é um salário, não dá pra viver, mas se você tá numa condição de estudante, que você também não ia conseguir um emprego com uma grana, mas um emprego temporário e tal, você tem a bolsa, então, isso a gestão da universidade ela comprou essa briga. “Corta nisso, corta naquilo, mas vamos segurar as bolsas”. E isso, em alguma medida, tem impactos também na evasão, no próprio curso do estudante ou da estudante, porque ele tá ali com uma bolsa, então tem um compromisso, tem uma responsabilidade, tem um diálogo entre a sala de aula e a atividade que ele tá realizando naquele projeto. Então, acho que seria isso. Eu fugi um pouco do tema, não?

**Pq** – Não, não.... a gente tava falando sobre recurso financeiro e tal....

**En2** – Então, pronto. Então, tinha essas parcerias. Claro, quando eu saí, eu não sei como ficaram essas parcerias, número 1; e número 2, há de se concordar que as gestões posteriores à que eu participei tiveram instâncias federais piores de encolhimento. O próprio Centro Cultural BNB, que era um parceiro fortíssimo que a gente contava com ele pra muita coisa, a gente fazia muita coisa lá. Nessas parcerias plurais teve um encolhimento, não sei nem porque não fechou ainda, né, o Centro Cultural Banco do Nordeste. Que tem aqui, tem em Souza e tem em outro lugar do Nordeste. Então, tem todos esses aspectos. A Cultura deixando de ser um elemento, do ponto de vista federal, forte, que movia mais recursos, movia mais energia, movia mais lobbies, né. Nunca teve um *lobby* forte a Cultura, mas pelo menos tinha gestores em Brasília, o Gil, o Juca Ferreira e outros baianos, o Orlando Sena, o Risério, que tiveram em alguma medida....o Risério, até antes mesmo... tiveram essa sensibilidade de pensar a Cultura em outras bases, que não as Belas Artes, quando muitas vezes assim era pensada a Cultura por outras gestões de Cultura anteriores. Então, eu acho que é isso. Em linhas gerais, essas parcerias, a questão das bolsas. São essas dimensões.

**Pq** – Um outro aspecto que eu queria tratar é sobre a participação da comunidade externa, interna, pelo menos retomando o período que o senhor esteve lá trabalhando na Pró-Reitoria. O que é que vocês tinham de mecanismo de participação da comunidade interna, da comunidade externa, formais e informais, não necessariamente algo formalizado. De que forma a sociedade participava?

**En2** – Bom, a gente tinha, primeiro, alguns mecanismos de...eu vou até chamar assim...alguns mecanismos de controle da própria Pró-Reitoria que não estavam nas mãos da gente, e que a gente criou propositadamente. Por exemplo, a gente tinha o Fórum de

Cultura. O Fórum de Cultura ele era mensal...não... a gente quis fazer mensal, mas a gente acabou fazendo duas vezes por semestre, onde a gente abria pra toda a comunidade esse Fórum, a gente apresentava coisas que a gente tava fazendo ou coletava sugestões de como agir em aspectos diversos da Pró-Reitoria. Então, isso era permanente, esse Fórum. Fórum Permanente de Cultura, inclusive. O nome era esse, se eu não me engano. A gente fazia no pátio da Universidade, convidava publicamente a comunidade externa e interna, fazia num lugar aberto de passagem mesmo, pra galera passar e ver, e dar opinião e criticar, e reclamar disso e achar....a gente tinha isso, com ata, com tudo. A gente tinha a Câmara de Cultura....que a Câmara de Cultura ela era formada por membros da Pró-Reitoria, por professores eleitos pelos pares, por estudantes...eu digo eleitos assim, a gente abria um edital público e as pessoas se manifestavam: “ah, quero fazer parte”. Se tivesse mais, digamos assim, tem duas vagas e dois suplentes, se tivesse essa quantidade, fechava; se tivesse mais, abria um processo. Então, tinha membros da Pró-Reitoria, professores, estudantes, servidores técnicos e membros externos à Universidade. Essa Câmara de Cultura, ela decidia, ela avaliava as questões do Fórum e propunha alterações, etc. Ela fazia a seleção dos projetos contemplados com bolsa, resolvia pendências burocráticas que a gente levava pra Câmara de Cultura. Devia ter outras dimensões que agora....mas, assim, tinha esses mecanismos. Além disso, a gente tinha a nossa programação, ela circulava nos canais institucionais da Universidade e nos canais dos parceiros. Então, por exemplo, nos boletins do Centro Cultural BNB de divulgação da programação incorporava essa programação. Os projetos de cultura que lidavam com a comunidade, cada um à sua maneira, tinha seus....por exemplo, tem um exemplo importante, quando eu era coordenador de política Cultural eu tinha o hábito de encontrar-me com os projetos. Agendava com os projetos, saber como é que tava, eu e os bolsistas. Nós íamos: “como é que tá o projeto?”, “que é que vocês precisam?”, “que é que estão sentindo falta?”, “se não estão conseguindo realizar alguma coisa, por que é e tal...”. Aí, a gente, dependendo dessas demandas, a gente fazia uma mediação com outro órgão, a gente fazia ofício para uma prefeitura que a pessoa não tava sendo recebida, a gente fazia desde isso, como tentar articular os projetos. Por exemplo, um caso muito bem sucedido, nós tínhamos em certo momento três projetos na área de fotografia. Então, ao ir conversar com esses projetos, eu os trouxe, os 3 projetos pra gente conversar e a gente criou um evento de fotografia, foi o Fotossíntese. Então, esse evento surgiu a partir disso: o coordenador de política cultural, que era eu, ia ouvir as demandas. Bom, tem esse de fotografia, tem esse de fotografia, tem esse de fotografia. Um tinha uma pegada mais de produção visual, o outro tinha uma pegada mais de encontros, de trocas de experiências; e o outro tinha uma dimensão

mais de curso de fotografia, de ensinar as técnicas e tal. Então, juntamos e realizamos, a Pró-Reitoria, o “Fotossíntese”, que era um evento de fotografia, que teve 6 edições. Mesmo quando eu não estava mais na Pró-Reitoria de Cultura, eu participava. Dessa vez, eu tava longe...esse ano (2022) não houve. Até na pandemia houve e esse ano não houve, infelizmente. Foi o único ano que não houve. São seis edições desse evento de fotografia. Um deles a gente debateu o corpo, o outro a gente debateu o sertão, o outro a gente debateu as imagens decoloniais. Então, cada edição tinha uma macrotemática...a memória, um foi a memória. Então, isso a gente trazia gente de fora, a gente fazia oficina, a gente fazia exposição com curadoria, a gente fazia muitos na área de fotografia. Então, por que é que eu tô trazendo esse exemplo; porque é um exemplo bem sucedido da política de bolsas e do acompanhamento da PROCULT e das demandas desses projetos, criando algo muito maior, com repercussão muito maior do que se os projetos ficassem...pelo menos, cada um no seu quadrado, né, digamos assim. Então, é isso. Fotossíntese, que é um projeto, teve vida própria, ainda ancorado na PROCULT, mas que teve seis edições. Assim, a ideia é que continue, mas, assim, esse ano não teve. Teve também uma mudança aí na Pró-Reitoria, não sei se isso abalou lá o pessoal, não sei como foi, mas, também, eu tô distante, não sei.

**Pq** – E aí, pra fechar, professor, até peguei aqui o Plano de Cultura. Numa avaliação geral, levando em conta os pilares de atuação aprovados no Plano de Cultura, o senhor dando uma opinião tanto de quem teve dentro como de quem, hoje, tá fora da Pró-Reitoria, mas continua na Universidade. Como é que o senhor avalia a implementação desses pilares, tem algum que o senhor ache que a PROCULT dá conta com uma eficiência, tem alguma que tenha alguma lacuna, que o senhor acha que tem que caminhar com mais vigor. Enfim, como é que o senhor faz essa avaliação, assim, dentre esses pilares a que a PROCULT se propõe a trabalhar.

**En2** – Quando a gente começou a Pró-Reitoria, ela tinha 8 eixos de atuação. Esses eixos, eles foram modificados, então, eu nem saberia hoje como estão esses eixos. Vendo assim de longe, né....quais eram os 8 eixos quando a gente criou: linguagens artísticas, entretenimento e convivência, crítica cultural, uma coisa assim, crítica não sei o quê....idiomas e línguas, esporte, arquivo e memória...tem um outro aí que eu...

**Pq** – Cultura e sustentabilidade já era?

**En2** – Não era, veio depois. Então, pronto. Então, nesses pilares a gente tentava...na época não tinha Plano de Cultura. Então, a gente tentava, digamos assim, selecionar os projetos tentando equilibrar isso. A gente tentava, no Mediações Culturais, que era um evento de convidados pra gente debater grandes temas da Cultura, então a gente tentava equilibrar isso.

A gente tentava equilibrar, é claro que alguns desses eixos são mais sedutores, e eles têm já uma potência maior na própria Universidade, o que é legítimo também. Você não pode, por exemplo, você tem uma vocação da Música significativa na Universidade. Então, claro, essa linguagem, a linguagem musical, ela está mais presente. Isso é um erro? Não, mas há de se tentar buscar um equilíbrio. Na época, até, como os projetos abrigados na Pró-Reitoria...porque tem os projetos da comunidade, e os projetos abrigados na Pró-Reitoria....eram muitos da música. O Teatro, A música, são categorias que a gente pode até...elas estão sozinhas, elas já estão mais ultrapassadas, se a gente quiser brincar com isso. Alguns desses eixos, por exemplo, esse eixo de crítica social, ele ficou defasado, digamos assim, ele não tá intenso. E não por um motivo ou por outro, eu acho que por um plural de coisas, assim. Você tem uma falência da crítica, número um. Você tem outros eixos que são mais sensíveis, e que já têm uma tradição, por exemplo, no eixo de memória e tal, tem um curso de biblioteconomia que muita gente que trabalha com isso: professores, estudantes. Então, isso...acervo e memória...então, isso já fica mais fácil, né?

Então, eu realmente não acompanhei como o Plano de Cultura foi se estabelecendo. Então, eu não saberia responder pra você como está a implementação do Plano de Cultura. Foi criado um elemento muito importante, foi o Observatório que tem uma produção de pesquisa em andamento que é interessante, mas eu realmente não acompanhei mais. E aí, depois também saí pro doutorado e isso, não estive, digamos assim... agora, entendo também que é um momento em nível federal muito difícil pra Cultura, né. Então, isso interfere, algo de que o Plano ou esse Plano ou determinadas atividades não tiveram êxito, deve se dar também a responsabilidade ao governo federal. Tanto pelos contingenciamentos na Universidade, como pela quase criminalização da Cultura, enquanto humor institucional. Tudo da Cultura é um risco, é um perigo, é um risco à família, é um risco a não sei o quê, é um risco à sexualidade, sabe assim, um conjunto de riscos, que colocou, assim né....ser gestor e implementar uma política de cultura nesse momento, sem dúvida alguma, é mais difícil do que em outros momentos. Então, claro que eu continuo entendendo que, também, o Ivânio quando era gestor, era um gestor com muito mais capacidade de articulação, capacidade de diálogo, buscar parceria, né, porque também tem isso. Tem características individuais e subjetivas de quem tá à frente daquele empreendimento. E como também muita coisa já tinha sido feita, então tocar o barco também pode...mas eu considero...continuo crente na ideia de que é muito importante ter uma Pró-Reitoria de Cultura pela sua posição estratégica em gestão superior, quer dizer, a Cultura participar do *mainstream* institucional, ela sempre vai ser acionada a falar, uma garantia de uma fala institucional de cima. E a possibilidade de

implementar essas ações e uma política cultural, então eu acho que é importantíssimo, é fundamental uma Pró-Reitoria de Cultura. Acho que foi e, claro, ela também precisa se reinventar como algo que vai fazer 10 anos aí...toda instância que... institucional ou privada, que tem 10 anos, tem que repensar...claro que ela foi modificada, as coordenadorias se modificaram, alguns projetos foram extintos, apareceram outros. Claro, gestores também querem dar a sua assinatura, ou entendem que aquilo ali é mais importante nesse momento ou naquele e isso tá certíssimo. Mas, eu, particularmente, eu não acompanhei assim pra lhe dar uma resposta mais específica sobre a implementação ou não do Plano de Cultura.

### ENTREVISTA 3

**Pq – Pesquisador**

**En3 – Entrevistado n° 3**

**Pq** – Professor, o senhor teve envolvido com o processo de criação da Pró-Reitoria de Cultura, lá, quando da propositura?

**En3** – Não, no início não fiz parte da administração.

**Pq** - Mas o senhor já atuava aqui na Federal do Cariri ou na Federal do Ceará, né, no Campus aqui?

**En3** – Quando eu fiz o concurso, ainda era o *campus* avançado da UFC, então, a gente era UFC nessa época. A Universidade foi criada em 2013, na gestão da presidenta Dilma, por desmembramento da UFC. Nós todos éramos concursados da UFC. Eu fiz meu concurso em Fortaleza, toda a estrutura administrativa da Universidade, as Pró-Reitorias dela, tudo em Fortaleza, né, no campus [inaudível] e só depois que foi criado a Universidade Federal do Cariri, efetivamente, né. Junto com as outras, são chamadas super novas, é que a gente passou a ter a Pró-Reitoria de Cultura.

**Pq** – Tem duas na Bahia também dessa super nova, né. Federal do Sul e a federal do Oeste, no mesmo período ali.

**En3** – Exatamente. A Unilab, várias outras. São as chamadas super novas. Mas, eu atuo desde 2010 na Universidade Federal. Antes eu era da Estadual, da UECE, Fortaleza.

**Pq** – Então, o senhor não tava aqui... o senhor não propôs, não participou do processo de propositura, mas o senhor acompanhou. Então, acerca da recepção da comunidade acadêmica em relação a essa proposta de implantação de uma pró-reitoria de cultura, que é uma... é uma estrutura disruptiva, como é que o senhor viu esse processo assim de recepção por parte da comunidade?

**En3** – Eu tenho uma avaliação, Cristiano, mas, assim, a minha avaliação, é bom deixar claro que ela pode ser um pouco superficial, tendo em vista que eu não fazia parte da gestão nessa época, né. Minha atuação era única e exclusivamente como professor e, somente a minha atuação docente, pesquisa, enfim, algum projeto, fui coordenador de PIBID também por muitos anos, muitos anos. Atuava mais nessa parte do ensino. Mas acompanhei, conheço as pessoas, conheço o professor Ivânio, conheço todos os envolvidos, já trabalhei com todos eles, né. O Ivânio foi meu colega no curso de música, ele ministrou uma cadeira no curso de Música,... o professor Ivânio tinha um projeto... foi o primeiro projeto de música antes de haver o curso de Música, que era o laboratório de ensino de guitarra. Ele começou a estudar

lá no GIT em São Paulo. E, quando começou o movimento para a criação da estrutura do organograma da nova Universidade, começou-se por grupos de trabalho, os GT's. E havia um GT para se pensar a cultura, que foi justamente desse GT que saiu toda a reflexão e toda o embasamento teórico para a criação da Pró-Reitoria de Cultura, até como uma demanda da própria comunidade que a região do Cariri, é uma região que é muito fértil do ponto de vista cultural, muito... tem muita diversidade cultural, muitas manifestações, sobretudo, ligadas à cultura popular. A universidade não trouxe a música para cá, quando a gente chegou aqui tinha muita música, tinha orquestra, o padre tinha escola de música, tinha teatro, isso fora parte de cultura popular, que sempre foi muito dinâmica. Então, a gente encontrou esse caldeirão cultural; obviamente, naquele momento, pensar uma universidade para esse contexto do Cariri, necessariamente carecia de se pensar uma política cultural para essa Universidade, tendo em vista a demanda da própria região. Eu achei muito, muito interessante pensar na política cultural para universidade e institucionalizar isso desde o nascedouro da instituição. Então, nós já nascemos com o chamado... não com o tripé tradicional da estrutura tradicional da Universidade eurocêntrica, mas foi um quadripé que é isso está no nosso PDI: a indissociabilidade entre ensino, cultura, pesquisa e extensão. Essas instâncias, elas se permeiam, elas dialogam, elas são transversais, elas se retroalimentam, porque a pesquisa ela gera dados, aliás, a cultura ela vai gerar dados, subsídios para a pesquisa, para extensão, para o ensino. Nós temos atividades aqui, por exemplo, de se pensar uma curricularização da cultura, é um dos eixos da PROCULT, essa curricularização da cultura, para além de simplesmente você levar uma atividade artística para sala de aula de forma descontextualizada, trazer um pensamento mais profundo de Cultura, mais amplo em todas as instâncias, que ela possa estar presente na sala de aula, seja em que área do conhecimento, como essa força motriz, esse agente motivador, sabe esse elemento a mais, essa instância de humanismo, que a gente traz para dentro da Universidade. Então, desde o início é uma coisa que eu tenho muito orgulho de trabalhar nessa Universidade, é que ela nasceu com essa vocação para olhar para a cultura de igual para igual, essa... essa questão da equidade entre os saberes, eu sou muito Boaventura, eu sou muito Boaventura de Souza Santos, a coisa da ecologia dos saberes. Pensar uma universidade pro futuro, sem pensar numa equidade entre os saberes, sem pensar que os saberes.. não existe hierarquia entre eles, eu acho que é, inconcluso, né. Acho que pode... pode ser muito perigoso.

**Pq** - É interessante, porque, uma das versões do meu projeto que, na verdade, originalmente, o meu plano era analisar a experiência da UFCA, da UFCA, né, daqui da do Cariri, como um

piloto para uma experiência, né, Para a gente se apropriar, né, mas é... uma apropriação crítica dessa experiência, na UFBA, que não tem uma Pró-Reitoria de Cultura, apesar de ter uma atuação cultural fortíssima, desde sempre, né, desde a fundação. Uma das versões do meu plano, uma das justificativas é essa, né, Boaventura de Souza Santos, né, a coisa da ecologia do saber, da Justiça cognitiva né, dessa dimensão humana que a gente não pensa muito. Mas, então, falando assim da recepção por parte da comunidade, houve muita contestação, houve consenso, assim, de forma geral e ampla, que é que o senhor pensa...

**En3** – Inicialmente, a minha análise pode ser superficial, porque eu não fazia parte da gestão, então, assim, o que eu vou te passar,, é um aspecto, né, é somente a minha visão por parte de uma ala da Universidade. Houve, sim, uma certa rejeição, certo, eu não diria a rejeição, mas um estranhamento, né. Mas, como a cultura, como como que isso vai, como que nós vamos mensurar isso em termos acadêmicos, né? como que vai ser uma pró-reitoria fim de Cultura? como a gente, em termos pragmáticos, como é que o CNPQ pontua isso? quer dizer, eu publico um artigo, sendo uma revista numa SAS, numa revista “qualizada”, e esse cara que tá fazendo cultura, que tá fazendo arte, como é que vai pontuar isso? naquela época, ainda não havia essa preocupação por parte dos órgãos de fomento; de uns anos para cá, a gente já tem “qualis” artísticos, a gente já tem uma pontuação no *lattes* para produção artística, né, produção artística da maneira mais ampla que você imaginar: desde performance, instalações, exposições, *vernissages*, concertos, edição de partituras, transcrições. Enfim, uma infinidade... gravações, né, que a gente atua também com estúdio, então, já é possível pontuar naquele momento, lá no início isso ainda não tava muito claro, então a gente teve essa dificuldade. a questão dessa mudança por parte dos órgãos de fomento: CNPQ e Caps, de mensurar a produção artística, né, equiparar essa produção artística à produção científica, que é uma profissão científica também, né, a produção artística também é científica. Isso contribuiu para a maior aceitação, mas, no início, por uma parte, uma ala da Universidade foi bastante resistente, inclusive, em alguns momentos até achei que a Pró-Reitoria correu um certo risco de extinção ou de se fundir como ocorre em alguma... em algumas IFES você tem a pró-reitoria que mescla extensão e cultura.

**Pq** - Na maioria, na verdade, das IFES...

**En3** – A maioria das IFES mescla Pró-Reitoria de extensão e cultura e, algumas delas, pró-reitoria de extensão e ações afirmativas, que é uma coisa muito boa que tem surgido. Acho que as ações afirmativas tem que estar, daqui para frente, tem que estar nos documentos oficiais, nos planos de desenvolvimento institucionais, tem que ser, na minha opinião, política institucional das instituições públicas de ensino superior, tá, uma opinião minha.

Mas, ali no início, como eu te falei... essa é uma percepção pontual, eu vi... isso eu pude observar nos corredores, em algum comentário ou outro, comentário maldoso, mas no sentido da pessoa que não conhece a área, né, não conhece profundamente, ele vai fazer um comentário descontextualizado, alguma resistência eu observei lá no início

**Pq** - você acha que tinha... em quais grupos, assim, havia mais oposição, em quais havia mais adesão, se é que o senhor percebeu isso, à ideia de criação da PROCULT.

**En3** – Eu vou me abster de falar dos grupos que tiveram maior resistência, em respeito que eu tenho aos colegas. Vou falar dos grupos que tiveram maior adesão. Os grupos que tiveram mais adesão foram justamente aqueles grupos que mais foram ativos, e ainda são na PROCULT, em termos de curso... curso de música sempre foi um curso bastante ativo e que, desde o primeiro momento, deu todo apoio à PROCULT. Os primeiros projetos, hoje em dia ainda, a maioria dos projetos nossos são vinculados ao curso de Música, uma coisa natural, porque, até... pelo menos até o presente momento, é o único curso da área de artes que nós temos, era natural até que esse curso tivesse bastante projetos propostos. Mas não só curso de design, também a gente teve e tem muitas parcerias muitos projetos com coordenadores que são da área do Design, que são da área do Jornalismo; também, nós temos bastante diálogo com o curso de jornalismo, muitas ações ligadas ao jornalismo, ações da área de cinema, de artes visuais da maneira geral né. A filosofia, porque a gente tem uma linha de pesquisa que é vinculada a teoria crítica, né, que tá mais com o pessoal do Observatório e que a gente teve bastante cooperação do curso de Filosofia, outro curso que sempre...enfim, curso da área de Humanas, via de regra, tiveram muito próximo da gente assim foram muito parceiros e mais isso acabou se estendendo sabe, Cristiano. Hoje em dia, a gente tem aqui projetos vinculados, por exemplo, ao curso de Engenharia, a gente tem um professor de engenharia que tem um projeto com a gente, com bolsista e tudo, que tem engenharia e cordel, e ele é super ativo, promove várias atividades, trabalha com engenharia de materiais alternativos para construção, então, ele trabalha com o tijolo ecológico, taipa de pilão, com bambu, materiais alternativos e tem esse viés do cordel. Ele faz a produção de cordéis junto com os alunos, cuja temática do cordel são temas da engenharia, o cálculo estrutural, alguma coisa... isso voltado para linguagem do cordel.

**Pq** – E a sustentabilidade, também, no escopo da PROCULT

**En3** – A sustentabilidade também, isso, a gente tem muitos projetos com a Biblioteconomia, também porque um dos nossos eixos temáticos é a a memória: memória, patrimônio. Então, a gente tem alguns projetos com biblioteconomia, um deles é de bibliotecas populares, bibliotecas comunitárias, que trabalha com bibliotecas e comunidades aqui da região e temos

um também que é o laboratório de ciências da informação e memória, que foi um núcleo que começou um trabalho que a gente tem hoje com o museu da UFC o futuro Museu UFCA começou como LACIM, Laboratório de Ciências da Informação e Memória. Assim, hoje, praticamente todos os cursos, professores da gente tem ações. Com a matemática tem ações, com o pessoal da física, então, aquele panorama inicial, houve uma certa resistência; eu acredito que por um desconhecimento, né, dessa... das possibilidades de atuação da cultura nas diversas áreas, sobretudo essa... esse viés de interdisciplinaridade, transdisciplinaridade que a cultura tem, né.

**Pq** – Talvez, uma visão restrita da cultura como linguagem artística, patrimônio, não pode extrapolar isso, né? de certa forma, você já falou isso, percebeu um fortalecimento da área cultural, né, da Federal do Cariri muito grande.

**En3** – Sim, foi fundamental o Fórum Aberto de Cultura. A gente vive, acho que um momento de amadurecimento, os seminários que, aí sim, eu comecei a atuar efetivamente na PROCULT... fui convidado para assumir a coordenação de artes. A partir da coordenação... aí fui me envolvendo mais, né, com a universidade e houve os seminários para elaboração do Plano de Cultura, os fóruns abertos de cultura para a gente ter essa oitiva com a comunidade, né, ouvir então os anseios do nosso entorno, dos artistas, dos produtores da região.

**Pq** - Falando um pouquinho da estrutura administrativa, professor, como é que funciona o organograma da Pró-Reitoria de Cultura, de forma geral?

**En3** – De forma geral, deixe eu ver se eu vou lembrar de tudo aqui. Nós temos a Pró-Reitoria, o Pró-Reitor, o Pró-Reitor Adjunto, as três coordenações, eu já te falei: a Coordenação de Política e Diversidade, de Arte e a de Esportes e Cultura do Movimento. Dentro de cada Coordenação dessas tem divisões, por exemplo, a Coordenação de Artes tem uma divisão de articulação artística e uma divisão de Formação artística; dentro da de política e diversidade, a gente tem uma de curricularização da cultura, não me recordo aqui de todas e a de cultura do movimento, nós temos.... não me recordo as divisões. Aí, nós temos, além das coordenações, divisões, nós temos os núcleos. E aí, são os núcleos administrativos. A gente tem o Núcleo de Gestão, que trata basicamente dos fluxos da parte burocrática dentro da Universidade. Abrir os e-tickets, empenho, a folha, frequência, encaminha férias, ofícios, memorandos, parte dessa...administra o e-mail institucional da PROCULT. Isso é o Núcleo de Gestão. Aí, nós temos o núcleo de comunicação, que trata de toda parte de diagramação, de Comunicação, tá diretamente articulada com a DECOM, que é a nossa Diretoria de Comunicação Profissional. Nós temos o Núcleo de Comunicação e temos o Núcleo de

Produção Cultural que, atualmente, nós temos um produtor cultural concursado, que é o Cauê, que foi concursado recentemente. Cauê tá com dois, três meses de Universidade. Então, basicamente é isso. E temos, atualmente, três terceirizados, respectivamente, junto às coordenadorias: um deles atuando diretamente com a coordenação de esportes, um dando apoio administrativo e o outro tá com apoio ao Núcleo de Gestão. Então, trata de abrir o tipo para transporte...essa semana, que a gente tá envolvido com o Festival ele tá praticamente, exclusivamente, com demanda de transporte. Então, basicamente é isso, nós não temos Secretária, apenas essa estrutura administrativa Pró-Reitor, Adjunto, coordenadores, divisões, temos algumas divisões e os Núcleos. E três terceirizados. Atualmente, é essa nossa estrutura administrativa

**Pq** - Em relação à vinculação, assim, a ato normativo, decreto, lei, resolução, portaria, o senhor percebe a atuação da pró-reitoria muito vinculada a isso ou vocês têm uma atuação mais solta. Nesse sentido...no sentido mais de vinculação a normas. Vocês têm uma atuação muito vinculada a normas, atos, decretos.

**En3** – A gente precisa atuar sempre vinculado às normas, né, até porque a gente tem aqui na Universidade uma auditoria interna e periodicamente responde às auditorias externas, então, Ministério Público, responde pra CGU, então a gente tá vinculado, amarrado à normativa federal.

**Pq** - Quais são as ações da Pró-Reitoria que mais há empenho financeiro, né, que vocês gastam mais assim?

**En3** – Atualmente, em bolsas. Com certeza, bolsas. Foi o que sobrou, porque nós não temos passagens, nós não temos diárias. Passagens, esse tipo de coisa, para trazer um convidado para um evento desse, é um sistema de parcerias, é uma contrapartida. É a empresa que tem... no caso, o parceiro que tem o interesse de ter ações vinculadas à universidade, né, isso é uma espécie de marketing intangível para eles. É uma entrega para a sociedade também, envolvidos em ações acadêmicas. Isso é muito bom para a gerência dessas instituições e pra nós também.

**Pq** - Como é que se dá a participação da comunidade interna e externa assim na elaboração, na implementação, na discussão das políticas da pró-reitoria. vocês têm mecanismos de participação da comunidade em geral?

**En3** – Nosso principal mecanismo é o Fórum Aberto de Cultura. Esse ano (2022), a gente não pôde realizar, né, temos planos de realizar no próximo ano (2023), porque nos últimos dois anos, praticamente, nós tivemos as atividades bastante contingenciadas por conta da pandemia. Então, a universidade, no auge da pandemia, isso aqui ficou vazio, as aulas foram

suspensas, os TAE's ficaram realizando atividades remotas, né, o teletrabalho foi implementado. E aí, após o início da vacinação, a gente começou assim algumas atividades, mas sempre a distância. Nossas reuniões eram pelo *meet*, os eventos nós fizemos eventos virtuais...continuamos atuando, mesmo na pandemia.

**Pq** – O Fórum Aberto de Cultura é um deles; mais algum mecanismo assim, que vocês... institucionalizado ou informal mesmo, que vocês tenham, assim, para incentivar a participação da Comunidade?

**En3** – Olha, a gente tem, anualmente, dois editais, esse não é, propriamente, não é diretamente no canal, assim, de oitiva para comunidade, para elaboração de políticas culturais, esse seria mais o papel do fórum do futuro, é o momento que a gente reúne os realizadores, os tutores de projetos, os produtores culturais da região, os atores sociais que estão envolvidos no meio da cultura, e esse é o momento de ouvi-los, né, o que é que eles esperam da Universidade. Então, a gente dá uma resposta também, o que que a gente pode fazer: porque uma coisa é o que eles esperam, outra coisa é o que tá ao nosso alcance, né, a política institucional, a gente só pode atuar no âmbito aqui da Universidade, embora tenha um impacto externo que, de fato, tem um impacto externo, mas a gente só pode atuar aqui na nossa esfera. Mas, a atuação do público externo, ela vem muito através dos projetos de iniciativa da comunidade. Nós temos, basicamente, duas modalidades de projetos aqui: os projetos institucionais que são propostos, exclusivamente, por servidores da universidade, seja TAE's, seja docentes - a gente não faz essa distinção - e os de iniciativa da comunidade, que a gente acolhe projetos propostos por qualquer pessoa do corpo externo. Porém, por uma questão burocrática, a gente não pode pagar uma bolsa para essas pessoas e elas precisam ter um tutor. O tutor, ele tem mais o papel assim de cumprir essa etapa burocrática: enviar a frequência dos bolsistas. Esses proponentes, que são externos à Universidade, eles também têm direito a bolsistas nos projetos deles. Mas, os bolsistas precisam ser alunos. Não temos como pagar bolsa se não for um aluno na universidade, não existe essa possibilidade, infelizmente. Mas, foi uma maneira que a gente encontrou de envolver mais a comunidade, de trazer para dentro da PROCULT os produtores... tem muita gente fazendo muitas coisas aqui: revistas... tem uma revista super interessante, que é a Bárbaros, né, que tem como temáticas de Filosofia, é administrada da comunidade, a gente já teve um grupo de choro de iniciativa da comunidade. Eu acredito que o maior termômetro que a gente tem da comunidade externa, do impacto que a gente tem, e esse retorno é, acredito que através dos relatórios finais desses projetos. De alguma forma, eles estão dando um *feedback* para gente e do próprio Fórum de Cultura. Informalmente, eu, pessoalmente, participo de algumas

instâncias institucionais, por exemplo, Conselho Curador de Museus, alguns conselhos de cultura do município; alguns de nós, às vezes, são convidados para participar, aí a gente entra nessa discussão mais política e mais da região

**Pq** - Tem uma última pergunta aqui, mas é uma pergunta que ela acaba sendo respondida ao longo da entrevista, né, acaba... de forma difusa, ela vai sendo respondida que é, assim, qual avaliação geral sobre a Pró-Reitoria de Cultura, né, houve um fortalecimento da área cultural, tanto é, digamos, informalmente, a sociedade, a comunidade acadêmica se sente mais engajada, institucionalmente, do ponto de vista burocrático mesmo, a gente conseguiu fazer mais programas, projetos, institucionalizar, levar para congregação e para as instâncias. Tem alguma área que a gente, de certa forma, sente que há um certo *gap* ainda, uma lacuna que a gente precisa fortalecer dentro do escopo da Pró-Reitoria de Cultura, sei lá. Algum eixo de atuação que ainda não tá tão solidificado, enfim, uma avaliação geral só para a gente deixar...

**En3** – Sempre tem, né? Sempre tem um eixo que a gente gostaria de fortalecer mais, mas aí a gente acaba esbarrando no contingenciamento de recursos. Esses últimos quatro anos não foram fáceis pra a Cultura, nem pra Universidade, não foram fáceis. Todas as instituições de ensino, todos os produtores culturais desse país sofreram com isso, e, realmente, não foram fáceis. Mas, apesar de tudo isso, eu vejo que a gente hoje tem uma institucionalização da Cultura, como algo mais presente, algo mais palpável. Algo mais presente porque sempre na administração superior, sempre se reforça essa indissociabilidade entre as quatro dimensões: ensino, pesquisa, extensão e cultura. Isso entrou para o nosso PDI de uma forma assim, muito clara e objetiva. Houve um aumento, uma expansão do escopo da PROCULT ao longo desses anos, se ampliou demais. Aquilo que começou basicamente na esfera artística, hoje se amplia para política e diversidade, sustentabilidade, educação científica, idiomas, línguas, idiomas e cultura estrangeira, assim. Uma novidade mais recente, que é o esporte e a cultura do movimento, a gente entendendo que esporte também é cultura; faz parte dessa dimensão formativa integral do ser humano, né, não é só o esporte...a atuação física né, não é só Esporte operativo, mas é também a dimensão de pensar o esporte, de pensar o corpo no mundo. Eu acredito que a cultura faz parte da dimensão da cultura e esse foi um grande ganho. Houve essa expansão, de fato. Acredito também que, na medida do possível, nós conseguimos, ao longo desses quatro anos de contingenciamento, manter o atendimento aos estudantes, no que diz respeito ao número de bolsas tá. Hoje em dia, a gente tem alguns eventos consolidados. O Plano de Cultura foi algo fundamental, porque o Plano de Cultura traz a essência do que a gente pensava, embora que não tenhamos executado por completo, por uma série de fatores. Nós passamos por uma pandemia, um governo de viés antidemocrático,

contingenciamento crescente, o sucateamento da Universidade brasileira. E todos esses elementos que a gente passou por esses quatro anos fizeram sim que aquele plano não fosse levado a cabo 100%, mas eu acredito que foi levado, está sempre levado assim satisfatoriamente dentro do cenário que nós tivemos nesses últimos anos, tá. Acredito que houve um amadurecimento desse Plano. A tendência é a gente começar as discussões e os estudos para elevar isso para um outro nível. Um termômetro disso também é o interesse de outras instituições coirmãs em como a gente institucionalizou a Cultura. O próprio interesse seu. Há um mês atrás, eu estive numa universidade na Bahia, inclusive, o encontro da extensão Federal do Sudoeste baiano. UFSB. Tivemos também na UFSCar, recentemente, falando sobre o Plano de Cultura. A gente teve na UFMG, uma universidade antiga.

**Pq** – Que acabou de instituir a Pró-Reitoria de Cultura.

**En3** – Inspirado na nossa experiência aqui. Eu acredito que inovação não é só a inovação na área tecnológica, eu acredito que inovação, tecnologia, é a maneira como se faz as coisas. Então, a gente optou por fazer as coisas de uma maneira diferente aqui: isso é inovação. Isso é tecnologia inclusiva no ensino superior e essa... a criação da Pró-Reitoria de Cultura, inspirou muitas instituições e a gente recebe muito demanda para falas em eventos e o próprio Plano de Cultura, ele é muito.... já tem aí uma boa difusão aí, já tem uma vida própria já. Circulando por já foi objeto de estudo de vários estudos de pesquisa.

Eu penso que o próximo passo, para além da reformulação do Plano de Cultura, é a gente começar a verticalizar mais essas áreas de atuação. Começar a aprofundar mais essas questões, começar a trazer um pouco mais a comunidade pra perto da gente. Ainda sinto que poderíamos ter mais a presença da comunidade externa, não só a comunidade acadêmica, porque já houve esse momento de conquista dessa comunidade acadêmica, como eu te falei. A gente começou ali, meio tímido e, hoje em dia, a gente tem a PROCULT presente aí em todos os cursos, em todas as instâncias da Universidade. A gente sempre tem um pezinho ali, algum projeto, uma participação, alguma atuação. Eu acho que pro futuro seria isso, elevar o nível das discussões, aumentar o aprofundamento em algumas áreas.

E uma coisa que a gente tem focado muito é a coisa da curricularização da cultura. Porque o governo tem falado nos últimos da curricularização da Extensão. E a gente tem pensado bastante....eu acredito que isso é a questão da inovação...a gente tem pensado muito nessa curricularização da Cultura, eu acho que esse seria um próximo passo. E que o futuro volte a ter investimento na Educação.

A gente tem alguns projetos de circulação que é muito bom, que a gente acaba atuando aqui nas cidades circunvizinhas. Queria muito ter estofo, ter recurso pra poder levar isso a cabo.

## ENTREVISTA 4

**Pq – Pesquisador**

**En4 – Entrevistado n° 4**

**Pq** – Você teve envolvido com o processo de criação da Pró-Reitoria de Cultura ou começou a atuar depois de implantada?

**En4** – Eu participei dos GT's iniciais, assim, na época da criação da UFCA, que foi a partir do desmembramento da UFC. Eu participei do GT de Universidade, não participei diretamente do GT de Cultura, que tava pensando isso, então, o debate mais interno sobre a proposição da Pró-Reitoria de Cultura, eu não participei. Mas, assim que houve a implementação da Pró-Reitoria, eu fui chamado pra assumir o cargo de técnico...

**Pq** – Apesar de não estar envolvido diretamente com a criação...o processo de criação e o GT que realmente capitaneou o processo. Você tem alguma ideia de como é que surgiu essa concepção de criação de uma Pró-Reitoria de Cultura, tem alguma memória disso?

**En4** – Eu tenho o acúmulo, porque eu cheguei depois, de alguma coisa que eu acompanhei da época. Como eu disse, eu não estava especificamente no GT de Cultura, eu tava em outro GT. E aí, uma das questões que foi levantada, isso no próprio discurso de implementação da Universidade, era a preocupação com uma universidade socialmente inserida, né, comprometida com o território. Como princípio básico, o desenvolvimento regional sustentável. E aí, não dava pra pensar o desenvolvimento regional sem pensar a Cultura local. Acho que você talvez não tenha tido a oportunidade de conhecer, mas há uma confluência de expressões culturais muito ricas aqui na região. E a gente vive isso cotidianamente, seja das experiências da tradição religiosa, seja de outras matrizes, né, a matriz africana, por exemplo. E aí, nesse momento, o conjunto...o coletivo que tava discutindo não via sentido em pensar uma universidade aqui, sem ter isso como elemento norteador. E pensando também a cultura como elemento transversal que perpassa a formação humana de uma forma muito transversal, junto e para além das 3 dimensões básicas, né, que era ensino, extensão e pesquisa.

**Pq** – E quanto à participação...é claro, docentes participaram desse processo..., mas, você tem memória de participação estudantil, da comunidade externa. Além disso, quais os cursos mais comprometidos com a criação de uma Pró-Reitoria de Cultura?

**En4** - Os GT's, em geral, eram compostos por técnicos, docentes e estudantes. Houve uma participação das três categorias da Universidade. A participação estudantil não foi tão expressiva assim, mas os trabalhadores da universidade, a grande maioria da época estava

engajada. No de Cultura, eu lembro muito claramente os cursos de Jornalismo e Filosofia, o engajamento desses dois cursos. Obviamente, a gente via a participação de outros cursos, assim. O curso de Música, na época, a gente tinha o curso de Design, era tecnológico, tinha a participação de algumas pessoas também. Mas, assim, muito claramente, pra mim, eu lembro do coletivo de Jornalismo e da Filosofia, e Música né.

**Pq** – Como foi a recepção por parte da comunidade? Teve tensão, ou a galera aceitou e falou: “não, bacana ter”.

**En4** – [...] Cara, a gente teve um grande apoio dos estudantes. O engajamento dos estudantes foi importante, principalmente nos primeiros anos, assim. Mas, sempre foi muito questionada. Existe um setor da Universidade, de docentes da Universidade, que talvez até hoje não aceitem muito bem. Hoje, tá consolidado, dificilmente alguém proporia a extinção, mas em dois mil e.....não sei se em 2015 ou 2016, desculpe, não sei se em 2014 ou 2016, quando da discussão pra elaboração do Estatuto e do Regimento da Universidade, houve um movimento de extinção da Pró-Reitoria de Cultura. O argumento principal era que o recurso era pouco e tava...tinha que mobilizar tantas políticas. Mas, além desse posicionamento burocrático, aquele mais... retrógrado, digamos assim, de que a Cultura não precisaria de um financiamento. A Cultura seria algo substituível, poderia ser implementada por outras políticas, não uma Pró-Reitoria de Cultura. E aí, a gente fez um esforço de tentar trazer pra Pró-Reitoria de Cultura algo que a gente não visualizava na maioria das experiências que a gente conhecia, e aí eu não tô falando nem de Pró-Reitoria, tá? Tô falando das...

**Pq** – estruturas administrativas, em geral...

**En4** – Isso. Que, em sua grande maioria, não são todas, estão respaldadas numa política pra artes, numa produção pra artes, seja para fruição, para formação, mas com foco nas artes. Então, a gente tentou trazer de uma forma mais alargada e tal, trazendo, inclusive, um conceito mais antropológico de Cultura, né, então é isso que transversaliza tudo da formação humana. Então, a gente traz pra Pró-Reitoria de Cultura política de esporte, entendo esporte na dimensão da cultura do movimento. E as políticas para a diversidade cultural, e isso inclui políticas pra direitos humanos. Para tentar, não só ser aquela Pró-Reitoria que as pessoas diziam que era Pró-Reitoria pro entretenimento, mas ser uma Pró-Reitoria que pautasse questões que são cotidianas pra gente. Então, o esporte e a diversidade cultural, incluindo nisso a preocupação com a região e a preocupação com os direitos humanos.

**Pq** – Você percebe que houve um fortalecimento da área cultural na Universidade, ou seja, a Pró-Reitoria ajudou nesse fortalecimento.... Em termos de programas, de projetos, de

ações, de parcerias, em termo gerais, você acha que a Pró-Reitoria deu conta do que ela se propôs lá no começo quando da propositura?

**En4** - Sim e não. Primeiro, eu acho que ela conseguiu consolidar a política. E aí, eu acho que tem dois momentos distintos pra isso: um é de garantir uma agenda mesmo, uma agenda que ocupava, não só a universidade, e aí, pensando a universidade: sala de aula, pátio, mas ocupando a região e pensando política pra região. Nos primeiros anos, a gente conseguiu organizar fóruns com os secretários de cultura da região, a gente tinha uma articulação muito boa com a secretaria de cultura do estado, a gente conseguiu fazer alguns encontros com secretários, a gente fez uma formação para gestão de políticas culturais, em foco ao Sistema de Cultura. Então, a gente tinha uma agenda com foco nas artes, uma agenda com foco na política, uma agenda com foco nas práticas esportivas. Isso ajudou a consolidar e organizar aquilo que aparentemente é dispe....aquilo que aparentemente não existe nas universidades, está disperso. Acho que o segundo momento foi a implementação do Plano de Cultura. Foi, a partir de 2018... foi publicado em 2019 o Plano de Cultura que, aí, eu acho que ele norteia, de fato, a política. Ele, como um documento institucional, ele orienta a universidade pra onde caminhar em relação às políticas culturais. Então, ele dá uma outra substância à Pró-Reitoria. Isso fortalece. Provavelmente, umas das primeiras experiências de Plano de Cultura pra Universidade. Eu vou citar um terceiro momento, porque aí eu já tô pensando de uma forma para além dessa universidade que, diferente das outras Pró-Reitorias, diferente das outras políticas para universidades, a política pra cultura ela é muito recente. As experiências de políticas culturais nas universidades são muito recentes. A gente vai ter algumas coisas assim lá no governo Collor ainda, que se extinguiu rapidamente também. Tinha um foco nas artes. A gente vai ter uma outra política dois anos depois ali, depois da extinção....não vou lembrar o nome, mas posso te passar depois....isso tá num livro da Izaura Botelho..a Izaura Botelho que detalha esse histórico. Então, quando eu tô falando de políticas culturais pra Universidades eu tô falando do governo Collor pra cá, assim, basicamente, né. Diferente da pesquisa, diferente do ensino e diferente da extensão, que têm um histórico de caminhada muito longo. Então, tem um terceiro momento que eu acho que é importante, que é o da articulação para pensar a política para a universidade. Políticas culturais para a universidade. Aí, em 2014, a gente vai ter a partir, não sei se você vai se lembrar do Mais Cultura para as Universidades. O Mais Cultura para as Universidades nasceu dessa articulação. O coletivo de, principalmente, pesquisadores e trabalhadores da cultura, né, produtores culturais, principalmente, em articulação com o MinC, conseguiram implementar uma política que era o Mais Cultura para as Universidades. E, infelizmente, depois não conseguiu ser executada.

[...]E aí, eu acho que essa articulação é importante porque ela faz germinar uma outra forma de pensar a questão, né. Porque executar política de cultura na universidade, ela extrapola um pouco os limites burocráticos mesmo. A gente tem uma série de limites pra recursos na universidade, e a gente esbarra muito nisso quando a gente está falando de política pra cultura. Mas essa articulação foi bacana. Dessa articulação surgiu o Mais Cultura, que não foi executado, o EBPC – Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura. Inclusive, a gente sediou o terceiro, aqui em 2015. E isso também inspirou que as Universidades começassem a se organizar. A gente vai ter o nascimento do FOCART, que é o Fórum de Gestão da Cultura das Universidades do Ceará, a gente vai ter o FORCULT. Isso eu acho que é um terceiro momento bacana. E a gente teve muito presente nesses momentos, tanto na criação do FORCULT Nordeste, do FORCULT Nacional quanto no FOCART do Ceará. Como eu tinha falado, os outros braços da Universidades, elas têm um histórico muito grande, a instituição tem pelo menos 50 anos, 60 anos de formulação e política. Existe um fórum consolidado, existe um GT pra isso, pra pensar isso. E agora que a gente tá caminhando nesse sentido. E aí, dentro dessa articulação, pensar...se pensa, né, formas de financiamento, a própria condição do trabalhador em cultura nas universidades, essa agência, formas de organização e articulação....de novo, a gente esbarra nos limites burocráticos pra executar recurso pra Cultura. Então, a gente acaba construindo saídas pra isso. Existe um GT específico pra pensar parcerias pra Política, né, no FORCULT.

Aí tem uma coisa que eu acho bacana...e por que que eu falo que é disperso e invisível. Eu tenho certeza que toda universidade tem uma articulação, ainda que seja uma universidade com foco nas engenharias ou na medicina, deve ter alguma experiência. Essas experiências elas estão dispersas e a Pró-Reitoria de Cultura ajudou a evidenciar essas ações que aconteciam ali de forma isolada. Isso trouxe pra gente uma evidência da capilaridade de ações que são desenvolvidas. O curso de Medicina é um dos cursos que mais ações tem hoje. Já tivemos várias experiências de projetos das engenharias. Então, assim, não são só os cursos de artes, ou aquelas que dialogam mais próximos com as artes ou com a cultura de uma forma mais genérica, os cursos de humanas que propõem ações de Cultura. A gente tem uma diversidade muito grande aqui de ações. Às vezes, nem os próprios proponentes conseguem enxergar isso. Existe uma dispersão e, eu acho que a Pró-Reitoria de Cultura tornou isso evidente; deu evidência e fortaleceu essas ações.

**Pq** – Falando um pouco de recursos financeiros, como é que você acompanha isso em relação a contingenciamentos, cortes, pelo menos em relação ao período em que você estava lá mais

envolvido? Vocês conseguiram fazer frente às despesas, conseguiram dar conta dos programas e projetos?

**En4** - Uma coisa que foi estabelecida desde o início. Aqui na Universidade a gente lida com as 4 Pró-Reitorias de forma muito linear. As Pró-Reitorias fins: extensão, pesquisa, ensino e cultura. Elas estão muito alinhadas do ponto de vista da hierarquia da instituição. Isso quer dizer também que o recurso é compartilhado com as 4; e o recurso da bolsa é compartilhado com as 4. Então, a gente tem, desde o início, a gente tem 120 bolsas e até o início dos cortes, que antecede até um pouco o governo Dilma, a gente tinha recursos que podia gastar com passagem e diária.

No último contingenciamento a gente teve que cortar bolsa, que não é perceptível, porque em vez de cortar o número de bolsas, a gente reduziu o tempo de execução: antes eram dez meses e passou a ser nove, e agora são oito. Então, a gente conseguiu nessa redução de tempo aumentar o número de bolsas, mas ainda assim os recursos diminuíram. Em alguns momentos a gente teve recurso para compra de equipamento, tanto equipamento de áudio e vídeo, som, esportivo; em dois momentos a gente teve recurso para executar apoio a projeto. Um primeiro pra fomentar a realização de eventos, participação em eventos ou visita técnica; e no segundo momento, auxílio-pesquisador, que é um recurso pra fortalecer os projetos e fazer com que eles publiquem os resultados das suas pesquisas.

**Pq** – Em relação à participação da comunidade, vocês avançaram nisso? Essa interlocução com a sociedade, tanto interna quanto com o entorno.

A universidade é de 2013, o Estatuto é de 2018...e o Regimento depois, né.

Antes, cada Pró-Reitoria fim, tinha uma Câmara exclusiva. A gente tinha uma Câmara de Cultura. No organograma da Pró-Reitoria seria a Câmara de Cultura, o Fórum Aberto de Cultura, Pró-Reitor e restante, né. A Câmara de Cultura era esse espaço onde as políticas eram definidas. Tinha participação de técnicos, docentes, estudantes e comunidade externa. O Fórum Aberto ele tem uma agenda específica, a Câmara tinha uma agenda específica, tinha um regulamento, tinha seus objetivos bem definidos. O Fórum Aberto, não. Como o próprio nome diz a ideia é que ele seja mais livre e surja a partir da demanda. Assim, não é que ele seja voluntário das vontades, mas que as demandas conjunturais encaminhe, ou direcione para onde o Fórum vai. O Fórum também é um espaço onde a gente pode discutir de forma mais ampla com a comunidade acadêmica as políticas. O que acontece é que nos últimos anos a gente não teve Fórum...teve o Fórum com objetivos muito específicos. No início, a gente teve Fórum pra discutir questões políticas nacionais, a construção do projeto Mais Cultura foi realizada no Fórum. A gente pautava questões mais conjunturais num primeiro

momento. No segundo momento, a gente passou a discutir questões mais direcionadas. Apresentação de um edital, ou a apresentação e formulação das disciplinas livres. A Câmara de Cultura, depois da reformulação administrativa ela foi extinta. O que a gente tem hoje é uma Câmara Acadêmica. A gente tem CONSUNI, a Câmara Acadêmica, o Conselho de Curadores e a Câmara Administrativa.

**Pq** – Essa Câmara Acadêmica congrega os 4 pés universitários, né?

**En4** – É. E aí a Câmara Acadêmica, posso estar enganado, mas ela excluiu a participação da comunidade externa. Então, se a Câmara ela tinha um objetivo de discutir a política de uma forma mais cotidiana, ela foi tomada por questões da burocracia. Além das questões burocráticas, ela foi engolida pela pauta do ensino. Se você for olhar as atas, a maioria das reuniões é pra discutir problemas relacionados ao ensino.

**Pq** – Qual a sua avaliação geral sobre a Pró-Reitoria?....

**En4** – Eu acho que, em algumas áreas, a gente conseguiu avançar de alguma forma mais satisfatória. As questões de diversidade, principalmente as ligadas a Direitos Humanos, elas avançaram bastante; esporte, prática esportiva, que mudou depois, né, Corpo e Cultura do Movimento. Ainda tem uma forte pegada da prática esportiva, acho que essas avançaram bastante. Tem uma em específico que eu acho que ela caminha muito lentamente, mas caminha com pés firmes, que é da curricularização da Cultura. Eu acho que a gente precisaria avançar mais nisso, mas eu acho que ela ....os poucos passos que ela dá são passos firmes. Um exemplo disso é a política de disciplinas livres. A gente da PROCULT consegue ofertar disciplina. E aí, são sempre disciplinas com temas transversais, disciplinas de direitos humanos, por exemplo, História, Cultura e Educação Africana; Tópicos Especiais em Cidade, pra pensar a cidade num contexto mais amplo, do planejamento, das artes e da memória. Essa ela anda devagar, mas tá consolidada. Acho que precisa procurar estratégias pra fortalecer. Eu acho que ainda falta dialogar mais com a região. Como eu te falei, a gente aqui é uma região que é rica em experiências da tradição. Eu acho que a gente precisaria avançar. Ano passado (2021), com o recurso do auxílio-pesquisador, foi possível ofertar algumas disciplinas com mestres da Cultura, por exemplo. A exemplo do Encontro de Saberes da UnB. Mas eu acho que a gente precisaria avançar nisso. Eu acho que hoje existe um limite para as coisas acontecerem. E não é um limite orçamentário não, eu acho que é um limite da burocracia. Então, eu acho que a gente precisaria encontrar outras estratégias para a captação de recursos, por exemplo. Eu insisto nisso porque parece que quando a gente fala para os outros, é fácil a gente encontrar recursos pra pesquisa, existem as fundações que fomentam a pesquisa e a gente sabe como esse recurso pode ser executado. A estrutura da

Universidade já comporta isso. Mas quando a gente fala para ações de cultura, nem sempre. Nem sempre a gente consegue fazer um edital pra licitar palco, por exemplo; ou pagar cachê de artista. Ou trabalho do trabalhador da cultura. Existe alguns limites pra isso. E aí, pensar ações de Cultura, restringindo as....pra Universidade, eu acho que não faz muito sentido, Eu acho que tem que sair....circular, tem que ocupar a cidade e fazer com que a cidade ocupe a gente. E aí, os limites nos impedem muito. Então, eu acho que tem que pensar a política de captação de recurso...hoje.

## ENTREVISTA 5

**Pq – Pesquisador**

**En5 – Entrevistado n° 5**

**Pq** – O senhor teve envolvido com o processo de criação da PROCULT?

**En5** – Sim, tanto o processo de criação da Universidade, como o processo de criação da Pró-Reitoria de Cultura, que nasceu com a Universidade em 2013, quando ela foi fundada.

**Pq** – Como foi que surgiu a ideia de criação da Pró-Reitoria?

**En5** – É o seguinte: quando a gente recebeu a notícia de que nós iríamos nos tornar universidade, foi uma surpresa pra todo mundo. A gente recebeu essa notícia, salvo engano, por volta de 2011, ainda no governo Dilma e a gente soube pelos jornais, pelos *outdoors*, que a Universidade Federal do Ceará, *campus* Cariri, que era uma unidade avançada da UFC, ia se tornar uma universidade. E aí, isso pegou a comunidade de surpresa. E aí, num primeiro momento, aquela reação de que: “como assim, vamos mudar sem dialogarem com a gente”. Mas, rapidamente, a comunidade percebeu que era a melhor coisa, o *campus* se tornar universidade, porque ia ter autonomia, ter um orçamento pronto e tal. E aí, a gente logo começou a montar os Grupos de Trabalho. A gente fez uma pressão política muito forte, no sentido de dizer que a gente queria estar na dianteira do processo, que a comunidade que ia construir a universidade e tal. E aí, nós construímos uns grupos de trabalho, na época os grupos temáticos pra pensar a universidade, pra já ir estruturando a universidade. Nessa época, eu coordenei um desses grupos de trabalho, que era o grupo sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade. E surgiu já a ideia, daí, de construir a universidade a partir, obviamente, de Pró-Reitorias. Teria que ter essas pró-reitorias e nós tínhamos uma liberdade para construir essas pró-reitorias. Então, a gente pensou em alguns desenhos, a gente estudou algumas universidades pra ver o desenho dessas universidades e tal, mas, logo, um coletivo aqui do Cariri, o coletivo da Música...eu, inclusive, dei aula na Música por muito tempo, também fiz parte desse colegiado da Música durante um tempo. E outros colegas da Comunicação, pensamos: por que é que a gente não monta uma pró-reitoria de cultura. E aí, pensa a universidade para além do tripé: ensino, pesquisa e extensão, colocando a Cultura como mais uma finalidade da Universidade? E aí que a gente forjou aquele termo “quadripé”, inclusive colocou nos textos institucionais que a nossa universidade era assentada num quadripé. Eu lembro, inclusive, em reuniões que a gente tinha no MEC, que as pessoas, inclusive, diziam assim: “pô, interessante, vocês têm um quadripé, né?” E a gente fez vários debates internos, a PROCULT foi uma pró-reitoria que

teve que se justificar, foi uma pró-reitoria que, diferente das outras, a gente fez defesa pública, fez seminários, fez fóruns pra justificar o porquê de uma Pró-Reitoria de Cultura, porque normalmente o pessoal queria colocar na Extensão e tal. Aquilo que é clássico porque, no Brasil, a história da recepção da Cultura na Universidade ela é sempre via Extensão. E a gente enfrentou esse debate aqui, mas batemos o pé de que queríamos uma pró-reitoria específica de Cultura. E aí, eu lembro de um debate que nós fizemos aqui no *campus*, se seria uma pró-reitoria de cultura ou de cultura e arte. E aí, imperou a noção geral de Cultura, a noção mais universal de Cultura. Essa Cultura que compreenderia não só as artes, como outras manifestações, como a religião, como a cultura popular, como o folclore. E aí, a gente ganhou esse debate de que tínhamos....essa foi, inclusive, tomada por muito tempo como a grande inovação da UFCA. A UFCA nasce com uma Pró-Reitoria de Cultura que era uma instância pouco consolidada. Na época, só tinha a Federal de Juiz de Fora que tinha um desenho diferente. Mas isso foi tomado como uma...e até anunciado para o público como a grande inovação da UFCA. E aí, a gente foi pra esse debate público. Tinha aí do grupo que tava à frente desse projeto de criação da Universidade pouca resistência em relação a isso, eu acho que politicamente nós éramos fortes. E a gente bancou e a universidade nasceu já com esse desenho. E aí, acabou rolando, acabou dando certo, a gente já tinha uma estrutura mínima. As Pró-Reitorias começaram com uma estrutura mínima: com uma CD2, com duas CD3, com uma ou duas FG's, e a gente começou a montar uma pequena equipe ali pra ir começando a desenhar por dentro a Pró-Reitoria de Cultura. A gente conversou sobre as Coordenadorias na época, então a gente tinha uma Coordenadoria de Política Cultural, teve uma Coordenadoria também de Diversidade Cultural, tinha uma Coordenadoria nessa parte de Idiomas; Coordenadoria de Artes apareceu depois. E aí, enfim, tivemos a primeira equipe. Enfim, a universidade foi criada em junho, em 5 de junho de 2013, e a gente já nasceu com esse desenho. Já com a Pró-Reitoria de Cultura como sendo uma pró-reitoria fim da universidade. Mas, enfim, apesar das resistências, de um ou outro colega, a gente ganhou esse debate.

**Pq** – E qual era o argumento pra contestar a criação que era mais usado?

**En5** – O argumento mais usado, pelo menos assim, que eu tenho lembrança, era essa se a Cultura poderia ou não ficar na Extensão. Porque quando você vai definir a estrutura de Pró-Reitorias de uma universidade, você tem um limite. O limite é a quantidade de CD2. Então, nós tínhamos 8 CD's 2. E ficaria uma CD2 pro vice-reitor e as demais para as pró-reitorias. Então, você não pode criar...pelo menos pra manter uma simetria...não dá pra você criar 10 pró-reitorias, por exemplo, porque você não tem CD2 suficiente. Então, primeiro que o

número de pró-reitorias é pelo número de CD2. E aí, fica naquela coisa, as pessoas querendo propor outra coisa, outro tema. Aí fica uma disputa por espaço. Mas o argumento que a gente mais ouvia era esse: se não seria ideal fazer um arranjo com a Extensão. Por quê? Porque tinha uma compreensão da Cultura mais como um tema possível da Extensão. E aí, a gente fez todo um esforço de mostrar que tinha, eu diria, um propósito muito específico, de que a aposta era outra, de que, na verdade, aquilo que escapa ao ensino, à pesquisa e à extensão pode recair sobre a Cultura. A transversalidade que normalmente se fala na Universidade, a gente queria que essa transversalidade se desse dentro da PROCULT. Que fosse um lugar também onde a crítica institucional pudesse ser estabelecida formalmente. Um lugar de autocrítica onde a própria Universidade pudesse se criticar a partir da PROCULT. Os grandes temas entrassem pra universidade pela porta da PROCULT. E a coisa também de que...era um argumento a favor, né.... de que essa região, como ela tem uma assinatura cultural muito forte, a Procult fosse mais um aparelho público de fomento à cultura da região. Então, isso justificava uma Pró-Reitoria. Mas as resistências eram essas de que era o caso de queimar uma pró-reitoria...um CD2 com a Cultura. Mas, enfim, ganhamos esse debate.

**Pq** – Em quais grupos o senhor percebia mais resistência?

**En5** – No Centro de Tecnologia. Nos professores ligados às engenharias, enfim.

**Pq** – Após 9 anos de criação, o senhor acha que a pró-reitoria deu conta da missão que foi colocada, quando da propositura? De uma forma geral?

**En5** – Na minha avaliação a gente conseguiu uma coisa que é um ganho, que a gente conseguiu sobreviver. O Professor Salmite usava muito essa expressão, ele dizia que a Pró-Reitoria de Cultura era uma pró-reitoria sob suspeita. Por quê? Porque a gente tava sempre...quando ia pra um debate público, acontecia de sempre alguém questionar: “será se precisa mesmo de uma pró-reitoria de cultura?” então, acho que esse foi o grande ganho: a gente se consolidou. Algumas gestões passaram e a gente se consolidou, algumas cisões internas aconteceram, mas a pró-reitoria persistiu, certo? Então, acho que isso é um ganho. Eu acho que ela começou com uma energia e tinha um protagonismo interno que eu acho que se perdeu, certo. Isso é uma avaliação minha e digo o porquê. A PROCULT nesses quase 3 anos que eu geri, uma coisa que a gente sempre escutava era, assim: o dinheiro vai todo pra Cultura, o recurso da universidade vai todo pra Cultura. Porque eu, particularmente, tinha uma posição de que a gente não poderia ter um lugar desprivilegiado, ou seja, que a gente não poderia manter nunca uma assimetria em relação às outras pró-reitorias. Então, eu lembro a gente definiu 120 bolsas na época pra PROCULT, 120 bolsas pra Extensão, mais ou menos o mesmo número pra PROGRAD, que era a Pró-Reitoria de Ensino, na época. E

uma quantidade menor pra pró-reitoria de pesquisa. Sempre pedia muito recurso de passagem e diária. Então, na hora de dividir o orçamento, a Cultura é finalidade também, tá junto com ensino, pesquisa e extensão, então a relação tem que ser simétrica. Então, isso nos possibilitou ter dentro da universidade um espaço orçamentário muito significativo e a gente foi muito bem sucedido nas parcerias. A gente fez parcerias muito consolidadas, muito consistentes com o Centro Cultural Banco do Nordeste, com o SESC Ceará. Então, a gente conseguiu promover muitas coisas, muitos eventos, por exemplo, o EBPC, que é um evento de encontro de pesquisadores de Cultura, que tinha ocorrido uma primeira edição em São Paulo, depois ocorreu uma outra na Federal Fluminense, lá no Rio de Janeiro, e aí, a 3ª edição a gente fez aqui no Crato. Foi um megaevento, um evento enorme, quase todo mundo do Brasil aqui do campo da Cultura e tal. E a 4ª edição, a gente fez em Manaus. Então, um evento como esse, por exemplo, a gente gastou muito recurso, quase todo com recurso da Universidade. Então, eu acho que nós tínhamos posições públicas muito mais frequentes, quando entrava num grande dilema nacional a gente ia lá e se posicionava, lançava nota e tal. E aí, eu acho que depois com o tempo isso se perdeu, a PROCULT ficou muito ensimesmada, acho que ficou muito voltada pra si, ficou fazendo gestão de bolsa. Mas, enfim, tem alguns avanços, tem alguns projetos interessantes que surgiram depois. Mas, eu acho que ela não tem mais dentro da própria Universidade aquele espaço e aquela presença que ela tinha. A gente tinha uma dinâmica de comunicação também, tudo que a gente fazia, semanalmente, a gente tava comunicando à universidade o que é que tava fazendo. Tinha uma programação semanal de tudo aquilo que a gente promovia e isso se perdeu. Mas, enfim, eu acho que tem momentos de altos e baixos, mas eu acho que hoje a PROCULT, ela consegue cumprir a sua função primeira, mas eu acho que agora de uma maneira um pouco mais burocrática.

**Pq** – Como é que você percebe, pelo menos no período em que você esteve à frente, a questão de recursos financeiros.

**En5** – Teve muito contingenciamento...2013 a 2016....A gente sempre vivenciou um período de contingenciamento. Governo Dilma, em 2014, fez um corte de 50% do investimento, por exemplo. O nosso orçamento ainda era atrelado ao orçamento da UFC. Então, o orçamento caía lá na UFC e a UFC repassava pra gente. Era uma unidade administrativa, ficava no sistema da UFC e a gente ficava sempre muito nessa dependência da UFC.

Recurso sempre foi um problema. Mas, mesmo assim, a gente conseguiu algum recurso pra universidade, recurso razoável pra tocar as nossas ações e uma grande saída pra gente, que eu implementei muito na minha gestão, era a política de parceria. Então, por exemplo, eu

sempre dizia aos parceiros: “vamos fazer a ação juntos e a gente banca aquilo que é fácil a gente bancar e vocês bancam aquilo que é fácil vocês bancarem”. Por exemplo, pra gente fazer um festival ou trazer um grande artista, enfim, fazer um evento de rua que exigia passagem e diária, som e palco, a PROCULT sempre ficava com passagem e diária, porque era fácil pra gente executar. O BNB bancava, às vezes, o palco, os cachês; cachê é uma coisa muito difícil pra universidade pagar, ainda hoje é difícil pagar...licitação, então isso sempre foi difícil pra gente. E aí, os parceiros sempre bancavam os cachês, a estrutura de som que a gente não tinha, a gente até comprou um som uma época, a gente comprou um som, inclusive, pra entrar nessas parcerias também com o som, não só com passagem e diária. E outros parceiros pagavam cachês e tal. Então, esse regime de parceria...os dois grandes parceiros nossos aqui foram o SESC Ceará e o Centro Cultural Banco do Nordeste. A gente conseguia fazer quase tudo que a gente queria fazer nesse regime de parceria e partilhando. Então, eu sempre digo que o recurso de passagem e diária que a gente tinha, ele meio que triplicava quando sendo uma parceria. Então, eu dizia: “me dê R\$ 50 mil em passagem e diária que a gente transforma isso aí em R\$ 150 mil”. Porque aí, na hora que você vai fazer as parcerias, você divide os custos. Se fosse pra gente fazer sozinho seria impossível e se fosse para as outras instituições fazerem sozinhas também seria bastante difícil. Elas tinham dificuldade enorme de trazer gente de fora, exatamente porque não tinha muito essa rubrica de passagem e diária que a gente tinha bastante. Então, essa política de parceria viabilizou. A gente tinha uma relação também com o MinC, uma boa relação com o MinC. Então, tinha recurso direto do MinC, tinha o orçamento da universidade, tinham as parcerias. Então, isso foi o que tornou possível que nesses 3 anos a gente conseguisse movimentar bastante a universidade e a região.

**Pq** – No que é que a PROCULT empenhava mais na sua época? Qual é a ação que demandava mais empenho financeiro?

**En5** -Bolsa, né...a gente tinha um orçamento de mais ou menos meio milhão. Boa parte desse orçamento era bolsa. A gente tinha o pessoal técnico, que trabalhava com a gente, os servidores da própria PROCULT, enfim, que isso aí tá na folha de pagamento da universidade. Passagem e diária. Então, bolsa e passagem e diária era praticamente todo o orçamento da PROCULT. E a gente tinha demanda de equipamento, né, então a gente demandava equipamento, comprava equipamento de som, comprava alguns materiais de consumo. A gente também ficou responsável pela parte dos esportes, a gente também fez um debate interno, se os esportes ficavam ou não na PROCULT. Eu defendi que a gente tinha que assumir essa pauta também. E a gente fez algumas ações também. Hoje tá bem mais

amadurecido essa parte do esporte, a PROCULT avançou bastante com a chegada de alguns servidores, que é uma coisa que na nossa época era mais tímida, era mais amadora. Mas, boa parte do nosso orçamento era isso: era bolsa, passagem e diária e equipamento que a gente demandava da universidade e material de consumo que a gente demandava da universidade.

**Pq** – Falando sobre o corpo funcional, pelo menos na sua época, tinha muito profissional alocado da área da cultura ou, em geral, vocês tinham técnicos administrativos de funções gerais que vocês traziam pra Pró-Reitoria ou tinha cargos específicos, tipo: produtor cultural, assistente de direção, músico....

**En5** – Isso tudo veio depois. A gente começou com o que tinha. A gente foi brigando por novas funções, como funções de produtor cultural, acho que tem um *designer* também hoje, tem um educador físico. Então, tudo isso veio depois. O primeiro arranjo era a partir do que a gente tinha. Então, eram professores ligados a algum tema da Cultura, que ocuparam as funções de coordenação, né, as coordenações. Tinham CD's, né, eram CD's 4. E aí, depois que a gente foi conseguindo fazer concurso pra algumas áreas. Eu até participei da primeira banca de produtor cultural, foi um edital de 2015, eu acho que o concurso foi em 2016, salvo engano.

**Pq** – Na sua época, em relação à participação da comunidade interna, externa, o que é que tinha de espaço formal e informal de participação da comunidade na deliberação, proposição, avaliação das ações da Pró-Reitoria?

**En5** – A gente desenhou a Pró-Reitoria de Cultura com uma Câmara. Então, tinha a Câmara de Cultura, que era exatamente uma instância que serviria ali pra ser uma instância meio consultiva, que tinha, inclusive, membros da sociedade externa também. Então, toda política de cultura da universidade surgia ali de dentro da Pró-Reitoria de Cultura, mas a gente procurava validar dentro desse Comitê, que a gente chamava de Câmara. Funcionou durante uma época e a gente também tinha instituído o Fórum de Cultura, que era uma ação regular, que a gente tinha basicamente por semestre, pra que a gente pudesse prestar contas daquilo que a gente tava fazendo, de fazer correções de rumo, ouvir as pessoas, então era um espaço aberto, instituído, então, quem tinha projeto participava, a comunidade externa participava.

**Pq** – Tinha uma periodicidade essa reunião?

**En5** – Tinha uma periodicidade, a gente fazia normalmente por semestre. Normalmente, a gente fazia semestralmente os Fóruns de Cultura. Acho que ultimamente tá um pouco minguado, assim, eu acho que os Fóruns não tão rolando bem. Tinha fóruns que tinha mais gente, tinha fóruns que tinha menos gente, mas a gente sempre teve um hábito de fazer discussões públicas: em pátio, em fórum, pra dar esse caráter coletivo à gestão. A gente

sempre anunciava tudo que fazia, botava pra crítica tudo que a gente fazia, botava pra jogo, né. Bota aí e aí a gente escuta, vamos tensionar. Então, a gente nunca teve problema com tensionamento. A gente queria, na verdade, criar tensionamentos. Criar tensionamentos, inclusive, dentro da universidade. E a gente sempre entendeu que a contradição e o tensionamento sempre empurrava a universidade para frente. Então, a gente tinha posturas muito incisivas, às vezes, politicamente falando. Tanto dentro da universidade, como com pautas nacionais também, né.

**Pq** – A última pergunta é uma pergunta que, na verdade, de forma difusa ela já é respondida ao longo da entrevista. Qual a avaliação geral sobre a Pró-Reitoria?

**En5** – Quando a gente pensou a Pró-Reitoria de Cultura, nós trabalhamos também com eixos temáticos. Então, a gente queria que, exatamente pra responder à crítica em relação a qual seria o escopo, então a gente pensou: “vamos pensar em eixos temáticos”. Então, a gente desde o começo pensou em alguns eixos...vários eixos. O eixo de crítica social, por exemplo. O eixo de esportes, que hoje já tem uma coisa da cultura do corpo, já se aperfeiçoou bastante nesse ponto também. A parte de idiomas, né, política cultural. Então, a gente tinha todos esses eixos como norte do que a gente tava fazendo. Inclusive, pra demarcar qual seria o espaço da Pró-Reitoria de Cultura. Eu acho que alguns caminham melhor, outros não caminharam tão bem. Eu acho que o eixo de esporte amadureceu. Eu acho que a parte de crítica social fica a desejar. A cultura ela conseguiu compreender bem o ensino, a pesquisa e a extensão. Você tem projetos de pesquisa com bolsa de Cultura, você tem projetos de extensão com bolsa de cultura. A gente desde o começo conseguiu atrair docentes e estudantes de outros cursos: da Engenharia, da Medicina, por exemplo, que propunham projetos de cultura, eu acho que isso se mantém. Mas, às vezes, o que me preocupa é a timidez, eu acho que dava pra ser mais ousado. Isso é uma crítica que eu faço à gestão da universidade de uma forma geral. Acho pouco ousada, eu acho muito burocrático, eu acho que é uma gestão às vezes que se rende aos limites da burocracia mais imediata. Por exemplo, uma questão que a gente enfrentou, que nós bancamos: concurso pra produtor cultural. Você sabe que tem uma lei que determina que produtor cultural tem que ser formado em comunicação. E quando nós fizemos nosso primeiro concurso pra produtor cultural aí essa questão surgiu. E aí, a gente encara um dilema que é o seguinte: nós temos graduações em produção cultural no Brasil e os graduados em produção cultural não poderiam fazer o concurso pra produtor cultural, ou seja, isso é um absurdo na verdade. E aí, eu lembro que na época a gente fez o esforço, discutiu com o jurídico e a gente teve que bancar. Disse: “não, abre o concurso pra produtor cultural também”. E aí, a gente recebeu gente, inclusive,

quem não tinha nem graduação em comunicação e nem em produção cultural, mas só que os candidatos todos tiveram sorte porque todos que foram aprovados assumiram em outras universidades, então teve muito aproveitamento, todo mundo que tava aprovado foi aproveitado por outra universidade, inclusive, gente que não tinha graduação em comunicação ou em produção cultural.

A minha crítica, às vezes, é mais no atacado, sabe? No varejo, eu acho que tem coisas que se aperfeiçoaram, chegou muito mais servidor. Então, hoje você tem produtor cultural, você tem outros profissionais que podem fazer aquilo que a gente não fazia na época porque não tinha pessoal. Então, nesse sentido tem um avanço que você tem que reconhecer. A capacidade de suportar um determinado volume de trabalho é maior do que o que a gente tinha antes. Mas, eu acho que no atacado fica a crítica. Eu acho que a Pró-Reitoria poderia ser mais ousada, eu acho que a Pró-Reitoria poderia se projetar mais nacionalmente, que era uma coisa que a gente fazia. A gente, inclusive, ganhou um edital do Cultura nas Universidades. Na época, a gente ganhou, mas não recebeu o recurso. Então, isso mostra que, de alguma forma, a gente tava ali antenado, no contato direto com o Ministério. Mas também temos que reconhecer que, de lá pra cá, a coisa piorou muito. Golpe no governo Dilma, governo Temer, então, ficava muito difícil também pra PROCULT ter essa projeção nacional quando o próprio Ministério da Cultura foi extinto. Eu diria que, na época em que nós começamos, talvez nos primeiros 4 anos de PROCULT, o contexto nacional era melhor pra Cultura, era muito mais favorável. Você tinha um Ministro da Cultura como Juca Ferreira, a gente tinha um diálogo direto com o MinC. Os secretários do MinC vinham para os nossos eventos, o Juca, inclusive, veio pra cá pro Cariri a convite nosso também. Aí veio inclusive agora, participou de um evento nessa gestão atual, um evento virtual. Então, assim, a gente tinha um bom trânsito, um bom diálogo com esse pessoal. Então, assim, essa crítica não é diretamente à gestão da PROCULT, mas é o contexto que realmente piorou. Mas eu acho que a gente podia ter tido mais projeção no estado, querendo ou não, a gestão de cultura no estado é uma gestão avançada. Você sabe que a primeira secretaria de cultura do Brasil é do Ceará. O estado do Ceará tem essa tradição de uma certa vanguarda na institucionalização da Cultura. Eu acho que a gente poderia ter aumentado as nossas relações, ter tido, pelo menos, uma projeção mais estadual e isso acho que a gente não teve.

## ENTREVISTA 6

**Pq – Pesquisador**

**En6 – Entrevistado n° 6**

**Pq** – Gostaria que começasse falando um pouco sobre o senhor.

**En6** – [...] Fui membro da Câmara de Ensino da Universidade em momentos em que algumas propostas da PROCULT, que depois a gente pode detalhar melhor, entraram em choque com a concepção de universidade. Uma delas foi a criação de disciplinas livres em Cultura. No período da implantação da PROCULT, eu participei de um grupo de trabalho, que a universidade foi criada em 2013, foi criado grupos de trabalho pra pensar a implantação das primeiras pró-reitorias. Então, nesse primeiro momento é que eu tava nesse grupo de trabalho que...um dos grupos de trabalho que pensou as pró-reitorias da universidade e que surgiu a proposta da Pró-Reitoria de Cultura.

**Pq** – Como é que surgiu a ideia de criação da Pró-Reitoria de Cultura. Essa era uma ideia que existia ali no GT...que surgiu ou previamente vocês já tinham essa ideia de criação da Pró-Reitoria quando do desenho institucional da futura Federal do Cariri?

**En6** – Primeiro, é bom contextualizar a própria criação da Universidade Federal do Cariri. Ela era um *campus* avançado da Universidade Federal do Ceará e, pelo menos uma leitura minha, não houve uma participação da comunidade acadêmica do *campus* UFC Cariri na criação da UFCA. A UFCA, ela foi criada a partir da articulação do governo Dilma com deputados, com parlamentos, políticos da região. Mas, não houve esse movimento de criar a universidade de baixo pra cima. Mas eu acho que a comunidade abraçou a ideia de universidade depois que ela foi criada.

Agora, sendo bem claro com você: não houve também esse movimento de se criar a Pró-Reitoria de Cultura de baixo para cima. Eu acho que essa foi uma iniciativa de duas pessoas, eu poderia dizer: uma, do professor Ivânio, que bancou isso mesmo numa articulação com a então reitora da época, indicada como reitora que foi a professora Suely Chacon. Então, acho que foi uma iniciativa dos dois e, principalmente, do Ivânio. E aí, a partir dessa criação é que a gente foi se instrumentalizar pra compreender o lugar da Cultura na universidade, que novidade a gente tava criando. Na minha avaliação, a única novidade que a UFCA trouxe, em termos de gestão acadêmica, de estrutura institucional foi a criação da PROCULT. Se você olha para o resto da estrutura da universidade, ela é igual à maioria das universidades: Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Planejamento, de Administração, Assuntos Estudantis, né. A única novidade foi a Pró-Reitoria de Cultura.

Então, não surgiu de uma demanda da comunidade, como também não surgiu a Federal da Cariri, mas a partir do momento que ela foi implantada, a comunidade abraçou com força a ideia de ter uma Pró-Reitoria de Cultura. É bom que se diga que houve resistências, e talvez a gente possa detalhar algumas dessas resistências.

Eu acho que a maior parte da comunidade abraçou a ideia de ter uma Pró-Reitoria de Cultura, que era pra valorizar uma espécie de vocação regional, uma característica local de ter a Cultura como uma dimensão muito forte aqui na Região do Cariri, no sul do Ceará como um todo; também na região de Pernambuco que dialoga aqui. Se você for ver, temos uma festa muito grande em São José do Belmonte, a Festa da Pedra do Reino; virou até um romance do Ariano Suassuna.

Acho que a PROCULT ela veio pra valorizar o diálogo com o local. Agora, em termos de resistência, trazendo isso de memória, eu acho que vou tentar pontuar três grandes resistências que a PROCULT teve....no momento inicial, porque depois continuaram também.

A primeira coisa, vamos dizer o seguinte: quando você cria uma Pró-Reitoria de Graduação, ela já existe nas estruturas de várias universidades, ela não precisa justificar a sua existência, porque ela vai cuidar da matrícula, dos alunos, da distribuição das disciplinas pelos professores, então ela não precisa se justificar. A Pró-Reitoria de Administração também não vai precisar se justificar: ela existe pra administrar o patrimônio e tal. Então, houve questionamento, sim, sobre o que é a Pró-Reitoria de Cultura, de outras pessoas que não estavam engajadas nisso e faziam questionamentos técnicos pra mascarar, na verdade, uma discordância com a criação dessa pró-reitoria. Então, o primeiro questionamento era esse: o que é uma pró-reitoria de cultura? Pra que serve uma pró-reitoria de cultura? Porque deve existir uma pró-reitoria de cultura e o lugar da cultura não pode estar, por exemplo, dentro da extensão? Então, acho que a primeira coisa é essa, ou seja, a pró-reitoria de cultura teve que se justificar enquanto pró-reitoria. Então, acho que foi um momento de se dialogar com a comunidade de fora da universidade pra se pensar que a presença de uma pró-reitoria de cultura valoriza mais a cultura, dá um estatuto de peso à cultura, diferente de ela estar dentro da extensão.

A segunda foi...não bastava se criar essa pró-reitoria e se justificar, ela tinha que ter um *status* equiparado à pesquisa, ao ensino e à extensão. Então, em várias universidades, elas se dividem a partir de três eixos, segue uma Lei de Diretrizes e Bases, enfim, que é a pesquisa, o ensino e a extensão. Aqui, a defesa da PROCULT era que a Cultura compusesse a formação dos alunos como a extensão, como a pesquisa e como o ensino, tivesse esse mesmo patamar

de importância. E isso houve resistência de alguns cursos, que não são tradicionalmente ligados à área de cultura: medicina, agronomia, engenharia civil, engenharia de materiais, administração, porque têm uma concepção de que cultura é pra cursos como música, dança, comunicação e não pra cursos como engenharia, mas acho que foi um aporte, uma briga para que o aluno tenha essa dimensão na sua formação. Então, esse foi outro momento de resistência que acho que permanece. De alguma forma, não considero que isso foi absorvido por muitos dos professores dessas outras áreas. Talvez, tenha sido mais abraçado pelos alunos que viram a importância da cultura e de projetos de cultura em cursos que não são originalmente da área das humanidades, da linguística e artes. Equiparar a Cultura com essas outras dimensões não se deu também de uma forma pacífica, houve resistência de professores de Engenharia, Medicina, Administração, áreas consideradas técnicas.

E o terceiro que, talvez, eu destacaria ainda no momento de implantação, porque depois houve resistência ao longo do processo era como é que seria a natureza dessa pró-reitoria. Que aí é onde eu me encontro não do lado da pró-reitoria, mas contrário. Porque, por exemplo, a nomenclatura da pró-reitoria, se ela seria um pró-reitoria de cultura e artes, se a pró-reitoria absorveria ou não a área de esportes, que tradicionalmente ficam na área de extensão com alguma diretoria de esportes, pra cuidar das quadras, dos campos, e com algumas bolsas, enfim. Eu, por exemplo, era um defensor (e sigo, de certa forma, defendendo isso) de que tinha que ter o nome “artes” dentro da pró-reitoria. Porque a ideia é, “o guarda-chuva da cultura engloba as artes”, certo; aí é o mesmo problema do guarda-chuva da extensão englobar a Cultura. A gente acabou não avançando em projetos de equipamentos de arte dentro da universidade. Então, a gente não tem museu na universidade.

Eu defendi, dentro do GT, que fosse uma pró-reitoria de cultura e arte e eu defendi que o esporte não tivesse dentro da pró-reitoria, que o esporte ficasse com a extensão, porque eu acho que deveria ser uma pró-reitoria mais focada no campo das artes, da cultura e das artes. Então, acho que essa foi outra questão e acho que ainda continua esse conflito. A universidade ainda não tem espaços culturais dentro da universidade. Então, a gente tem um curso de Música, mas não tem uma sala de música, um conservatório, a gente não tem museu ou museus.

Acho que esse foi um dos problemas, não ter essa “bolsa-artista”, esse lugar de residência artística. Acho que ainda pode ter, mas nesse momento eu fui um voto vencido. Mas não fiquei só, acho que teve alguns colegas também que defendiam que a pró-reitoria tivesse o nome de pró-reitoria de cultura e artes e que equipamentos culturais e artísticos entrassem na estrutura física assim, porque a disputa por concepções de universidade ela não se dá só

nos planos teóricos e discursivos, ela também se dá nos espaços físicos, nos territórios, isso é muito evidente, que a gente tem várias universidades dentro de uma universidade, seja qual universidade for e era importante ter os equipamentos e a universidade não avançou nesse equipamentos.

Ao longo da vida da universidade a gente passou a ter conflitos. Então, esses foram os conflitos do início.

E aí, surgiram algumas propostas, ao longo desses anos, que foram conflitos em outros espaços de discussão da universidade. O principal, pra mim, foi a criação de disciplinas livres da Pró-Reitoria de Cultura. O que é que seria isso, conceitualmente? Primeiro, que é um contrassenso a ideia de disciplina livre. Mas é o que enquadra como, digamos assim, um componente curricular, talvez fosse melhor usar essa expressão: “componente curricular livre”. Que seria o quê? Seria o aluno, ele poder incorporar na sua carga horária de formação uma quantidade razoável de carga horária nesses componentes curriculares livre. Seriam disciplinas que não teriam vinculação com nenhum projeto pedagógico de curso, ou seja, ela não é voltada ao Jornalismo, à Engenharia ou à Medicina. Ela é um saber que está transversal a esses cursos. E poder ser incorporado...e a dinâmica da disciplina ela é também diferente. Ela não necessariamente vai ter um professor que dá nota e ela vai ter dinâmicas de experimentação pedagógica, artístico-pedagógica-cultura, vamos dizer assim.

É livre, mas ficaria a cargo da Pró-Reitoria de Cultura. Ela ofereceria essas disciplinas, assim, mas fica livre pro aluno fazer e incorporar nos seus currículos como disciplinas livres ou atividades complementares. E teve muitas resistências, por exemplo, na pró-reitoria de graduação, na estrutura institucional das universidades, a pró-reitoria de graduação às vezes tem uma câmara de graduação, um conselho de graduação, a de extensão também...cada uma delas tem um. Até que tem um superior que é o conselho de ensino, pesquisa e extensão. Na câmara de graduação, que na época era câmara de ensino, que a pró-reitoria chamava pró-reitoria de ensino, a proposta de disciplina livre foi reprovada pela universidade, ou seja, os membros do conselho votaram contra, e voto aberto, não foi voto secreto. E uma das pessoas que votou contra veio a ser depois pró-reitor de graduação, que foi o professor Plácido Andrade, que é um professor do curso de engenharia, ele é professor da área de matemática. Ele votou contra. As disciplinas acabaram sendo implantadas porque o conselho superior, o CEPE, aprovou. Então, é como se saísse um parecer da câmara de graduação para o CEPE, o parecer era negativo e o CEPE votou contra esse parecer. O voto da câmara de graduação foi para não implantar as disciplinas livres. Também houve outro momento que foi o reconhecimento dos mestres de saber. Então, por exemplo, hoje eu acho que a universidade,

ela tem dialogado melhor com nomes que não são originalmente do ambiente acadêmico, mas que têm um estatuto intelectual, muito mais interessante do que muitos acadêmicos. Então, por exemplo, vou dar só um exemplo, poderia dar vários. O Ailton Krenak, por exemplo, um nome importante do movimento indígena, ele fala pra universidade francesa, ele fala pra universidades britânicas e a universidade brasileira resistia a ouvir o Ailton Krenak como um intelectual. O próprio Davi Kopenawa que tem aquele livro lá “A Queda do Céu”, que é um livro maravilhoso, ele entra na universidade brasileira um pouco com o aval do Eduardo Viveiro de Castro.

Havia essa perspectiva de a universidade ter mestres da cultura. Seria a própria universidade pagar pra alguns nomes darem cursos, alguns desses mestres serem incorporados como professores e professoras darem curso e darem palestras e poderem participar da formação de uma universidade pública. Essa é uma concepção de universidade que é transversalizar esses saberes a partir de quem não é da universidade. E houve votos contrários à incorporação disso. Acho que nunca se implantou isso. Onde houve esses votos contrários? Nessa câmara de graduação. Então, esse é o segundo exemplo.

E eu acho que tem uma terceira que é silenciosa... que é essa de a universidade não ter equipamentos culturais, acho que isso é significativo. Eu acho que em algum momento se pensou em propor o fim da Pró-Reitoria. Isso foi numa reunião...alguém propôs isso formalmente. Isso foi rechaçado pela comunidade, não sei se alguém rememorou isso. Pra que ela voltasse a ser um lugar da Cultura dentro da Extensão. Mas, é isso, acho que a gente vive num momento de esvaziamento da Cultura e a PROCULT não conseguiu expandir os equipamentos culturais.

**Pq** – Eu queria uma avaliação geral sobre a pró-reitoria, no sentido de...os eixos de atuação, na sua avaliação, você acha que grande parte desses eixos foi contemplado a contento, em alguns há alguma lacuna?

**En6** – Eu acho que ela tem que existir numa dimensão de olhar crítico e espaço crítico da Cultura, isso eu acho que PROCULT ela falha e é fraca nisso. Eu acho que a Cultura que tem que estar dentro da universidade ela tem que ser diferente daquilo que a gente já vê fora da universidade. E eu me ressinto de a gente ter prática de cultura mais crítica aqui. Então, de alguma forma, apesar de a cultura... de eu defender a cultura, eu acho que tem que continuar a PROCULT, é uma militância diária, eu entendo o momento delicado. Eu acho que ela falhou em vários momentos em que a Cultura poderia ter se posicionado de forma crítica e ter dado, não só isso, mas ter dado espaço a uma prática cultural que fosse mais crítica à sociedade, mais diferente, mais alternativo.

Eu não vi, nesses 9 anos da PROCULT, salvo na época da gestão Ivânio e Ricardo Salmito, nesse momento eu acho que eu vi. Camila Jordan veio aqui e deu uma fala. Camila Jordan era uma das líderes do movimento de junho de 2013, tinha sido presa inclusive numa manifestação no Rio em que morreu um cinegrafista. A Cultura na universidade tem que ser um lugar de resistência, a PROCULT tem que ser um lugar de dar espaço ao que não tem no mercado, porque se eu for ver uma peça infantil, eu posso assistir no shopping. Eu queria ver uma peça infantil de outra ordem aqui; ou, então, outro tipo de peça aqui. A música afro, a música que trabalha outra linguagem, que trabalha outra experimentação, entendeu? Eu acho que a gente tem que ter... a literatura, o teatro que tenha um viés que não vai ter no shopping ou no teatro comercial, que não vai ter no BNB. Eu acho que a PROCULT poderia ter sido muito melhor do que foi. Eu acho que ela foi muito fraca, muito falha e muito ausente desse olhar e dessa prática de dar espaço a grupos mais alternativos: grupos de dança, grupos de teatro, bandas, apresentações culturais que, de alguma forma, tivessem um olhar mais crítico da sociedade. Então, eu faria esse balanço final. Acho que o tema da sustentabilidade poderia ser tratado numa pró-reitoria de administração e de planejamento. Eu quero que a gente se posicione politicamente e criticamente dentro da PROCULT também. Bom, acho que é isso!

## ENTREVISTA 7

**Pq – Pesquisador**

**En7 – Entrevistado n° 7**

**Pq – Ocupou algum cargo na Pró-Reitoria de Cultura?**

**En7 –** Eu estive lá em 2018, cuidando da institucionalização de algumas disciplinas. Então, assim, não era um cargo, especificamente, mas fiquei uns 7 meses e depois acabei me afastando pra desenvolver outras coisas. A ideia era que a gente conseguisse, a partir de um edital, lançado anualmente, que os professores da universidade pudessem propor disciplinas que tivessem uma relação com os objetivos e a proposta da pró-reitoria. E aí, esse edital era lançado, os professores apresentavam essas propostas e tal, pra que a pró-reitoria pudesse dar um suporte às propostas. E tivemos propostas interessantes.

**Pq – O senhor teve envolvido no processo de criação da Pró-Reitoria de Cultura?**

**En7 –** Estive até certo momento. Participei das reuniões aqui, quando se começou a ventilar sobre a possibilidade de criação da universidade. Foi uma das primeiras propostas assim que um grupo começou a pensar, foi a pró-reitoria de cultura. Entendendo que deveria ser um “pé” importante entre o que geralmente se pensa na universidade, esse tripé de ensino, pesquisa e extensão. Eu participei dessas reuniões. Eram reuniões que, a princípio, participavam, até onde me lembro, um grupo grande pra falar sobre a universidade como um todo e depois um grupo mais específico para tratar de questões, obviamente, mais específicas. Nós tivemos alguns seminários, palestras de pessoas que vinham de fora, de outras universidade com experiência, inclusive lá da UFBA, pra gente pensar um modelo pra UFCA. E a ideia da pró-reitoria de cultura surgiu aí, dessas discussões.

**Pq – Quem participou, majoritariamente, desse processo. Principalmente do processo de criação da Pró-Reitoria, que o senhor acompanhou...quem mais esteve intensamente envolvido em termos de curso e também de comunidade acadêmica?**

**En7 –** Eu me lembro de algumas pessoas, além de mim que tava lá. Eu me lembro do professor Eduardo Vivian, que você citou aí. Eu me lembro do professor Ivânio; Ivânio participou muito intensamente dessa construção. Outros professores daqui da unidade acadêmica, que na verdade a gente nem tinha uma unidade acadêmica ainda, né. Mas, assim, basicamente, eu me lembro de professor do curso de Música, do curso de Design, do curso de Filosofia e do curso de Jornalismo. Aí, talvez, a gente possa pensar no professor Salmito, Ricardo Salmito, no professor Celestino, na professora Adriana Botelho. Mas, assim, eram pessoas geralmente ligadas a esses cursos. Mesmo porque, a princípio, e aí, isso até durou

algum tempo, alguns professores de outros cursos e tal, principalmente da área de Exatas, eram contra a criação de uma pró-reitoria de Cultura.

**Pq** – É isso...uma coisa que eu ia perguntar. Como é que foi a recepção da comunidade em geral, tanto de professores, quanto de servidores e estudantes?

**En7** – É, foi uma batalha, foi uma batalha que a gente conseguiu, tentando demonstrar da necessidade. A princípio, as pessoas entendiam que o que uma pró-reitoria de cultura podia propor, já era desenvolvido na pró-reitoria de extensão, muito em função de atividades artísticas e eventos. Eles entendiam que a pró-reitoria de cultura seria um espaço de evento, de show, de espetáculo, e não era isso. A proposta da pró-reitoria não era essa e nem é essa. Então, a gente sofreu muito embate...sofreu, não, tivemos muito embate pra poder tentar demonstrar a importância dessa estrutura, de uma PROCULT e mesmo depois da criação, vez por outra, havia um questionamento. Hoje, eu entendo que está mais consolidado e creio que dificilmente se reverte...uma retirada e tal. Mas, assim, o início foi muito complicado. E você perguntou da parte de quem: grande parte, ou talvez...

**Pq** – Eu digo assim, em termos de grupos, quais grupos...

**En7** – docentes. Porque entendiam que a universidade se estruturava, ou se estrutura dentro dessa lógica: ensino, pesquisa e extensão. Tanto que, muitas vezes, ainda, a gente vê, às vezes, uma fala numa palestra, num evento, num auditório, alguém dá uma “rateada” assim, né e fala: “não, porque a universidade...ensino, pesquisa e extensão...ah, e cultura”. Aí, sempre é assim, né. E da parte de quem defende, muitas vezes a cultura já vem no primeiro momento. A pessoa vai citar e diz assim: “ porque aqui na UFCA a gente tem Cultura, a gente tem Pesquisa...”. A gente sempre vai nessa linha, de defender logo “de pronto”. A gente já percebe uma mudança considerável. Inclusive, muitos projetos de cursos ou de áreas em que achavam que a PROCULT não deveria ter sido criada. Projetos muito bacanas que têm sido desenvolvidos não durante um ano, dois, mas que tá aí já rolando.

**Pq** – E mesmo de cursos, assim, que não são diretamente ligados à Cultura?

**En7** – É, a gente tem projeto da Medicina, a gente tem projeto da Engenharia, a gente tem projeto de Química, a gente tem projeto da Agronomia. Então, acho que são bem assim, como você falou, diferentes ou distantes do que supostamente a gente entende do que seria um projeto de Cultura. Agora, obviamente, que tem muito mais de outras áreas. Tem muitos projetos do Design, da Música, do Jornalismo, da Administração Pública; mas, tem projetos da Biblioteconomia, tem projetos de outras áreas que supostamente não se vinculariam. Mas, eu acho que isso foi compreendido, sabe. Eu acho que, hoje, a comunidade, ela já tem um entendimento de qual é o papel. Mesmo porque, por conta da criação da universidade, nós

tivemos muitos momentos de discussão de um Plano Diretor, né, de um Plano Diretor Institucional, das metas, da visão da universidade e a Cultura ela sempre tá muito presente. Tem um histórico da região do Cariri, com essa coisa da cultura tradicional, de uma identidade do Nordeste, do Ceará e tudo, essa vinculação... que eu acho que isso ajudou muito, né, essa proposição de uma PROCULT. Mas, que não se resume a isso. A PROCULT hoje, ela abarca muitas dimensões das artes, então eu acho que hoje tá tem um entendimento. Inclusive, como eu falei, de outras pessoas que já têm, realmente, uma compreensão do que é uma pró-reitoria de Cultura.

**Pq** – O senhor acha que a PROCULT deu conta da missão de quando foi proposta? O senhor acha que, nesses 9 anos de criação da pró-reitoria, você acha que deu conta de implementar o que foi proposto lá no início? Teve um fortalecimento cultural da UFCA, comparativamente a quando era o *campus* avançado.

**En7** – Assim, a UFC, que era a universidade à qual nós pertencíamos, ela tem um histórico muito interessante na área da cultura e das artes, mas, ao mesmo tempo, é muito estranho. Porque existe um histórico de atividades culturais e artísticas na UFC, mas, a universidade não teve, ou não tinha, até certo tempo, cursos de artes. Não tinha curso de Música, não tinha curso de Dança, não tinha cursos de artes, nada, nada, nada. A criação dos cursos de artes mais vinculados à cultura, nesse sentido específico, é de 2005 pra cá. Houve a criação do curso de Música, depois com o REUNI, aí a criação do curso de Dança, do Teatro e depois os cursos em outros *campi* no interior. Por que é que eu tô te dando esse histórico? Porque quando nós viemos pra cá, nós do curso de Música, em 2010, nós chegamos aqui, com a criação do curso também de Design, que até aquele momento era um curso tecnológico, não era uma graduação, um bacharelado assim e tal. Então, as atividades culturais, artísticas e tal, eram muito pequenas. A gente tinha poucas coisas acontecendo aqui no *campus*, até por conta do início do *campus* e tal. E, esse histórico ele vem se desenvolvendo paralelamente, com o crescimento da universidade e com a criação da PROCULT. Então, até certo ponto, eu acho difícil mensurar se realmente houve um desenvolvimento, porque o que a gente tinha era muito pouco. A gente poderia pensar que a universidade, independentemente da PROCULT, poderia ter uma produção cultural e artística interessante. Mas, eu, a minha tendência é achar que não; é achar que realmente a PROCULT ela deu um *upgrade* considerável nisso. Porque, eu fico pensando no seguinte: até hoje, o único curso de arte da universidade continua sendo o curso de Música. Então, a gente não teve a criação de outros cursos nessa área. Embora, o Design tenha uma participação muito intensa nisso, a Filosofia, o Jornalismo, mas o curso de Música é um curso de arte mesmo, propriamente dito. Então,

respondendo especificamente à sua pergunta: sim, acho que a PROCULT ela cumpriu e tem cumprido um papel muito importante e implementou realmente muitas coisas que foram propostas no início da criação da pró-reitoria, lá atrás quando a gente pensou nessa organização e nessa estrutura da universidade. Acredito que tem muita coisa a ser feita, principalmente, em equipamentos culturais, que a universidade não tem. A gente não tem...eu considero, isso é uma crítica minha, mas que não é só minha, a gente não tem um teatro, realmente, que a gente possa desenvolver um trabalho bacana. A gente não tem um museu, a gente não tem uma galeria, a gente não tem um espaço que a gente possa fazer um cinema, alguma coisa assim. Então, hoje a UFCA, ela desenvolve muitas atividades, muitos projetos, alguns programas, mas que se ressentem ainda acho que desses aspectos, de ter uma estrutura física que suporte muita coisa que a gente desenvolve, que acaba sendo prejudicado, porque não tem um espaço ideal, acaba sendo feito no pátio, ou então a gente faz em outros lugares que são parceiros da gente: o SESC, como o Banco do Nordeste que tem um centro cultural, alguns espaços culturais que tem na região. Isso acho ruim. Porque acaba que a gente...por um lado é bom, porque a gente tem uma parceria com os órgãos, mas é ruim porque você não tem aqui mesmo na universidade um suporte pra isso. Então, eu acho que sim, respondendo. A gente tem aí um resultado considerável, importante da PROCULT nesses últimos anos, com olhares diferentes, porque a gente teve pró-reitores, em diferentes períodos, que deram um olhar e uma cara também nesse sentido. Tem um Plano que a PROCULT segue, porque isso foi aprovado em Câmara, o Plano de Cultura. E, obviamente, que o Pró-Reitor entra ou sai, segue aquilo. Claro, sempre tem uma pessoa que dá uma cara diferente, mas segue. Então, eu acho que a gente tem um avanço considerável. Eu diria até que, em certos termos, mais até que outras pró-reitorias. Porque, eu acho que, pela tradição, algumas acabam se dedicando a fazer aquilo que todo mundo tá acostumado. E a PROCULT, por esse desafio...é um desafio constante, eu acho que a gente vive assim, de vez em quando uma ameaça. Aqui e acolá, tem gente que diz: “rapaz, mas a pró-reitoria realmente, vocês acham que é necessário”. Sabe, sempre tem um questionamento. Inclusive, teve um determinado momento, não sei se alguém já falou sobre isso, onde falou-se sobre uma pró-reitoria para os estudantes e tal, e aí, hoje a gente já tem uma específica para os estudantes, que é a PRAE, de assistência estudantil. Então, geralmente, o vice-reitor ou a vice-reitora, acaba assumindo uma pró-reitoria, pra poder...enfim, tem um histórico aí que eu não acompanhei.

**Pq** – Esse lance de a pró-reitoria ter que estar provando sempre a necessidade de existência...

**En7** – Inclusive, teve uma época que foi muito questionada e a gente tem uma lista de e-mails, e tem uma dessas listas que participam todos os servidores, professores e tal da universidade. Começou uma discussão sobre isso, e a gente foi de novo lá, argumentar e tal. Mas, assim, não sei se é uma impressão muito inocente da minha parte, mas acredito que hoje, isso já tá, se não superado, tá bem melhor, sabe. A gente já passou mais dificuldades com relação a isso. Sempre tinha aqui e acolá uma pessoa que ficava questionando. Agora, a gente teve também uma gestão, nos últimos anos, que deu suporte pra isso, deu apoio. Embora a gente faça críticas a algumas coisas da gestão, da reitoria e tudo, mas a gente sabe que também teve um suporte bacana nesses últimos anos, desde a criação, de entender que a PROCULT era um braço, uma perna, ou seja o que for, importante na universidade.

**Pq** – Como é que o senhor vê a participação da comunidade, interna e externa, na proposição, avaliação, nas ações da PROCULT?

**En7** – Eu acho que, juntamente com a pró-reitoria de extensão, a PROCULT consegue uma inserção muito forte na comunidade. Muito mais do que outros setores. Por conta dessa...da própria natureza da Pró-Reitoria de Cultura. E é um setor, uma pró-reitoria que dá visibilidade também pra universidade, por conta dos projetos que são desenvolvidos, dos projetos que atraem pessoas de diversos segmentos. Então, mesmo que você não seja um dançarino, um ator, um cantor, um músico, um compositor, um artista plástico e tal, tal...você tem uma relação com a vivência cultural e artística da cidade, da comunidade, de alguma maneira. Então, pela minha percepção, sempre existe uma relação da comunidade com as atividades desenvolvidas via PROCULT, seja diretamente vinculado, participando ativamente, seja como ouvinte ou na plateia, seja como pessoas que têm uma participação talvez momentânea, ali num espetáculo e tal. Agora, por outro lado, eu penso que a PROCULT, assim como as outras pró-reitorias, isso também é uma crítica, eu acho que poderíamos ter projetos que fossem mais ligados um ao outro. Cultura com ensino, ensino com extensão, extensão com pesquisa, sabe? Embora cada um tenha um direcionamento: a pesquisa com a pesquisa, a extensão com a extensão, e tal. Mas isso já é uma tendência mundial e isso já vem sendo mostrado também em algumas proposições do governo federal e das próprias universidades. Por exemplo, hoje a extensão tem que estar presente no currículo dos cursos. Então, eu acho que é isso, assim. A gente tem que fazer com que o que é vivenciado em sala de aula, no ensino, também vá para a comunidade. As atividades artístico-culturais promovidas pela PROCULT, elas também estejam presentes nas atividades de ensino, porque umas das coisas que tem um resultado mais efetivo, é justamente nesse momento que a comunidade acadêmica entende que a Cultura ela se liga

em todas as áreas. E aí, quando você possibilita a existência, por exemplo, de disciplinas, que isso foi outra luta, outra briga da PROCULT, ter disciplinas ligadas à Pró-Reitoria, e não necessariamente à pró-reitoria de ensino, você vê, por exemplo, pessoas de outros cursos propondo isso. Um curso de Filosofia, com projetos na área de Cultura, com disciplinas que a comunidade pode participar, projetos da agronomia, projetos da engenharia. Essa relação com a comunidade local, tradicional, com essa vivência da oralidade, dos mestres da Cultura. O Ceará, ele é um dos estados onde a gente tem mais Mestres da Cultura reconhecidos, inclusive, diplomados pela Universidade Estadual do Ceará, com o diploma de notório saber. Hoje, atualmente, a gente tem 80 Mestres da Cultura reconhecidos [...] esses mestres da Cultura, eles recebem, além do diploma, um salário vitalício da Secretaria de Cultura do estado. E eles estão aptos a atuar dentro da universidade como mestres, como professores. No entanto, a gente ainda tem uma dificuldade de inserção dessas pessoas na instituição, tanto por questões tradicionais, e aí entra a questão de colegas, de docentes, de professores que não reconhecem que um Mestre da Cultura possa dar aula na universidade, porque aí vem aquela coisa: “poxa, mas eu fiz uma graduação, eu fiz um mestrado, fiz um doutorado, fui estudar, pesquisar e aí vem uma pessoa de fora pra dar aula aqui na universidade”, que não reconhecem esse outro saber, que é diferente, né? Pelo menos do ponto de vista da formação, da institucionalização, da sistematização disso tudo. Então, eu vejo que tem essa participação da comunidade, que eu acho que da comunidade acadêmica na universidade poderia ter uma maior correlação com outros projetos, proposição mesmo da procult. E, junto à comunidade, a gente tem uma dificuldade, que eu considero, que é a nossa distância aqui do *campus*. Nosso *campus*, ele ainda é muito afastado do centro da cidade, nós temos uma dificuldade de transporte pra chegar aqui. Um pouco antes da pandemia isso melhorou, aqui não era asfaltado, a gente não tinha uma linha de ônibus tão regular. Alguns projetos, as pessoas deixam de vir, por causa dessa distância. Então, eu acho que essa distância, ela compromete.

Falando, assim, muito especificamente da sua pergunta, em relação à participação das pessoas, eu acho que a nossa distância em relação ao movimento do centro da cidade e tal, a gente perde muito porque a universidade não tem uma estrutura. Não tem uma estrutura nem pra gente que trabalha aqui, né. O cara ficar o dia todo, uma cantina bacana, um lugar assim de convivência e tal...que isso é uma luta da PROCULT, um lugar de convivência, um teatro, uma galeria, um cinema...de equipamentos culturais. Tem aluno que chega aqui 7 e meia da manhã e sai daqui 6 horas da noite...7 horas. Então, é complicado, precisa ter uma estrutura pro aluno ficar.

E essa é a vivência que os colegas têm que entender da Cultura, de transformar a universidade nesse ambiente cultural também. Muitas vezes as pessoas acham que vêm aqui pro cara se profissionalizar, sair com uma formação, às vezes, técnica e pronto, né. E a gente entende que não é isso. Isso tem mudado, mas é uma batalha ainda.

**Pq** – É isso, professor! Obrigado!

## ENTREVISTA 8

**Pq – Pesquisador**

**En8 – Entrevistado n° 8**

**Pq** – O senhor teve envolvido com o processo de criação da Pró-Reitoria de Cultura, quando da propositura?

**En8** – Sim. Um envolvimento não muito grande, mas estive ali envolvido nas movimentações que...não só que criaram, mas houve um movimento anterior, que foi um movimento de convencimento das pessoas a ter uma pró-reitoria. Porque, antes da criação, teve um movimento de convencer, então esse movimento de convencimento das pessoas da universidade, que era necessário ter uma pró-reitoria de cultura, esse movimento, ele foi mais abrangente, então, tinha muitas pessoas. E aí, houve um outro movimento posterior que foi um movimento de formulação, de formatação da pró-reitoria: de colocar as coisas no papel, de pensar como é que seria a gestão, a estrutura. Então, houve, vamos dizer, esses 2 movimentos.

**Pq** – A ideia de criação, como surgiu? De onde surgiu, majoritariamente, essa ideia? Teve um núcleo fundante, assim, ou era meio que disperso, era uma ideia geral?

**En8** – Em 2013, foi anunciado que o campus da UFC se tornaria universidade, se tornaria a UFCA. Então, aconteceu uma série de movimentos diversos de várias áreas, pra estruturar a universidade; o que é que a universidade ia ter. Então, você tinha grupos de trabalho pra pensar a graduação, grupos de trabalho pra pensar a pesquisa, grupos de trabalho pra pensar a parte administrativa. E, nesse momento, surgiu alguns professores que perceberam ali uma oportunidade de propor um espaço para a Cultura. Começou-se a discutir a estrutura administrativa da universidade: as pró-reitorias e tal. E aí, a gente percebeu: por que não, dentro das pró-reitorias, ter uma pró-reitoria de cultura? Quem fazia parte desses movimentos? Professores, principalmente da área de Humanas: os professores do curso de Música, os professores da graduação em Filosofia, alguns professores do curso de Jornalismo. Eu diria que esses 3 cursos eram o que estavam mais presentes. Poderia citar vários nomes, mas basicamente desses 3 cursos. Então, esse foi o primeiro momento. Teve esse momento que surgiu essa ideia e nos GT's, nas reuniões, a gente começou a propor. Por que não ter a pró-reitoria? Esse foi o primeiro momento.

O segundo momento foi quando o desenho da universidade começou a ficar mais claro, de quais pró-reitorias teria, o desenho institucional, veio um passo que eu acho que talvez tenha sido o mais importante dessa estrutura. Porque a questão não é ter a pró-reitoria. É super

importante ter a pró-reitoria. Mas, eu acho que o passo mais importante foi a gente ter transformado a cultura numa dimensão estratégica, ou, como a gente colocou no PDI e nos documentos oficiais, que a universidade não tem um tripé, tem um quadripé. Então, eu acho que esse foi o passo mais importante, que foi um segundo momento. Depois que a gente convenceu a comunidade que deveria ter uma pró-reitoria, qual o espaço que essa pró-reitoria deveria ter. E aí, a gente só conseguiria pensar nesse espaço se a gente pensasse a Cultura como estratégica. E aí, surgiu a ideia de a Cultura ser uma dimensão, no mesmo patamar do ensino, da pesquisa e da extensão. E o terceiro momento foi o desenho institucional dessa pró-reitoria.

**Pq** – Como é que o senhor avalia, dentro desse contexto, a recepção por parte da comunidade acadêmica dessa proposta?

**En8** - Eu acho que esse é um outro assunto que dá muita conversa, que é o lugar da Cultura nas universidades. Nesse momento, 2013, 2014, que houve essas conversas, como sempre uma ideia nova, inovadora, uma ideia que foge da tradição, que é ter uma pró-reitoria de cultura, que é ter a cultura como uma dimensão, dentro do tripé, isso causa espanto pra alguns, causa uma reação estranha pra alguns e causa uma reação positiva pra outros. Então, pelo que eu me recordo, a comunidade ficou muito dividida. Havia algumas pessoas que eram contra e havia muitas pessoas, inclusive, que eram a favor. E eu acho que a recepção positiva da maioria das pessoas foi o que fez com que a gente conseguisse implantar, entendeu. A reação positiva dos estudantes foi fundamental. Talvez é uma coisa que pouca gente fala, mas os estudantes tiveram papel fundamental na aceitação dessa proposta. Um outro argumento que também foi muito forte, que contribuiu pra implantação, é o argumento de que a gente tá numa região, que é o Cariri, que é conhecida culturalmente, que tem muitas manifestações culturais, tem uma diversidade cultural muito grande e isso também ajudou, porque a universidade, ela tá inserida numa região que é forte culturalmente, então isso justificava ter um setor forte, que pensasse sobre a Cultura. Então, eu diria pra você que foram reações negativas, contra e a favor, mas havia uma maioria que foi a favor.

**Pq** – Do grupo que contestava, qual era o argumento mais utilizado?

**En8** – Eram vários. Um deles, é que isso não faz parte da estrutura da universidade brasileira. A estrutura da universidade brasileira tem uma pró-reitoria de ensino, de pesquisa, de graduação. Não existe uma pró-reitoria de cultura na estrutura da universidade brasileira...essa tradição.

Um outro que eu lembro muito é que ter uma pró-reitoria de cultura iria dividir o recurso financeiro com as demais pró-reitorias, ou seja, iria tirar recurso da graduação, iria tirar

recurso da pesquisa, iria tirar recurso da extensão. Iria dividir o bolo. Era um outro argumento muito comum.

Tinha um outro que, assim, pelo fato de ter muitos professores da Música envolvidos, alguns professores do Jornalismo e tal. O outro era que as pessoas diziam que essa pró-reitoria só ia servir aos cursos de arte, por exemplo. Só ia servir, ali, a um grupo: aos cursos de artes, aos cursos de Humanas. Que, inclusive, esse foi um desafio que eu tive, que eu coloquei na minha gestão da pró-reitoria, que foi fazer com que a PROCULT fosse pra todos; e não somente para os cursos mais afins. E a gente conseguiu. Então, hoje a pró-reitoria tem políticas diversas que se adequam, ou que são voltadas, para medicina, pra Agronomia, pros cursos de exatas. Hoje, as pessoas consideram que a pró-reitoria, durante um momento, ela passou, realmente, no começo a ser mais afinada com esses cursos, com esses docentes, com esses estudantes, das humanas, das artes. Mas, num determinado momento, a comunidade, os outros cursos reconheciam também que a pró-reitoria era dela. Então, hoje a gente tem docentes, estudantes, desses cursos: Agronomia, Engenharia, que fazem parte dos projetos da Pró-Reitoria.

Você vê que a atuação da Pró-Reitoria, ela vai muito além de linguagens artísticas. Trabalha com o esporte, idiomas, patrimônio, crítica social, sustentabilidade, linguagens artísticas, obviamente. Então, isso fez com que a pró-reitoria, que as pessoas vissem que a pró-reitoria não seria somente direcionada pros cursos de humanas. Eu acho que esse foi o principal desafio. Em 2015, quando a universidade tava fazendo o Estatuto, houve um movimento pra extinguir a pró-reitoria. Um movimento ali de alguns professores, uma pequena parcela da comunidade. O Estatuto é um lugar onde você define a estrutura da universidade e ter um movimento pra fazer com que a pró-reitoria de cultura não entrasse no Estatuto seria um passo pra extinguir. Mas aí, houve um movimento de apoio muito forte pra manter a pró-reitoria, inclusive dos estudantes. Teve assembleias no auditório, os estudantes iam, apoiavam que a pró-reitoria continuasse. Depois desse movimento que houve em 2015, com o Estatuto, não houve mais questionamento de extinção da pró-reitoria. Da criação, até 2015, 2016, que foi o período do Estatuto, eram constante críticas e movimentos para extinção da Pró-Reitoria.

**Pq** – Após 9 anos de criação, o senhor acha que a Pró-Reitoria de Cultura deu conta da missão que foi colocada?

**En8** – Eu acho que, se eu fosse fazer uma resposta bem direta, seria sim. Mas, se a gente conseguir detalhar um pouco mais a resposta, eu acho que quando a gente pensa a Cultura como dimensão do quadripé, eu acho que isso sim, e de uma forma bem completa. Hoje, a

Cultura é reconhecida como uma dimensão estratégica, igualmente como a pesquisa, como a extensão. É claro que a tradição brasileira de universidade, sempre valoriza uns mais do que outros, e a gente traz isso no nosso sangue. Mas, eu diria que a Cultura, hoje, ela ocupa um lugar importante no planejamento estratégico da universidade, nos projetos institucionais. Não se fala nada hoje na universidade se não for ensino, pesquisa, extensão e cultura. Inclusive, até na divisão do recurso, na divisão de bolsa, na divisão de servidores técnicos, enfim, tudo é pensado como 4 dimensões. Eu acho que, nesse sentido, sim. Agora, quando a gente pensa no campo das políticas, vamos chamar assim, no campo operacional, aí eu acho que algumas coisas foram ficando pelo meio do caminho. Outras a gente foi conseguindo executar. Por exemplo, as políticas voltadas para as linguagens artísticas, eu acho que sim, a gente conseguiu. As políticas voltadas para o esporte, também sim; eu acho que a gente conseguiu avançar mais do que a gente pensava, quando se pensa no esporte. Quando eu falo esporte, é esporte e cultura do movimento, que envolve dança, envolve todo o pensamento que envolve o corpo: tanto o esporte de competição, a questão laboral. Quando a gente pensa em protagonismo estudantil, também é outro ponto que eu acho que a gente avançou muito: o estudante, ele tem um papel importante nas políticas da cultura. Mas, quando a gente pensa, por exemplo, em idiomas, que é um outro campo que a pró-reitoria atua, eu acho que a gente deixou algumas lacunas pelo caminho. Não por conta da pró-reitoria, mas por conta da estrutura da universidade. Tem uma outra dimensão lá, que é Cultura e Sustentabilidade, essa também eu acho que também não avançou tanto quanto foi pensado. Então, eu responderia dessa forma.

**Pq** – Você acha que houve um fortalecimento da área cultural com o surgimento da pró-reitoria de cultura?

**En8** – Sim. Em alguns momentos mais, em outros menos. Agora, esse fortalecimento, ele diz muito respeito ao contexto em que a gente vive. Por exemplo, ali nos anos onde a gente tava, por exemplo, no governo Dilma, 2014, a gente tinha um fortalecimento maior: a gente tinha mais dinheiro, a gente tinha uma efervescência maior. Quando chegou ali, 2018, aí o recurso foi caindo, muitos cortes. Aí essa efervescência cultural foi diminuindo um pouquinho. Mas, no geral, eu diria que sim.

**Pq** – A Pró-Reitoria o senhor acha que tem uma atuação majoritariamente embasada em atos normativos – portaria, decreto, etc – ou tem uma atuação, digamos assim, mais solta, burocraticamente falando. Como você vê isso?

**En8** – Até 2016, isso era muito sem direcionamento. Eu até diria que era pelo fato de a pró-reitoria ser nova, ser única no Brasil, então não havia tantos modelos, inclusive modelos de

normatizações. O que a gente tinha era modelos de normativos federais, normativos estaduais, normativos municipais, e muitos não serviam como modelo. Eu diria que até 2015, 2016, era meio sem normatização, tinha um ou outro normativo de bolsa. Mas, quando eu entrei na PROCULT, em 2016, a gente, a equipe, a gestão sentiu necessidade de começar a regulamentar algumas coisas. E aí, a gente foi pensando nesse planejamento do que seria possível normatizar e do quê que era interessante normatizar, porque nem tudo é interessante. E a gente criou uma série de normativos, nesse período desses 6 anos que eu tive lá. Não só pra organizar o fluxo operacional, mas também pra poder estabelecer políticas e critérios. Então, nesse período dos 6 anos, a gente conseguiu criar vários normativos, inclusive um deles é o Plano de Cultura.

**Pq** – Falando um pouco de recurso financeiro, houve muito contingenciamento, em geral, vocês conseguiam fazer frente às despesas da pró-reitoria? Como era essa dinâmica de recursos financeiros?

**En8** – O fluxo de recurso da pró-reitoria seguia o fluxo de recurso dos governos federais. Então, 2014, 2014, 2016 a gente tinha muito recurso, dava pra fazer tudo, muitas vezes sobrava. Quando foi 2017 foi caindo, começaram a haver os cortes, houve o *impeachment* da Dilma, o golpe, aí começou a ter os cortes, cortes na cultura, O MinC foi extinto. Então, de 2017 até 2022, foi cada ano menos. Com alguns pontos fora da curva, de 2017 pra cá houve cortes gradativos. Mas, que pontos fora da curva foram esses? Por exemplo, teve um ano que a gente tinha uma emenda parlamentar, então isso ajudava a gente a respirar. Que eu lembro, a gente teve 2 anos em que tivemos emendas. Eu acho que 2019 a gente teve uma emenda de R\$ 250.000,00 que deu muita folga, a gente comprou muita coisa. E agora, em 2021, a gente teve uma outra emenda, que essa emenda foi de R\$ 500.000,00, mas não foi exclusivo pra PROCULT, foi para as 4 pró-reitorias fins. Então, salvo esses pontos fora da curva, de 2017 pra cá foi só caindo. Agora, de 2014 a 2016, a gente tinha bastante dinheiro.

**Pq** – Em que a pró-reitoria mais empenha, financeiramente falando?

**En8** – Bolsa. É o maior recurso que a pró-reitoria empenha. Tá na casa de R\$ 400.000,00 ano...R\$ 400, R\$ 500 mil ano, se eu não tô enganado. É a maior política da PROCULT. A gente tem ali em torno de 120 bolsas, com algumas variações por ano. [...] é uma política que se divide em 3 formatos: são as bolsas mais voltadas para as artes, as bolsas do esporte e as outras bolsas pra área da Cultura no geral; envolve pesquisa em cultura, envolve patrimônio, a parte de museu também. Então, basicamente são divididas nessas 3 categorias.

**Pq** – Vocês têm servidores específicos da área da Cultura?

**En8** – No período em que eu tava na gestão, a gente conseguiu 4 cargos pra concurso, pra áreas específicas. Até então, a gente só tinha um, que era um produtor cultural, que entrou ali na gestão do prof. Ivânio, ali no finalzinho, entre a gestão do prof. Ivânio e a gestão do prof. Eduardo. Aí, quando eu entrei tinha um, que é um produtor cultural. Depois, a gente conseguiu mais um produtor cultural, que foi o último agora que entrou. Depois, a gente conseguiu um técnico desportivo, que a gente considera que é um profissional específico, porque esporte é dentro da política. E tem o sociólogo. Que a gente tinha uma vaga ali e a gente escolheu abrir pra sociólogo, que foi ali pra acompanhar os projetos, trabalhar nessa coisa do acompanhamento dos projetos, a formulação de projetos na área de Cultura.

**Pq** – Vocês têm mecanismo de participação da comunidade, tanto interna como externa, nas decisões, discussão...fóruns e tal.

**En8** – Sim. O principal mecanismo de participação é o que a gente chama de Fórum de Cultura. Que é um espaço aberto; eu diria que ele passou a ser institucionalizado com o Plano (de Cultura), que antes ele era um espaço de discussão informal. A gente chamava a comunidade pra discutir qualquer pauta, enfim, qualquer uma que a gente considerava importante. Então, tem o Fórum de Cultura, ele passou a ser institucionalizado com o Plano, então, o Plano o institucionalizou e ele não tem...ele é livre, qualquer pessoa pode participar. Inclusive, de fora e de dentro da universidade. Muitas vezes, a gente fazia no pátio, ou numa sala de aula aberta, enfim, ele é livre.

**Pq** – Mas não tinha uma periodicidade determinada, não, né?

**En8** – Predeterminada, não. Mas, a gente fazia assim, tipo, uma vez por semestre, às vezes, dois por semestre, dependendo da necessidade. O que acontece é que a pandemia fez com que a gente diminuísse bastante a periodicidade. Eu não sei como é que tá agora (2022) a periodicidade, mas até onde eu saí, a gente fazia 1 por semestre e, às vezes, até mais. Tem um outro espaço que era a Câmara de Cultura. Tinham as Câmaras setoriais, né. Mas, com a aprovação do Regimento da Universidade, o Regimento extinguiu as câmaras, que tinha Câmara de Cultura, Câmara de Extensão, Câmara de Pesquisa...O Regulamento da universidade extinguiu as Câmaras e criou uma Câmara só para as quatro dimensões. Então, nessa Câmara tem representatividade da Cultura. Antes, a Câmara de Cultura era todas as pessoas discutiam coisas da Cultura. Na Câmara Acadêmica tem as 4 representações, as pessoas discutem assuntos das 4 dimensões da universidade. E tem um outro espaço que são reuniões abertas. Por exemplo, a gente faz reuniões abertas com os estudantes, reuniões abertas com os coordenadores de projetos. Aí não tem um nome, a gente só chama de reunião aberta, porque justamente a gente não quer institucionalizar, a gente quer deixar aberto. E,

agora, recentemente, foi criado um outro espaço que se chama Comitê Central de Cultura. É um espaço obrigatório, que foi criado pelo Regimento da universidade, que é uma espécie de colegiado que é formado pelos servidores da pró-reitoria. Cada pró-reitoria tem seu Comitê. São 8 comitês, porque são 8 pró-reitorias. E esse é um espaço consultivo sobre as políticas daquela pró-reitoria.

**Pq** – Muito obrigado pela participação!

## ANEXO A – Parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
BAHIA - UFBA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** PRÓ-REITORIA DE CULTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI:  
PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E PANORAMA DE FUNCIONAMENTO

**Pesquisador:** CRISTIANO SANTANA PORTELA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 63614422.4.0000.5531

**Instituição Proponente:** Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.757.371

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de protocolo de pesquisa que propõe "traçar um panorama do processo de institucionalização e da dinâmica de funcionamento da Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Essa universidade, que foi criada em 2013, nasceu com a proposta de estabelecer a cultura como dimensão estratégica da instituição, implantando uma Pró-Reitoria de Cultura na sua estrutura organizacional e reconhecendo, de forma ousada e inovadora, a cultura como o "quarto" pé universitário, junto ao ensino, à pesquisa e à extensão. Dessa forma, o objetivo do presente estudo é traçar um panorama da institucionalidade cultural da UFCA, investigando de que forma se deu a propositura da Pró-Reitoria e de que modo se desenvolve o funcionamento dessa estrutura administrativa. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, que adotará o estudo de caso como procedimento técnico. A produção de dados se dará por meio de análise documental e entrevista semiestruturada, a ser realizada com gestores da Pró-Reitoria de Cultura e atores que estiveram envolvidos no processo de criação do órgão. Os dados produzidos serão analisados utilizando-se a análise qualitativa de conteúdo, por meio do procedimento de emparelhamento, que consistirá em associar os dados recolhidos aos elementos constitutivos da definição de institucionalidade cultural que contam com maior consenso entre os estudiosos da área. Além disso, busca-se avaliar os embates, tensões, dissensos e consensos que permearam a proposta de implantação da Pró-Reitoria de Cultura."

**Endereço:** Rua Augusto Viana S/N 3º Andar

**Bairro:** Canela

**CEP:** 41.110-060

**UF:** BA

**Município:** SALVADOR

**Telefone:** (71)3283-7615

**Fax:** (71)3283-7615

**E-mail:** cepee.ufba@ufba.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
BAHIA - UFBA



Continuação do Parecer: 5.757.371

**Objetivo da Pesquisa:**

Conforme descrito no Formulário de Informações Básicas da Plataforma Brasil:

**Objetivo Primário:**

O objetivo primário do estudo proposto é traçar um panorama do processo de institucionalização e da dinâmica de funcionamento da Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri.

**Objetivo Secundário:**

Os objetivos específicos são: a) entrevistar agentes que estiveram envolvidos com a institucionalização e a atuação da Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri; b) analisar, com enfoque crítico, a experiência de implantação e atuação da Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Conforme descrito no Formulário de Informações Básicas da Plataforma Brasil:

**Riscos:**

"Os possíveis riscos de participação nesta pesquisa são mínimos, porém, pode surgir desconforto quanto à exposição de opiniões pessoais, receio de que suas respostas se tornem públicas, medo de represálias, estresse ou perturbação decorrentes de lembranças de eventos passados e constrangimento. Garantimos que a pesquisa será suspensa imediatamente ao perceber algum risco ou dano ao sujeito participante da pesquisa. Asseguramos ao participante, caso este necessite, a assistência de outros profissionais, como, por exemplo, psicólogo, médico, dentre outros, para prestação de assistência integral, às expensas do pesquisador responsável. Garantimos, ainda, a confidencialidade das informações fornecidas, mesmo após o término da pesquisa e, nos termos da lei, indenização por eventuais danos decorrentes da pesquisa. Os dados coletados serão usados única e exclusivamente para os fins desta pesquisa."

**Benefícios:**

"A pesquisa trará benefícios no sentido de registro do processo histórico em que se deu a implementação da Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri e da sua forma de

**Endereço:** Rua Augusto Viana S/N 3º Andar  
**Bairro:** Canela **CEP:** 41.110-060  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3283-7615 **Fax:** (71)3283-7615 **E-mail:** cepee.ufba@ufba.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
BAHIA - UFBA



Continuação do Parecer: 5.757.371

funcionamento, o que poderá levar à implementação de melhorias na área da cultura de outras universidades federais. No âmbito pessoal, a pesquisa pode gerar, para o sujeito participante, a sensação de contribuição à preservação da memória institucional da Pró-Reitoria de Cultura e da Universidade Federal do Cariri como um todo, além da perspectiva de melhoria na institucionalidade cultural universitária. Garantiremos aos participantes o acesso aos resultados desta pesquisa."

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de protocolo Projeto de pesquisa do curso de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, vinculado ao Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia.

Número previsto de participantes: 05;

Previsão de início da pesquisa: 14/11/2022;

Previsão de encerramento da pesquisa: 22/11/2022.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram anexados 03 documentos ao protocolo de pesquisa na Plataforma Brasil. Não foram observadas inadequações nos documentos apresentados.

**Recomendações:**

Recomenda-se aprovação do protocolo.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Recomenda-se aprovação do protocolo.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Aprovação ad referendum, tendo em vista considerações prévias em reunião de Colegiado. Ressalta-se que, após realizar modificações atendendo às recomendações descritas no parecer consubstanciado anterior, esta segunda versão do projeto atende aos princípios éticos e bioéticos emanados das Resoluções n.466/2012 e n.510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	28/10/2022		Aceito

**Endereço:** Rua Augusto Viana S/N 3º Andar

**Bairro:** Canela

**CEP:** 41.110-060

**UF:** BA

**Município:** SALVADOR

**Telefone:** (71)3283-7615

**Fax:** (71)3283-7615

**E-mail:** cepee.ufba@ufba.br

**ESCOLA DE ENFERMAGEM DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
BAHIA - UFBA**



Continuação do Parecer: 5.757.371

Básicas do Projeto	ETO_2021379.pdf	19:00:12		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/10/2022 18:59:46	CRISTIANO SANTANA PORTELA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOPESQUISA.pdf	28/10/2022 18:59:08	CRISTIANO SANTANA PORTELA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	28/10/2022 18:56:54	CRISTIANO SANTANA PORTELA	Aceito
Outros	Equipe_detalhada.pdf	24/09/2022 07:13:05	CRISTIANO SANTANA PORTELA	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevistas.pdf	24/09/2022 07:12:16	CRISTIANO SANTANA PORTELA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_Compromisso_pesquisador.pdf	24/09/2022 07:10:25	CRISTIANO SANTANA PORTELA	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_de_concordancia.pdf	24/09/2022 07:08:54	CRISTIANO SANTANA PORTELA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	24/09/2022 07:05:07	CRISTIANO SANTANA PORTELA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_Anuencia_UFCA_Assinada.pdf	24/09/2022 07:02:14	CRISTIANO SANTANA PORTELA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada.pdf	24/09/2022 06:54:03	CRISTIANO SANTANA PORTELA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SALVADOR, 14 de Novembro de 2022

\_\_\_\_\_  
**Assinado por:**  
**Anderson Reis de Sousa**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Augusto Viana S/N 3º Andar  
**Bairro:** Canela **CEP:** 41.110-060  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3283-7615 **Fax:** (71)3283-7615 **E-mail:** cepee.ufba@ufba.br